



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO
GEOGRAFIA

**TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS E A ORIGEM DA REGIÃO DE CARAJÁS:
DE 1967 A 2018.**

Lilyan Galvão

Brasília
2024

LILYAN REGINA GALVÃO

**TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS E A ORIGEM DA REGIÃO DE CARAJÁS:
DE 1967 A 2018.**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marília Steinberger

Brasília2024

LILYAN REGINA GALVÃO

TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS E A ORIGEM DA REGIÃO DE CARAJÁS: DE
1967 A 2018.

Banca examinadora

Prof.^a Dr.^a Marília Steinberger (orientadora)
Programa de Pós Graduação em Geografia – Universidade de Brasília

Prof.^o Dr. Neio Lúcio de Oliveira Campos (examinador interno)
Programa de Pós Graduação em Geografia – Universidade de Brasília

Prof.^a Dr.^a Ana Claudia Cardoso (examinador externo)
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – UFPA

Dr. Aristides Monteiro Neto (examinador externo)
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA

Prof.^a Dr.^a Marília Luiza Peluso (Suplente)
Universidade de Brasília

Dedicatória

Leatrice, Sabrina e Filipe, meus grandes amores.

AGRADECIMENTOS

Quando eu li diversas vezes, em outras teses, pessoas falando do quanto este era um processo que se fazia por distintas mãos eu nem imaginava a amplitude que isso tinha. De fato, é um trabalho que não se resume a essas páginas. O que está por trás é muito maior. Inclusive, no processo de elaboração eu lembrei de todas as pessoas que em mim plantaram alguma sementinha de conhecimento. Lembrei da minha professora Joirma da alfabetização, da professora Creuza do ensino fundamental, da professora Madá do ensino médio, dos queridos professores de graduação JJ, Rosa Cunha, Juliano, Mestre Hélio. Do mestrado Ana Claudia, Maneschy. E por fim do doutorado, da minha orientadora, que plantou as sementes ainda mais inquietantes. Pontuo essas pessoas porquê de fato nunca pensei em chegar tão longe. Mas cá estou. Por isso sei que essa tese tem nas entrelinhas todos aqueles professores que plantaram em mim questionamentos e, sobretudo, me mostraram o quão prazeroso é o conhecimento. Por isso, em primeiro lugar meu sincero e profundo agradecimento é para todos os professores que tive a sorte de ter.

À professora Marília minha mais profunda gratidão. Sei que lhe rendi uns cabelos brancos. Mas sei também que esse trabalho não seria possível sem a sua ajuda. MUITÍSSIMO obrigada pelos ensinamentos, pela ajuda e pela compreensão!

Já diria o poeta Emicida “quem tem um amigo tem tudo, se o poço devorar ele busca no fundo” e sim, eu tenho a melhor rede de apoio que alguém poderia ter: meus amigos. Essa tese com certeza é de todos vocês:

Família Brum a quem devo todo o conceito de família que eu poderia ter. Karlyne, Dona Valéria, B, Biel, Mariana e Suelen, obrigada por serem sempre meu suporte e por torcerem por mim. Amo vocês!

Minha amada vizinha Luara que me aturou nesse período louco, que me auxiliou de todas as formas possíveis e que, literalmente, segurou minha mão.

Minha eterna *roomate* Lay. Obrigada pelo carinho prestado nas horas mais incertas. Obrigada pelos incentivos, obrigada pelos lanches, pelos abraços e, principalmente por compartilhar sua família comigo! Aos Botosso, obrigada pela torcida.

Meu querido amigo Édipo e seu maravilhoso esposo Douglas. Obrigada por todos os momentos de apoio e entretenimento prestado.

Aos meus queridos amigos de graduação que são guerreiros e não fogem à luta: Wallace, Nayara e Taís. Eu nem sei o que seria da minha vida boemia e acadêmica sem vocês!

Aos meus amigos de doutorado: André, Vini e Rodrigão, obrigada pelas trocas, pelos encontros etílicos, pelas risadas e por terem tornado o doutorado mais leve.

Aos meus colegas de ITV: Valente, Jorge, Maneschy, Aroudo, Ida, Leon, Aldo, Rafael, Diego e Amandinha, vocês fizeram o ambiente de pesquisa e as expedições pela ferrovia muito mais divertidas.

Às minhas queridas amigas do vôlei Viviam Lima e Bruna Honório, obrigada pelo entretenimento prestado e pela torcida retribuída.

Aos Santos, Deuses e ao Universo que me permitiram chegar até aqui.

Tenho certeza que devo estar esquecendo de alguém, mas é isso! Essa tese tem um pouco de todos vocês! Obrigada!

RESUMO

A Amazônia foi historicamente incluída nos planos e estratégias governamentais com o único objetivo de explorar seus recursos. Essas práticas efetivaram um dos maiores projetos de exploração mineral na Amazônia. Mas também introduziram fluxos, atores e processos que transformaram territorialmente de maneira irremediável. Na parte oriental da Amazônia, mais especificamente ao longo do eixo logístico mais importante da mineração, muitas dessas transformações podem ser verificadas, sobretudo em razão das formas-conteúdos que passaram a convergir no seu entorno. Para melhor compreensão desses movimentos do território utilizamos conceitos-chaves da geografia *miltoniana* como território usado, formas-conteúdos e configuração territorial. Também assumimos que a região de Carajás é uma região arte-fato, na acepção de Haesbaert (2004), e que em razão disso é mais ampla e mais complexa do que a literatura considera. Periodizamos essas incursões analíticas a partir de três marcos significativos: (i) A intervenção Federal na Amazônia: da delimitação da Amazônia Legal ao surgimento do Projeto Ferro Carajás (1952-1979); (ii) Os desdobramentos da implantação da Estrada de Ferro Carajás (1980-1996) e (iii) A síntese de uma região (1997-2017) que mostra como a Vale fez da Amazônia Oriental seu reduto de poder e riqueza ocupando os espaços que os governos (federais e nacionais) deixaram abertos quando invisibilizaram a região. Esses processos são ventilados, tendo como pano de fundo as estratégias dos diferentes governos para intervir na Amazônia e com isso contribuem com o principal objetivo dessa tese que é compreender o papel das políticas públicas (federais e estaduais) nas transformações territoriais da Amazônia Oriental.

Palavras-chaves: Território; Formas-Conteúdo; Configuração Territorial; Região de Carajás; Transformações na Amazônia Oriental; Estrada de Ferro Carajás.

ABSTRACT

The Amazon has historically been included in government plans and strategies with the sole objective of exploiting its resources. These practices implemented one of the largest mineral exploration projects in the Amazon. But they also introduced flows, actors and processes that irremediably transformed territorially. In the eastern part of the Amazon, more specifically along the most important logistical axis of mining, many of these transformations can be observed, mainly due to the forms-contents that began to converge in their surroundings. To better understand these territorial movements, we use key concepts from Miltonic geography such as used territory, content-forms and territorial configuration. We also assume that the Carajás region is an artifact region, in the sense of Haesbaert (2004), and that as a result it is broader and more complex than the literature considers. We periodize these analytical incursions based on three significant milestones: (i) Federal intervention in the Amazon: from the delimitation of the Legal Amazon to the emergence of the Ferro Carajás Project (1952-1979); (ii) The consequences of the implementation of the Carajás Railway (1980-1996) and (iii) The synthesis of a region (1997-2017) that shows how Vale made the Eastern Amazon its stronghold of power and wealth, occupying the spaces that The governments (federal and national) left it open when they made the region invisible. These processes are explained, having as a backdrop the strategies of different governments to intervene in the Amazon and thus contribute to the main objective of the work, which is to understand the role of public policies (federal and state) in the territorial transformations of the Eastern Amazon.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Evolução territorial ao longo da EFC.....	28
Figura 2 – Mensagem de apresentação do documento da 1º Encontro de Investidores da Amazônia.....	54
Figura 3 - Propaganda dos incentivos utilizada pelo Estado para a ocupação da Amazônia.....	60
Figura 4 – Frentes de ocupação do estado maranhense que influenciaram na formação do município de Imperatriz.....	65
Figura 5 – Croqui das rodovias, Transamazônica e Cuiabá Santarém, apresentadas no Plano de Integração Nacional.	68
Figura 6 – Esquema básico dos Polos agropecuários e agrominerais apresentado no II PND	79
Figura 7 – Localização das infraestruturas previstas para o PGC.....	82
Figura 8 – Capa da revista de divulgação do Projeto Grande Carajás.	85
Figura 9 – Sistema mina-ferrovia-porto implantada entre os estados do Pará e Maranhão.	90
Figura 10 – A ocupação do Garimpo de Serra Pelada, em 1980, após as sucessivas tentativas de evitar a garimpagem no Sudeste paraense.....	93
Figura 11 – Planta do projeto urbanístico da Nova Marabá	97
Figura 12 – Distribuição das áreas de expansão e ocupação de Marabá-PA na década de 1970.	99
Figura 13 – Configuração do sistema de infraestruturas que compuseram a EFC em sua fase inicial de operação.	100
Figura 14 – População no evento de inauguração da Estrada de Ferro Carajás em Marabá.	101
Figura 15 - Áreas de atuação exclusiva do GETAT.	118
Figura 16 – evolução das formas territoriais da mineração	123
Figura 17 – Evolução da malha rodoviária no Maranhão	127
Figura 18 – Voçoroca, o fenômeno geológico que ocorre em Buriticupu, município se constituiu a partir de um assentamento agrário sem estudos prévios das condições geológicas e aptidão agrícola.	137
Figura 19 – Manchetes veiculadas no jornal O Liberal, em 1989, que “inflamavam” o ideal separatista de criação do Estado de Carajás.....	142
Figura 20 – Comunidades que sofrem impactos diretos da EFC.	154
Figura 21 – Estações e paradas de trens ao longo da EFC.	159
Figura 22 – O Pequiá da Conquista, projeto resultante das lutas que passaram a emergir na EFC.	164
Figura 23 – Rede de monitoramento de conflitos utilizada pela Justiça nos Trilhos.	165

Figura 24 – Rede de atores articulados contra a Vale na Região de Carajás.....	165
Figura 25 – Evolução das Condições Legais do Produtor ao longo da EFC.	172
Figura 26 – Infraestruturas previstas no PPA 1996.....	179
Figura 27 – Principais políticas ambientais do governo de FHC.	180
Figura 28 – Principais políticas Ambientais realizadas no governo Lula.....	185
Figura 29 – Principais políticas Ambientais do Governo Dilma Rouseff.....	186
Figura 30 – Principais Políticas ambientais do governo de Michel Temer	187
Figura 31 – Evolução do perímetro urbano de Canaã dos Carajás em face da influência da mineração.....	204
Figura 32 – A interação do trem com os espaços que foram silenciados.....	205
Figura 33 – Evolução das formas-conteúdo ao longo da EFC	208
Figura 34 – Diferenciação na rede ao longo da EFC.	215

LISTA DE SIGLAS

PROBEM	Programa de Biotecnologia da Amazônia
ALCAN	Aluminium Company of Canada
ANM	Agência Nacional de Mineração
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
AVESPA	Associação de Vereadores do Sul do Pará
BEP	Brazilian Exploration Program
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEDERE	Centros de Desenvolvimento Regional
CGPAC	Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento
CIDA	Companhia Industrial de Desenvolvimento da Amazônia
CODIM	Companhia de Desenvolvimento de Indústrias Minerais
COLONE	Companhia de Colonização do Nordeste
COMARCO	Companhia Maranhense de Colonização
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CSN	Conselho de Segurança Nacional
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
DRN	Departamento de Recursos Naturais
EFC	Estrada de Ferro Carajás
ELETRONORTE	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.
FINOR	Fundo de Investimento do Nordeste
GETAT	Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins
GRI	Global Reporting Initiative
GTAP	Grupo de Trabalho de Assessoria e Planejamento do Governo
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ICOMI	Indústria e Comércio de Minérios de Ferro e Manganês
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPEAN	Instituto de Pesquisa e Experimentação Agronômica do Norte
ITERMA	Instituto de Colonização e Terras do Maranhão
ITV	Instituto Tecnológico Vale
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCAT	Projeto de Colonização do Alto Turi
PFC	Projeto Ferro Carajás
PGC	Programa Grande Carajás
PIC	Projeto Integrado de Colonização

PIN	Programa de Integração Nacional
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PND	Programa Nacional de Desestatização
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
PNMA	Programa Nacional de Meio Ambiente
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
POLAMAZÔNIA	Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
POLONORDESTE	Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste
PPA	Plano Plurianual
PPG7	Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
PPM	Projeto de Povoamento do Maranhão
PQDAM	Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Amazônia
PROBEM	Programa de Biotecnologia da Amazônia
PRODEX	Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo
PROSPEC S/A	Geologia, Prospecção e Aerofotogrametria
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e Incentivo à Agricultura do Norte e Nordeste
PSC	Polo Siderúrgico de Carajás
RADAN	Radares da Amazônia
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDEMA	Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TI	Terra Indígena
UC	Unidades de Conservação

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Condição Legal das Terras, em Marabá-PA, durante o período de implantação da rodovia Transamazônica.....	72
Tabela 2 – Propriedade das Terras, em Marabá-PA, durante o período de implantação da rodovia Transamazônica.....	72
Tabela 3 – Area (em ha) dos estabelecimentos agropecuários em relação da Propriedade das Terras, em Marabá-PA, durante o período de implantação da rodovia Transamazônica	73

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais políticas, elementos e projetos lançados na Amazônia Maranhense entre os anos de 1960 e 1980.	128
Quadro 2 – Empresas que ocuparam o território maranhense a partir das ações empreendidas pela COMARCO	136
Quadro 3 – dinâmica populacional do município de Parauapebas.....	146
Quadro 4 - Distribuição das comunidades por município no período de implantação da EFC.	152
Quadro 5 – Estrutura de avaliação utilizada em pesquisa realizada pelo ITV para analisar os entes governamentais dos municípios maranhenses da EFC.....	167
Quadro 6 – Distribuição dos vínculos ativos por estabelecimentos na EFC.	169
Quadro 7 – Sistemas de minas operadas pela Vale no Pará.	196

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – comunidade Estiva, em São Luís, lindeira à EFC.....	155
Foto 2 – Comunidade de Cariongo III, localizada a uma distancia de 13m da EFC	156
Foto 3 – Eixo de interação da ferrovia com o território em Marabá.	158
Foto 4 – A informalidade na parada do trem de passageiros, em Alto Alegre do Pindaré, em 2013.	160
Foto 5 – empreendedoras que saíram da venda informal da EFC.	161
Foto 6 – Pequiá de Baixo, a comunidade que ficou conhecida como a cidade da fumaça.	163
Foto 7 – Cruzamento ferroviário na comunidade de Primeiro Cocal, em São Pedro das Águas Branca.	190
Foto 8 – Vila Ildemar em Açailândia.....	190
Foto 9 – Resistência ao processo de dominação de Vale no Sudeste paraense.	198
Foto 10 – Formas da mineração acontecendo. Canaã dos Carajás.....	209
Foto 11 – Cidades da mineração com rugosidades. Da esquerda para a direita: Vitória do Mearim, Itapecuru Mirim, Pindaré Mirim e Anajatuba.....	210
Foto 12 – Estruturas de correias utilizadas para transportar o minério no projeto S11D da Vale.	224

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Conjunto de infraestruturas ensejado pela operação da EFC.	125
Mapa 2 – Localização das comunidades em relação à BR-222.	153
Mapa 3 – Distribuição das Unidades de Conservação e Terras Indígenas ao longo da EFC	200

Sumário

INTRODUÇÃO.....	19
Capítulo I – Considerações teórico metodológicas	30
1.1 O território: um conceito sendo efetivado	30
1.2 O território e suas categorias de análise	35
1.3 O território em diferenciações	38
1.4 Transformações territoriais	44
Capítulo II: A intervenção Federal na Amazônia (1952-1979): da delimitação da Amazônia legal ao surgimento do Projeto Ferro Carajás	48
2.1 Da delimitação da Amazônia Legal à descoberta do Eldorado (1952-1967)	58
2.2 A exploração do eldorado: da concepção do Projeto Grande Carajás à realização do Projeto Ferro Carajás (PFC).....	78
2.3 A execução do PFC como projeto de exploração mineral e o surgimento de um importante corredor de exportação na Amazônia Oriental: Estrada de Ferro Carajás (EFC)	87
Capítulo III: Os desdobramentos da implantação da Estrada de Ferro Carajás (1980-1996)	104
3.1 Novas formas-conteúdo ao longo da EFC	112
i. <i>As transformações resultantes das intervenções diretas dos militares</i>	113
ii. <i>As transformações em razão das infraestruturas implantadas (rodovias, portos e ferrovia)</i>	123
iii. <i>As transformações relacionadas ao processo de redemocratização</i>	132
3.2 Os novos atores e os múltiplos conflitos	144
i. <i>Os conflitos decorrentes da dominação das terras</i>	145
ii. <i>Os conflitos decorrentes da apropriação das terras</i>	150
Capítulo IV: A síntese de uma região (1997-2017)	175
4.1 A privatização da Companhia Vale Rio Doce e o surgimento da Vale S.A.	191
4.2 O poder da Vale: a multinacional e o território	196
4.3 O novo Eldorado: o S11D a descoberta do maior maciço rochoso na Amazônia.	202

4.4 A Região de Carajás: entre formas-conteúdos e diferenciações.....	207
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	217
6 REFERÊNCIAS	225
7 ANEXOS.....	244

INTRODUÇÃO

Os grandes projetos agrominerais na Amazônia concretizaram, no coração da floresta, modelos de desenvolvimento fundamentados na integração de diversos setores, com o objetivo de promover o desenvolvimento. Implementados na década de 1980, esses projetos estabeleceram a mineração como uma estratégia para impulsionar o desenvolvimento de uma região considerada atrasada, ao mesmo tempo em que contribuíam para o crescimento econômico do país por meio da produção de *commodities*. Para alcançar esse fim, foram implementadas diversas infraestruturas, como pontes, rodovias, aeroportos, portos e ferrovias, todas planejadas para integrar e facilitar a produção em uma extensa área de 90 mil hectares. Um conjunto de elementos lançados para viabilizar a produção mineral, garantir divisas ao país e introduzir fluxos e conflitos de toda a ordem.

A execução do projeto de mineração na Amazônia, enfim, concretizou uma agenda que vinha sendo desenhada desde a década de 1950. Diversas políticas de desenvolvimento, integração, segurança e sob outras denominações ostensivas mascaravam o único objetivo: dominar a floresta. E tão importante quanto dominar o *inferno verde* (como se referiam os veículos midiáticos em 1970) era transformá-los em divisas para o país. Ocorre, entretanto, que esses projetos viabilizaram as divisas, mas introduziram um sistema de objetos e sistema de ações que imprimiu inúmeras transformações ao território.

Grilagem, financeirização, especulação, desflorestamento e tantos outros processos complementaram o pacote de dominação e introduziram diferentes usos e conteúdos à floresta. Diferentes camadas foram se sobrepondo e reverberando no território de inúmeras formas. De repente a floresta passou a ter *company towns*, loteamentos, projetos de colonização, centros de desenvolvimento e tantos outros produtos das intervenções que iam sendo nele realizadas. O território foi sendo transformado em um grande canteiro de obras e de experiências de planejamento.

Muitas dessas transformações ocorreram na Amazônia Legal, ao longo da Estrada de Ferro Carajás, o modal ferroviário, que de acordo com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT, 2023), é o mais eficiente do país.

Sua concessão de operação está sob a responsabilidade da Vale SA, uma das cinco maiores empresas de mineração do mundo, cuja trajetória se confunde com a própria história da mineração no Brasil. Tanto por sua reputação como líder e pioneira do setor quanto pelos numerosos conflitos e violações associados à sua marca.

Em 2014, durante uma atividade prática de pesquisa científica, deparei-me pela primeira vez com o trem. Naquele momento, não percebi que esse era um símbolo da dominação do território, tampouco compreendia as diversas camadas envolvidas no processo de transporte de minério de uma mina em Canaã dos Carajás até o porto de Itaqui, no Maranhão. Essa incompreensão decorre, na verdade, da complexidade e da multiplicidade de escalas que o processo enseja, das disputas de poder que engendra, das diferenciações que manifesta e tantos outros processos que podem ser pautados. Enfim, o trem é simplesmente um elemento técnico inserido em um sistema mais amplo de objetos e sistema de ações (SANTOS, 1994) que começaram a ser desenhadas em 1950 quando a decisão política de recortar uma área, deu origem à Amazônia Legal.

Assim, essa tese se propõe a desvelar as camadas que envolvem a inserção da ferrovia na Amazônia Oriental e que convergiu no seu entorno diversas transformações territoriais. Para tanto, a mesma foi estruturada em quatro capítulos, além, claro, desta introdução, apresentação do tema e das considerações finais.

O primeiro capítulo traz o referencial teórico condutor nas nossas incursões ao problema que é compreender o papel das políticas públicas na construção da ferrovia e nas transformações territoriais que passaram a ocorrer quando da sua implantação. Nesse capítulo serão apresentados o recorte teórico e os procedimentos que contribuirão na compreensão dos fenômenos que procuraremos entender/desvelar. Também delinearemos nossa compreensão das transformações territoriais com o objetivo de esclarecer ao leitor de que tipo de mudanças estamos buscando identificar no território.

No segundo capítulo, iremos traçar o histórico das políticas que foram direcionadas à Amazônia, as quais, reiteradamente, enfatizaram a dominação da região, excluindo seus habitantes, ao passo que preparava o espaço para a expansão da mineração e à chegada de diversos atores, fluxos e processos. Estes últimos são responsáveis por uma série de transformações no território.

No terceiro capítulo, voltaremos nossa atenção para a compreensão dos eventos desencadeados pela implementação da EFC. Estes são fundamentais para entendermos como a atividade mineradora se estabeleceu na Amazônia Oriental, sua amplitude, impactos e transformações ensejadas. Ademais permite-nos mapear as diferentes configurações que o território adquiriu ao longo do processo.

No quarto capítulo apresentaremos como a Vale se fortaleceu na Amazônia Oriental, as estratégias que lançou para criar sua própria região de domínio. Ademais, caracterizaremos essa região para entender as formas-conteúdo da mineração.

Esta tese é fruto de inúmeros questionamentos que surgiram a partir de 4 atividades de pesquisa realizadas durante, cerca de dez anos, como pesquisadora junto ao Instituto Tecnológico Vale (ITV), em Belém. A primeira pesquisa, realizada no período de 2013-2015, sob o projeto “Aumento de Segurança e Qualidade de vida ao longo das Ferrovias da Vale” cujo objetivo foi compreender as formas de articulação da ferrovia com seus espaços de inserção. As atividades foram realizadas na Estrada de Ferro Carajás (EFC) e na Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM) com realização de pesquisas etnográficas durante 15 dias, percorrendo as principais cidades do contexto de cada ferrovia. Essa pesquisa nos possibilitou identificar que o objetivo de implantação das ferrovias influencia consideravelmente nas estratégias de articulação que as formas-conteúdos desses territórios estabelecem com os trilhos.

Em 2016-2017 realizamos atividades dentro do projeto Socioeconomia das Ferrovias: Práticas de gestão (público e privadas) no Sudeste paraense. O objetivo da pesquisa foi avaliar a natureza de interação das comunidades na área de influência da EFC. Para tanto foram realizadas entrevistas junto às lideranças locais, associações civis, entes governamentais e gerentes de relacionamento de comunidades da Vale buscando compreender como cada ator estabelece estratégias para lidar com os impactos da ferrovia. Nesse mesmo período tivemos a oportunidade de morar em Canaã dos Carajás e desenvolver atividades com arquiteta e urbanista no Instituto de Desenvolvimento Urbano do município. Residimos na cidade por cerca de um ano e pudemos observar as transformações socioeconômicas e administrativas pelas quais o município passava face ao

processo de implantação do S11D, o maior projeto de mineração da Vale. Essa vivência dentro do governo municipal e na cidade da mineração foi de grande importância para a apreensão de inúmeros impactos do processo de montagem desses grandes empreendimentos, bem como observar a capacidade de gestão desses municípios em face de um empreendimento tão grandioso. As transformações aceleradas no tecido do município, as infraestruturas precárias, a pressão imobiliária e o circuito de financierização da terra, o quadro técnico municipal reduzido e carente de maior qualificação para lidar com o processo, e inúmeras outras situações que apontavam a complexidade que a mineração envolve.

De 2017-2018 participamos do projeto Socioeconomia das Ferrovias: Indicadores socioeconômicos dos municípios e comunidades da EFC com o objetivo de caracterizar as áreas de influência da ferrovia a partir de quatro dimensões: econômica, ambiental, social e territorial. As atividades de campo desse projeto nos possibilitaram conhecer cerca de 40 comunidades da EFC localizadas próximo à ferrovia e que, portanto, convivem com os conflitos diários do modal. Percorremos a EFC sentido mina-porto durante 20 dias aplicando questionários de entrevista em amostra definida conforme o tamanho populacional de cada comunidade. Essa pesquisa nos aproximou significativamente ao universo de interação de pequenos núcleos de comunidades que vivem ao longo da EFC. Um universo diverso que nos apresentou tanto comunidades com espaços bem organizados, bastante vivacidade e relativa autonomia produtiva, quanto comunidades carentes em distintos aspectos e distantes de sua sede urbana, sendo a ferrovia seu principal modal de mobilidade.

Em 2018-2019 no âmbito do projeto Socioeconomia das Ferrovias: Elaboração do Atlas de Socioeconomia dos municípios da EFC cujo objetivo foi condensar os indicadores primários, coletados nas atividades de campo realizadas anteriormente, e indicadores socioeconômicos, secundários, dos 28 municípios ao longo da EFC. Com isso foi possível estabelecer um quadro de caracterização desses municípios.

Em 2022-2023, em contexto pós-pandemia, realizamos atividades de pesquisa dentro do projeto Avaliação do potencial de desenvolvimento econômico dos territórios da mineração com atuação da Vale. As atividades desse projeto foram desenvolvidas em duas etapas, com duração de cerca de 20 dias, nos 22 municípios maranhenses da EFC. Esse projeto envolveu pesquisas juntos a entes governamentais, sociedade civil, entidades de

classe, empresários formais e informais e igrejas buscando, por meio de questionário estruturado, compreender quais as dificuldades e potencialidades dos municípios. Essa pesquisa nos possibilitou compreender melhor como as infraestruturas da mineração impactam esses territórios. Com essa pesquisa podemos considerar que ao longo de todos esses anos realizamos pesquisa em todos os municípios da EFC, cobrindo diferentes escalas de interação (rural e urbano) e também as diferentes perspectivas dos atores acerca da mineração na Amazônia Oriental.

Essas pesquisas envolveram diferentes arcabouços teórico-metodológicos, mas, sobretudo, nos ofereceram por meio de inúmeras incursões ao território, conhece-lo em vários aspectos. Assim, as pesquisas realizadas associadas à atualização de revisão de literatura geográfica e pesquisas documentais consubstanciarão a metodologia utilizada nessa tese.

Apresentação do tema

As políticas de dominação, sob o pretexto de realizar uma integração, penetrou a floresta e trouxe consigo uma série de processos, atores, objetos e outros, que passaram a fazer parte da história da floresta. Durante quase meio século essa região foi sendo pautada – e dominada – como um grande eldorado. Planos, projetos, objetos... tudo foi sendo adicionado sobrepondo-se e, muitas vezes, suplantando arvores, comunidades, indígenas... Nada impediu os interesses dos governantes em dominar o território amazônico. A tal da dominação do inferno verde guiou-os a ousadas empreitadas em prol de uma exploração que em princípio não estava tão claramente posto. Mas a própria floresta, rica em amplos aspectos e dimensões, apresentou-lhes um caminho.

Em 1967, após uma longa busca, uma das expedições de exploração finalmente encontrou uma área de canga. O governo agiu rapidamente para dominá-la sem, contudo, fizesse ideia da real dimensão do potencial mineral que ali existia. O interesse pelo recurso só surgiu quando outros exploradores manifestaram sua cobiça e o contexto internacional começou a se configurar favorável a essa frente de exploração. Pronto, o caminho da fragmentação da Amazônia Oriental, mais especificamente o Sudeste paraense e o Oeste do Maranhão, foi colocado. Assim, em 1975, agora com um cenário internacional favorável ao produto e com um quadro econômico nacional sedento por recursos, as commodities minerais foram pautadas e alçadas à categoria de solução dos problemas nacionais. E foram desenhadas em bases de exploração tão audaciosas quanto o interesse de dominar o território.

De forma acelerada vieram caminhões, tratores, abriram-se estradas aqui, fizeram ponte e porto ali. Esses foram os rápidos movimentos para realizar os Grandes Projetos de exploração mineral na Amazônia Oriental. Estratégias foram se efetivando, ao passo que demonstravam a capacidade interventiva do Estado, além, claro de seu autoritarismo e ganancia. E se de um lado isso representava o crescimento econômico, a modernidade; de outro, significava a suplantação dos recursos e dos povos da floresta.

Historicamente o extrativismo fez (e faz) parte da Amazônia. Todavia, o extrativismo lançado a partir dos grandes empreendimentos mudou as bases de ocupação e exploração da floresta. A floresta foi (re)configurada. Práticas incisivas

difundiram um sistema de objetos (fixos: rodovias, portos, aeroportos, centro de operações, etc) e de ações (fluxos: financeirização, especulação, transnacionalização de produtos, escalaridade de interação, etc.) que a transformaram rapidamente. Desencadeou-se com isso a introdução de dinâmicas que potencializaram a objetificação da floresta e dos recursos nela contidos, e aumentaram a presença de atores, diversificando seus usos e interesses. Os projetos de exploração minerária, executados a partir de 1980, foram o verdadeiro laboratório de práticas de planejamento na Amazônia oriental.

Trinta e seis anos depois, nessa mesma área onde os primeiros movimentos de exploração mineral ocorreram, um novo maciço foi descoberto e um novo projeto de mineração desenhado. Porém, agora em bases mais modernas e conectados a lógicas de exploração ainda mais vorazes. Essas novas minas deram origem a uma segunda etapa de dominação da Amazônia Oriental. Novamente, as áreas ao longo dos projetos viram seus espaços serem violados, atravessados por elementos. Novamente vieram frentes de migração, expectativas de desenvolvimento e vieram também novos atores e formas contemporâneas de dominar a terra, por meio de um circuito de exploração denominado financeirização da terra.

A parte oriental da Amazônia recebeu em duas etapas diferentes projetos articulados a lógicas distantes da realidade local. E não são distantes apenas em termos de organização produtiva, são distantes em termos de infraestruturas. Os projetos envolvem sistemas técnicos que estão total e contrastadamente desvinculados do local. Na ferrovia mais moderna do país, controlada pelos mais modernos sistemas de monitoramento, viaja o *cumpadi* com seu paneiro de mandioca para vender no Pindaré. Os grandes projetos de minerais da Amazônia são enormes contrastes entre o digital e o analógico, entre a dominação e a apropriação do território.

Desde que foram inseridos na Amazônia Oriental esses projetos conformaram uma área de influência direta aos seus processos produtivos que tem sido ampla e reiteradamente pesquisada. Coelho (2015), possui uma coletânea de estudos acerca das transformações que ocorreram no sudeste paraense. Os trabalhos desse autor procuram entender como a grande ofensiva do capital, lançada pela mineração na Amazônia, favoreceu o subdesenvolvimento em Carajás. A abordagem do autor, possui um viés

socioeconômico acerca de como o Sudeste Paraense foi sendo cooptado para e pela produção mineral. Entretanto, seus trabalhos se concentram a abordagem principalmente em Canaã e Carajás.

Wanderley (2021), por sua vez, apresenta um trabalho que busca compreender a grandiosidade dos empreendimentos de mineração a partir de um modelo de mineração que reproduz desigualdades e violações, caracteristicamente excludente e que promoveu uma acelerada e desorganizada ocupação. Para o autor, o modelo mineral brasileiro é marcado pela produção de vulnerabilidades econômica nos territórios, é altamente concentrador de renda da propriedade fundiária; reproduz relações de poder nos territórios e cria inúmeras situações de minério-dependência; desterritorializa e expulsa populações, além de reproduzir outras tantas desigualdades. Em que pese, o trabalho até aborda os impactos da mineração em municípios maranhenses, todavia, centra-se predominante na região de Carajás, ou seja, nas regiões das minas.

Palheta (2014, 2015, 2017), geógrafo paraense, possui diversos estudos acerca da mineração na Amazônia. Muitos procuram realizar leituras geográfica das transformações territoriais em Carajás. Conforme explica o autor, a mineração reorganiza o território e produz um desenvolvimento regional articulado em diferentes escalas. As abordagens do autor considerar o território uma manifestação social e de relações de poder, onde a mineradora usa o território de forma excludente. O autor assinala que o território do sudeste paraense foi organizado para a mineração.

Monteiro (2022, 2023), também possui inúmeros artigos acerca da mineração paraense. O autor busca interpretar as transformações do sudeste paraense assumindo a mineração como um fenômeno modernizante. Em seu trabalho mais recente (2023), o autor considera a mineração como um sistema altamente dinâmico produto da expansão geográfica, da reorganização espacial e da acumulação capitalista. Para o autor Carajás insere-se em um processo de produção da fronteira, cujas lógicas ligam-se ao capitalismo global e, por isso reproduzem diferenciações no espaço da Amazônia.

As abordagens mencionadas contribuem, significativamente, para assumirmos a mineração como um processo violento e excludente. Entretanto, as mesmas centram suas análises apenas nas áreas de impacto direto das minas. Isso tem reduzido a

verdadeira amplitude da mineração porque limita-a a um espaço com recurso e exclui as áreas que também se vinculam ao processo mineral, porém, por meio de outros elementos que não apenas o elemento natural.

A mineração desde que foi introduzida na Amazônia ocupou diferentes espaços reproduzindo embates desde a instalação de suas bases industriais. Esse embate, em específico, reproduz os interesses que se vinculam à mineração e também apontam que a mineração é um enorme sistema de objetos e sistema de ações que não pode ser compreendido apenas pela localização dos recursos nas minas. As infraestruturas que estão inseridas nesse sistema é que dão concretude ao processo ou como se realizaria um processo de mineração na floresta sem vias de escoamento, sem vias de acesso para as minas?

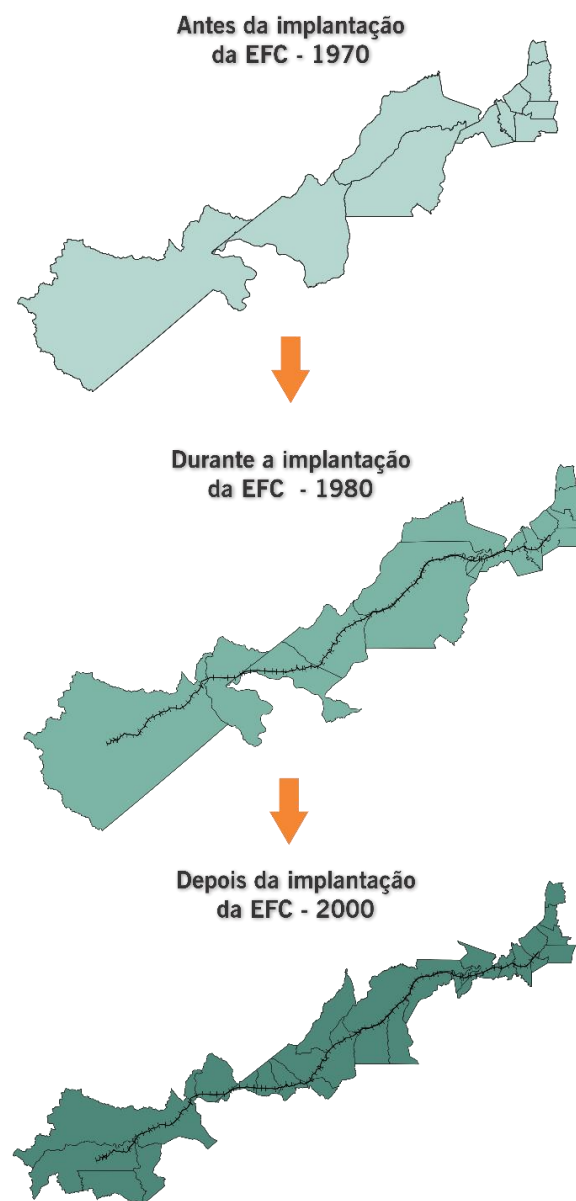
Os impactos da mineração na Amazônia Oriental, desde sua descoberta, ensejam transformações no território de forma conectada. Afinal, o território e o espaço são frações totalizadoras. A mineração na fronteira só se efetivou porque foram implantados inúmeros objetos (porto, ferrovia, aeroportos, rodovias e etc.) para viabilizar seu funcionamento. E esses objetos foram efetivados em um sistema que realiza a mineração. Não teríamos mineração em Carajás sem ferrovia, sem porto, sem aeroportos, sem toda a infraestrutura que foi criada para tal. É por isso que a mineração é um processo amplo e complexo, porque suas assimetrias se distribuem ao longo de toda a cadeia produtiva.

A Estrada de Ferro Carajás é um dos mais importantes objetos ao processo de mineração. Desde que a mineração foi descoberta esse modal logístico tem concentrado diferentes fluxos e processos que transformaram seu entorno. Em um momento mais recente, as obras de duplicação da ferrovia para escoar os minérios do novo Eldorado, provocaram mais conflitos. Esses conflitos são de toda a ordem, desde à invasão de terras indígenas à remoção compulsória de pessoas. Ademais, o sistema de mineração possui outras infraestruturas a ele relacionadas que também reproduzem uma série de impactos.

A mineração na Amazônia Oriental é resultado de uma série de estratégias de dominação regional implementadas por meio de políticas públicas. No entanto, a sua

continuidade, ou seja, a sua permanência na floresta é consequência das infraestruturas que foram criadas para viabilizá-la. E é a partir dela de que inúmeros impactos da mineração podem ser encontrados. Muitos desses impactos podem ser observados pelas transformações territoriais que a mineração provocou ao longo dos 892 km de ferrovia. Isso porque, o território onde a ferrovia foi implantada, em 1980, possuía 13 municípios. Com a implantação da ferrovia, esse conjunto passou a ser de 17 municípios, e após a consolidação da mineração, na década de 1990 a 2000, 28 municípios, entre os estados do Pará e Maranhão (Ver Figura 1), estavam sob a influência da EFC.

Figura 1 – Evolução territorial ao longo da EFC



Elaboração: Galvão (2024)

A EFC tem ensejado inúmeras transformações, isso é um fato. Entretanto, compreendê-las apenas como um conteúdo sem relacionados às formas que ensejam, tornam-no incompletas. Santos (1994), esclarece que as formas são os sistemas da atualidade. Isso porque, de acordo com o autor, nelas residem ações e as ações são sempre atuais e se renovam. As formas são o movimento da sociedade e por isso são ainda formas-conteúdos que expressam a dialética da sociedade e de sua história. Santos (1994) é enfático ao dizer que o conteúdo não poderia existir sem a forma. Assim os processos de mineração da Amazônia têm sido compreendidos de maneira parcial porque descolados de suas formas. E essas formas-conteúdos fazem parte da história da mineração na Amazônia Oriental e se estendem pelo Pará e Maranhão.

O recorte limitado e circunscrito ao Sudeste paraense nos afasta de uma compreensão totalizante do processo de mineração. Com isso, inúmeras camadas são invisibilizadas. As comunidades, os povos indígenas, os ribeirinhos, os agricultores e tantos outros atores que são impactados pelo processo. Ademais deixamos aprender a região em seu processo dinâmico, ou como bem coloca Haesbaert (2004), como um artefato. As dinâmicas que o processo de mineração enseja podem ser vistas tanto em Buriticupu quanto em São Francisco do Brejão, municípios distantes das minas, mas que nos lembram que estamos em um território da mineração quando cruzamos com as pessoas de blusa verde e seus EPIs.

Os 28 municípios ao longo da EFC compartilham situações e impactos que os aproximam e que nos inquietam de diversas formas. Como pode um processo ter uma capilaridade tão grande no território. O que fez a mineração na Amazônia Oriental alcançar a amplitude que tem hoje? Quais processos foram capazes de influenciar nessas sucessivas transformações territoriais? O objetivo geral de nossa tese, portanto, é compreender o papel das políticas públicas (federais e estaduais) nas transformações territoriais da Amazônia Oriental que levaram à formação da Região de Carajás. Em termos de objetivos específicos pretendemos compreender o papel do governo federal e dos entes subnacionais na criação e na transformação da Região de Carajás e mapear as diferentes configurações territoriais da Região de Carajás.

Nossa hipótese é de que as políticas públicas lançadas à Amazônia Oriental configuraram uma região de mineração para a Vale S.A..

Capítulo I – Considerações teórico metodológicas

O território é uma dessas categorias observáveis que possibilita inúmeras interpretações. Nesse sentido, abalzar esse conceito é fundamental para que compreendamos o quê o transforma e como o transforma para, assim, interpretar seus desdobramentos, as continuidades e/ou descontinuidades dos processos que nele ocorrem. E esse tem sido a premissa das ciências geográficas, seja em termos físicos, sociais, econômicos, culturais e outros.

O principal objetivo desta tese é observar as transformações territoriais. No entanto, é fundamental reconhecer que o território está em constante mudança. Assim, compreender as origens e motivos dessas mudanças é tão importante quanto analisar como elas afetam o território. Quais alterações implicam? Que novas dinâmicas introduzem ou modificam? Como essas mudanças estão conectadas a eventos específicos? A abordagem que, ora apresentaremos, será o viés condutor das incursões que pretendemos fazer para compreendermos como o território da Amazônia Oriental, ao longo de umas das infraestruturas mais importantes da mineração, foi transformado.

1.1 O território: um conceito sendo efetivado

Difícilmente se inicia uma exploração do significado de território sem mencionar Friedrich Ratzel, um teórico pioneiro que investigou profundamente essa complexa inter-relação, introduzindo uma categoria analítica de grande valor: o território. Ratzel (1983), por meio de sua biogeografia, defendeu a importância do solo para o Estado. Assumindo que Estado e território possuem uma estreita relação, o autor apontou uma das primeiras perspectivas acerca do conceito de território. Na concepção *ratzelina*, o Estado possui um caráter de enraizamento ao solo que justifica e fundamenta a existência do mesmo.

Ratzel (2011) desenvolve a ideia de que o Estado possui uma natureza territorial que permite a fixação do povo sobre o solo, estabelecendo uma relação de reciprocidade que os integra como um único ente. Segundo ele, o território é o suporte físico no qual o Estado depende, uma vez que "solo e povo alcançam esta situação, na medida em que possuem as características necessárias para a ação de um sobre o outro". A coerência dessa relação, como explicado por Ratzel (2011), atingiu tal profundidade que, apesar de ser questionada sob diferentes aspectos, não foi invalidada.

A perspectiva ratzeliana, embora fundamentada na geografia, possui estreita relação com as acepções jurídico-normativa que são dadas ao território. Dallari (1991, pág. 77), ao desenvolver uma Teoria Geral do Estado, afirma que o território é "essencial para a existência do Estado". A perspectiva de Bobbio (1987) afirma que o Estado pode ser definido por três elementos constitutivos: o povo, o território e a soberania. Este autor, inclusive esclarece que o termo "Estado" evoluiu ao longo da história e passou de uma definição genérica para uma definição que enfatiza a posse permanente e exclusiva de um território. Em Johnston (1982) podemos observar que o território é um recurso que permite ao Estado, por meio de seus aparatos administrativos, influenciar a vida econômica e social, bem como exercer sua soberania. O território, de acordo com esse autor, serve ainda como caminho geográfico para a efetivação das políticas, sobretudo aquelas que determinam a localização de atividades econômicas.

Mencionar essa vertente sem, no entanto, fazer menção à Jean Gottmann é quase como incorrer em uma falha. Esse geógrafo francês deixa claro que o território é fundamental à compreensão das funções (e, portanto, das ações) do Estado (Gottmann, 2012). Isso porque a jurisdição de um governo é a extensão que coincide com a porção de espaço geográfico. Mas, para Gottmann (2012), o território possui também uma função social, uma vez que oferece oportunidades econômicas e proteção durante tempos de dificuldade e privação. Ademais, para o autor, o território é um dispositivo psicossomático necessário para preservar a liberdade e a diversidade populacional de forma coesa. Embora Gottmann (2012) ressalte a importância do território para a organização física e política do Estado, ele também considera que esse conceito evoluiu da perspectiva dos sistemas de signos e doutrinas, incluindo as questões sociais e diplomáticas.

Para ampliarmos um pouco essa intrínseca relação Estado-Território, podemos trazer o apontamento de Cataia (2011, pág. 117) acerca do território e destacar o que, na percepção do autor, configura-se como fundamental na interpretação dessa relação: (a) o território é objeto do Estado, embora seja um elemento natural do Estado, difere do solo uma vez que é o fundamento da soberania; (b) o território pode ser entendido como sujeito do Estado, posto que é assumido como seu elemento constitutivo e meio por onde a ordem jurídica do Estado se realiza; e (c) o território pode ser uma função do Estado, onde cabe a este garantir seu papel como espaço nacional por meio do poder e da soberania territoriais.

O esforço realizado pela geografia para definir o território como suporte do Estado, em primeira instância, validou os interesses de grupos relacionados a ele, mas em um

segundo momento, contribuiu para revelar sua importância enquanto objeto. Nesse sentido, Ratzel (1983) foi vanguardista com sua interpretação determinista do território e, ainda assim, foi fundamental para dar luz a esse conceito central na geografia. A partir de então, o território foi recebendo abordagens cada vez mais abrangentes e que o colocaram sob diferentes perspectivas, mas que de modo geral o enriqueceram.

De acordo com Haesbaert (2004), o conceito de território, historicamente construído, se distribui em algumas vertentes principais: (a) a política ou jurídico-normativa, onde o território representa um espaço delimitado para o exercício do poder; (b) a cultural ou simbólico-cultural, onde o território adquire um valor subjetivo e/ou simbólico para os grupos sociais; (c) a econômica que considera o território como uma fonte de recursos; e (d) a naturalista que enxerga o território como o ambiente natural das relações entre seres humanos e a natureza.

Vidal de La Blache (1954), a despeito das vertentes citadas anteriormente, segue a cultural. Esse geógrafo francês foi responsável por ampliar a perspectiva territorial ao incluir essa dimensão e avançou ao compreendê-lo como um "território vivido". La Blache (1954) apontou que o homem possui inúmeras possibilidades de mudar a natureza. Segundo essa perspectiva, cada lugar na Terra apresenta características únicas, o que possibilita diferentes combinações com as condições físicas.

Assim como Ratzel, Vidal de La Blache foi fundamental à construção do conceito. No entanto, a crescente complexidade dos processos sociais e econômicos pós-modernos, colocaram o conceito em ênfase, mas agora sob novas perspectivas. Segundo Claval (1999), essa mudança ocorreu devido a diversos fatores, incluindo mudanças epistemológicas que levaram os geógrafos a examinar as relações entre sociedade e espaço, a diminuição da influência das ideologias econômicas e a crescente fragilização das identidades como formas de diferenciação, entre outros aspectos, que reposicionaram o território no centro dos debates.

A relevância do território diante das novas dinâmicas contemporâneas foi fundamental para afastá-lo da concepção meramente física e colocá-lo como protagonista na interação da sociedade com seu ambiente. Nesse sentido, as perspectivas, em vez de serem construídas apenas a partir de um viés de análise (determinista, possibilista, etc.), passaram a incluir várias dimensões. Claval (1999), por exemplo, construiu sua base teórica enfatizando a dimensão cultural-simbólica do território. Para este autor, o território confere especificidades aos processos sociais e os mesmos são impregnados de símbolos e

representações, os quais fundamentam enraizamentos por meio de laços afetivos, morais e familiares. Sob essa ótica, o território é entendido como o espaço vivido, que reflete as existências humanas por meio de suas práticas e discursos.

Em Raffestin (1993, pág.144), o conceito de território se estrutura a partir das relações sociais produzidas no espaço. Para o autor, essas relações produzem espaços de apropriação e organização que, por meio de um “essencial visível” (Ibidem, pág. 50) materializam suas estratégias construindo sistemas de malhas, nós e redes de comunicação e comando). O conceito de território é concebido como espaço de apropriado que inclui a existência de poder, mas este é capilarizado nas estruturas que organizam e permeiam as interações entre os atores, seja nas esferas políticas, econômicas, sociais e culturais. O território, segundo Raffestin (1993), é visto como um sistema de estruturas que pode tanto ser influenciado pelas interações sociais quanto ser um meio para produzi-las.

Para Souza (2000), assim como Raffestin (1993), enfatiza o poder como sendo crucial à compreensão do território. Entretanto, para este autor, o território é um campo onde as dinâmicas de poder se desenrolam e se manifestam. Essa abordagem ressalta a importância do controle e da influência espacial como componentes essenciais na constituição do território, ou seja, o território é “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 1995, pág. 78). Para Souza (2000; 1995) os elementos culturais e simbólicos são relevantes, entretanto é o exercício do poder que funda, molda e define o território. Isso implica considerar que as relações de poder são centrais na dinâmica territorial, influenciando a apropriação, a dominação e a proteção dos espaços em função dos recursos disponíveis, sejam riquezas naturais, vantagens estratégicas ou outros fatores de interesse.

Entre as tentativas de definir o território também podemos elencar aquelas que os conceituaram a partir das práticas sociais ou como resultado das estratégias de determinados grupos. Autores como Sack (1986) e Soja (1993) elaboraram uma concepção de território a partir da manifestação de fenômenos específicos e como esses, por meio da expressão de grupos sociais, manifestam conexões significativas. Uma perspectiva que já tem como pressuposto que o território é um construto social. São conexões que saem do âmbito físico e passam a incluir aspectos culturais, políticos e sociais. Sack (1986), por exemplo, discute a noção de "território como expressão", enquanto Soja (1993) aborda a ideia de "espaço como prática". Em ambos a importância das interações humanas na construção e significação do território são enfatizadas, revelando como as estratégias de

expressão e a manifestação de identidades coletivas moldam a entendimento e a apropriação do espaço geográfico.

Embora à primeira vista essas abordagens possam parecer distintas, todas compartilham a percepção do território como algo que vai além de um mero substrato físico. Ora aspectos como o poder, a apropriação, a ligação afetiva ou cultural é enfatizada, o que corrobora com o aspecto multidimensional que o mesmo possui. Contudo, há outro aspecto essencial a considerar na elaboração do conceito de território: sua distinção em relação ao espaço.

Ao passo que o conceito de território foi sendo ampliado em termos de perspectivas, procurou estabelecer uma distinção clara em relação ao conceito de espaço. No entanto, compreender o território implica necessariamente compreender o espaço, isso porque, são conceitos que estão intimamente relacionados e contribuem para ampliar as perspectivas acerca das transformações que pretendemos analisar. Ademais ensejam uma compreensão holística das práticas sociais.

Raffestin (1993, pág. 143), em sua geografia do poder é enfático ao afirmar que "espaço e território não são sinônimos". O espaço existe previamente às ações, sendo algo anterior e dado. O território emerge com a construção do espaço, representando uma manifestação ou concepção deste. Raffestin (1993, pág. 144) aponta que "qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações".

Para Haesbaert (2013), território e espaço são distintos, porém não podem ser separados jamais. Isso porque, de acordo com o autor, sem espaço não há território, pois, o mesmo não é um mero "recorte" ou "objeto empírico". Como bem assevera o autor, território não é somente uma "matéria prima preexistente" ainda não apropriada, mas um conceito que exige uma reflexão ampla e abstrata e que é complementada com a dimensão espacial da sociedade. Ambos são inseparáveis por que se influenciam. A compreensão plena do território só ocorre quando se leva em conta a dimensão espacial da sociedade.

Se Raffestin (1993) é enfático ao apontar que o espaço antecede ao território e Haesbaert (2013) coloca ambos como indissociáveis, para Santos (1978, pág. 223-233), "a utilização do território pelo povo cria o espaço". Enquanto Raffestin (1993) assume que o espaço geográfico existe independentemente das ações humanas, colocando-o como uma realidade objetiva que está presente antes mesmo da intervenção humana; Santos (1978),

por sua vez, apresenta uma abordagem mais dinâmica e interativa entre espaço e território. Na primeira perspectiva o espaço é concebido como um substrato físico e abstrato que não depende das práticas sociais para existir. Na segunda, as atividades humanas fundamentam definem o espaço.

Na perspectiva de Santos (1978), o espaço é uma construção social e histórica, é um processo que evolui e que assume a característica de cada sociedade. Para este autor, o espaço é composto por elementos naturais (segunda natureza) e sociais e pode expressar-se como um fator de sua evolução e não somente como condição de sua existência (SANTOS, 2020 [1985]). O espaço é, portanto, moldado e transformado pelas atividades humanas (SANTOS, 1978) o que aponta que o território surge da ativa utilização e apropriação do espaço pela sociedade.

A diferença que é estabelecida entre essas perspectivas, tanto de território quanto de espaço, apontam a complexidade demandada pelos conceitos na busca de elucidar as mais diferentes dinâmicas geográficas. Não existe um único caminho ou uma única perspectiva para o entendimento de território e de espaço, assim como a escolha de uma perspectiva não invalida a existência de outra. Território e espaço são como fractais: possuem complexidade infinita, delimitações fluidas e estruturas de auto-similaridade. Compreendê-los, enquanto conceitos, demanda muito mais que escolher um caminho ou uma perspectiva de abordagem, demanda a escolha de métodos e categorias de análises que melhor revelem o conteúdo e a relação desejadas.

1.2 O território e suas categorias de análise

Milton Santos não somente construiu uma teoria do espaço como estabeleceu categorias para interpretá-lo, uma vez que descrevê-lo, analisá-lo, sair do abstrato ao concreto e vice-versa, não constitui tarefa trivial. O próprio autor questiona: “como passar do sistema produtivo ao espaço?” (SANTOS, 2020 [1985], pág. 11). Para tanto, a utilização de métodos e categorias que auxiliem nessa transposição são fundamentais. Nesse sentido, Santos (2020 [1985]) a partir de seu conceito de espaço, apontou os caminhos para melhor apreendê-lo. Isso porque, para o autor, o espaço é constituído de elementos que fragmentam suas partes e facilitam sua análise. E esses elementos não somente perpassam o espaço social, como indicam funções e conferem-lhe forma. Para Santos (2020 [1985], pág. 16), os elementos

sendo espaciais (pelo fato de disporem de extensão), eles também são dotados de uma estrutura interna, pela qual participam da vida do todo de

que são parte e que lhes atribui um comportamento diferente (para cada qual), como reação ao próprio jogo das forças que os atingem.

A capacidade responsiva e analítica a que Santos se refere, e que ele considera fundamental reside, nos elementos essenciais presentes em qualquer sociedade, tais como: os homens, as empresas, as instituições, as infraestruturas e etc. Esses elementos compõem o conjunto de objetos que as sociedades vão gradualmente incorporando ao espaço em que habitam. Ocorre, entretanto, que a adição desses elementos não se realiza fora de uma lógica e é aqui que a teoria *miltoniana* apontou-os como componentes de um sistema de objeto e sistema de ações.

De acordo com Santos (1994) os objetos não existem de forma isolada. Eles estão presentes do espaço de forma inter-relacionada e interdependente, além de possuírem valor econômico, social e cultural. Conformam, portanto, um sistema articulado de maneira complexa que influenciam as atividades humanas. E como incluem tanto os elementos materiais e imateriais, influenciam na organização e transformação dos espaços. Para Santos (1994, pág. 39),

O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes. Os objetos não têm realidade filosófica, isto é, não nos permitem o conhecimento, se os vemos separados dos sistemas de ações. Os sistemas de ações também não se dão sem os sistemas de objetos. Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma.

A relação entre esses sistemas possibilita identificar os processos de construção, bem como de transformação do espaço. A cristalização desses sistemas pode ser apreendida pela configuração territorial. Para Santos (2002)

A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima. A configuração territorial, ou configuração geográfica, tem, pois, uma existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais (SANTOS, 2002, pág. 38-39).

A produção e organização do espaço que vão se realizando por meio dos acréscimos de elementos, integrados a sistemas e relacionados com o meio, produzem uma configuração específica como resultado. O mérito da configuração territorial reside no fato

de ser um recurso que possibilita aprender as transformações que acontecem no espaço por meio das marcas que as mesmas imprimem no território. Assim, configuração territorial amplia, portanto, as possibilidades de apreensão das relações sociais (SANTOS, 2002) uma vez que acompanha a sociedade como resultado de suas ações que se sobrepõe ao espaço natural, transformando-o em um espaço de natureza humanizada, ou como Santos (1994) declara, uma segunda natureza.

Santos (1994, pág. 55) esclarece que temos um espaço que é cada vez mais constituído de uma segunda natureza e contrasta com o espaço que

era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, e mais recentemente objetos mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidrelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico.

Ademais, a configuração territorial além de capturar todos os acréscimos que vão sendo postos no espaço e que marcam o território, contribui, ainda, no entendimento da solidariedade, da contradição e da indissociabilidade presentes nas lógicas que os organizam e efetivam esses objetos. Ademais, esses objetos constroem densidades, estabelecem fluxos e hierarquias e ao passo que delimitam espaços de influência e ampliam as possibilidades de uso do território.

Se a configuração territorial, enquanto categoria, permite um melhor entendimento do espaço e seus processos, indiretamente contribui para a caracterização do território. Isso ocorre porque a materialidade que ela engendra repercute no território, transformando-o e/ou influenciando-o. Em 2001, Milton Santos, em parceria com Silveira, demonstrou que as materialidades possibilitam narrar a história do território. Eles ressaltaram que esses objetos, por serem dotados de técnicas, expressam as formas de fazer e regular o território. Todavia, ao indicar que o espaço é definido pela inseparabilidade entre o sistema de objetos e o sistema de ações, Santos e Silveira (2001) apontaram a possibilidade de identificar como, onde, por quê, para quem e para quê o território é utilizado. Desse modo, os autores, mediaram uma relação entre configuração territorial e a categoria território usado. Santos e Silveira (2001) definem território como a extensão apropriada e usada que é sinônimo de espaço geográfico e a categoria território usado possibilita apreender, de forma sistemática, a constituição do território. E definem que uso do território pode ser indicado pela implantação de infraestruturas, os movimentos da população, a distribuição da agricultura,

da indústria e dos serviços, as normas (fiscais, legislativas e financeiras), entre outros, que conformam as funções do espaço.

É por meio dos usos do território que os sistemas de ação e sistema de objetos se realizam. Santos (1999), explica que quando o território é usado ele adquire vida e passa a ser algo mais que um chão, passa a ter uma identidade, passa a ser o local das trocas materiais e espirituais, torna-se o fundamento do trabalho e da residência, é onde a vida é exercida. E Santos (1999, pág. 19) explica que a categoria território usado

pode ser mais adequada à noção de um território em mudança, de um território em processo. Se o tomarmos a partir de seu conteúdo, uma forma-conteúdo, o território tem de ser visto como algo que está em processo. E ele é muito importante, ele é o quadro da vida de todos nós, na sua dimensão global, na sua dimensão nacional, nas suas dimensões intermediárias e na sua dimensão local. Por conseguinte, é o território que constitui o traço de união entre o passado e o futuro imediatos.

De fato, a categoria 'território' nos apresenta uma ampla gama de possibilidades, envolvendo, por um lado, o dinamismo da sociedade na criação de seus espaços, e, por outro, a evolução do próprio território. Mas os usos atribuídos ao território podem conferir-lhe níveis de importância distintos, pois o valor do território utilizado por uma empresa é totalmente diferente daquele empregado por populações ribeirinhas, por exemplo. Nesse sentido, Lefebvre (2013) oferece uma importante contribuição ao explicar que o espaço pode adquirir tanto um valor de uso quanto um valor de troca. Segundo o autor, o espaço não é apenas um produto passivo, mas sim um elemento integrante de uma rede complexa de relações que influenciam na organização do trabalho, no transporte, nos fluxos, na produção, etc. Desse modo, o espaço possui um valor de uso intrínseco para atender às necessidades humanas. No entanto, transações econômicas, de propriedade e similares, o território é assumido como um objeto e passar a ter um valor de troca.

1.3 O território em diferenciações

As diferenças nos usos do território, como mencionamos anteriormente, podem atribuir-lhe valores distintos. No entanto, é através da distribuição desses usos que as especificidades são delineadas, promovendo sua diferenciação. O caráter inerente de diferenciação entre os territórios, de um lado, ressalta sua especificidade e, de outro, revela padrões, dinâmicas e relações que contribuem no entendimento de seus conteúdos e formas.

De acordo com Dallabrida (2007), o território a diferenciação que confere unicidade ao território contribui para ressaltar suas características culturais, identitárias, naturais e

produtivas. Torna-se, portanto, um fator valorativo do território. Para Bessa (2011), a diferenciação marca a interação entre os elementos físicos e sociais, moldam e transformam o espaço, evidenciando as múltiplas formas de organização e estruturação do território. Para Santos (1999) a diferenciação emerge como uma característica das interações entre os processos globais e locais. É o resultado das forças hegemônicas que ora agem em favor da homogeneização, ora heterogeneização e que implicam diretamente na organização territorial.

A ocorrência das diferenciações no território é uma evidência clara de que os territórios se transformam. Bessa (2011) aponta que alguns fatores contribuem significativamente nesse processo: a diversificação das atividades humanas, as relações sociais e econômicas, os processos históricos e culturais, as próprias intervenções que a sociedade realiza e os processos de globalização e localização. E como esses fatores assumem uma dimensão territorial seus contornos refletem os mais diferentes interesses e, por vezes, tornam-se conflitivos ou como Bessa (2011) coloca, produzem as formas da diferença.

Ocorre, entretanto, que essas diferenciações podem se dar de forma espontânea ou serem totalmente induzidas. Corrêa (1995), que relaciona a diferenciação com a diversidade e a heterogeneidade do espaço geográfico, esclarece que a mesma pode explicar das disparidades econômicas às funções, usos e significados atribuídos a lugares e regiões. De acordo com as diferenciações emergem da das práticas espaciais que organizam o espaço. Essas, enquanto “conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o no todo ou em parte, ou preservando-o em suas formas e interações espaciais” (CORRÊA, 1995) e são resultado tanto da consciência que o homem possui acerca da diferenciação de seus espaços, quanto dos padrões culturais e técnicas disponíveis, em cada sociedade, para sua organização. Para o autor, essas práticas são os ingredientes de diferenciações espaciais e são promovidas por meio de seletividades espaciais, fragmentação-remembramento espacial, antecipação espacial, marginalização espacial e reprodução da região produtora.

Em grande medida esses processos emergiram com a modernização capitalista a qual conferiu maior complexidade aos espaços e, conseqüentemente aos territórios. As diferenciações apontam, assim, o território que vai se moldando em face aos novos processos e que vai se transformando. A diferenciação desses territórios relaciona-se diversas vezes com os processos de espacialização que buscam organizá-los de acordo com interesses específicos. Todavia, como bem pontua Silveira (2011), alguns níveis de

especialização não ocorrem sem que haja uma cooperação ampla no território. Nesse sentido,

entra a ajuda fiscal na construção de sistemas de engenharia e sistemas de movimento de que precisam tais empresas. Sobreposta às divisões territoriais pretéritas do trabalho, essa nova ordem espacial não se explica apenas pela diferenciação, mas mormente pela organização (Ibidem, pág. 5).

A construção dessa lógica, como bem colocado por Santos e Silveira (2001), não se realizaria sem que agendas políticas fossem moldadas, influenciando nas decisões governamentais e contribuindo para uma articulação entre política e economia em escala global. “O papel de comando é reservado às empresas dotadas de maior poder econômico” (Santos e Silveira, 2001, pág. 291) que tendem a organizar o território para cooperar em favor da produção, adequando-o técnica e politicamente.

A articulação que é promovida pra efetivar essa organização coaduna com as colocações de Harvey (1985) que chama a atenção ao fato de as empresas, muitas vezes, atuarem como atores dentro do contexto geopolítico, atuando em colaboração ou em competição com os interesses estatais. Uma situação que facilita a estruturação dos espaços empresariais. Os apontamentos de Harvey (1985) assumem o Estado a partir de uma perspectiva não monolítica que reúne diversos atores institucionais para defender os interesses de classes. Para o autor, o Estado pode, dentre outros, cooperar com as empresas ao facilitar alianças, por meio de instituições e agendas públicas, participação política e negociação, em diferentes escalas; definir limites relativamente instáveis ou firmes no território e estabelecer políticas fiscais e monetária para garantir uma certa coerência regional que estruture favoravelmente os empresários.

É conveniente consideramos, ainda, que esse papel colaborativo do Estado é corroborado pelo papel que o mesmo possui em sua estreita relação com o território que o organiza e o planeja. Como explica Johnston (1982), o Estado possui interesses de soberania, mas também executa funções e realiza inúmeras ações que tem impacto direto no território. Para o autor, este papel do Estado não pode ser visto de forma residual, posto que as atividades do mesmo possuem impactos diretos no território. O autor explica, ainda, que inúmeras transformações se sucedem no território, e ocorrem em função da distribuição de bens como equipamentos de saúde, de segurança, assistência social, infraestruturas, etc.; além das estratégias financeiras como redução de impostos, isenção de tarifas que influenciam retamente no território, inclusive em sua fragmentação. Johnston (1982), deixa claro que o Estado, por meio de seus aparelhos administrativos, se intromete na vida

econômica e social indicando caminhos geográficos que criam variedades territoriais. Para o autor, esse poder do Estado lhe confere a capacidade de influenciar, diretamente, na localização das atividades econômicas, sobretudo, por intermédio das políticas de desenvolvimento.

Embora Johnston (1982) tenha feito menção imediata às políticas de desenvolvimento como exemplo de práticas de intervenção, é preciso ressaltar que algumas políticas, e não somente as de desenvolvimento tem um caráter territorial. De acordo com Steinberger (2006) algumas políticas têm um caráter espacial por terem o espaço em seu fundamento de formulação. Para a autora, políticas públicas que tratam das questões ambientais, rurais, urbanas, territoriais e regionais ensejam o espaço de forma adjetivada. E não só isso, essas políticas por não reconhecerem esse conteúdo, acabam caracterizando o espaço como um palco de ações, esvaziando-o de seu valor.

E se de um lado, a elaboração das políticas públicas tende a subjugar o valor do espaço; de outro as mesmas cada vez mais são elaboradas em um contexto em que o Estado neoliberalista faz um uso seletivo do espaço (SANTOS E SILVEIRA, 2001). Emerge com um isso a possibilidade que o território seja destinado para os projetos do capital, atribuindo-lhes valores de troca. Silveira explica que esse movimento contribuiu na formação de verdadeiros “compartimentos de produção globalizada” que resultam da aceleração contemporânea, porém, suscetíveis de esvaziamento ou decadência, uma vez que estabelecem funções dependentes de normas globais e ativos transferíveis.

As empresas, de acordo com Silveira (2011), cada vez mais, contam com ajustes políticos que facilitam o uso do território com vistas a transformá-lo em ativos e recursos. Com isso a autora aponta que as grandes firmas, globais e nacionais, usam o território nacional segundo seu poder e de acordo com as aptidões “naturais” e artificiais nele existentes.

Os usos que o Estado e as empresas fazem do território promovem uma aceleração das diferenciações. Santos e Silveira (2001) apontam a ocorrência de inúmeros fenômenos como consequência desse processo: novas desigualdades territoriais, espaços de rapidez e da lentidão, fluidez e viscosidade, zonas de densidade e rarefação, espaços luminosos e espaços opacos, novas lógicas centro-periferia, espaços que mandam e espaços que obedecem. Um conjunto de processos que demonstra, com clareza, a complexidade dos fenômenos contemporâneos.

Esses processos tem a capacidade de reconfigurar o território de maneira irreversível, além de criarem verdadeiras zonas e/ou áreas de influência que introduzem tantas outras problemáticas. Muitas das diferenciações pelas quais os territórios passam os colocam em outros dilemas que implicam um esvaziamento de suas formas e conteúdos. A despeito, é o que tem ocorrido com os processos de regionalização dos territórios. Como adverte Haesbaert (2010),

Em nome de uma lógica individualista-contábil mundial, [a região agora] propõe de alguma maneira integrar as mais distintas áreas do planeta, “regionalizando” sobretudo na forma que melhor convém às suas estratégias geográficas de circulação, acumulação e dominação.

A região, de acordo com Haesbaert (2010), que em sua acepção expressa o recorte espacial, é, ainda, uma forma de estabelecer limites e indicar direções. Para Corrêa (1989) o conceito de região envolve condições de controle e ação. Isso porque, segundo o autor, esses fatores são recursos utilizados para garantir a reprodução de classes. É para esses fins que a regionalização se efetiva, organizadas em unidades territoriais, “de um lado, a partir de um governo de nível hierárquico inferior ao do núcleo de dominação; de outro, de um mais ou menos complexo sistema de planejamento especializado” (Ibidem, pág. 26). Para o autor,

as regiões de planejamento são unidades territoriais através das quais um discurso da recuperação e desenvolvimento é aplicado. Trata-se, na verdade, do emprego, em um dado território, de uma ideologia que tenta restabelecer o equilíbrio rompido com o processo de desenvolvimento (Ibidem, 1989, pág. 26).

Corrêa (1989) esclarece, ainda, que as práticas políticas e econômicas se utilizam, também, das diferenciações como estratégia para estabelecer divisões regionais. Quando as diferenciações se tornam fatores que determinam regionalizações, servem para efetivar as práticas de ação e controle. Aqui, as regionalizações podem em razão de problemas sociais, produtivos, naturais, etc., fatores que são enfatizados conforme os interesses das classes dominantes, bem como sua retificação ou ratificação.

Para Lencioni (1999), a face intervencionista do Estado, procura por meio da região, determinar estratégias de planejamento. Nesse sentido, a região serve como um “instrumento técnico-operacional” para organizar o espaço. E o estudo regional passou, então, a focar em temas como a concentração de atividades, hierarquia de lugares, análise das funções urbanas e regionais, entre outros. A autora explica que houve um afastamento das práticas de regionalização com vistas a classificar áreas, mas uma aproximação dos

aspectos que levam em conta a função dos lugares. Com isso, de acordo com a autora, o conceito sofreu um esmaecimento. Isso porque,

ao se colocar a região – categoria de análises geográfica – como instrumento para a elaboração desses planos e ao mesmo tempo que eles se tornam desacreditados, o conceito de região acabou sendo desconsiderado. Em outras palavras, o descredito decorrente da instrumentalização da noção de região se transferiu para a própria noção de região, fruto de uma impropriedade teórica e metodológica (Lencioni, 1999, pág. 203).

O esmaecimento da região não significou seu desaparecimento. Na perspectiva de Santos (2013 [1978]), a economia mundial apenas mudou a coerência interna da região. Isso deveu-se, sobretudo, mudanças políticas, financeiras, comerciais e econômicas. As regiões ganharam outras perspectivas que já não podem ser assumidas pelos princípios de causalidade. Para o autor, a falência da região advém de uma geografia que a observa sob os moldes clássicos, retirando-lhe a autonomia. Santos (2013) enfatiza que a região é o *locus* de determinadas funções porque é um subespaço vinculado a uma dinâmica mundial. Para o autor, a região é fundamental na identificação das funções técnicas, bem como das condições de seu funcionamento econômico.

Mas, diante dos processos de diferenciação dos territórios, é Haesbaert (2010) quem nos oferece proposições analíticas para a regionalização contemporânea. De acordo com o autor, não podemos compreender a região não como um “fato” – aquele que diz respeito a sua existência efetiva – ou como mero “artifício” – aquele que é utilizado como recurso teórico-analítico – ou, ainda, como instrumento normativo – aquele que serve de justificativa para intervenções. Na verdade, a região se enriquece de valor analítico e crítico quando compreendida como um arte-fato, posto que assim, ela alcança a condição de ser fato e artifício que serve como ferramenta política. Ou seja, alcança os três sentidos de maneira complementar, rompendo com visões dualistas. Desse modo, de acordo com Haesbaert (2010) temos vertentes distintas cuja amplitude permite entender

(i) a região como produto-produtora das dinâmicas concomitantes de globalização e fragmentação, em suas distintas combinações e intensidades, o que significa trabalhar a extensão e a força das principais redes de coesão ou, como preferimos, de articulação regional, o que implica identificar também, por outro lado, o nível de desarticulação e/ou de fragmentação de espaços dentro do espaço regional em sentido mais amplo; (ii) a região construída através da atuação de diferentes sujeitos sociais (genericamente: o Estado, as empresas, as instituições de poder não-estatais e os distintos grupos sócio-culturais e classes econômico-políticas) em suas lógicas espaciais zonal e reticular, acrescentando-se ainda a “i-lógica” dos aglomerados resultante principalmente de processos de exclusão e/ou precarização sócioespacial (HAESBAERT, 2004a e 2004b), cuja consideração é hoje, cada vez mais, imprescindível; e (iii) a

região como produto-produtora dos processos de diferenciação espacial, tanto no sentido das diferenças de grau (ou desigualdades) quanto das diferenças de tipo ou de natureza (diferença em sentido estrito), tanto das diferenças discretas quanto das diferenças contínuas (...).

Essas considerações de Haesbaert (2010) nos possibilitam assumir a região de forma dinâmica e escapar de pragmático recorte territorial.

1.4 Transformações territoriais

As transformações territoriais que estamos investigando fazem parte de um processo de observação do território e envolve a concretização de eventos, processos e operações de ocupação na região da Amazônia. Não as enxergamos como mudanças fortuitas, mas sim como resultado de decisões e ações humanas que refletem as necessidades, aspirações e valores de cada época da sociedade. Portanto, refletem as influências históricas que a sociedade deixou em seu ambiente, como resultado de sua utilização, exploração e interação com o território ao longo do tempo.

Consideramos as transformações territoriais como um processo que permite entender como a Região de Carajás se conformou. Um dos caminhos, para tanto, é caminhar pelos eventos do território desencadeados pelas políticas públicas lançadas à Amazônia. Um viés que coaduna o sistema de ações e sistema de objetos – uma vez que algumas políticas como a de ordenamento, por exemplo, ensejam lógicas de uso; e outras como as políticas de infraestruturas que inserem objetos técnicos no território – ao passo que revela os interesses do Estado e dos grupos hegemônicos do território.

1.4.1 O papel das políticas públicas na transformação do território

Apontamos a relevância que as políticas públicas tem em reconhecer o território como elemento ativo. Ocorre, entretanto, que as políticas públicas elaboradas pelo Estado moderno são produtos destinados à dominação do território. Nesse sentido, é preciso que entendamos o papel do Estado na elaboração das mesmas e o fundamento das mesmas enquanto instrumento deste.

Como explica Souza (2006, pág. 36)

A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz. A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes. A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras. A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados. A política pública, embora tenha impactos no curto

prazo, é uma política de longo prazo. A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação (SOUZA, 2006, p. 36).

No bojo dessa conceituação existem inúmeras camadas. O pressuposto de que as políticas públicas se relacionam às atividades do Estado é inegável. Este, enquanto ordem política, como explica Bobbio, Matteucci e Pasquino (1991), pretende uma organização das relações sociais de poder e demanda, para tanto, procedimentos técnicos (instituições, administração...) para neutralizar casos de conflito e garantir a soberania do território à toda estrutura social. Os autores destacam que a exigência dessa organização que deriva em uma ordem estatal emergiu, então, como um projeto “racional” que, por meio de um contrato social, assumiu a consciência de alguns condicionantes da vida em sociedade não dispensam o controle, a organização, gestão dessas condicionantes para o seu bem-estar e sobrevivência.

Nesse contexto, a relação e mediação da vida em sociedade pelo Estado colocou-o no centro das decisões políticas, mas foi o modo de produção capitalista que apontou as novas formas do fazer e agir do Estado. Como destaca Lessa (2007, p.285) “quando as necessidades da reprodução do capital se alteraram, alterou-se no mesmo sentido a atuação do Estado”. Para Smith (1988, pág. 88)

a expansão integral do capitalismo, o estado capitalista desenvolve-se. Como todo Estado anterior, sua função social central está no controle em favor da classe dominante, o que significa que na sociedade capitalista ele se torna o controlador do capital privado incapaz de se fazer por si.

Essa articulação Estado-capital foi consubstanciada pela emergência do Estado de corpo neoliberal que passou a atuar em favor do capital, em detrimento dos interesses de bem-estar. A nova natureza de atuação do Estado implicou diretamente no desenho das políticas públicas por ele realizadas. As adequações, como explica Magalhães (2015, pág. 44), ocorreram em razão do liberalismo ser caracterizado como

um processo multifacetado, abrangendo aspectos econômicos, políticos e culturais, e que surge de uma filosofia política ligada a uma escola de pensamento econômico, dando origem a um receituário bem definido para a ação do Estado na regulação da acumulação, que por sua vez difere do liberalismo clássico tanto nos preceitos teóricos quanto na prática governamental de diversas formas.

A regulação resultante do processo, conforme apontado por Magalhães (2015), levou à reconfiguração da atuação estatal visando fomentar uma maior liberalização econômica, diminuir a intervenção governamental na economia e redefinir o papel do Estado como um facilitador do mercado. Essas transformações têm implicações profundas na

sociedade, afetando a distribuição de recursos e poder, mas também no espaço. Como explica Magalhães (2015), a liberalização da economia promoveu a competição de setores e (re)distribuições espaciais de atividades, além de ter aumentado a regulação da vida e do espaço, influenciando na organização social e territorial. Mas, para o autor, as práticas neoliberais introduziram poderes distintos e escalares. O Estado torna-se, então, o agenciador de poderes em tramas ampliadas que envolvem a dinâmica de reprodução social criadora de divisões, hierarquias, desigualdades, segregações, isolamentos, entre outros.

Tais questões contrastam com as práticas e concepções utilizadas na filosofia de bem-estar. Como bem explica Egler (1995), o Estado utilizava as políticas públicas para equilibrar as desigualdades sociais e territoriais. Nesse sentido, a região foi, durante muito tempo o suporte e o argumento para as intervenções e ações. Todavia, como o próprio autor explica, as questões regionais se distanciavam das dinâmicas sociais, econômicas e políticas do território local e encobriam a complexidade das interações entre atores, processos e recursos territoriais.

A questão posta é que, independentemente das bases filosóficas do Estado, o território em maior ou menor medida reverbera e também aponta estratégias de ação. As políticas públicas tem sido um dos principais mecanismos do Estado para intervir em seu território. Como apontamos anteriormente algumas dessas políticas possuem uma natureza mais territorial que outras. Isso implica em maiores transformações do território.

1.4.2 As políticas públicas como elemento capazes de realizar transformações territoriais

A natureza territorial das políticas públicas é inquestionável. Entretanto, as mesmas constituem-se como um elemento dotado de capacidade de explicar as transformações territoriais? Por elementos consideramos a definição de Santos (2020 [1985]) que o coloca como dotado de uma extensão espacial, possuem estrutura interna, participam da vida do todo do qual fazem parte ao mesmo tempo em que lhes conferem comportamentos em razão do jogo de força a qual participam. O jogo de forças, a propósito, constitui, segundo o autor, a principal característica dos elementos, uma vez que representa a capacidade do mesmo de resistir ao movimento, ao mesmo tempo em que outras forças tentam lhe modificar. Nesse sentido, podemos considerar que as políticas públicas tanto refletem, quanto absorvem esse jogo de forças.

Ao reconhecer esse papel das políticas públicas enquanto influenciador/direcionador de usos e diferenciações do território, podemos colocá-lo como o principal elemento transformador do território. E nelas ainda estão enviesados as distintas perspectivas e jogos de poderes que incidem no território. Podemos inclusive assinalar que elas manifestam a contradição inerente do movimento social no território em razão dos interesses que envolve. Assim, as políticas públicas tornam-se elementos capazes de revelar como, por quê, por quem e para quê o território está sendo usado, além de apontar, também, as diferenciações no território que podem ocorrer em razão dos usos que as mesmas sugerem e/ou em decorrência das finalidades a elas inerentes.

Assim, essa natureza transformadora das políticas públicas nos possibilita utilizá-la como um fio condutor capaz de revelar os processos que transformam o território. De um lado, nelas residem as contradições e os interesses inerentes e reveladores do conteúdo do território; de outro, promovem materialidades por meio do lançamento de objetos como infraestruturas que revelam formas. As políticas públicas constituem-se como um elemento promovedor de formas-conteúdo.

Capítulo II: A intervenção Federal na Amazônia (1952-1979): da delimitação da Amazônia legal ao surgimento do Projeto Ferro Carajás

Como bem coloca Naun (2019), dificilmente se consegue realizar uma incursão na formação do espaço e do território amazônico sem se considerar algumas políticas lançadas à região. O mesmo é válido a despeito da descoberta dos recursos minerais na Amazônia Oriental, uma vez que as políticas desempenharam um papel determinante nesse processo. À vista disso, este capítulo irá destacar os movimentos políticos que foram capturando a Amazônia. O percurso proposto propõe uma abordagem entre as três escalas, partindo da escala nacional (ponto de origem-elaboração), passando pela regional e chegando à local (ponto de chegada-concretização). Para tanto, analisaremos as políticas, planos e programas priorizando aquelas de interface com a região amazônica e se capilarizaram até a Amazônia Oriental. Este enfoque nos permitirá compreender como as políticas públicas moldaram as transformações territoriais.

Nesse período de 1952 a 1979, o país foi marcado pela transição de regimes: de democráticos à ditatoriais. Essa alternância de regimes teve um impacto significativo nas políticas públicas que variavam entre serem elaboradas e executadas pelas diferentes escalas de governo, ou terem sua execução e elaboração totalmente centralizadas na escala nacional. No entanto, a natureza e as perspectivas adotadas, sobretudo, no que diz respeito à abordagem territorial, não diferiram. A região foi nesse período, tanto o substrato, quanto o palco das políticas públicas.

Trata-se de um período que marca, ainda, a sistematização do planejamento no país. Fatores como organização de um corpo institucional, iniciado a partir governo Vargas (1930-1954), contribuíram bastante nesse processo. Como explica Cardoso Jr (2014), o país procurou estruturar um aparato institucional com vistas a acelerar o processo de desenvolvimento econômico do país. De acordo com Ianni (2009), de 1930 a 1945, o governo de Getúlio Vargas adotou uma série de medidas econômicas e institucionais que estruturaram ações de planejamento. A partir de então, o planejamento foi se consolidando como uma prática de governo. Embora esses esforços tenham se direcionado para a melhoria do cenário econômico, Cardoso Jr (2014) explica que esses esforços contribuíram na criação de uma cultura e prática de planejamento no país, significativo para racionalidade nas ações e no processo decisório das políticas governamentais.

Com a institucionalização das práticas de ações, pouco a pouco, a percepção do território como uma área passível de organização e planejamento emergiu dentro das

atividades de governo. Será que estávamos construindo um caminho capaz de reverter o cenário de “ilhas regionais” a qual se referiu Francisco de Oliveira (2008)? Mas fato é que, entre planos, políticas e instituições, o território brasileiro passou a receber intervenções de todos os tipos. E o primeiro destino delas, foi a região. Região problema, assimetrias regionais, desigualdades regionais e outros termos validaram a região como escala de abordagem e deram lastro para o espírito nacional-desenvolvimentista. Por cerca de cinco décadas, diferentes governos desse país fundamentaram suas decisões e estratégias políticas no viés nacional-desenvolvimentista e passaram a concentrar esforços para com vistas a dirimir as diferenças regionais.

O governo de Getúlio Vargas, deu os primeiros passos nessa direção. Costa (2000) aponta que a Constituição Federal (1946) apresentou dispositivos político-institucionais que incluía as diversas regiões do país a partir de suas necessidades. Para o autor isso significou um avanço na sistematização dos problemas do território nacional. Galvão e Faissol (1969, pág. 181), por sua vez, destacam o papel da criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) enquanto órgão concentrador dos dados de estatísticas sociais do país e que significou um esforço na estruturação das questões relacionadas ao planejamento do território nacional. Muito embora, como bem enfatizam os autores, o mesmo tenha assumido as questões de território nacional, apenas pelo viés cartesiano. Todavia, os autores, dadas as circunstâncias históricas, consideravam difícil encontrar uma “coincidência perfeita” entre os diferentes fatores físicos, econômicos e sociais.

O período varguista, em relação à Amazônia, sinalizou com a criação da Amazônia Legal. Um recorte espacial que, reunindo os estados do Pará, Amazonas, norte de Goiás, norte de Mato Grosso, oeste do Maranhão e os territórios de Rondônia, Acre, Roraima e Amapá, objetivou criar uma área com vistas estratégicas de planejamento. Para contribuir com tais fins, o governo varguista criou, ainda, uma Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), um Banco de Crédito da Amazônia e um fundo com previsão orçamentária de 3% advindos da arrecadação tributária da União, regulamentado pelo Art. 199 da Constituição Federal de 1946. Para Costa (2000), essas medidas representaram um marco ao planejamento regional, uma vez que assumiu a região de forma explícita e sistematizada.

Se o nacional-desenvolvimentismo deu seus primeiros passos no governo varguista, no governo de Juscelino Kubitschek (1955-1961) ele daria saltos. Isso porque, a partir da segunda metade de 1950, o país seria tomado por diferentes estratégias de intervenção por meio do Plano de Metas (1956-1960). Kubitschek construiu um plano reunindo 30 metas

distribuídas em quatro principais setores (energia, transporte, agricultura/alimentação e indústria) com amplitude nacional. De acordo com Lafer (1997), o Plano de Metas foi o primeiro plano nacional formulado de forma mais complexa para todo o território nacional. Para Cano (2007), o plano possuía um caráter mais estratégico, uma vez que apresentou critérios de execução, articulação institucional, além de conter componentes participativos, cenários e tendências. O programa foi

elaborado com os estudos e pareceres das maiores autoridades especializadas em cada assunto, constitui-se de uma série de programas setoriais de investimentos, destinados a orientar a execução de obras e a expandir ou implantar indústrias e serviços indispensáveis ao equilibrado desenvolvimento econômico do país (PROGRAMA DE METAS, 1958, pág. 13).

O governo de Kubitschek foi inovativo ao ter elaborado e articulado diversas estratégias por todo o território nacional. Como comenta Pinto *et. al.* (2010, p. 209), esse plano, assumiu o território de forma coesa e ainda lançou as bases de um planejamento "burocrático, discricionário, vertical e de médio a longo prazo". Portugal e Silva (2020), apontam que as políticas advindas com o Plano de Metas, contribuíram na consolidação da indústria e, conseqüentemente, modificaram as estruturas agrárias, contribuindo, também, para a concentração de um maior número de pessoas nas áreas urbanas. Para Becker e Egler (2003, pág. 83) o Plano de Metas "foi o ponto de partida na reestruturação qualitativa das relações entre economia e Estado". Para esses autores, o território foi assumido como instrumento, mas também como produto. Por meio das estratégias desenvolvimentistas o governo pautou o planejamento regional, ao passo que enfatizou a urbanização como pressuposto para efetivação da industrialização. Todos esses processos contribuíram numa reconfiguração do modelo de arquipélago que estava posto, por meio da introdução de dinâmicas centro-periferia.

A partir do plano de Kubitschek a pretendida integração do território nacional começou a se consumir. Isso porque o plano deu ênfase as políticas de transportes e infraestruturas. Com isso, houve um considerável adensamento do setor de transportes em razão dos altos volumes de investimentos (29,6%), além da recuperação de portos e ferrovias e aumento dos recursos em transportes aeroviários. Ao final do período Kubitschek, o Brasil alcançou uma malha rodoviária de 14.970 km (LAFER, 1975).

Em relação à Amazônia, Kubitschek construiu um dos capítulos mais arrojados da história da floresta: a construção da rodovia Belém-Brasília. Lançada na primeira metade de 1960, essa rodovia foi um dos primeiros grandes eixos de integração da região resultado de

uma aspiração espontânea do então presidente quando sobrevoava a floresta. Kubitschek, simplesmente, vislumbrou uma linha reta “rasgada na floresta e estendida sobre rios caudalosos, que levaria a civilização a regiões só palmilhadas por índios” que ligaria Brasília à Belém (Kubitschek, 2000, pág. 97) (grifo nosso).

A rodovia compôs o quadro integracionista da política de Kubitschek, que no ímpeto das grandes obras que caracterizava seu governo, iniciou a “jornada de integração” da floresta sob o argumento de retirá-la do “isolamento patético” (Ibidem, pág. 101). No imediatismo que lhe era peculiar, o presidente reuniu-se rapidamente com engenheiros e deu início às obras de construção do primeiro grande eixo rodoviário da Amazônia. Para Kubitschek, a rodovia foi mais que a integração da floresta ao país, foi a realização de um projeto maior. Foi a

ligação do Brasil por dentro! Quando sobrevoava a Amazônia, figurava na mente a linha reta que vincularia Brasília a Belém. Seria uma linha, rasgada na floresta e estendida sobre rios caudalosos, que levaria a civilização a regiões só palmilhadas por índios. Havia chegado a hora de se transformar a obsessão em realidade. Ia surgir a Belém-Brasília (KUBITSCHKEK, 2000, pág. 97).

O traço ousado e inovativo das políticas nacional-desenvolvimentistas de Kubitschek, seriam superados na década seguinte, pelo menos no que diz respeito às intervenções e apreensão do território amazônico. Em 1964, os militares tomaram o poder. O país emergiu em uma ditadura. O nacional-desenvolvimentismo foi potencializado de diferentes e a região ainda continuou sendo a escala de intervenção, todavia, agora era também o instrumento de dominação do território por meio de estratégias de regionalização. Os militares realizaram inúmeras diferenciações do território com vistas a construir escalas de controle. Conforme explicado por Viegas (2020, pág. 18),

o projeto desenvolvimentista, associado ao autoritarismo, encontrou nos projetos de regionalização o seu território de materialização por excelência. Esse traço pode ser observado na caracterização de regiões unicamente a partir de critérios econômicos, nos privilégios legislativos concedidos à instalação de fábricas fora das grandes capitais.

Em 1972, o I Plano Nacional de Desenvolvimento foi lançado. Com ele vieram as diretrizes de um governo que já organizava e desorganizava em várias áreas e setores do país. Entretanto, no plano os propósitos de integração, modernização empresarial, atuação eficiente do governo, mobilização do sistema financeiro nacional, implementação de uma política tecnológica nacional, grandes programas de investimentos, dentre outros, explicitaram os objetivos do governo. Os militares intentavam “criar economia moderna,

competitiva e dinâmica, e, por outro lado, realizar democracia econômica, social, racial e política, consoante a índole brasileira” (PND, 1971, pág. 14).

A criação desta economia moderna fundamentou-se na concepção de um amplo espaço econômico. É neste contexto que a política de integração, centrada no desenvolvimento regional, ganhou destaque. O plano delineou, portanto, o fortalecimento do setor industrial, a modernização da economia rural e a integração do Nordeste com a Amazônia e o Planalto Central. Esta última diretriz foi embasada na necessidade de evitar a exclusão dessas regiões do processo de desenvolvimento. Assim, a estratégia do "grande espaço econômico" foi justificada através de uma argumentação que destacava a

integração nacional, com significado primordialmente econômico-social, destina-se, do ponto de vista da demanda, a criar mercado interno, capaz de manter crescimento acelerado e auto-sustentável, e, do ponto de vista da produção, a permitir a progressiva descentralização econômica. Isso se fará pelo estabelecimento de pólos regionais no Sul e no Nordeste, de sentido integrado agrícola-industrial, assim como no Planalto Central e na Amazônia, notadamente agrícola-mineral, complementando-se dessa forma o grande polo do núcleo São Paulo-Rio-Belo Horizonte. Além da integração de sentido Norte—Sul, entre áreas menos desenvolvidas e mais desenvolvidas, realizar-se-á a integração de sentido Leste—Oeste, principalmente para permitir a associação destes fatores, relativamente abundantes nas duas áreas: no Nordeste, mão-de-obra não qualificada, e na Amazônia-Planalto Central, terra e outros recursos naturais. Isso implica reorientação dos fluxos migratórios, a fim de evitar que se dirijam para os núcleos urbanos do Centro-Sul (Ibidem, pág. 25).

De acordo com Cano (2019), a importância do I PND, em termos de estruturas econômicas, teve sua maior expressão na criação dos “corredores de exportação”. Esses corredores tiveram a função inserir inúmeros elementos e “criar uma infraestrutura, altamente especializada, de transporte [para] a exportação, em larga escala, de produtos agrícolas e manufaturados” (Ibidem, pág. 30).

Esse corredor incluiu a Amazônia como fundamental à sua dinâmica. Entretanto, essa não foi a primeira vez que a floresta apareceu nos planos e estratégias dos militares. Em 1966, pouco tempo da ascensão destes ao poder, foi lançada a maior e mais articulada estratégia de apreensão da região amazônica: a Operação Amazônica. Sob o discurso de modernizar e “definir ações específicas para a Amazônia, dada sua importância no atual estágio de desenvolvimento do Brasil e sua relevância para a segurança nacional” o plano foi lançado (OPERAÇÃO AMAZÔNIA, 1966). Para tanto, foram estabelecidos diversos marcos institucionais e legais com o objetivo de criar condições administrativas locais e preparar a região para as mudanças pretendidas. Assim, a Lei 5.173/66 extinguiu a SPVEA e criou a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), a Lei 5.122/66

transformou o Banco de Crédito da Amazônia no Banco da Amazônia; e a Lei nº 5.174/66 estabeleceu o Fundo para Investimentos no Desenvolvimento da Amazônia, dando da concessão de incentivos fiscais na região (PARÁ, 1967).

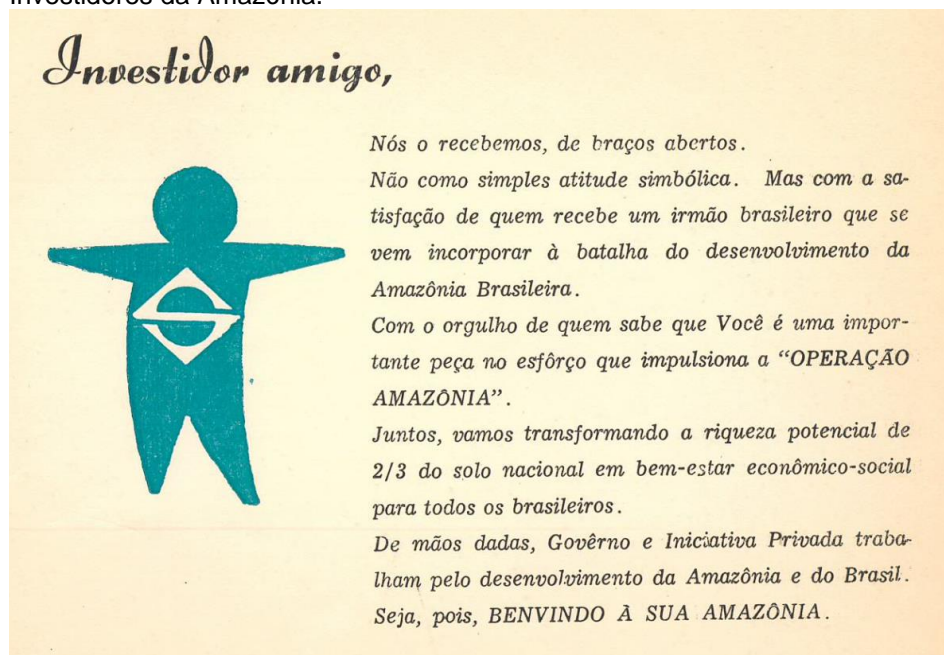
Para consubstanciar as ações da SUDAM foi publicado o Plano de Valorização Econômica da Amazônia que, dentre outros, objetivava “promover o desenvolvimento autossustentado da economia e do bem estar social da região amazônica, de forma harmônica e integrada na economia nacional” (BRASIL, 1966). Vinculada ao Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, a superintendência tinha dentre suas atribuições: elaborar e revisar o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, coordenar atividades entre os órgãos federais, elaborar e executar programas de desenvolvimento econômico, prestar assistência técnica, bem como coordenar programas de assistência técnica, fiscalizar e executar projetos de desenvolvimentos, fiscalizar os recursos financeiros do Plano de Valorização, promover e divulgar pesquisas, dentre outros.

A SUDAM, como explica Glacer (2017), foi um espelho da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), tanto em termos de função e organização, quanto em termos de problemáticas de atuação. Entretanto, enquanto essa última foi criada e fundamentada em estudos e pesquisas acerca da região e das problemáticas a ela pertinentes, àquela foi introduzida sobre o mero pretexto de desenvolver a região. Naum (2019), enfatiza que os militares ao criar a SUDAM em substituição à SPVEA, argumentaram que esta última não possuía capacidade para desenvolver a região.

A mudança desses órgãos não servia somente às estratégias de execução da Operação Amazônia, garantia o controle e instrumentalização do território. Isso porque, como explica Naum (2019), a Operação Amazônia não foi somente um projeto de desenvolvimento da região, foi a manifestação do poder do Estado sobre o território, colocando o desejo de desenvolvimento da Amazônia como se fosse um projeto de toda a sociedade da floresta. Nesse sentido a região foi esvaziada de sentido. Para Naum (2019), a região foi assumida como um personagem, implicando na dificuldade de compreensão dos interesses que estavam em foco e quais atores estavam envolvidos nesse interesse. Um recurso que dissolve e simplifica os interesses locais. Mas poderíamos acrescentar que a região foi ainda um recorte espacial assumido como espaço diferencial para a penetração do capital. O governo, ao criar a Operação Amazônia, usou o território como uma mercadoria, vendendo-o aos empresários e investidores de todo o gênero.

O “maior e mais bem articulado projeto de desenvolvimento da Amazônia”, tal como foi anunciado, além da criação dos instrumentos citados, criou um verdadeiro mercado de venda dos recursos na floresta. Os militares criaram um conjunto de mecanismos institucionais e políticos com vistas a vender os espaços amazônicos sob o discurso de desenvolvimento. Essas estratégias foram detalhadas em um documento de 66 páginas, elaborado pela Confederação Nacional das Indústrias em parceria com a SUDAM, sob o título de 1º Encontro de Investidores da Amazônia. Em quatro tópicos foram apresentadas todas as vantagens e facilidades que apontavam que “o seu melhor negócio é investir na floresta” (Ver Figura 2), dentre as quais podemos destacar incentivos fiscais de até 100% em horizonte de 15 anos, possibilidade de se deduzir até 75% do imposto de renda, recursos abundantes, áreas extensas e a presença de mercado consumidor regional para gêneros alimentícios, por exemplo. Ademais o documento apresentava um passo a passo de como elaborar e submeter seu projeto.

Figura 2 – Mensagem de apresentação do documento da 1º Encontro de Investidores da Amazônia.



Fonte: SUDAM, 1966.

Para Mahar (1978), a Operação Amazônia se desenhou a partir de duas perspectivas precípuas: geopolítica e econômica. Ambas se fizeram presentes no desenho das políticas, e nas instituições criadas e entre os objetivos pretendidos para a região. Procurava-se, de forma geral, implantar uma política regional orientada para o estabelecimento de polos de desenvolvimento com a formação de grupos de população estáveis e autossuficientes, incentivo à imigração; distribuição de incentivos ao capital

privado; implantação de infraestruturas e pesquisar o potencial de recursos naturais. Este último, cumpriu papel fundamental na descoberta das minas da Serra dos Carajás.

A pauta da ocupação e integração regional continuou a fundamentar políticas para a floresta. Dessa vez, com um caráter de público mais abrangente foi lançado, em 1970, em caráter de urgência, o Programa de Integração Nacional (PIN) que objetivou “promover a maior *integração à economia nacional* das regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM” (BRASIL, 1970). O programa compreendeu, dentre outros, a implantação de infraestruturas e abertura de rodovias bem como a distribuição de áreas e implantação de projetos de colonização.

A subvenção das infraestruturas, na verdade, de um lado significou as estratégias para se penetrar ainda mais a floresta para apropriação dos recursos, ao mesmo tempo estabelecer controle e domínio sobre a floresta e diminuía a pressão social de áreas como o Nordeste – Terra sem homens, para homens sem terra. Assim, as rodovias garantiam as formas de penetração dos espaços que eram considerados “vazios”, ao mesmo tempo em que ampliava a área de busca por recursos minerais e estabelecia o controle do território.

Em 1971, o governo promulgou a Lei de Nº 1.164 de 1971 e determinou:

São declaradas indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais, na região da Amazônia Legal, definida no artigo 2º da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, as terras devolutas situadas na faixa de cem (100) quilômetros de largura, em cada lado do eixo das [...] rodovias, já construídas, em construção ou projeto.

Esse controle se estendeu ao longo de 22 rodovias distribuídas em uma região que correspondia a mais metade do território nacional. Para ocupar tanto espaço, estabeleceu os projetos de colonização que ficaram a encargo do instituto criado especificamente para esse fim: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Ao instituto coube

implantação de Núcleos de Colonização e Projetos de Reforma Agrária, compreenderão:

- a) a constituição de cem mil (100.000) unidades familiares;
- b) a organização de até cem (100) cooperativas;
- c) o estudo das condições socioeconômica das áreas para elaboração dos programas de promoção agrária e desenvolvimento rural;
- d) o cadastro técnico da região, na forma do § 1º do artigo 46 da Lei número 4.504, de 30 de novembro de 1964;
- e) a regularização de títulos de domínio de imóveis rurais em favor de posseiros existentes na área e que satisfaçam às exigências da Lei (BRASIL, 1979).

Mas o PIN, na prática, escancarou ainda mais a floresta. Como foi um dos primeiros programas a reunir elementos físicos e metafísicos, desencadeou os mais diferentes e intensos fluxos ao território: pessoas, serviços, capitais, objetos, etc. em um curto espaço de tempo. Foi capilarizando diferentes formas de usar o território. E o PIN foi consubstanciado, ainda, pelo mapeamento realizado por outro programa significativo na dominação dos recursos e controle do território: o Projeto Radares da Amazônia (Radam).

De acordo com Lima (2008), o RADAM o projeto inicialmente foi utilizado para mapear algumas áreas ao longo das rodovias que estavam sendo projetadas, a exemplo da rodovia Transamazônica, sobretudo, na área próxima ao rio Tapajós, no Pará. Mas as atividades foram tão bem sucedidas que motivaram a utilização do sensoriamento remoto para um projeto de mapeamento amplo da Amazônia, sobretudo, porque o mesmo tipo de técnica já havia sido utilizado em áreas de mineração em Minas Gerais. Assim, a floresta foi totalmente mapeada. O projeto RADAM garantiu imagens de uma área de 1,5 milhões de km². As riquezas da Amazônia foram mensuradas em termos de cobertura florestal, geológica, natureza do solo e drenagem da superfície. O mapeamento envolveu diferentes ministérios, órgão e instituições: Minas e Energia, Ministério do Exército e Agricultura, INCRA e Comissão Nacional de Atividades Espaciais (IBGE, 2018). Nenhuma pedra deixou de ser catalogada.

Batista (2016) aponta que o RADAM, foi fundamental, ainda, para estabelecer os potenciais da floresta e apontar áreas que poderiam ser usadas pelo governo para implantação de hidrelétricas, usinas elétricas, portos, abertura de rodovias e outras características morfológicas que implicavam na ocupação da floresta. A ambição e ousadias contidas no RADAM foram enormes e pela primeira tinha-se o real conhecimento físico da floresta. Vieira (1975), acerca do conhecimento produzido com o RADAM, declarou existir uma fase de conhecimento dos solos amazônicos antes-RADAM e outra pós-RADAM.

Em 1975 foi lançado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND 1974-1979). Para Costa (2000), o plano influenciou em políticas mais agressivas, direcionadas, sobretudo, à consolidação de um projeto nacional geopolítico, apontando uma significativa mudança de posicionamento da economia brasileira que passaria a orientar-se ao mercado internacional. Para o autor, o plano evidenciou uma clara opção por grandes empreendimentos, apontando um estreito relacionamento com o capital monopolista que,

por intermédio do capital privado nacional e internacional, oferecendo-lhes facilidades sobretudo no que diz respeito a construção de infraestruturas.

Para Lessa (1998, pág. 16), houve uma ênfase ao setor industrial e isso encaminhou projetos em setores estratégicos tais como e de energia e transportes. Nesse sentido,

a consciência das implicações espaciais-regionais estratégia leva o II PND a articular longamente, sob o título de “Integração Nacional e Ocupação do Universo Brasileiro”, por razões que vão de uma visão estratégica nacional de ocupação de vazios (eventual objeto de cobiça internacional), correspondentes implicações demográficas, implantação dos projetos estratégicos, abertura de novas frentes de exportação, uma nova conceituação para a antiga temática de Correção dos Desequilíbrios Regionais.

Como pontuado por Lessa (1998), o governo enfatizou prioritariamente a ocupação das áreas vazias. Para o autor, o II PND buscou mudar o padrão e industrialização e reordenar espacialmente a economia, fortalecendo sobretudo o capital privado. Para o autor, isso se configurou como uma “clara especialização: o Estado como sujeito e a sociedade como objeto”. Nabuco (2007), explica que as políticas do governo passaram a se realizar por meio da escolha de áreas prioritárias que receberiam infraestruturas, tendo como intermediárias nessa relação as superintendências regionais. Isso representou, ainda, a capilaridade de poder de alguns atores que promoveram influência e construíram espaços diferenciados de influência política e fragmentando as estratégias políticas no território.

Esse contexto favoreceu, significativamente, a possibilidade de se colocar em prática um dos modelos de promoção do crescimento e desenvolvimento regional: os polos de desenvolvimento. De acordo com Becker e Egler (2003), a proposta de polos acabou sendo o caminho mais adequado, assumido pelo Estado autoritário, para a organização do território que, por meio de locais privilegiados, ao passo que possibilitava a conexão entre os circuitos nacional e internacional. E, aqui, novamente a Amazônia torna-se o “palco ideal” para concretizar os intenções do governo.

Em outras palavras, quando o governo apontou interesse em ocupar os “espaços vazios” estava se referindo claramente à Amazônia. Uma aceção que, como explica Marques (2007), expressava muito mais a ausência de concordância com a ideologia militar e um preconceito com os povos da floresta. Para a autora,

A região não é considerada um vazio demográfico apenas por ser despovoada no sentido estrito da palavra, mas por ser povoada, principalmente, por comunidades indígenas. Neste sentido, o vazio a que se

referem os estudos que consolidaram esta visão sobre o espaço amazônico, é o vazio de uma população comprometida com a preservação da soberania brasileira sobre a região (MARQUES, 2007, pág. 49).

Ademais, significava, também, sistematizar e garantir a exploração dos recursos. Nesse sentido, Becker e Egler (2003), foram cirúrgicos ao apontar que o objetivo era

modernizar e expandir a economia nacional articulando-a à internacional; estender o controle do Estado a todas as atividades e a todos os lugares. [...] Novamente enfatizou-se a ideia de fortalecer a pátria, sendo o Estado-Nação amplamente divulgado pela mídia; novamente a integração do território foi usada como um recurso simbólico para a construção do “Grande Brasil” e, neste contexto, a ocupação da Amazônia tornou-se prioritária. Em outras palavras, as políticas para a integração do território visaram à remoção dos obstáculos materiais e ideológicos à expansão capitalista moderna (Ibidem, pág.144)

O II PND, portanto, consolidou a floresta como uma fronteira de recursos (BECKER 2015 [1985]). Com isso chegamos a um ponto da abordagem em que é preciso descermos um nível na escala geografia de abordagem para entendermos como essas estratégias se materializaram. Sem, contudo, deixarmos de pontuar que, as políticas nacional-desenvolvimentistas que objetivavam, em tese, na redução das desigualdades entre as regiões, na prática, como veremos, acentuaram-nas.

2.1 Da delimitação da Amazônia Legal à descoberta do Eldorado (1952-1967)

A delimitação da Amazônia Legal, estabelecida em 1946, é considerada um marco em termos de planejamento regional no Brasil. De um lado, como vimos, caracterizou-se como uma das primeiras tentativas de criar áreas para realização de políticas específicas, bem aos moldes da acepção de região como “artifício”, tal qual cunhada por Haesbaert (2010).

Se, por um lado, a delimitação da região representou uma das primeiras práticas de planejamento regional na Amazônia, por outro lado, significou o encapsulamento do território. Sobretudo, porque, como explica Soares (1942), a delimitação não foi compatível com a finalidade de uso pretendida, uma vez que excluía as dinâmicas econômicas, sociais, geográficas e históricas. O que Soares (1942), na verdade coloca é: se se pretendia uma área para efetivação de políticas específicas, porque utilizaram-se de critérios naturais? Assim, para o autor, essa delimitação teria sido mais útil se vislumbrassem as dinâmicas já existentes no território tivessem sido reconhecidas e validadas. Segundo Soares (1942),

algumas dessas dinâmicas, especialmente as relacionadas à mobilidade e comunicação terrestre entre o planalto e o vale amazônico, poderiam ter potencializado os atributos da região. Em opinião consonante, Costa (1988), ainda, acrescentou que a demarcação de 5.057.490 km² – mais da metade do território nacional – foi demasiadamente ampla para os fins pretendidos. Critérios, coerentes ou não, foram baseados em estudos apresentados pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, organização que, segundo Pinho (2007), era relativamente influente, mas situava-se no Rio de Janeiro e atuava, principalmente, com atividades e questões agrárias. Mas, tais apontamentos nos colocam diante de algumas considerações: (i) a utilização desses critérios fisiográficos, na verdade camuflou os reais interesses de delimitação da região, (ii) uma leitura enviesada da região, uma vez que foi assumida de fora para dentro e (iii) a negligência com território, uma vez que como um mero palco de ações (STEINBERGER, 2006).

A delimitação da Amazônia Legal, foi apenas o ponto de partida para no processo de dominação do território. Políticas de integração, colonização, proteção, entre outras, foram sistematicamente lançadas. Algumas delas, em razão dos elementos físicos e metafísicos que lançaram, contribuíram, significativamente, nas transformações do território da Amazônia Oriental: (a) as rodovias Belém-Brasília; (b) a rodovia Transamazônica e (c) a Operação Amazônica.

(a) Belém-Brasília: a rodovia da unidade nacional:

Em 15 de maio de 1958, por meio do decreto nº 43.710, a Belém-Brasília teve sua rodovia execução autorizada. A Comissão Executiva da Rodovia Belém Brasília (Rodobrás) ficou encarregada de sua construção, sob a coordenação técnica do engenheiro Bernardo Saião. A obra envolveu milhares de trabalhadores e cerca de 400 máquinas pesadas. Saião coordenou a construção em duas frentes: uma partindo das nascentes do Tocantins e outra vindo de Belém, desbravando a partir do rio Guamá (Ver figura 3).

Figura 3 - Propaganda dos incentivos utilizada pelo Estado para a ocupação da Amazônia

**PROSPERE
COM A
AMAZÔNIA**



**APLIQUE
50% DO SEU
IMPÔSTO DE RENDA
NUM BOM
NEGÓCIO!**

Solicite pelo Correo, ou pessoalmente, em uma de nossas agências, um exemplar da brochura "Investimentos Privilegiados na Amazônia" - e escolha a atividade econômica que mais lhe interessar!

**BANCO DA
AMAZÔNIA S.A.**

Matriz: Travessa Frutuoso Guimarães, 90 - Belém
 São Paulo - Rua José Bonifácio, 192 - Fones: 36-2336 - 32-6332 - 36-2978
 Rio de Janeiro - Rua da Assembleia, 62 - Fones: 31-3192 - 31-1550
 Porto Alegre - R. Borges de Medeiros, 646 - Fone: 5415
 Goiânia - Av. Anhanguera, 103 - Fones: 6-3170 - 6-3171
 Brasília - Avenida W-3 - Quadra 13 - Lotes 7, 8, 9-A -
 Fones: 2-3580 e 2-3581

A Belém-Brasília, foi uma das grandes obras de arte do Plano de Metas (1956-1961). De acordo com Costa (2000), o Plano de Metas (re)produziu as lógicas da expansão capitalista por meio da reestruturação do território. Fazendo uso de seu caráter autoritário, o Estado objetificou o território e o colocou como suporte para a reprodução capitalista, sobretudo quando decidiu construir o novo centro administrativo do país: Brasília. Para o autor, o deslocamento da capital representou um projeto geopolítico sobre o território, ao passo que estabeleceu um nó de articulação inter-regional por meio de rodovias.

Das 14.970 km, cerca de 2.400 km foram implantadas na floresta e a Belém-Brasília é uma parte dela. A política rodoviarista de Kubistchek aumentou a comunicação intra e inter-regional Amazônica. Todavia o processo não se acomodou sem promover inúmeros impactos. A região, à época da abertura da rodovia, era caracterizada por espaços de vida ligados à floresta. Como explica Loureiro (1992), a vida dos habitantes naturais da Amazônia estava intrinsecamente ligada às margens dos rios, independentemente de estarem situados em cidades, vilas ou povoados. Viver às margens do rio fazia parte da relação que o Amazônia mantinha com o território e era um elemento fundamental da cultura e do modo de se viver na floresta. O rio era o território de apropriação e era, também, o elemento de subsistência do ribeirinho. Dele e por ele eram retirados e transportados os alimentos e excedentes para comercialização. Pirarucu, gurijuba, tainha,

caranguejo, camarão, mexilhão, entre outros, vinham do e pelo rio. Como bem colocado por Loureiro (1992), a relação com a natureza se estendia, também, aos quintais onde encontravam-se ervas medicinais, frutas nativas (manga, cupuaçu, cacau, graviola, café, caju, jambo, etc.), onde se criavam galinhas, patos e porcos. E nas proximidades das casas, havia roças sempre uma roça com mandioca - utilizada para fazer a farinha d'água, tapioca e tucupi -, macaxeira, arroz, feijão, cará, batata-doce, jerimum e outros.

Loureiro (1992) destaca que, até os anos 1950, a vida dos habitantes do interior da floresta baseava-se em relações de produção pouco estruturadas do ponto de vista do capitalismo e, conseqüentemente, menos monetizadas. Isso porque

os naturais da região consideravam a terra como parte indissociável de suas existências, tendo habitado nela por gerações, sem jamais se terem perguntado pela existência de donos mais legítimos que eles próprios, [e] o tempo destinado ao trabalho pelo homem do interior se repartia de tal forma que privilegiava a produção e o reparo dos meios de vida (canoas, redes, etc.) e não a produção de mercadorias e, sob essas condições, o trabalho humano ainda longe de ser ele próprio também mercadoria (Ibidem, pág.11-19)

A vida amazônica estabelecia laços produtivos com o território, mas esses eram em maior medida fruto de uma relação simbólico-afetiva. Como explica Loureiro (1992), a vida na floresta era pautada pelas sazonalidades de seus recursos, com isso na mesma ocorriam das migrações periódicas para a extração de látex, castanha e/ou atividades garimpeiras na floresta. O látex, que durante muito tempo foi o grande vetor econômico da região, como pontua a autora, imprimia dinâmicas específicas demandando períodos de intensa atividade, e períodos sem atividade. Um funcionamento que aos olhos dos centro-sulistas do país consistia em atraso.

O tempo da sazonalidade que fundamentava o viver-habitar-usar era caracterizado como atrasado e lento. Como coloca Marques (2007, pág. 40),

a economia regional além de muito concentrada vivia em grande desequilíbrio, expresso não apenas pelas sucessivas oscilações de preços (da borracha), mas pelo fato de não dispor de um setor industrial minimamente estruturado com algum peso, demonstrando ser esta uma economia extremamente dependente seja da demanda externa, seja da produção externa (estrangeira ou de outras regiões brasileiras).

Para Marques (2007), o fato de as forças econômicas da produção extrativa vincular investimentos industriais ou outras formas produtivas significativas, caracterizava a região

como economicamente instável. Ocorre, entretanto, que essa avaliação foi feita colocando a Amazônia em situação de comparação com áreas cujas dinâmicas já estavam ligadas a técnicas mais modernas de produção e modos capitalistas de uso do território que produziam outros tempos de se apropriar, viver e usar o território. Com isso Marques (2007) apreende a região fora de suas particularidades e, inclusive, ignora que existiam no território dinâmicas locais e mesorregionais que se articulavam aos modos de viver-habitar-usar o território e que foram extremamente impactadas com a abertura da rodovia Belém-Brasília.

De acordo com Becker (2015 [1982]), a introdução desse elemento no território significou um ato de violência em razão dos impactos dela decorrentes. A autora pontua que, a entrada de gêneros alimentícios, como açúcar e café, e de bens de consumo imediato e duráveis, como móveis e utensílios domésticos desarticulou inúmeras dinâmicas locais. Valverde e Dias (1967) que esse processo se deu, principalmente, pela entrada maciça de diversos produtos (tratores, geladeiras, eletrodomésticos, ferragens, arame, vergalhões, artefatos de plástico, ladrilhos, sapatos e alimentos, como batata, farinha de trigo, feijão e laticínios) nas áreas ao longo da rodovia recém aberta. Mas Valverde e Dias (1967) apontam que, ao passo que produtos industrializados chegavam, produtos agrícolas-extrativos locais, como arroz, pimentas, madeira, borracha (em látex e em pelotas), castanha, algodão e resinas, passaram a ser exportados. E, apesar das diferenças técnico-produtivas, de acordo com os autores, "não seria correto afirmar que, nesta região de estrutura econômico-social estável, não ocorria nenhum progresso. Este, porém, se processava lentamente" (1967, pág. 285).

A Amazônia possuía uma diversidade de recursos que lhes propiciava uma diversidade de usos. Na parte maranhense da floresta, por exemplo, predominava a produção agrícola de arroz e algodão. De acordo com Arcangeli (1987), quando as frentes de ocupação do território maranhense se efetivaram entre as décadas de 1950 e 1960, com elas se efetivaram, também, as lavouras temporárias conformando a base econômica do estado. O autor aponta que os cultivos de arroz, milho, feijão e mandioca do território efetivaram uma base produtiva que, embora, pautada numa lógica não capitalista, configurava uma produção uma base mercantil organizada.

A abertura da Belém-Brasília, enquanto projeto vinculado à política nacional de integração e infraestrutura, ensejou a introdução de alguns fatores transformadores do

território. Primeiro, a alteração dos usos econômico-produtivos do território, sobretudo, nas áreas adjacentes à rodovia. O extrativismo, a produção agrícola e até a pequena base industrial foram alterados e/ou desarticulados. Segundo, as mudanças nas formas do território com o crescimento de cidades e o aumento no número de povoados em razão das frentes pioneiras de ocupação do território. De acordo com Becker (1985) a abertura da Belém-Brasília introduziu fluxos migratórios, sobretudo, de nordestinos motivados pelo acesso à terra. Terceiro, com a introdução desses migrantes houve uma incipiente diferenciação das funções da região, uma vez que a presença dos migrantes, com explica Becker (1985), contribuiu na criação de reservas de mão de obra foram, posteriormente, utilizadas nas atividades temporárias. Quarto, junto com a rodovia vieram os incentivos à ocupação por meio de subsídios financeiros, sobretudo, às empresas. E, aqui, a inserção de novos atores econômicos marcaram não só introdução de agentes imobiliários, mas também a alteração das lógicas de relação com a terra. Como explica Machado (1982), o Estado dirigiu intencionalmente a distribuição de incentivos e as apropriações de terra, ordenando a ocupação. De acordo com a autora, essa dinâmica foi estruturada em três pontos: (a) nos interesses e possibilidades de investimentos dos grupos sociais dominantes; (b) na própria transformação do Estado que se encontrava fortalecido e organizado para intervir nas áreas e (c) na resistência de grupos sociais voltados à construção desses novos espaços. Todavia, contribuiu para introduzir lógicas de disputa pela terra e as primeiras formas de uso financeiro do território. Para Machado (1982), as áreas ao redor da Belém-Brasília, configuraram o primeiro corredor estratégico da região. Entretanto, o que a autora não menciona é que esse corredor, além de ter estabelecido a comunicação territorial, introduziu as primeiras formas dominação dos recursos da floresta (Ver Figura 4).

Essa rodovia, na parte mais oriental da floresta, passou nas áreas de Imperatriz, sul do Maranhão. Fundado, em 1924, Imperatriz, de acordo com Trovão (2008), foi constituído a partir de duas frentes de ocupação territoriais: (i) a pecuarista, com dinâmicas ligadas ao centro-sul do país; e (ii) a de migrantes da seca, com dinâmicas ligadas ao Nordeste (Ver Figura 4).

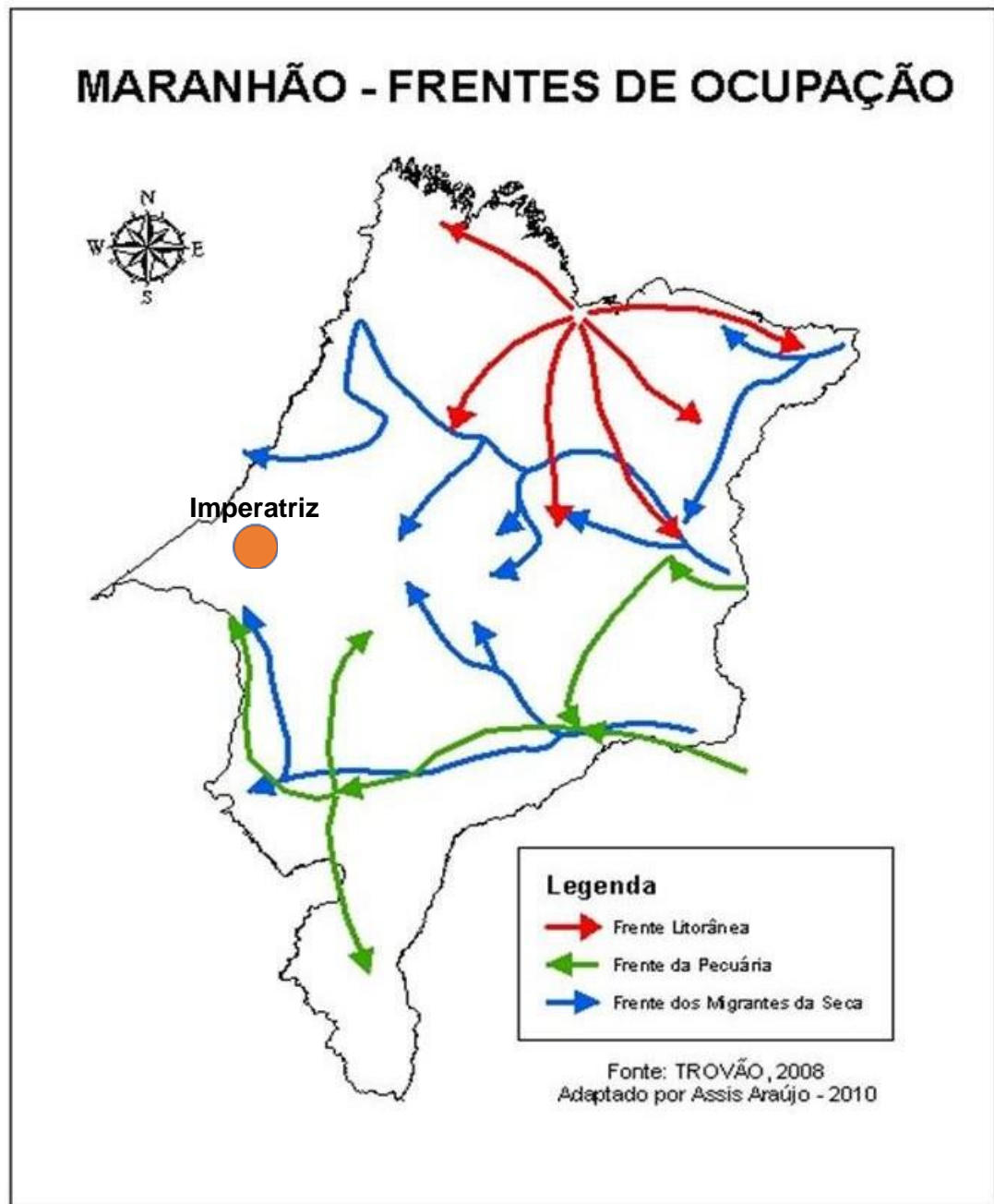
Todavia, esse município esteve desarticulado não somente em relação às dinâmicas do país, mas em relação à articulação com o próprio estado maranhense, conferindo o apelido de “Sibéria maranhense” (FRANKLIN, 2008). Tal situação mudou a partir da construção Belém-Brasília. De acordo com Franklin (2008), a rodovia

mudou as configurações da cidade de imediato, muito em razão de Imperatriz ter localizado um dos pátios de obras e, com isso, ter mobilizado muitos moradores na sua construção.

Como explica Franklin (2008), a construção contribuiu na

derrubada das matas virgens, em direção ao Pará, ocupava centenas de homens, distribuídos em vários pontos do pique demarcado. A cidade recebiadiariamente dezenas de pessoas, de diversos pontos do país, na quase totalidade nordestinos. Muitos chegavam com a família. A cidade não possuía casas nem sequer alojamentos para abrigá-los. Alguns se acomodavam debaixo das mangueiras existentes na Rua 15 de Novembro (FRANKLIN, 2008, pág. 116).

Figura 4 – Frentes de ocupação do estado maranhense que influenciaram na formação do município de Imperatriz.



Fonte: TROVÃO (2008).

O fato de a rodovia passar longe do centro urbano da cidade, levou a construção de um ramal conectando as áreas da rodovia e o centro da cidade. Franklin (2008), explica que em razão das características fisiográficas implicarem em dificuldades de acesso, tanto as áreas onde rodovia se localiza, quanto onde a cidade se localizava, resultou na abertura de

vários campos de pouso para que os materiais de construção chegassem. A abertura da rodovia contribuiu no aumento dos fluxos demográficos e, aqueles que não arrumaram emprego nas obras da rodovia, foram trabalhar na agricultura. Franklin (2008), explica que essa dinâmica fez a demanda por terra aumentar e com mais trabalhadores rurais, mais produção. Imperatriz, ao passo que recebia uma importante infraestrutura tornou-se um dos maiores produtores de arroz do Maranhão. Franklin (2008), explica que a produção de arroz ocorria em duas frentes: (a) em uma área próxima ao centro urbano e (b) ao longo da Belém-Brasília, em uma área denominada Maranhão Novo. Ao final da década de 1960, essa produção de arroz de Imperatriz contribuiu para que o estado do Maranhão chegasse ao posto de maior produtor de arroz do Nordeste, porém a dinâmica produtiva não perdurou e na década seguinte entrou em declínio.

Nos dados do censo agrícola podemos observar a dinâmica na Utilização da Terras nesse município. De 1960 a 1970, o número de lavouras temporárias apresenta uma inflexão (Ver Tabela 6).

Tabela 6 – Dinâmica de Uso das Terras em Imperatriz-MA durante a abertura da rodovia Belém-Brasília

Utilização de Terras	Nº de estabelecimentos agropecuários [1960]	Área (ha) [1960]	Nº de estabelecimentos agropecuários [1970]	Área (ha) [1970]
Lavouras Permanentes	520	618	519	407
Lavouras Temporárias	1.682	3.677	556	748
Matas Naturais	7	395	87	904
Matas Reflorestadas	5	71	3	15
Pastagens Artificiais	196	534	19	184
Pastagens Naturais	15	48	38	242
Total Geral	2.425	5.343	1.222	2.500

Fonte: CENSO AGRÍCOLA IBGE (Anos de referência).

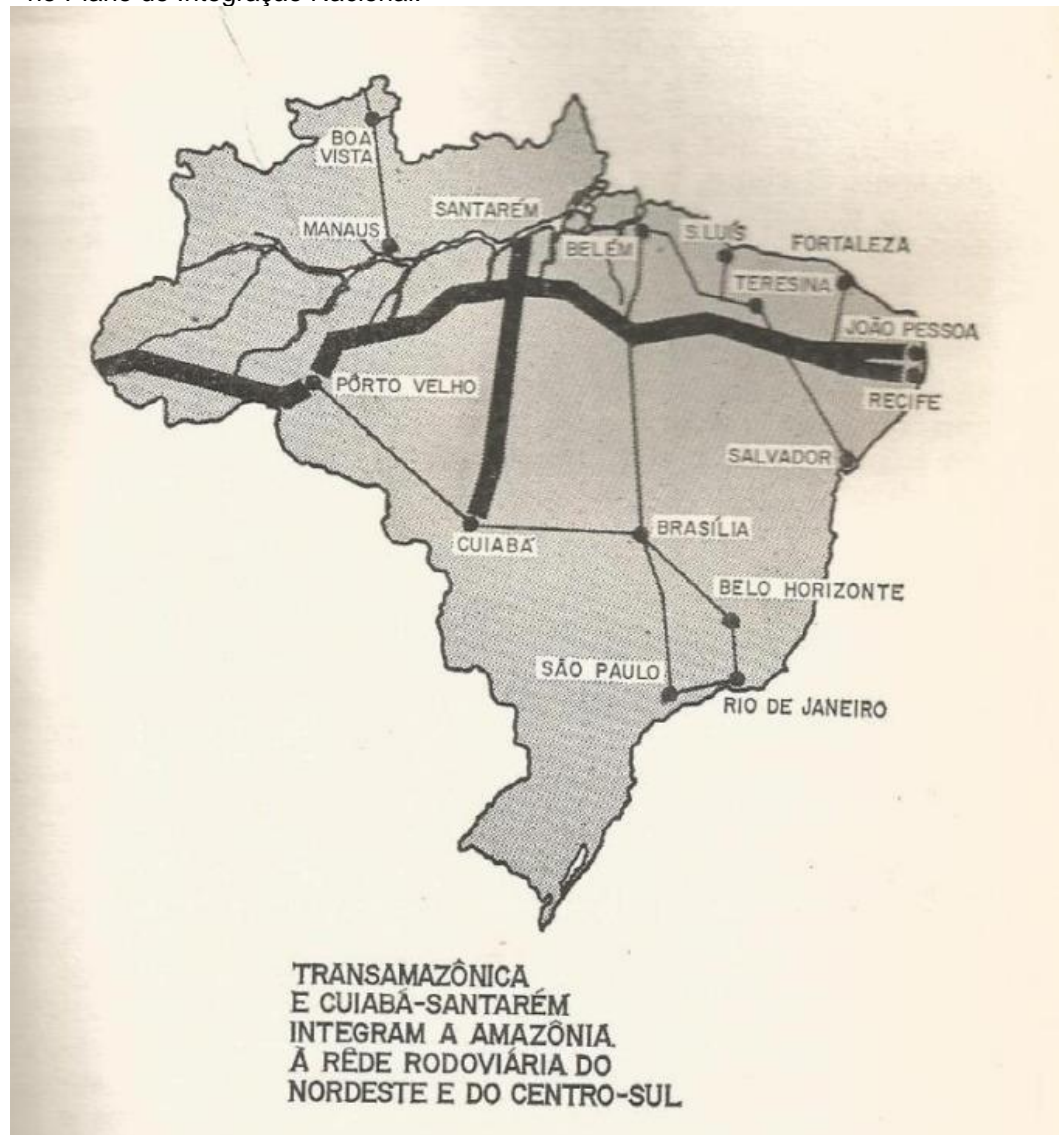
Embora a abertura da rodovia tenha contribuído no arrefecimento das dinâmicas agrícolas do município, foi a introdução das dinâmicas ligadas à mineração que contribuíram de forma mais decisiva com esse processo.

(b) Transamazônica: a rota de fuga

Assim, como a Belém-Brasília, esta rodovia teve um contexto de concepção semelhante. Em 1973, o então presidente Emílio Garrastazu Médici, em viagem ao Nordeste para tratar das questões relacionadas à seca, concebeu a construção de uma rodovia como uma espécie de rota de fuga para as adversidades enfrentadas naquela região (CARDOSO E MULLER, 2008). Essa "rota de fuga" seria um eixo rodoviários transversal na floresta, com mais de 4 mil km, cortando a floresta de Leste a Oeste (Ver Figura 10). Integração, colonização, segurança nacional, desenvolvimento, marcha para o Oeste e outras definições foram sendo acrescidas à função da rodovia como forma de enfatizar os ganhos que ela ofereceria para a região. A Transamazônica, assim como a Belém-Brasília, tanto conectou áreas, como melhorou o acesso a outras. Entretanto, essa rodovia alcançou áreas da floresta virgem, levando Cardoso e Muller (2008, pág. 132), a caracterizarem-na como a "estrada que penetra na região selvática".

Integração, colonização, segurança nacional, desenvolvimento, marcha para o Oeste... Vários foram as ideologias que justificaram a construção de 4 mil km da Transamazônica. Uma ação ousada que, sob o prisma das considerações ambientais do século XXI, apresentam-se como medidas irresponsáveis com a floresta, uma vez que grande parte da estrada cortou a floresta virgem. Mas como nada detinha os anseios do projeto integracionista dos militares, a rodovia começou a ser construída em 1972, entretanto, em pleno século XXI não foi totalmente concluída. Na figura 5 podemos observar o croqui da "estrada que penetra na região selvática."

Figura 5 – Croqui das rodovias, Transamazônica e Cuiabá Santarém, apresentadas no Plano de Integração Nacional.



Fonte: AMAZONIA LATITUDE, 2023.

O trecho da região selvática a qual Cardoso e Muller (2008), localizava-se próximo Marabá, Altamira, Itaituba, no Pará, a Humaitá, no Amazonas, onde entroncava com a estrada Porto Velho-Manaus”. Para Valverde (1989), a construção da rodovia foi grande feito, uma vez que o modal rodoviário se encaixava na floresta e representava menores custos em relação a uma ferrovia. O que Valverde (1989) não considerou foram as inúmeras vicinais que se abriram, de forma radial, no entorno da rodovia e que implicou em uma ocupação desordenada da floresta.

De fato, a rodovia introduziu migrantes e dinâmicas. Mesmo assim, conforme aponta Velho (2009), a rodovia não correspondeu às expectativas que os militares tinham em

termos de fluxos vindos no Nordeste. Entretanto, significou a dinamização dos serviços no Sudeste paraense e Sudoeste maranhense. De acordo com Velho (2009, pág. 141),

Até 1969 uma viagem de São Domingos até Marabá exigia percorrera estrada de São Domingos até Apinagés a pé, montado ou pegando um lugar num jipe ou caminhão eventual. Se se conseguisse um transporte por rio em Apinagés até às 15h, com cerca de mais 3 a 4 horas de transporte por rio chegava-se a Marabá (na volta a subida levava de 8 a 9 horas). Depois das 15h, já não era possível navegar, pois o sol se põe exatamente na direção do curso do rio, dificultando a visão dos pilotos e tornando a navegação muito perigosa nas corredeiras e canais. Quem não conseguisse transporte até essa hora, o que era comum, tinha de pernoitar numa palhoça na beira e aguardar o dia seguinte.

Cardoso e Muller (2008), por sua vez, destacam o incremento que a rodovia trouxe às áreas por ela interceptadas. Os autores apontam, ainda, que a Transamazônica influenciou no crescimento populacional do trecho entre os municípios de Marabá e Itaituba e contribuíram, principalmente, na qualidade das terras, no aumento do número de estabelecimentos comerciais, na quantidade de automóveis, etc.

Foi ao longo dessa rodovia que alguns projetos de colonização, previstos pelos militares para controle e povoamento do território, foram implantados. Esses projetos, além de materializarem a ocupação física, promoveram, por meio das instituições de governo, no caso a SUDAM, a repartição do território entre grupos privilegiados. E muito desse processo foi corroborado pela Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgão que foi criado, em 1970, para substituir o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e o Grupo Executivo da Reforma Agrária (GERA).

Às ações e intervenções do INCRA foram garantidas imunidades pela União (BRASIL, 1970). Le Tourneau e Bursztyn (2010) destacam que a criação do órgão implicou em uma mudança na política fundiária que passou a intervir diretamente na organização física do território. O propósito, segundo os autores, era, por meio de ações práticas, diminuir as tensões fundiárias que crescia, sobretudo, entre os pequenos agricultores, além, claro, de promover uma mudança na estrutura fundiária da Amazônia. Le Tourneau e Bursztyn (2010) enfatizam que a criação do INCRA serviu, mormente, para efetivar a estratégia do “Terra sem homens para homens sem Terra”.

A Amazônia, com isso, ganhou mais instituição e com poder de direcionar a ocupação do território. O INCRA, ficou responsável pela execução política de ocupação do território e direcionar os fluxos de migrantes. Ocorre, entretanto, que, como conforme explica Pereira (2013), os fluxos de pessoas foram bem maiores e em velocidades que superava a capacidade do órgão. O autor explica que no Sul e Sudeste do Pará,

Diversos imóveis com títulos de aforamentos, reservados à exploração da castanha-do-pará, ou com projetos agropecuários destinados à criação de gado bovino, e diferentes áreas de terras devolutas que ainda existiam foram, paulatinamente, ocupadas por trabalhadores rurais migrantes.

A partir de então, as disputas pela terra aumentaram consideravelmente. Pereira (2013) explica que como a opção do governo se deu em favor dos empresários rurais e proprietários em detrimento de trabalhadores rurais estes começaram a ocupar os imóveis improdutivos, mas foram violentamente reprimidos. Em razão da

violência política, as áreas de conflitos passaram a ser, então, identificadas como possíveis “focos guerrilheiros”; contestar a grande propriedade era entendido como um atentado à lei de segurança nacional e ataque ao Estado ordenador do desenvolvimento nacional; defender as grandes propriedades era proteger o interesse nacional.

O INCRA passou, então, a atuar em um cenário de conflito complexo que envolvia diferentes atores (Polícia Militar (PM), a Polícia Civil, a Polícia Federal e Juízes de direito das comarcas locais; entidades de mediação, como os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Igreja, Católica, milícias privadas e pistoleiros). De acordo com Pereira (2013), o órgão contribuiu nessa tensão realizando demarcações e desapropriações inadequadas.

Mas alguns projetos se realizaram em Marabá, Itaituba e Altamira, no Pará. O INCRA realizou os Programas Integrados de Colonização (PIC) destinando 70% para pessoas do Nordeste, 10% pessoas provenientes do Rio Grande do Sul e 20% para os que viessem dos demais estados brasileiros. Em Marabá e Altamira esses projetos ocuparam uma faixa de 10 km de cada lado da Transamazônia, medindo 500 x 2000 metros (lotes na margem da rodovia) e 400 x 2.500 (nos fundos dos primeiros lotes) (PEREIRA, 2013). De acordo com Pereira (2013), conflitos de outra ordem passaram a emergir. O INCRA foi acusado de desapropriar terras e entregar a outras pessoas, ou mesmo entregar lotes fora do tamanho padrão. O autor aponta, ainda, que as ações do órgão impuseram, de forma autoritária, propostas de parcelamento que não interessavam aos posseiros.

Loureiro (1992) foi assertiva ao explicar que o homem amazônico não possuía uma relação capitalista com a terra e mesmo o migrante que, sazonalmente, ingressava na floresta. Esses, aprendiam, lentamente, a lidar e aproveitar os recursos ali disponíveis. Ocorre que o INCRA, com suas estratégias e equipamentos, pegou uma retroescavadeira e retirou quaisquer que fossem as relações que ali existissem.

Cardoso e Muller (2008) apontam que a atuação do INCRA representou o poder de um governo raquítico que foi abrindo espaço à iniciativa privada para a elaboração de projetos agropecuários de pequeno porte. Na nossa percepção isso significou a clara associação do Estado ao capitalismo financeiro. Em cidades como Marabá-PA, por exemplo, foram disponibilizados 250 mil hectares de terras para a atuação da iniciativa privada. Com isso 600 lotes foram abertos ao longo da Transamazônica e 675 famílias foram assentadas (CARDOSO E MULLER, 2008).

Valverde (1989), a despeito da utilização dos parcelamentos realizados a partir dos projetos de colonização, apresentou erros tanto instrumentais, quanto econômicos. Entre os instrumentais, o autor destacou que o INCRA ignorou o fato de os colonos, participantes do projeto, iriam aplicar técnicas de roça e isso provocaria lixiviação do solo e que, também, haveria muita supressão do solo em razão das práticas de cultura itinerante que eles utilizavam. Em termos econômicos, o INCRA não considerou os altos custos de transportes, a falta de infraestrutura (urbana e de serviços) e os subsídios não fixaram os migrantes e os pequenos proprietários, haja vista que os mesmos não conseguiram retorno financeiro a curto prazo e a médio prazo.

Os projetos de colonização realizados pelo INCRA continham falhas e falta de adequação das políticas ao território. Para Becker (2015 [1982]), as políticas poderiam ter feito a promoção de terras e a atração da mão de obra a partir de fatores como (a) expropriação de terras, uma vez que poderia retirar posseiros e ocupantes das faixas lindeiras de 100 km das rodovias; e realizar uma colonização direta aos moldes daquela realizada no período colonial. Com isso atrairia mão de obra ao mesmo em que incorporaria patrimônio.

Marabá, principal cidade do Sudeste paraense, foi significativamente impactada por esses fluxos. Isso pode ser claramente percebido nos espaços rurais através dos

estabelecimentos agropecuários. De acordo com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1960, Marabá a Condição Legal das Terras¹ estava distribuída entre 620 estabelecimentos agropecuários, em 1970 esse número sobe para 904 estabelecimentos (Ver Tabela 1). Um incremento geométrico de 3,8% durante dez anos. Mas foi a variável Arrendatários que nos apresenta uma influência maior dos fluxos aumentados nesse município, com incremento de 5,2%.

Tabela 1 – Condição Legal das Terras, em Marabá-PA, durante o período de implantação da rodovia Transamazônica.

Condição Legal das Terras	1960	1970
Arrendatário	24	40
Ocupantes	498	767
Proprietário	98	97
Total Geral	620	904

Fonte: CENSO AGRÍCOLA IBGE (Anos de referência).

Em termos de Propriedades de Terras² (Ver Tabela 2), a principal mudança ocorreu na categoria Entidade pública (federal, estadual ou municipal) e Produtores individuais, ambos com incremento de 4,3% e 3,8%, respectivamente.

Tabela 2 – Propriedade das Terras, em Marabá-PA, durante o período de implantação da rodovia Transamazônica.

PROPRIEDADE DAS TERRAS	1960	1970
Condomínio, consórcio ou sociedade de pessoas	0	6
Entidade Pública (Federal, Estadual ou Municipal)	498	758
Instituição Religiosa		1
Produtor Individual	122	122
Sociedade Anônima, Sociedade Limitada e Cooperativa	0	17
Total Geral	620	904

Fonte: CENSO AGRÍCOLA IBGE (Anos de referência).

As transformações mais significativas, entretanto, foram na área desses estabelecimentos agropecuários (Ver Tabela 3). Em 1960, os estabelecimentos

¹ Condição Legal das Terras diz respeito a constituição dos estabelecimentos, segundo a condição legal das terras, de acordo com a seguinte discriminação: próprias (inclusive por usufruto, foro e enfiteuse), arrendadas (mediante quantia fixa em dinheiro ou quota-parte da produção), ocupadas (ocupadas a título gratuito, com ou sem consentimento do proprietário), próprias e arrendadas, próprias e ocupadas, e arrendadas e ocupadas (IBGE, 1970).

² São os estabelecimentos agropecuários discriminados segundo a propriedade das terras que os constituem

agropecuários ocupavam 5.822 ha; em 1970 passaram a ocupar 228.013 ha, um crescimento geométrico de 44,3% em 10 anos. As terras sob domínio de proprietários tiveram, todavia, o maior incremento (51%).

Tabela 3 – Area (em ha) dos estabelecimentos agropecuários em relação da Propriedade das Terras, em Marabá-PA, durante o período de implantação da rodovia Transamazônica

PROPRIEDADE DAS TERRAS	1960	1970
Condomínio, consórcio ou sociedade de pessoas		26
Entidade Pública (Federal, Estadual ou Municipal)	10.560	117.661
Instituição Religiosa		15
Produtor Individual	41.049	457.185
Sociedade Anônima, Sociedade Limitada e Cooperativa		64.002
Total Geral	51.609	638.889

Fonte: CENSO AGRÍCOLA IBGE (Anos de referência).

E aqui, os reflexos da Transamazônica se encontram com as outras frentes lançadas com a Operação Amazônica: as pesquisas extrativas. Quando, em, 1966, o governo lançou a Operação Amazônia, inserida nas políticas de desenvolvimento econômico e integração da região, deflagrou frentes distintas de apreensão dos recursos. Como bem pontuou Araújo (apud SANTOS E RIBEIRO, 2023, pág. 1), “se fosse possível estabelecer um marco que tornasse visível o momento da ‘integração da Amazônia’ – estabelecendo o instante de sua ‘captura’ pelo capital monopolista, com a mediação do Estado – este marco, certamente, seria a Operação Amazônia”.

De acordo com Lopez (1982), o programa, em tese consistia na realização de pesquisas para levantar o potencial econômico da região, fixar polos de desenvolvimento no intuito de induzir o desenvolvimento de algumas áreas de influência, promover processos migratórios, criar infraestruturas a partir das bases industriais e sociais e, por fim, atrair o capital privado por meio dos créditos subsídios fiscais e financeiros. Na prática a Operação Amazônia foi a implantação do sistema de objetos e sistemas de ações a qual Santos (1994) se refere. Isso porque, esse projeto ensejou formas de exploração dos recursos da floresta que incluíram, a um só tempo, infraestruturas, lógicas de apropriação, inclusão de atores, estabelecimento de relações verticais e horizontais, etc.

As diferentes frentes da Operação Amazônia parecem distintas, porém se entrelaçam. Uma delas incluiu o amplo oferecimento dos recursos entre passeios de barcos e coquetéis. As Reuniões de Investidores da Amazônia (RIDAs), foram verdadeiros eventos

de divulgação das riquezas da floresta. Uma intenção escancaradamente assumida como política de governo. Castelo Branco, em 3 de dezembro de 1966, acerca disso declarou

Por certo não viestes aqui para ver a paisagem da Amazônia, como fazem os turistas a cata de quadros exóticos, Homens de negócios, vitoriosos em outras partes do Brasil, estais preocupados em bem utilizar as facilidades concretas que se oferecem à iniciativa privada, para aqui repetir as vitórias obtidas em outras regiões através de empreendimentos agrícolas ou industriais modelares. Estais, outrossim, como brasileiros, motivados pelo dever de criar riquezas numa região que hoje representa para todos nós um desafio de proporções colossais. Aí estão as leis aprovadas e regulamentadas. Aí estão os organismos federais, especialmente a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e o Banco da Amazônia, com estrutura, recursos e propósitos, esperando a iniciativa que agora já é mais vossa do que da administração pública (BRASIL, 1966, pág. 242-243).

De acordo com Loureiro (1982), a Operação Amazônia, além de ter sido uma oferta irrestrita das riquezas da região aos empresários, significou, ainda, a tentativa de resolver o problema da integração promovendo a circulação de capital e mão de obra na região. A implantação dessa política econômica se deu sem muitos critérios e, como explica Loureiro (1989), os subsídios foram oferecidos aos investidores sem que, necessariamente, eles tivessem que morar na Amazônia. Assim, paulistas, sulistas, goianos, etc. começaram a adquirir terras somente para conseguir os subsídios, situação que implicou no aumento das tensões agrárias na região.

Todavia, foi com a frente de incursões minerais que a Operação Amazônia deu um passo a mais. Pela primeira vez o governo organizou projetos de pesquisas com vistas a prospectar os recursos da floresta, ainda pouco conhecidos na época. Para tanto, o Operação Amazônia incluiu em seu relatório uma seção sobre os recursos minerais da Amazônia, enfatizando a necessidade de uma maior atuação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) na região. Além disso, o programa recomendou estudos geológicos para uma compreensão mais aprofundada da região e a identificação de novas oportunidades (OPERAÇÃO AMAZÔNIA, 1966). Nesse sentido o projeto RADAM contribuiu significativamente para ratificar as suspeitas sobre o potencial geológico da floresta.

O interesse em revelar os potenciais minerários da região amazônica tiveram a influência de dois principais fatores: (a) no cenário internacional a demanda por metais aumentava, sobretudo pelo incremento do parque industrial japonês e na África as guerras civis colocavam em xeque o acesso aos recursos naquele país; e (b) nacionalmente, o processo de industrialização do país, pautado na substituição de bens, via suas contas

umentarem em razão da não articulação para a produção de insumos básicos (SANTOS, 1985). A conjuntura foi, portanto, favorável para que as pesquisas geológicas na Amazônia se intensificassem.

O interesse deflagrado pelas riquezas minerais motivou pesquisas por diferentes órgãos. A própria SUDAM, em seu 1º Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Amazônia (PQDAM) (1967-1971) criou um Departamento de Recursos Naturais (DRN), em 1968, com vistas a cumprir seu papel de agência pesquisadora dos potenciais da floresta. Como explica Batista (2016), a SUDAM, em parceria com INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia), o IPEAN (Instituto de Pesquisa e Experimentação Agronômica do Norte), o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), o Centro de Tecnologia Madeireira (CTM), reuniu esforços para levantar os recursos da floresta. Em um segundo momento, o PQDAM passou a dar ênfase total aos recursos minerais e elaborou o Plano Mestre Decenal para Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil (1965-1974), elaborado por técnicos do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) que era subordinado ao Ministério de Minas e Energia.

De acordo com Batista (2016), objetivou mapear o potencial mineral da Amazônia uma vez que se especulava sobre a extensão de ocorrência desses recursos, haja que desde 1948, a Indústria e Comércio de Minérios de Ferro e Manganês (ICOMI) explorava manganês da Serra do Navio, em Amapá, que à época ainda era território federal. Em 1961 o DNPM contratou a PROSPEC S/A Geologia, Prospecção e Aerofotogrametria para realizar o Projeto Araguaia. Este projeto foi responsável pela introdução de grandes empresas da mineração como Aluminium Company of Canada (ALCAN) e a Companhia de Desenvolvimento de Indústrias Minerais (CODIM), subsidiária da Union Carbide Exploration Co. e a United States Steel Corporation (U.S. Steel) interessadas em novas fontes de recursos. E foram essas empresas que abriram novas frentes de prospecção mineral. Em 1966 a CODIN encontrou manganês na Serra do Sereno, a 50 km de distância e Marabá. Como explica Teixeira (apud BATISTA, 2016, pág. 113),

Essa descoberta motivou a matriz norte-americana da U.S. Steel a criar um programa sistemático de pesquisas minerais no Brasil, o Brazilian Exploration Program (BEP), naquele mesmo ano. Com um orçamento de US\$ 3,5 milhões e a participação de geólogos estrangeiros e brasileiros, o BEP contemplava todo o território brasileiro, embora tenha se concentrado na Amazônia.

Assim, em 1966, a Union Carbide, através de sua empresa subsidiária CODIN, descobriram manganês na Serra do Sereno, em Marabá-PA. Motivados pelas descobertas e tentando abrir novas frentes de matérias primas, uma vez que a África, sua principal fornecedora, atravessava um momento de guerra civil, a empresa continuou sobrevoando o município de Marabá. No mesmo ano, os geólogos da United States Steel (USS), de Pittsburgh (EUA), iniciaram um programa de prospecção mineral no Brasil, nas áreas próximas à Marabá. Para viabilizar melhor as incursões, o Brazilian Exploration Program (BEP) foi criado, com apoio financeiro e logístico da Companhia Meridional de Mineração, subsidiária da USS que atuava no Brasil desde 1920.

O Departamento Nacional de mineração (DNPM) já havia encomendado estudos da região e alertara sobre a possibilidade de eventuais depósitos de manganês na região depois de ter visto as fotos aéreas da no entorno de Marabá. A existência de platôs em meio a floresta foram os indícios da presença de minério foram guiando os acampamentos de prospecção. No final de julho, foi decidida a mudança do acampamento para a sede de um castanhal, situado na confluência dos rios Cinzento e Itacaiúnas, onde havia sido concluída uma pequena pista de pouso.

A decisão mudou o rumo da programação. A equipe da Meridional conseguiu instalar sua base de apoio a poucos quilômetros de onde foram encontradas as jazidas de ferro, manganês, cobre e ouro de Carajás. Na manhã do dia 31 de julho, durante o traslado de um dos helicópteros do Xingu para o Itacaiúnas, foi realizado um pouso para reabastecimento numa das clareiras da região, situada na serra Arqueada, sendo desvendada a razão de sua existência: cobertura de canga hemática que permitia o desenvolvimento apenas de uma vegetação arbustiva (SANTOS, 1985). Era a Serra de Carajás. Uma das maiores anomalias geológicas do planeta, como se referiu Becker (1990), ia ser explorada. Entre a descoberta das jazidas, em 1967, para a implantação do projeto em 1985 decorreram quase duas décadas, isso porque à época da descoberta de Carajás, era o minério de bauxita que estava em alta. Somente um tempo depois que os minérios de ferro se tornaram uma opção para a Amazônia.

Santos (1985), explica que a Serra dos Carajás, ficou durante um tempo, sem motivar exploração. Todavia, a diversidade de minérios contida na área suscitou inúmeros pedidos de exploração. O DNPM temendo perder o controle da área, comunicou os militares

que, por sua vez, convocaram a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). A CVRD, para melhores condições de exploração, associou-se à USS e, assim, em 1970, fundaram a Amazônia Mineração S.A. (AMZA). A participação brasileira correspondia a 51% do capital, enquanto a americana detinha os restantes 49% das ações.

Margulis (1990), esclarece que em 1974 as pesquisas determinaram que, na região de Carajás, continham cerca de 18 bilhões de toneladas de minério de ferro. No mesmo ano, os estudos de viabilidade ficaram prontos. Margulis (1990, pág. 193) destaca que

o estudo considerou que o minério de ferro de Carajás seria vendido integralmente fora do Brasil. Em função da demanda de aço projetada, avaliou-se um superávit na oferta de minério de ferro no comércio transoceânico, em 1975, de 17 milhões de toneladas (oferta de 339 milhões de toneladas/ano contra uma demanda de 922 milhões de toneladas/ano); com a entrada em operação de Carajás, em 1978, conforme os projetos da época, o superávit seria de 20 milhões de toneladas/ano, que aumentaria para 22 milhões em 1980, estendendo-se até 1985. Argumentava-se, mesmo assim, que a entrada em operação de Carajás era viável. No entanto, as projeções de mercado feitas em 1981 previam uma demanda de minério de ferro no mercado transoceânico maior que a oferta antes de 1986.

E, assim, todas as atenções voltaram-se para a Serra dos Carajás, no Sudeste paraense. Os militares articularam um projeto tão grandioso quanto o potencial mineral encontrado no Sudeste paraense. A descoberta era singular, um verdadeiro Eldorado. A Serra dos Carajás impressionou (e ainda impressiona) pelo tamanho, haja vista que se estende por cerca de 355 km em sentido Leste-Oeste, atravessando os municípios de Marabá, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Parauapebas e São Félix do Xingu. O relevo local se caracteriza por um conjunto de colinas que estão associadas a zonas de platôs. As áreas de minério de ferro são cobertas por laterita ferruginosa (canga), o que a destaca da floresta ao redor. É conformada por minérios de ferro, manganês, cobre, ouro, paládio, platina e níquel e, ainda, podem ocorrer substâncias, em menor quantidade, como alumínio, prata, cromo, molibdênio, estanho, urânio e tungstênio. E impressiona, também, pela qualidade do minério de ferro com 66% de ferro e a baixa concentração de impurezas (TEIXEIRA E LINDENMAYER, 2012; VALE, 2012).

O Projeto Grande Carajás (PGC) foi criado. Estavam abertos os caminhos de dominação dos recursos minerais na Amazônia Oriental.

2.2 A exploração do eldorado: da concepção do Projeto Grande Carajás à realização do Projeto Ferro Carajás (PFC)

A dominação da Amazônia se realizou de forma voraz uma vez que os recursos nela contidos precisavam ser explorados para viabilizar as intenções de desenvolvimento pretendidas e a aproveitar a demanda internacional. O Projeto Grande Carajás (PGC) insere-se nesse contexto. Como vimos, até a criação desse projeto vários outros haviam pautado os recursos da floresta sob diferentes perspectivas. Contextualmente o PGC representou as ações do nacional-desenvolvimentismo que Cota (1984), assertivamente, colocou como sendo a expressão da ambição de um Estado que, munido de uma parafernália prescindida de mecanismos fiscais e econômicos, transformou completamente a Amazônia.

Reconhecemos o PGC como resultado de inúmeras estratégias políticas que foram sendo lançadas ao território, desde formas de controle e ocupação, como distribuição ampla de recursos e projetos de colonização. Mas o PGC representou, ainda, a consolidação do setor mineral como base para a diversificação da economia local e para a geração de empregos. De acordo com Becker (1990) significou a possibilidade de apropriação de grandes áreas territoriais com baixas densidades demográficas e fracas organizações sociais, incapazes de representar obstáculos às dominações. Mas, sobretudo, foi resultado de uma estratégia geopolítica, a qual buscou-se posicionar a Amazônia como fronteira de recursos dentro de uma lógica de exploração industrial-mineral.

Nesse contexto, o PGC, foi a materialização dos ideais de polos de desenvolvimento lançados na década anterior (1966) que, junto com a Operação Amazônia, iriam se concretizar. O amadurecimento desses propósitos veio por meio do Polamazônia (1974), projeto que pautava a ocupação da Amazônia de forma produtiva. Instituído pelo Decreto nº 74.607, de 25 de setembro de 1974, o Polamazônia tinha como objetivo promover, de forma integrada, o aproveitamento dos potenciais agropecuários, agroindustriais, florestais e minerais e estruturados para atividades para exportação conforme preconizado pelo II PND. Assim, a proposta era ocupar áreas selecionadas e utilizar os eixos naturais de penetração da floresta, o que em outras palavras significava promover a diferenciação de áreas prioritárias que concentrariam investimentos.

O Polamazônia fragmentou partes do território com potenciais, mapeados por meio de outros projetos dentre os quais o RADAM, e instituiu dez áreas de polos: Carajás, Trombetas, Altamira, Pré-Amazônia Maranhense, Acre, Juruá- Solimões, Roraima, Tapajós, Amapá, Marajó, foram as áreas selecionadas para receber os projetos agroindustriais, florestais, agropecuários e minerais (SUDAM, 2019) (Ver figura 6). Esses polos seriam estruturados a partir de 4 eixos direcionadores: (i) agricultura, infraestrutura econômica, desenvolvimento urbano e infraestrutura social.

Figura 6 – Esquema básico dos Polos agropecuários e agrominerais apresentado no II PND



Fonte: II PND, 1975-1979.

Mahar (1978), avalia que o Polamazônia consolidou estratégias que se desenhavam há tempos e significou um recurso estratégico dos militares que pretendiam criar um ambiente favorável aos investidores. Isso porque, os polos seriam dotados de infraestruturas para incentivar a vinda de investimentos para a região. Para Marques (2007, pág. 220), esse *modus operandi* do governo revelava, ainda, que o porte dos investidores que chegariam, haja vista que “o tamanho da empreitada derrubava por si só os concorrentes de menor capacidade político-econômica, o que por sua vez reduzia os participantes e evidenciava a presença destacada do grande capital transnacional”.

Ocorre, entretanto, como bem explica Becker (2005), que o Polamazônia significou uma direta discriminação direta do governo às populações da floresta. O que na verdade é o estado usando o território para a dominação por meio da distribuição de diferenciações que atendem seu interesse na empreitada do desenvolvimento econômico. Becker (2005), observa que essa dominação se realizou, escancaradamente, por meio de modificações na legislação fundiária para favorecer as grandes apropriações de terras em detrimento dos investimentos nos projetos de colonização.

A lógica dos polos de desenvolvimento ganhou ênfase. Consumar o eldorado efetivaria o pretendido projeto de desenvolvimento buscado pelos militares, ao passo que atenderia as demandas de *commodities* do cenário internacional. De acordo com Santos (1986, pág. 32)

o mundo industrializado ainda vivia a euforia desenvolvimentista do pós-guerra, quando as jazidas de ferro de Carajás foram descobertas. Apesar do acaso da descoberta em si, Carajás não surgiu gratuitamente, mas sim pelo fato da região amazônica ser parte de um país periférico da economia mundial e, corresponder, até a década de 60, a uma das últimas fronteiras para o desenvolvimento da exploração mineral.

Os militares lançaram, então, um dos mais ambiciosos projetos de exploração da Amazônia: o Projeto Grande Carajás (PGC). Articulado ao Polamazônia, esse projeto cobriu uma 90 mil hectares localizado paralelo de 8º (oito graus) e entre os rios Amazonas, Xingu e Parnaíba, abrangendo parte dos Estados do Pará, Goiás e Maranhão. Perfazendo um raio de 60 km a partir da Serra dos Carajás, cuja província mineral incluía jazidas de minério de ferro (18 bilhões de toneladas), manganês (60 milhões de toneladas), cobre (1,2 bilhão de toneladas), níquel (47 milhões de toneladas), bauxita (40 milhões de toneladas), cassiterita (37 mil toneladas), e ouro (significativas ocorrências) (Programa Grande Carajás, s/d.).

A lógica de grandes projetos para a Amazônia estruturou-se em alguns eixos estratégicos: (i) Amazônia Oriental, (ii) energia, (iii) infraestrutura básica, (iv) infraestrutura social; (v) agricultura, (vi) siderurgia e (vii) indústrias diversas. O PGC, pertenceu ao grupo de projetos Amazônia Oriental e se diferenciou dos demais por ser um projeto multisetorial de amplos investimentos (IBASE, 1982). Para tanto, um regime de incentivos foi lançado por meio do Decreto Nº 1.813, de 1980, que instituiu um regime de incentivos para:

I – Serviços de infraestrutura com prioridade para:

- a) o projeto da Ferrovia Serra de Carajás-São Luís;
- b) a instalação ou ampliação do sistema portuário e de outros investimentos necessários à criação e utilização dos corredores de exportação de Carajás;
- c) as obras e instalações para a criação e utilização de hidrovias com capacidade para transporte de grandes massas;
- d) outros projetos concernentes a infraestrutura e equipamentos de transportes que se façam necessários à implementação e ao desenvolvimento do Programa Grande Carajás;
- e) o aproveitamento hidrelétrico das bacias hidrográficas;

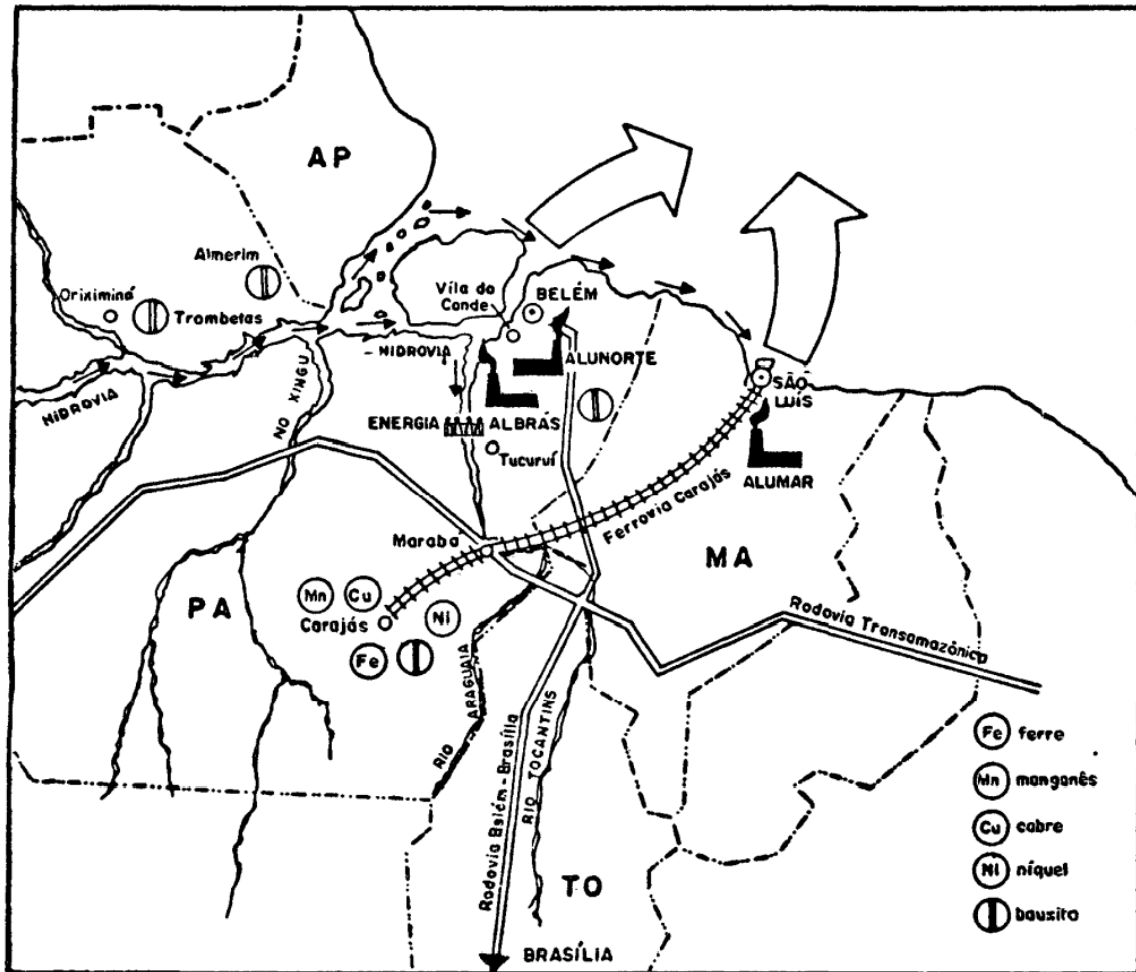
II – Projetos que tenham por objetivo atividades de:

- a) pesquisa, prospecção, extração, beneficiamento, elaboração primária ou industrialização de minerais;
- b) agricultura, pecuária, pesca e agroindústria;
- c) florestamento, reflorestamento, beneficiamento e industrialização de madeira;
- d) aproveitamento de fontes energéticas;

III – Outras atividades econômicas consideradas de importância para o desenvolvimento da região (BRASIL, 1982).

O financiamento do projeto viria por meio de investimentos indiretos em infraestruturas. Para o setor mineiro-metalúrgico, seriam destinados 5,6 bilhões de dólares em obras da cadeia e base de extração, o que incluía a construção de rodovias, ferrovia, portos (marítimo e fluvial) e geração de energia elétrica, bem como a criação de núcleos urbanos e distritos industriais. Um conjunto de infraestruturas que eram necessários para o funcionamento do projeto e para a fixação dos engenheiros, operários e migrantes. Ao todo seriam 6 conjuntos de infraestruturas principais: (i) um sistema de escoamento com rodovias, aeroportos, ferrovias, hidrovias; (ii) portos de Ponta da Madeira, Vila do Conde, Itaqui e Marabá; (iii) usina hidrelétrica; (iv) companhia de desenvolvimento de Barcarena; (v) distritos industriais em Tucuruí, Marabá, Carajás, Barcarena, Imperatriz e São Luís; e (vi) núcleos urbanos em São Luís, Tucuruí, Marabá e Carajás (CARAJÁS, s/d). Na figura 7, podemos ver a espacialização das ações que o PGC propunha e de fato, o projeto possuía uma extensão difícil de se imaginar mesmo em 2023.

Figura 7 – Localização das infraestruturas previstas para o PGC.



Fonte: BECKER, 1989.

O projeto seria totalmente coordenado por um conselho ministerial criado, exclusivamente, para a execução do PGC. Este seria composto pelo Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, na qualidade de Presidente; Ministro das Minas e Energia; Ministro dos Transportes; Ministro da Indústria e do Comércio; Ministro da Fazenda; Ministro do Interior, Ministro da Agricultura e Ministro do Trabalho. Somente os componentes do conselho poderiam estabelecer políticas e critérios para decidir acerca dos programas e projetos do PGC. Esse caráter centralizador na realização do projeto, ficou evidente, também, na divulgação de dados e informações a ele pertinentes. De acordo com os estudos do IBASE (1983, pág. 11), quando o projeto foi apresentado à sociedade apenas os aspectos “positivos” foram ressaltados e “apresentados de forma isolada (caso a caso), sem nenhum estudo articulado com os vários setores da economia nacional, inexistindo um exame mais profundo de sua inserção na economia mundial”. Para

o IBASE, houve um monopólio de informação, restrita apenas aos altos escalões do governo, impedindo a sociedade de entender os reais benefícios que o projeto traria.

O PGC foi desenhado, formalmente, por um conjunto de cinco Decretos Lei, sete Resoluções e seis Exposições de Motivos. No conjunto documental também foram apresentadas as condições e normas sobre o regime de incentivos financeiros, tributários, impostos de renda, etc. Chamamos a atenção ao Decreto Nº 85.387/80 que enunciava um caráter preferencial para:

- a) concessão, arrendamento e titulação de terras públicas, regularização e discriminação de terras devolutas ou, quando for o caso, desapropriação de terras particulares necessárias à execução dos projetos;
- b) licença ou concessão para construção e operação de instalações portuárias;
- c) concessão ou arrendamento de direitos de exploração mineral ou florestal;
- d) contratos para fornecimento de energia elétrica e para transporte fluvial;
- e) autorização, emissão de guias e concessão de financiamentos para exportação;
- f) autorização e emissão de guias para importação de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, bem como conjuntos, partes, peças e acessórios, destinados à implantação, ampliação, modernização ou reaparelhamento de empresas, inclusive no caso de investimento direto estrangeiro sob a forma de bens ou serviços;
- g) autorização e registro de empréstimos externos, inclusive para pagamento no exterior de bens ou serviços;
- h) concessão de aval ou garantia do Tesouro Nacional, ou de instituições financeiras públicas, para empréstimos externos;
- i) autorização para funcionamento de empresas de mineração;
- j) participação, com recursos públicos, no capital social de sociedades titulares dos projetos;
- l) aprovação de contratos de transferência de tecnologia, assistência ou consultoria técnica para a implantação e operação dos projetos;
- m) quaisquer outros atos, formalidades ou diligências necessárias à aprovação e execução dos empreendimentos integrantes do Programa Grande Carajás (BRASIL, 1982, pág. 14-15).

O interesse do Estado em maximizar os fluxos do programa era claro e urgente. Para tanto, não importava a sobreposição de incentivos financeiros e tributários. Inclusive, o mesmo deixou explícito que as regras de regulamentação e incentivos, seriam flexíveis, uma vez que a província mineral, bem como os potenciais nela contidos, estavam em pleno “descobrimento” o que, de certo, justificava alterações. No documento também ficou evidente que a opção brasileira, naquele momento era pela economia de mercado e o governo estava voltado para estimular e orientar os setores privados (Ibidem). O nacional-desenvolvimentista, nesse momento, fez um claro aceno em favor do capital multinacional.

O PGC representou a conquista do eldorado que já perdurava trinta anos, uma vez que desde 1950 o Estado buscava um grande propósito na exploração da Amazônia. Mesmo sendo um projeto de Estado, perpetrado por diferentes governos, ele foi anunciado como um desejo das populações do Pará e Maranhão que ansiavam pelo desenvolvimento, social e econômico da Amazônia Oriental (BRASIL, 1982).

Para Kohlhepp (2002), o PGC expressou a celeridade dos militares em acessar e explorar os recursos e o forte caráter autoritarista do regime. O autor explica que, nem mesmo a SUDAM, órgão responsável pelas políticas de desenvolvimento da Amazônia, interferiu e/ou participou da elaboração do projeto. Valverde (1989) pontua que as decisões sobre o PGC foram tomadas com vistas a atender os interesses das companhias industriais sem, contudo, tentar uma organização conjuntural que se articulasse com as aspirações locais.

Becker (1990) ressalta que o PGC foi enfatizado, pelo governo, como um projeto de favorável ao país, uma vez que a exploração das riquezas existentes na Amazônia Oriental, seriam capazes de gerar divisas para superar o período crítico de crise que o país atravessava e, ao mesmo tempo, dar continuidade ao desenvolvimento da região e à eliminação de suas desigualdades.

Esse ideário, ressaltado por Becker foi enfatizado na apresentação do plano como “um desafio a todos os segmentos da sociedade brasileira” (Ver Figura 8) e que oferecia a possibilidade de:

- Alcançar um crescimento harmônico e equilibrado das diversas regiões do País;
- Promover a descentralização industrial;
- Propiciar, pela geração de empregos, o redirecionamento dos fluxos migratórios internos,
- Aumentar nossa capacidade de pagamento externo, mediante a venda de minério de ferro, minerais não-ferrosos, produtos siderúrgicos, florestais, rurais e agroindustriais, agregando o máximo possível de elaboração com vistas a proteger o trabalho nacional (Programa Grande Carajás, s/d).

Figura 8 – Capa da revista de divulgação do Projeto Grande Carajás.



Fonte: Programa Grande Carajás, s/d.

Entretanto, as propostas ambiciosas dos militares esbarraram em inúmeros obstáculos. De acordo com Benatti (1997), além das dificuldades de acesso que existia das minas aos grandes centros do país, o projeto envolvia altos volumes de investimentos iniciais, apresentava problemas de acesso à mina em razão dela estar localizada no meio da floresta amazônica e instabilidade do mercado de ferro. Todavia, mesmo diante desses entraves e incertezas, Benatti explica (1997) que, os militares estavam determinados a aumentar as divisas do país e consideraram a viabilidade do PGC em razão de as reservas de uma nova fonte de recursos minerais, uma vez que as reservas da CVRD no Sudeste do país estavam diminuindo de qualidade; existia uma demanda no cenário internacional para o

minério de ferro e Carajás também possuía diversidade de minérios, o projeto passava a imagem de um país com alto potencial de “desenvolvimento”; e a região seria uma fronteira para expansão de capital estrangeiro.

Carneiro (1994, pág. 8) esclarece que a logística implementada pelo governo para viabilizar o PGC não passava de um conjunto de diretrizes que se baseava principalmente na atração de empresas interessadas em estabelecer-se na área do projeto. De acordo com o autor foi um processo que favoreceu, sobretudo,

(i) fábricas de produção de alumínio e alumina, Consórcio Alumar (Maranhão) e Albrás- Alunorte (Pará); (ii) Projetos Agropecuários de grandes construtoras como os da Queiroz Galvão no Km 206 da Transamazônica (PA), da Agropecuária Rodo minas em Santa Luzia (MA), da Mendes Júnior Agrícola na região do Rio Mojú (PA), da Construtora Tratex em Riachão (MA); (iii) A fábrica de Silício Metálico da Construtora Camargo Corrêa em Tucuruí/Pará; (iv) As Usinas de Ferro-Gusa, COSIPAR e SIMARA em Marabá (Pará); (v) As Usinas de Ferro Gusa Vale do Pindaré, Viena Siderúrgica, SIMASA e Gusa Nordeste em Açailândia e a MARGUSA, inicialmente prevista para Pindaré-Mirim, mas construída em Rosário, Maranhão.

No bojo desses processos as dinâmicas locais, bem como a população do território foram aliadas. A estrutura montada pelo governo oferecia o território para ser usado pelo capital por meio de empresas extrativistas. Como bem observa Valverde (1989), a execução do programa não considerou o aproveitamento de potenciais na geração de energia (tal como o babaçu) e na articulação de algumas dinâmicas econômicas que já existiam (como o aproveitamento de frigoríficos para os projetos agropecuários). O autor explica que a execução, às pressas, dos projetos acabou gerando ainda mais impactos em uma região que ainda absorvia as dinâmicas surgidas a abertura das rodovias. Valverde (1989) critica, ainda, que a lógica de polos industriais, consubstanciada pelo PGC, não favoreceu a execução do projeto, uma vez que implantar cadeias produtivas na em meio à floresta era de uma enorme dificuldade e complexidade, sobretudo, pela logística e infraestruturas demandadas.

Embora diante de todas as dificuldades o PGC foi iniciado. Entretanto, apenas parte do grandioso projeto de dominação dos recursos da floresta, foi implantado de forma imediata: o Projeto Ferro Carajás (PFC).

2.3 A execução do PFC como projeto de exploração mineral e o surgimento de um importante corredor de exportação na Amazônia Oriental: Estrada de Ferro Carajás (EFC)

Em 1966, a Union Carbide, por meio de sua subsidiária CODIN, identificou depósitos de manganês na Serra do Sereno, em Marabá. Impulsionada por essas descobertas e buscando diversificar suas fontes de matéria-prima devido aos conflitos na África, sua principal fornecedora na época, a empresa continuou suas operações de levantamento aéreo sobre o município de Marabá. No mesmo ano, os geólogos da United States Steel (USS), sediada em Pittsburgh (EUA), iniciaram um programa de prospecção mineral nas áreas próximas a Marabá.

O DNPM já havia encomendado estudos da região e alertara sobre a possibilidade de eventuais depósitos de manganês na região depois de ter visto as fotos aéreas da região. A existência de platôs em meio a floresta foram os indícios da presença de minério foram guiando os acampamentos de prospecção.

No final de julho, foi decidida a mudança do acampamento para a sede de um castanhal, situada na confluência dos rios Cinzento e Itacaiúnas, onde havia sido concluída uma pequena pista de pouso. Essa iniciativa mudou o rumo da programação, pois, sem que houvesse ainda percepção do significado disso, a equipe da Meridional conseguiu instalar sua base de apoio a poucos quilômetros de onde hoje são conhecidas as jazidas de ferro, manganês, cobre e ouro de Carajás. Na manhã do dia 31 de julho, durante o traslado de um dos helicópteros do Xingu para o Inacianas, foi realizado um pouso para reabastecimento numa das clareiras da região, situada na serra Arqueada, sendo desvendada a razão de sua existência: cobertura de canga hemática que permitia o desenvolvimento apenas de uma vegetação arbustiva (SANTOS, 1985).

Assim, a Serra de Carajás foi descoberta, porém, apenas passou a ser pauta de projetos de exploração alguns anos depois. Como explica Santos (1985), foram os sucessivos pedidos de extração mineral solicitados junto ao DNPM que motivaram o governo a convocar a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) para explorar a área. Entretanto, a CVRD associou-se à USS que já atuava na região, para assim ter melhores condições de exploração. Em 1970, as duas empresas fundaram a Amazônia Mineração S.A. (AMZA), onde a participação brasileira correspondia a 51% do capital e a americana os 49% restantes.

Becker (1990) referiu-se a Serra dos Carajás como uma das maiores anomalias geológicas do planeta. E de fato trata-se de um depósito mineral singular que impressionou

(e ainda impressiona) tanto pelas dimensões do maciço, quanto pela variedade e qualidade dos depósitos ali existentes. Uma composição que se estende por cerca de 355 km em sentido Leste- Oeste, atravessando os municípios de Marabá, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Parauapebas e São Félix do Xingu, caracterizado por um conjunto de colinas que estão associadas a zonas de platôs. As áreas de minério de ferro são cobertas por laterita ferruginosa (canga), o que a destaca da floresta ao redor. Nele existem depósitos de minérios de ferro, manganês, cobre, ouro, paládio, platina e níquel e, ainda, podem ocorrer substâncias, em menor quantidade, como alumínio, prata, cromo, molibdênio, estanho, urânio e tungstênio, com um minério de ferro cuja qualidade do minério alcança 66% de concentração, além de baixo teor de impurezas (TEIXEIRA E LINDENMAYER, 2012; VALE, 2012).

De acordo com Rezende (2021), a descoberta da Serra dos Carajás foi resultado de muitos estudos e pesquisas e não fruto do acaso. Isso porque, desde 1965, ocorriam diversas pesquisas pelo território amazônico. Todavia o que o referido engenheiro não aponta é que essa corrida investigativa foi motivada por dois principais fatores: (a) no cenário internacional a demanda por metais aumentava, sobretudo pelo incremento do parque industrial japonês e na África as guerras civis colocavam em xeque o acesso aos recursos naquele país; e (b) nacionalmente, o processo de industrialização do país, pautado na substituição de bens, via suas contas aumentarem em razão da não articulação para a produção de insumos básicos (SANTOS, 1985). A conjuntura foi, portanto, favorável para que as pesquisas geológicas na Amazônia se intensificassem.

Em 1974 as pesquisas determinaram que, na região de Carajás, continham cerca de 18 bilhões de toneladas de minério de ferro (Ibiden). No mesmo ano, de acordo com Margulis (1990), os estudos de viabilidade ficaram prontos, entretanto, o projeto só começou a ser implantado em 1979. Margulis (1990, pág. 193) destaca que

o estudo considerou que o minério de ferro de Carajás seria vendido integralmente fora do Brasil. Em função da demanda de aço projetada, avaliou-se um superávit na oferta de minério de ferro no comércio transoceânico, em 1975, de 17 milhões de toneladas (oferta de 339 milhões de toneladas/ano contra uma demanda de 922 milhões de toneladas/ano); com a entrada em operação de Carajás, em 1978, conforme os projetos da época, o superávit seria de 20 milhões de toneladas/ano, que aumentaria para 22 milhões em 1980, estendendo-se até 1985. Argumentava-se, mesmo assim, que a entrada em operação de Carajás era viável. No entanto, as projeções de mercado feitas em 1981 previam uma demanda

de minério de ferro no mercado transoceânico maior que a oferta antes de 1986.

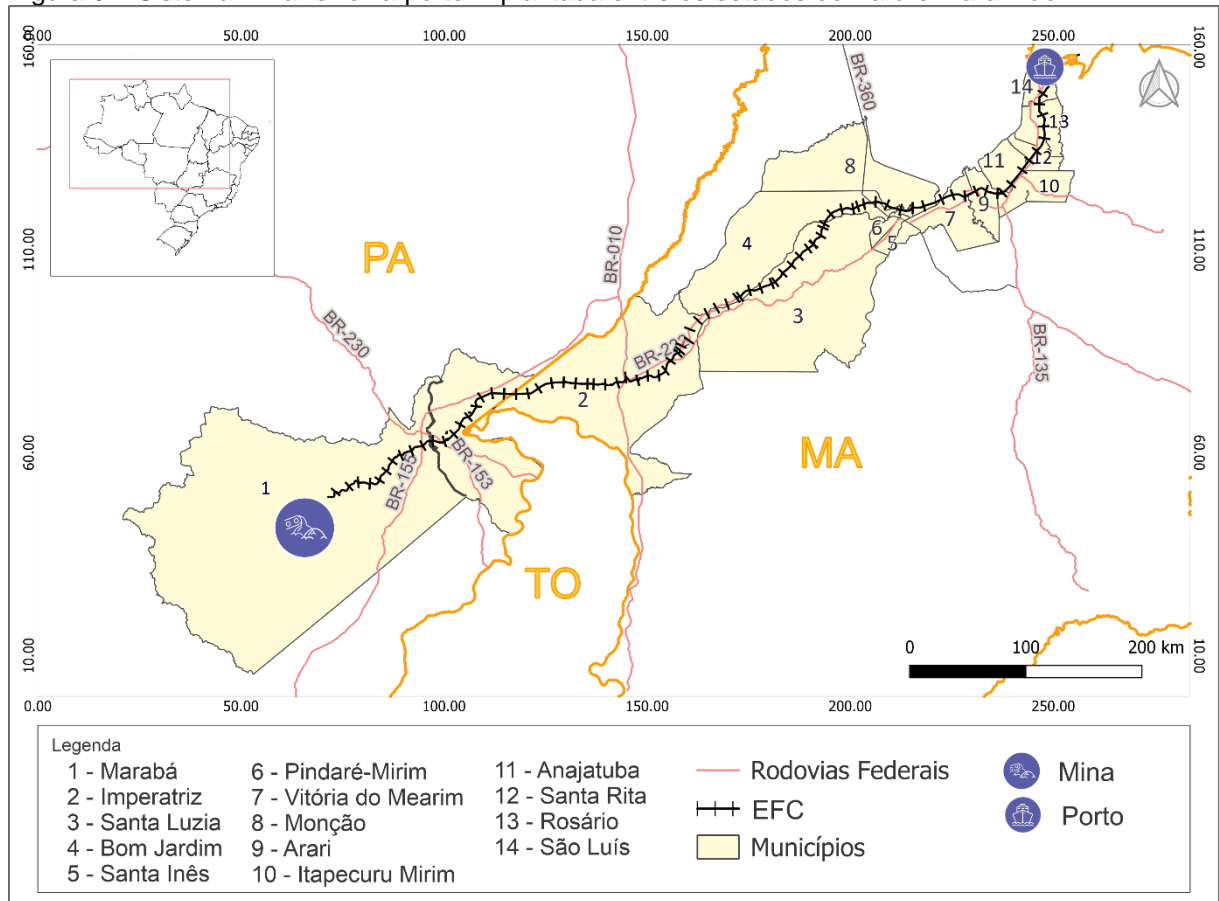
Entre a descoberta das jazidas de ferro, em 1967, e a implementação do projeto, em 1985, quase duas décadas se passaram. Isso se decorreu em razão da demanda do mercado ser, principalmente, por bauxita. Na década seguinte o minério de ferro tornou-se uma demanda viável e as atenções dos militares passaram a se concentrar na Serra dos Carajás e no Sudeste paraense. A exploração seria consubstanciada pelo Projeto Ferro Carajás (PFC), que surgiu como um dos maiores empreendimentos de exploração mineral na Amazônia e que integrava distintas escalas (local à global) e estratégias (ocupação e exploração). De forma geral o PFC integrou uma das partes do PGC, todavia, como explica Margulis (1990) o potencial de Carajás determinou a criação de um projeto de exploração, este acabou assumindo dimensões maiores e mais amplas por meio do PGC que aproveitaram as linhas de desenvolvimento em voga para realizar a dominação do território em várias frentes.

A CRVD, enquanto estatal com expertise na área, ficou encarregada de executar o projeto. Mas antes mesmo de o PFC entrar em funcionamento, a USS retirou-se da parceria que havia estabelecido com a empresa anos antes. Todavia, isso não impediu a CVRD de continuar com as atividades na área e, em 1980, o presidente Figueiredo, em caráter de urgência, autorizou que a empresa realizasse a exploração. Diferentemente do PGC que fez uso de uma ampla divulgação de como a região amazônica estava dados passos firmes rumos ao desenvolvimento, o PFC começou a ser viabilizado de forma discreta. De acordo com Margulis (1990), a CVRD nem documento oficial sobre o PFC apresentou e apenas exibiu um detalhamento do II PND. Para o autor, faltou clareza nas pretensões e dimensões do projeto.

Se faltou projeto, não faltaram argumentos ambiciosos que justificassem a exploração dos minérios de Carajás. Euclides Triches, à época vice-presidente da CRVD, enfatizou que o projeto seria a oportunidade de "exportar minério para atender à demanda daqueles países cujas siderúrgicas estão ociosas por falta dele; depois, pouco a pouco, nós exportaremos ferro-gusa, depois aço bruto e aço laminado, e finalmente produtos industrializados totalmente acabados" (MARGULIS, pág. 194). Embora não houvesse um projeto documentado, o PFC pode ser compreendido como um sistema mina-ferrovia-porto que se estende do Sudeste paraense ao Norte do Maranhão (Ver Figura 9). No Pará

localizam-se as minas e no Maranhão o porto de exportação, com capacidade para o atracamento de navios de até 355 mil toneladas e carregamento de 16 mil toneladas por hora (MARGULIS, 1990). As minas e o porto são interligados pela Estrada de Ferro Carajás (EFC), principal modal logístico que confere viabilidade de escoamento produtivo e exporta as commodities para retornarem como divisas ao país.

Figura 9 – Sistema mina-ferrovia-porto implantada entre os estados do Pará e Maranhão.



Fonte: Galvão, 2022.

De acordo com Margulis (1990), a EFC foi o investimento mais caro do projeto, representando 50% dos recursos totais e teve seus estudos de viabilidade técnica iniciados em 1974. Os primeiros 15 km de trilhos instalados em agosto de 1982 e a inauguração realizada em 28 de fevereiro de 1985 (ANTF, s/d). Em março de 1986 a ferrovia além de minérios, passou a transportar granéis sólidos (soja e outros grãos), líquidos (combustíveis e fertilizantes, entre outros), além do minério de ferro. A EFC está interligada com outras duas ferrovias: a Companhia Ferroviária do Nordeste (CFN) e a Ferrovia Norte-Sul. A logística minerária instalada na Amazônia Oriental foi consubstanciada pelo Estado. Mas a mesma não pode ser apreendida sem que percorramos um pouco da história e da

participação da CVRD. À época da criação do PFC a empresa era uma estatal de atuação consolidada.

Esse sistema mina-ferrovia-porto traduz, com pertinência, o sistema de objetos e sistema de ações (SANTOS, 1994). Nele estão integradas as lógicas de domínio do território que viabilizaram a tão pretendida exploração dos recursos da Amazônia. As infraestruturas lançadas para a exploração (ferrovia, estradas, porto e aeroportos) conformam o sistema de objetos, enquanto que a exploração de recursos por meio de *commodities* conformam os sistemas de ações. E à medida que esse sistema se desenhava, o território reverberava, tanto de forma espontânea como dirigida.

A descoberta das minas no Sudeste paraense se deu no mesmo período em que a mesorregião sofria um aumento de fluxo demográfico com a abertura da Belém-Brasília e que, em seguida, foi pautada como área de projetos de colonização de PIN e receberia um novo corredor de ligação, a rodovia Transamazônica. Os municípios que, até o momento, possuíam suas dinâmicas vinculadas com a extração de castanha, de repente, tiveram seu crescimento populacional acelerado e tornaram-se áreas de tensões em razão das disputas agrárias. O governo militar procurando manter o controle no Sudeste paraense e resguardar os recursos nela contidos, em 1970, declarou Marabá, Itaituba e Altamira, como Áreas de Segurança Nacional através do Decreto-Lei nº 1.131, de 30 de outubro de 1970.

Com isso, o governo conseguiu abrir espaço para viabilizar a implantação das infraestruturas e realizar o PFC. O estabelecimento da Área de Segurança Nacional constituiu como mais um capítulo de controle da região, ao passo que firmou, definitivamente, a exclusão dos governos estaduais e elites locais de quaisquer interferência e/ou participação dos rumos de seus próprios espaços. Como explica Petit (2003), o governo estadual do Pará já estava sendo ignorado desde que a SUDAM passou a atuar na Amazônia e continuou sendo com a entrada da CVRD. Para o autor,

quando foi instituído o Programa Grande Carajás (PGC), em 1980, foi decidido que sua gestão ficaria sob a responsabilidade de um conselho do qual participavam exclusivamente representantes de diferentes ministérios do governo federal (Minas e Energia, Transporte, Indústria e Comércio, Fazenda, Justiça, Agricultura e do Trabalho), sob a coordenação do ministro-chefe da secretaria de Planejamento, mas sem qualquer representação dos governos estaduais nos quais o PGC atuaria (Para, Goiás e Maranhão) (PETIT, 2003, pág. 262).

Apesar de essa situação causar desconforto nas representações locais, como observa Petit (2003), os militares, ao implementar o PGC e o PFC, continuaram a estabelecer seus instrumentos de controle, diminuindo a capacidade de influência das elites locais. Inclusive, vale ressaltar que a opção pelo escoamento via EFC, contrariou os interesses não somente das elites paraenses como do próprio governo estadual. De acordo com Petit (2003, pág. 258), a CRVD divulgou a opção da ferrovia como sendo uma decisão técnica, quando na verdade foi a opção que atendeu a “pressão exercida sobre o governo federal e o Congresso Nacional de setores económicos e políticos do Estado do Maranhão”. Como menciona o autor, enquanto os políticos paraenses defendiam a ideia de "o minério é nosso", Delfim Netto, ministro do planejamento à época, respondia que "[...] nós não podemos fazer uma economia corporativa; nós não podemos, realmente, fazer um sistema no qual o empresário tenha o privilégio de expor sua opinião [...]" (Ibidem, pág. 262).

O PFC foi implementado, apesar da oposição das elites e governantes locais, dando início a uma série de conflitos. Mas com o início das obras do PFC, surgiram novos desafios. A CVRD, visando aprofundar seu conhecimento sobre a geologia da região, passou a atuar por meio da DOCEGEO. Segundo Valverde (1989), como a empresa havia realizado pesquisas geológicas no Sudeste paraense e contribuído com as descobertas da Serra de Carajás, foi designada pela CRVD para continuar com as pesquisas na mesorregião. Durante essas investigações na década de 1970, enquanto buscavam por indícios de cobre, a equipe da DOCEGEO encontrou pequenas quantidades de ouro em veios de quartzo. Todavia, como explica Valverde (1989), a empresa passou a utilizar-se da mão de obra migrante que predominava na área, foi quando, durante as atividades de exploração da Serra da Andorinha, a notícia sobre a potencial existência de ouro se espalhou rapidamente.

A pressão para a exploração aumentou significativamente, especialmente em 1980, quando o prefeito de Xinguara, um município próximo a Marabá, organizou uma reunião pública na qual incitou cerca de 500 garimpeiros contra a DOCEGEO. Com o estímulo à garimpagem, a atividade se intensificou consideravelmente. Segundo Valverde (1989), à medida que a CVRD abria estradas para implantar o PFC, os garimpeiros seguiam os fluxos viários até que, em 1980, ouro foi descoberto no igarapé Serra Pelada.

Após um acordo entre um grande fazendeiro local e o prefeito de Conceição do Araguaia-PA, Giovanni Queiroz, com a CVRD, a garimpagem foi incentivada no rio Branco visando auxiliar a população carente da região, conforme descrito por Valverde (1989). No entanto, no final da mesma década, a notícia de que a Serra da Andorinha estava aberta para garimpagem se espalhou e efetivou a atividade. Segundo Valverde (1980), a DOCEGEO tentou interromper o garimpo sem sucesso e também procurou comprar o ouro dos garimpeiros, porém, a produção era enorme dada a condição de ocorrência do produto que estava presente presente em rochas tenras, praticamente na superfície (Ver Figura 10).

Com isso a garimpagem trouxe mais uma camada de tensão ao Sudeste paraense. Todavia, o Sudeste por ter sido declarada como Área de Segurança Nacional, o governo interviu rapidamente. Como explica Valverde (1989), o Serviço Nacional de Informações (SNI) enviou o Major Sebastião Curió, profundo conhecedor da região, que, acompanhado de 50 jagunços, conseguiu controlar a situação momentaneamente. Em 1980, o Major Curió conseguiu interditar a Serra Pelada com a justificativa de que se tratava de uma invasão de terras que haviam sido concedidas a CVRD (MATHIS, 1995).

Figura 10 – A ocupação do Garimpo de Serra Pelada, em 1980, após as sucessivas tentativas de evitar a garimpagem no Sudeste paraense.



Fonte: Revista TRIP (2009).

Mas em meados de 1982, como explica Mathis (1995, pág. 11), o Major Curió entregou o cargo a Ari Santos, e se candidatou, a pedido do Presidente Figueiredo, a Deputado Federal na legenda do PDS. Sua popularidade na região rendeu-lhe não somente a sua eleição para deputado federal, como a vitória do seu grupo nas eleições municipais de Marabá. Com isso, logo depois de saber dos planos de fechamento do garimpo, Curió começou a organizar, junto com Antônio Mineiro, representante do Sindicato Nacional dos Garimpeiros em Marabá, uma resistência contra tal decisão. Não demorou para a Câmara aprovar um projeto de lei (Lei Curió) que permitiu a continuação da Serra Pelada durante cinco anos, sob coordenação de uma cooperativa, com as devidas indenizações à CVRD.

A aprovação da “Lei Curió” que determinou a continuidade do garimpo agradou ao Major Curió, líder dos Garimpeiros, mas desagradou o, então, presidente Figueiredo que a vetou. De acordo com Valverde (1989), a partir daí Curió e Figueiredo deixaram de ser aliados, sobretudo porque, mesmo diante de indenização prevista à estatal CVRD, o presidente Figueiredo vetou a lei e com isso elevou os níveis de tensão na área. Como explica Mathis (1995), a decisão provocou revolta entre os garimpeiros que reagiram interditando a rodovia Belém-Brasília e ateando fogo nas casas que pertenciam aos técnicos e engenheiros da CVRD, na localidade de Rio Verde (atual Parauapebas), principal área de obras do PFC.

Mathis (1995), coloca que a forma com que a situação em Serra Pelada foi resolvida deixou claro que a política mineral seria um problema a ser tratado dentro da ideologia da Segurança Nacional e não pelo DNPM. Para o autor, a intervenção federal no garimpo por questões de segurança nacional procurou somente a apropriação dos recursos, enquanto a população, cerca de 80 mil pessoas, envolvidas na garimpagem de Serra Pelada continuaram sem posto de saúde, telecomunicação, banco, sem infraestrutura básica (água, eletricidade, esgoto). Como aponta Mathis (1995, pág. 11), o governo considerou suficiente pautar, a proibição da presença de mulheres e do consumo de álcool dentro da Serra Pelada como forma de eliminar uma série de conflitos, “mas não resolveu o problema mais profundo: a organização de uma sociedade constituída de indivíduos, desenraizados e do mesmo sexo, que além das relações criadas pelo capital e do código de comportamento imposto pela coordenação, não dispõe sobre instituições ou organizações formadoras de valores”. Mathis (1995), enfatiza que os problemas não deixaram de existir, apenas

migraram para as vilas e currutelas fora do garimpo, para onde os trabalhadores se deslocavam nos finais de semana.

As condições de infraestruturas e degradação social impostas com o garimpo de Serra Pelada deflagrariam mais um ponto sensível no Sudeste paraense, a *company town* construída pela CVRD para seus funcionários e se constituiu como o núcleo de Carajás, localizado a

640m de altitude e 200km de Marabá e cerca de 25km das minas de minério de ferro. Está em construção uma pequena cidade com 160 hectares com uma área urbana de cerca de 11.000 hectares. Hoje existe uma pequena comunidade de madeira, com 20.000m², construída pela Vale e abriga cerca de 3.800 habitantes, sendo que 3.650 trabalham na obra (150 homens da Vale e 3.500 entre empreiteiros e empregados); os restantes se ocupam do setor terciário (PROGRAMA GRANDE CARAJÁS, [s/d], pág. 15).

O núcleo contou com infraestrutura e equipamentos como praças, cineteatro, restaurantes, bancos, clube, hotel, escola, aeroporto, rodoviária e foi construído pela CVRD seguindo a configuração de cidades-empresa, conjugando o novo e moderno na floresta (WANDERLEY E COELHO, 2021). Trindade Jr (2010) caracteriza essas *company towns* como espécies de “cidades na floresta” que se articulam e interagem com realidades extrarregionais. Expressam a divisão regional do trabalho, ao passo que se constituem como grandes objetos técnicos. Para o autor, essas cidades “distanciam-se, portanto, dos sistemas naturais existentes na região, ou de sistemas técnicos já existentes, mas mostram-se intrinsecamente associados às dinâmicas dos sistemas naturais pré-existentes” (TRINDADE JR, 2010).

A *company towns* da CVRD em Carajás configurou-se como uma verdadeira excrescência no Sudeste paraense. De um lado, o modelo representou mais um objeto que os militares implantaram na floresta, de outro significou uma clara diferenciação espacial para a produção, demarcando a modernidade como um símbolo de ruptura com os padrões locais. Enquanto, aos envolvidos nos empreendimentos, sobretudo dos altos escalões o tratamento dado era o acesso a esses espaços altamente urbanizados, os migrantes que chegavam à mesorregião em busca das oportunidades divulgadas, principalmente pelo PIN (Terra sem homens, para homens sem terras), instalavam-se nas franjas de Carajás e/ou nas franjas de Marabá.

Valverde (1989) destaca que, à medida que a CVRD avançava com seus empreendimentos na mesorregião, as tensões, principalmente entre seu corpo técnico-administrativo e os migrantes e garimpeiros, aumentavam. Isso se deu porque, à medida que a conclusão das infraestruturas mineradoras ocorria, os trabalhadores dispensados tendiam a se voltar para a mineração informal ou a se estabelecer nos arredores da cidade da CVRD. O autor menciona, ainda, que a empresa chegou a erguer um muro de proteção ao redor das casas dos funcionários em Carajás, acentuando as disparidades com as comunidades que se estabeleceram próximas ao Rio Verde, uma vila adjacente a Carajás.

Aumento de tensões, crescimento populacional nas áreas de garimpo e nas áreas urbanas, principalmente de Marabá, município polo do Sudeste paraense, levaram os militares a realizar algumas intervenções urbanísticas no município. Como Marabá havia sido declarada como área de Segurança Nacional, Almeida (2009), explica que essa situação conferiu aos militares a possibilidade de intervenção no espaço urbano das cidades que estavam sob essa forma de controle. Assim,

o Governo Federal desapropriou terras para instalar o Batalhão de Infantaria da Selva, para expandir o aeroporto municipal e para construir a Nova Marabá. Tal intervenção gerou um atrito com a tradicional oligarquia da castanha que detinha o controle das terras e imóveis na cidade. Nesse mesmo ano a descoberta de um foco guerrilheiro na área (a Guerrilha do Araguaia) ampliou ainda mais a presença militar na região (ALMEIDA, 2009, pág. 176).

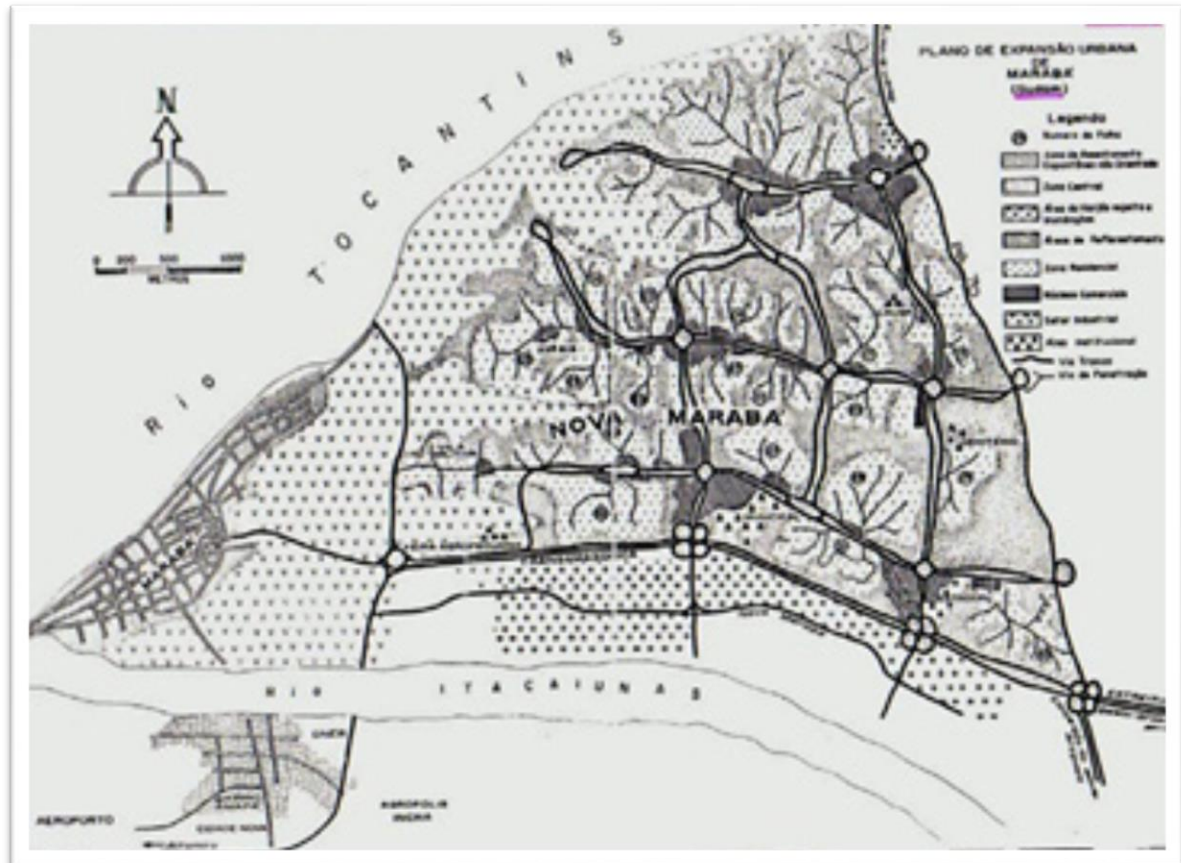
A Nova Marabá, caracteriza-se como sendo mais uma transformação territorial direta realizada pelos militares. Marabá, que desde a metade dos anos de 1960, foi atravessada pelas transformações que as políticas de ocupação, segurança e colonização lançadas à Amazônia causaram, tinha adicionado inúmeras camadas de conflitos e contradições em seus espaços. Soma-se a isso, o fato de sua localização geográfica implicar, em sazonalmente, em cheias de suas áreas mais próximas ao rio Itacaúnas. Assim, diante desse contexto, os militares decidiram intervir no território e criar uma área para minimizar as tensões que existiam na luta pelo espaço urbano e (des)ordenar o crescimento da cidade: a Nova Marabá. E como o próprio nome já anuncia, foi mais um artifício de modernidade que os militares lançaram.

A Nova Marabá foi idealizada com um traçado orgânico (Ver Figura 11), cuja estrutura assemelha-se tem formato de folha e, como explica Almeida (2008), foi pensado

para funcionar como um pequeno núcleo de comércio e serviços. O “assentamento espontâneo orientado” (ALMEIDA, 2008, pág. 164), proposto pelos militares, novamente expressou a centralização autoritária e a decisão de construir

novos núcleos urbanos foi tomada sem a mínima participação da comunidade local, nem mesmo de suas lideranças vinculadas à velha oligarquia da castanha. Os interesses da população e dos vários segmentos sociais que dela faziam parte não foram considerados, fato que veio a comprometer a efetiva transferência da cidade para outro local. A apropriação do espaço urbano pelos vários segmentos sociais, inclusive da antiga elite, que tinha interesses enraizados na sede municipal, não foi considerada na elaboração dos projetos para a Nova Marabá (ALMEIDA, 2008, pág. 137).

Figura 11 – Planta do projeto urbanístico da Nova Marabá



Fonte: Yoshioka, Reimei apud Almeida (2008).

O projeto da Nova Marabá foi viabilizado, via edital lançado em 1972, e foi incluído no Plano de Desenvolvimento Urbano de Marabá (PMDU). Mas a viabilidade deste, como explica Tourinho (1991), se concretizou em caráter de urgência e utilizando-se de força policial para desapropriar as áreas de interesse dos militares. Tourinho (1991) esclarece que, o governo militar enfatizou a necessidade de desapropriação, principalmente das áreas

entre os rios Itacaiúnas e Tocantins, sob a justificativa de que nelas seriam realizadas o projeto da Nova Marabá que abrigaria 50 mil pessoas, quando na verdade tratou-se de estratégia para resguardar a área para implantar infraestruturas do PFC. Tourinho (1991, pág. 322-323), coloca que

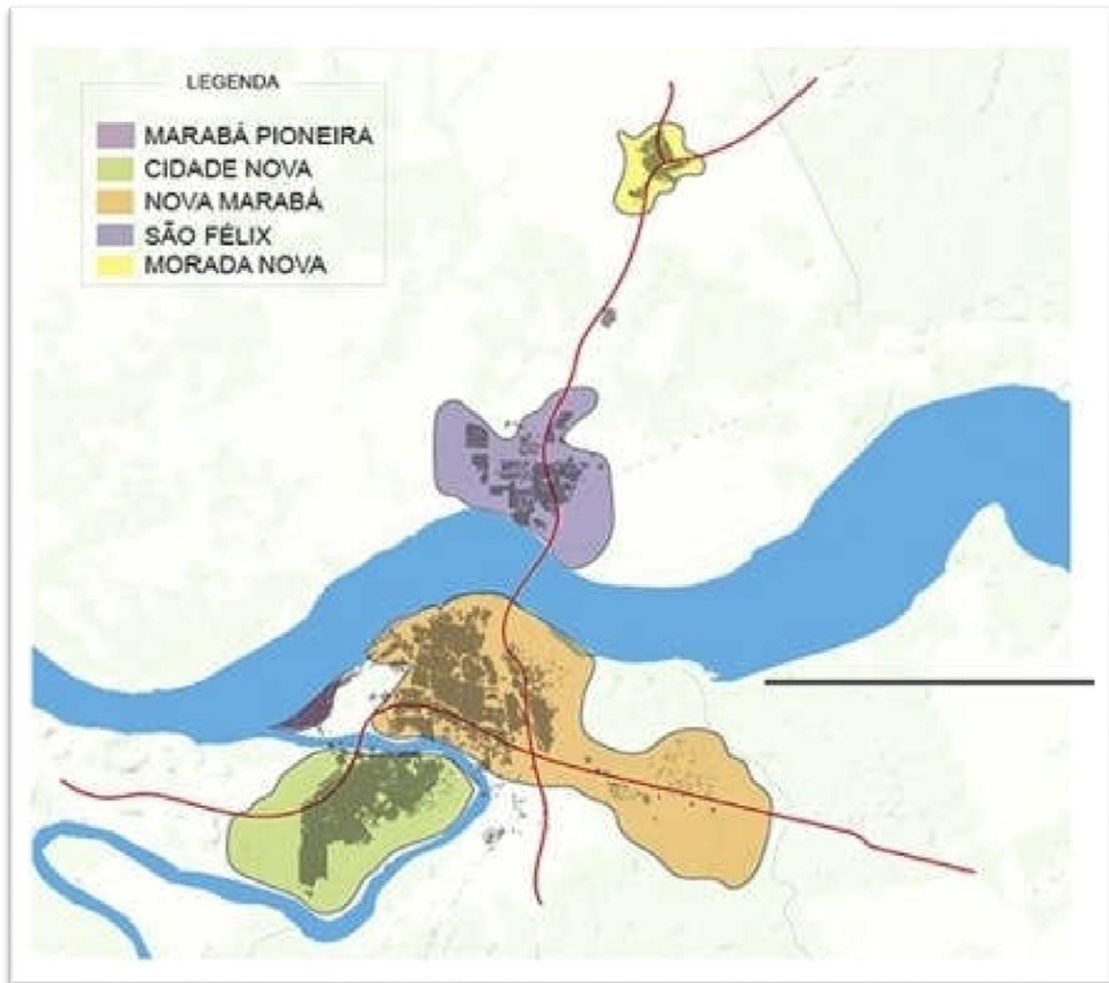
o PDUM, dentre outras questões: desconsiderou por completo a relação que a população marabaense tinha com as margens dos rios, impondo uma localização centralizada da cidade; tentou colocar 50% da população total, constituídos por aqueles que, em termos de renda familiar, compunham o contingente de miseráveis da cidade, em apartamentos; quis eliminar o uso do solo misto (residências + comércio ou prestação de serviços) na maioria das zonas residenciais, pretendeu desestimular hábitos como o de criar animais domésticos pouco higiênicos, que embora considerados portadores de alguns vetores de doenças quando criados fora de condições especiais, tinham importância crucial na renda e sobrevivência das famílias mais pobres.

Assim, o espaço do município foi sendo (des)organizado para viabilizar as estratégias de dominação dos recursos. Como observa Almeida (2008, pág. 22), as estratégias dos militares era para adequar os espaços urbanos para receber acomodar a ferrovia e, principalmente, porque era preciso “inserir a região em um novo patamar econômico, tido como moderno, em detrimento das antigas atividades extrativistas, vistas apenas como uma alternativa transitória na impossibilidade de se promover de imediato a modernização”. Para o autor,

A Nova Marabá representava a possibilidade de implantação de uma política de planejamento urbano na Amazônia por parte do Governo Federal. Contudo, a própria dinâmica do crescimento da cidade, verificada no início da década de 1970, impôs a necessidade do Poder Municipal adotar muitas medidas pontuais que não estavam em sintonia com aquilo que os planejadores imaginavam para a cidade, sobretudo para atender as demandas surgidas como crescimento de sua área periférica.

Desse modo, os militares interviram, ainda, nas franjas da área urbana que tinham sido ocupadas de forma desordenada pelos migrantes que chegavam ao município. Bairros como Novo Horizonte, Laranjeiras, Agrópolis do INCRA surgiram em razão desses fluxos (ALMEIDA, 2008). Mas ao contrário da área onde seriam implantadas infraestruturas da mineração que ficaram ao encargo da SUDAM, nessas áreas os militares encarregaram o INCRA de fazer as devidas intervenções. Almeida (2008) pontua que, este órgão foi responsável por realizar, em 1974, o loteamento do bairro Jardim Novo Horizonte.

Figura 12 – Distribuição das áreas de expansão e ocupação de Marabá-PA na década de 1970.



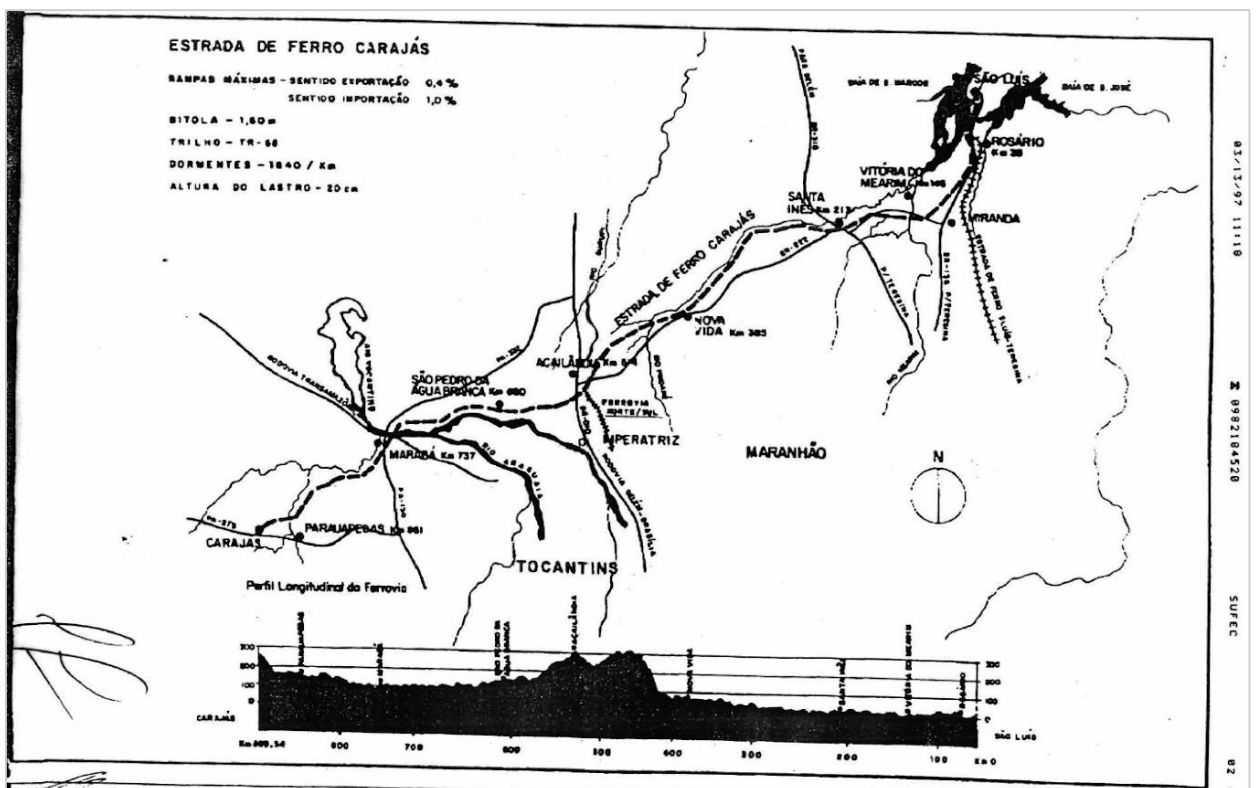
Fonte: BIBAS E CARDOSO, 2016.

As sucessivas transformações das áreas urbanas de Marabá, em consonância com a abertura da Transamazônica, levaram o município a caracterizar-se como urbano. Almeida (2008) explica que foi nesse período que o município abandonou suas características extrativistas e ribeirinhas³. Para Tourinho (1991), as transformações do território de Marabá envolveram três aspectos principais: (i) acomodar os interesses dos investidores da mineração; (ii) absorver os serviços das empreiteiras e (iii) abrigar os migrantes e diminuir as tensões sociais e, com isso garantir um espaço seguro e viável para a instalação dos projetos extrativos.

³ A população urbana em Marabá, em 1970, passou a corresponder a 59,5% da população total (CENSO, 1970).

Mas as transformações que viabilizaram o PFC não se concentraram apenas no município de Marabá e no entorno da Serra de Carajás. Muitas delas se dissiparam ao longo dos 892 km da ferrovia, principalmente, no entorno das infraestruturas vinculadas à EFC e de outros empreendimentos pertencentes ao PGC. Dentre as infraestruturas ligadas a ferrovia estão os pátios de cruzamentos (164 km), os terminais industriais e o ramal do píer no porto (111 km). E ainda compõem esse conjunto de infraestruturas 5 pontes e 1 viaduto (CVRD, 1997) (Ver Figura 13).

Figura 13 – Configuração do sistema de infraestruturas que compuseram a EFC em sua fase inicial de operação.



Fonte: CVRD (1997).

Essas infraestruturas relacionadas à EFC distribuem-se ao longo dos estados do Pará e Maranhão e reproduzem o que Galvão (2016) denomina de impactos diretos e indiretos do sistema produtivo. Instalações como pátios de manutenção e oficinas produzem e a própria ferrovia, produzem impactos diretos, uma vez que são grandes infraestruturas em territórios que não estão totalmente consolidados. Isso decorre do fato de serem áreas recém ocupadas e com uma formação político-administrativa recente e/ou com condições técnicas incapazes de se articular com elementos e lógicas de grande porte. Os impactos indiretos, seriam aqueles que decorrem apenas na acomodação da ferrovia no território, situação que

acontece principalmente quando a ferrovia tangência áreas ocupadas ou quando a ferrovia apenas corta áreas rurais dos municípios.

O modo como as infraestruturas da ferrovia interagiu com o território tornou-se evidente, especialmente após 1985, quando o sistema entrou em operação. Esse marco foi representado pela primeira viagem de trem, na qual o então presidente José Sarney e autoridades dos estados do Pará e Maranhão estiveram presentes (Ver Figura 14).

Figura 14 – População no evento de inauguração da Estrada de Ferro Carajás em Marabá.



Fonte: Portos MA (2023 [2015]).

As áreas ao longo do corredor passaram, como explicado por Galvão, interações distintas com o modal. Algumas dessas interações e/ou impactos que a ferrovia ensejaria, foram mencionadas no Plano Diretor de Desenvolvimento Regional⁴ (PDDR), elaborado pela

⁴ A Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN), por meio da Secretaria executiva do Programa Grande Carajás, contratou e terceirizou um diagnóstico e a elaboração de um Plano Diretor de Desenvolvimento Regional que consistiu na apresentação de diversos termos de referência que guiariam a contratação de terceirizados especialistas, bem como a formulação de diretrizes norteadoras para o desenvolvimento da área de impacto da EFC.

NATRON⁵ (1982), e divulgado pela CVRD. O plano, dentre outros, apresentou as principais diretrizes para a integração da ferrovia com o território. No plano foi destacado que cerca de 95.359 km² seriam impactados diretamente pela infraestrutura. Destes, 45.942 km² localizam-se no lado paraense da ferrovia e 49.325 km² no lado maranhense.

Segundo o PDDR, poderiam, ainda, haver impactos decorrentes tanto por meio da incorporação de outras infraestruturas ao sistema minerário, gerando efeitos de interligação; quanto pela catalização de atividades ligadas ao setor de mineração que impulsionariam o crescimento econômico regional (SEPLAN, 1987). Mas foi a ênfase dada a prospecção de “novos produtos da floresta” que nos despertou a atenção. De acordo com o PDDR, a busca por recursos que poderiam ser adicionados à cadeia da mineração ainda estava me aberto. A identificação desse potencial consubstanciaria o desenvolvimento econômico de atividades agrosilvopastoris, o carvoejamento (em escala industrial) e assentamentos (SEPLAN, 1987).

Importante notar que o PDDR (SEPLAN, 1987, pág. 17) pontuou que as “políticas públicas para a promoção do desenvolvimento das áreas periféricas (regiões de recursos, regiões deprimidas), [...] tendem a ser estruturadas em função dos valores e dos interesses das áreas desenvolvidas do País e do exterior” (de fora para dentro). O que na verdade, como explica Trindade Jr (2010), é uma característica desse sistema de exploração, manter suas bases de exploração vinculadas a sistemas de ações fora do local onde estão localizados os sistemas de objetos.

Mas esse argumento foi utilizado para justificar que os investimentos seriam realizados, de forma predominante, nas infraestruturas da indústria – em detrimento da provisão de serviços básicos de natureza social – e que isso acarretaria em uma possível desorganização e desestruturação das atividades tradicionais; agravamento de subemprego, vazamento de renda para os locais de origem do investimento, aumento das desigualdades sociais e distribuição dos padrões e normas das áreas centrais. Mas tais procedimentos seriam “necessários” uma vez que,

⁵ NATRON Consultoria e Projetos, empresa precursora na arte de detalhamento de Engenharia Industrial, foi responsável pela elaboração das estratégias que guiaram a intervenção, as ações e a execução.

em muitas situações, esses recursos naturais constituem a condição necessária para se desencadear o processo de desenvolvimento em determinada região, quase sempre através de exportações para atender à demanda exercida por regiões desenvolvidas do País ou do exterior (Ibidem, pág. 18).

O PDDR anunciou, claramente, o domínio dos recursos e anunciou a diferenciação que aconteceria nas áreas ao longo da EFC. E prenunciou, ainda, a participação social nos projetos nos projetos, de menor escala. Essa participação viria por meio da discussão de projetos que poderiam ter impacto local, possibilitando a participação das comunidades, dos vários grupos sociais e níveis de governo, com vistas a construir ações compartilhadas e/ou alternativas à realidade local por quem melhor compreende-as e por quem seria por ela afetado (Ibidem, pág. 25).

O contraponto é que essa participação seria meramente ilustrativa, uma vez que as decisões eram tomadas nos gabinetes federais, longe dos atores locais. Todavia, a menção a participação social no plano não pode deixar de ser notado como um reflexo do contexto político que vislumbrava um recrudescimento do autoritarismo período. Mas de modo geral, o PDDR foi apenas um plano para constar, uma vez que inúmeras obras já haviam sido iniciadas antes mesmo desse plano. E se o mesmo tivesse sido seguido, algumas violações de direitos, como veremos no capítulo II, poderiam ter sido evitadas ou seguidas e melhor pactuadas com a população local.

Capítulo III: Os desdobramentos da implantação da Estrada de Ferro Carajás (1980-1996)

A introdução de elementos físicos no território se consumou de forma acelerada. Em cerca de três décadas o rio foi superado pela rodovia. Cidades, povoados, projetos de colonização/assentamentos, *company towns*... O território foi se transformando e isso fica evidente com as novas formas e conteúdos que foram surgindo e/ou modificados. A floresta foi passando pelo “irônico processo de desnaturalização” (SANTOS, 1994). Os militares se apressaram para implantar um dos maiores e mais ambiciosos projetos de exploração dos recursos da Amazônia. Pressa essa pautada para reverter o quadro de crise econômica que o governo passava, para recuperar seu prestígio diante da nação e, com isso, esvaziar a pauta da redemocratização que ganhava força.

E como vimos no capítulo anterior os militares utilizaram-se de vários recursos, além de terem implementado de forma voraz políticas que escancararam a floresta para a dominação de seus recursos. No início dos anos de 1980, o quadro era tão negativo que os mesmos reconheceram que era preciso rever algumas políticas. Como explica Serra e Fernandez (2004), as políticas que fomentaram a ocupação da floresta geraram o crescimento de cidades, todavia estas vieram acompanhadas de desigualdades, de baixos indicadores sociais e a concentração fundiária gerou conflitos de toda ordem. Prates (2011), assinala, ainda, que as políticas implementadas contribuíram com o desmatamento da floresta. Em 1980, cerca 10% da floresta estava desmatada em razão tanto da abertura das rodovias, como da implantação de projetos agropecuários subsidiados pelo governo.

Os militares tentaram, com isso, rever a agenda. Em 1979 foi lançado o III PND com horizonte até 1985. Como explicam Serra e Fernandez (2004), o plano manteve as diretrizes de integração e ocupação, mas em uma tentativa de reverter a crise econômica, deu ênfase às exportações. Nesse sentido, o POLAMAZÔNIA surgiu como modelo a ser adotado na Amazônia. Como bem colocam os autores, esses polos eram pautados como essenciais não somente para o desenvolvimento da região, como para consolidar definitivamente sua integração.

A mineração era a salvação, acreditavam os militares. Com isso, todo o foco voltou-se ao Projeto Ferro Carajás. Entretanto, o processo de reabertura democrática

ganhava cada vez mais força e ameaçava as intenções dos militares em ter na Amazônia sua redenção. Entre 1980 e 1996, recorte temporal desse capítulo, a transição governamental passou a influenciar, consideravelmente, os desenhos das políticas do país. E para Amazônia isso foi determinante. Assim, não podemos deixar de considerar que as transformações territoriais desse período têm como pano de fundo o processo de reabertura democrática.

A redemocratização, inclusive, vai influenciar na direção desses sistemas de objetos e sistemas de ações, estabelecidos nas décadas anteriores, que permearam as camadas que foram sendo adicionadas ao território. No entanto, esses sistemas não articularam, uniformemente, os processos ao território. Isso decorre do fato das rugosidades, impedirem que os sistemas de ações e sistemas de objetos dominem completamente suas características. Como explica Santos (1994, pág. 91), o “processo social está sempre deixando heranças que acabam constituindo uma condição para novas etapas. Uma plantação, um porto, uma estrada, mas também a densidade ou a distribuição da população (...) a prática depositada nas coisas, tornada condição para novas práticas”, mas também empecilhos de articulação.

Desses processos surgem diferentes tensões territoriais que são evidenciadas e/ou influenciadas pelos sistemas de objetos e sistemas de ações. Ao longo da principal infraestrutura lançada, a EFC, essas tensões se manifestam por meio de disputas fundiárias, diferenciações espaciais, conflitos socioambientais e outros processos decorrentes dos diferentes usos dados ao território. Durante o período de 1980 a 1996, essas tensões começam a se compor os territórios ao longo da EFC. Valverde (1969, pág. 136), inclusive, chegou a se referir às áreas da ferrovia como um 'quadrilátero do Câncer social' tamanha a amplitude e intensidade de manifestações.

O período que pretendemos cobrir, neste capítulo, é complexo e marcado pelo esfacelamento da ditadura, onde o Estado tinha uma expressão significativa; e pela redemocratização que sugeria a presença de um Estado mínimo. Essa reabertura democrática, como explica Sallun Junior (1994, pág. 1), implicou em uma

transição política não se inicia nem conclui-se nos anos 80. Começa em 1973, quando a cúpula do regime militar que dominava o país desde o golpe de 1964 escolhe o Gal. Ernesto Geisel para ocupar a Presidência da República. E não se encerra nos anos 80, pois mesmo depois da eleição

direta do presidente da República, em 1989, ele não governa sob uma ordem institucional expressiva de um pacto político estável. Não convém, portanto, restringir a análise aos anos 80. Ela vai abranger também transformações ocorridas na década dos 70.

Sallun Junior (1994), coloca, ainda, não basta compreender essa transição apenas no âmbito político. É preciso incluir as outras forças sociais e econômicas, estas últimas sob influência do contexto internacional. De acordo com o autor, tais fatores somaram-se ao esgotamento do modelo político autoritário que estava vigente, enfraquecendo suas capacidades e implicando em sua substituição.

No cenário internacional, o neoliberalismo vem pautando formas de governo desde 1970. Conforme explicado por Brenner, Peck e Theodore (2010), o neoliberalismo, enquanto doutrina política e econômica que passou a defender a mínima intervenção do Estado na economia, estabeleceu vários elementos para melhorar a fluidez do capital. A privatização das empresas estatais, a desregulamentação de setores econômicos e a abertura dos mercados à competição, especialmente internacional, foram algumas das principais medidas que contribuíram para o livre mercado, livre concorrência e a liberdade individual, diminuindo assim o papel do Estado. Os autores também explicam que os processos de neoliberalização têm por característica a promoção de políticas cada vez mais voltadas para um mercado interligado. Esse novo *modus operandi* do Estado, na visão de Brenner, Peck e Theodore (2010), reproduz políticas similares aos demais Estados, criando um sistema de regulação para a competitividade frente aos mercados, o que favorece exclusivamente o mercado. Para os autores, esse é o cerne do processo neoliberal: a criação de reconfigurações institucionais e geográficas por meio de políticas regulatórias.

Os processos que apresentaremos, nesse capítulo, incluem tanto as ideologias desenvolvimentistas quanto as neoliberais. Implicam, também, nas formas como as políticas se desenham para a efetivação. Se no desenvolvimentismo a região constitui o cerne de sua finalidade; no neoliberalismo é a unidade territorial o ponto de rebatimento. Para Silva e Marques (2020), o neoliberalismo se realiza por meio das estratégias de localização, onde as políticas assumem o papel de privilegiar centralidades, enfatizando as competições locais. De acordo com os autores, na prática isso implicou na fragmentação da região enquanto escala de abordagem para um desenvolvimento macro. E como, a ideologia propõe a livre atuação do capital, as políticas voltaram-se aos serviços, essencialmente, fundamentais, criando o que os autores denominam de instituições cegas.

Cardoso Jr (2011, pág. 19-20), ao observar a reestruturação do Estado para atender a doutrina neoliberal, destaca que quando o

pêndulo internacional ideológico se volta para o neoliberalismo, o Estado – e toda a compressão e as estruturas de planejamento construídas até então, se bem que reconhecidamente não ideais – começa a se esfacelar. Ao mesmo tempo, praticamente todo o esforço de planejamento governamental – se é que se pode chamar assim – passa a se concentrar no curto prazo.

De acordo com Cardoso Jr (2011, pág. 21), o Estado começou a construir uma estrutura organizacional com vistas a atender uma visão “político estratégico, robustecida de ingredientes técnico-operacionais e de controle e comando físico-financeiros, em torno de ações difusas, diluídas pelos diversos níveis e instâncias de governo”. Nesse sentido, a carta constitucional que foi elaborada em 1988 veio dotada, como explica o autor, de instrumentos de controle e instâncias de organização. A obrigatoriedade entre plano e orçamento trazida pela nova carta, pode ser destaca como um desses novos instrumentos estratégicos. Para o autor, isso representou uma alternativa para evitar os erros cometidos nas décadas anteriores, quando inúmeros planos foram implementados sem um controle adequado de gastos, execução ou qualquer outro mecanismo de acompanhamento. Nesse novo cenário os Planos Plurianuais e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) passaram a nortear as a nortear as ações governamentais uma vez que “o planejamento público não podia mais ser confundido com o ato de fazer planos” (COUTO, 2021, pág. 19).

A CF-88 significou não somente o resgate da plena democracia por meio do reestabelecimento dos direitos civis e políticos, mas incluiu, ainda, as questões sociais, ambientais e estabeleceu a descentralização política. Esta última, conforme explica Arretche (1999), representou a descentralização das atribuições, com uma diferenciação nas escalas de atuação entre os entes federais, estaduais e municipais. Ao contrário do período ditatorial militar, em que as políticas públicas ficaram centralizadas no governo federal. Segundo o autor, essa alteração concedeu aos municípios, agora integrantes da federação, a capacidade de exercer funções governamentais. Para Dowell, (2006), isso possibilitou que os municípios deixassem se der entes com competência meramente administrativa para o exercício de relações diretas com os governos estaduais e federais.

Para Colombo (2012) a reorganização dos entes conferiu ao município capacidade arrecadativa, além de contarem com os repasses federais e estaduais. Todavia, a autora

explica que, em razão dos desenhos constitucionais a articulação entre os entes federados pode ser conflitante. Isso porque, há (i) uma disputa verticalizada, envolvendo os diferentes níveis de governo por recursos financeiros; (2) a horizontalização das disputas, fazendo com que dentro de uma mesma esfera existissem disputas principalmente através de guerras fiscais para atrair investimentos; e (3) a generalização do conflito, de natureza social, político-institucional, inter e intra-esferas de governo uma vez que não existem mecanismos que promovam a interação entre os entes.

A emergência das novas configurações e instrumentalidades do governo, influenciaram, ainda, no papel das superintendências estaduais. Como assinala Colombo (2012), a questão regional, tão preconizada nas décadas anteriores, na CF-88 foi abordada a partir de três principais pontos: (i) explicitação da importância em se combater as desigualdades regionais, (ii) o fortalecimento dos estados e municípios que adquiriram funções executivas e de planejamento, e (iii) no enfraquecimento das agências de desenvolvimento regional.

Essas instituições passaram a ter seus papéis questionados e ou considerados meramente ilustrativos. Como explica, Brito (2001), a emergência de pautas ambientais apontou a fragilidade desses órgãos para seguir as novas diretrizes governamentais. Para Colombo (2012, p. 158) destaca que a desvantagem das questões regionais surgiu da estrutura estabelecida pela Constituição de 1988, que centralizou os "ingredientes regionais" nos estados federativos. Segundo a autora, até mesmo a proposta de criação de conselhos regionais para implementar políticas de desenvolvimento regional e alinhá-las com o desenvolvimento nacional não obteve adesão. Assim, tanto a SUDAM quanto a SUDENE não só tiveram seus papéis enfraquecidos, nesse período, como foram desmontadas no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Esses contextos, apontam a transição de modelos governamentais de um período em que, em menos de duas décadas, produziu cenários políticos distintos e representações governamentais instáveis. De 1980 a 1996 o país foi governado por cinco presidentes diferentes: João Figueiredo (1979-1985) e José Sarney (1985-1990) durante o regime militar; Fernando Collor (1990-1992), que sofreu impeachment em 1992; Itamar Franco (1992-1994), vice de Collor; e Fernando Henrique (1995-1999).

O fim do militarismo foi marcado pela ênfase aos recursos da Amazônia, como citamos anteriormente, e o neoliberalismo ascendeu tendo como propostas a diminuição das desigualdades regionais. O plano Brasil em Ação (1996), do governo de FHC, foi um dos primeiros planos elaborados no período democrático e dentro de um governo que teve início e fim sem grandes atribulações. Como explica Bresser-Pereira (2003), o governo de FHC seguiu à risca as recomendações do Consenso de Washington⁶ e deu ênfase as políticas de privatizações. FHC lançou, no Brasil em Ação (1996), o Programa Nacional de Desestatização (PND), que, dentre outros, preconizou

- I - reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada atividades indevidamente exploradas pelo setor público;
- II - contribuir para a reestruturação econômica do setor público, especialmente através da melhoria do perfil e da redução da dívida pública líquida;
- III - permitir a retomada de investimentos nas empresas e atividades que vierem a ser transferidas à iniciativa privada;
- IV - contribuir para a reestruturação econômica do setor privado, especialmente para a modernização da infraestrutura e do parque industrial do País, ampliando sua competitividade e reforçando a capacidade empresarial nos diversos setores da economia, inclusive através da concessão de crédito;
- V - permitir que a Administração Pública concentre seus esforços nas atividades em que a presença do Estado seja fundamental para a consecução das prioridades nacionais;
- VI - contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais, através do acréscimo da oferta de valores mobiliários e da democratização da propriedade do capital das empresas que integrem o Programa (BRASIL, 1997).

Essas pautas rebateriam na Amazônia Oriental alcançando a principal exploradora dos recursos minerais do Sudeste paraense: a CVRD. FHC deu continuidade às políticas de incentivo as *comodities* como alternativas à Amazônia e criou a Lei Kandir, em 1996, desonerando de ICMS os produtos destinados ao exterior e enfatizou os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENIDs) como estratégias para a integração da região aos espaços nacionais e internacionais. As questões ambientais, também, foram visibilizadas com a criação do Ministério do Meio Ambiente.

Visibilidade, aliás, passou a ser um verbo bastante conjugado nesse período. Uma condição que ficou escamoteada durante anos nos planos e ações dos governantes anteriores que, recorrentemente, assumiram a região com um espaço vazio, assumindo-o

⁶ Este consenso, na forma pela qual foi expresso por John Williamson, em 1989, consistia de uma série de princípios pregando o ajuste fiscal e reformas orientadas para o mercado (BRESSER PEREIRA, 2003)

apenas pela dominação de seus recursos. Estratégia que, como explica Souza e Anjos (2021), tornou seus habitantes invisíveis, expropriáveis e descartáveis, colocando-os à exposição de eventos e fatores que os deixavam vulneráveis.

A Amazônia sempre foi ocupada. A parte oriental, ao longo da ferrovia, possuía dinâmicas de uso material e simbólicos estabelecidas desde o início do século XVIII. Na parte da pré-Amazônia a formação, como explicam Souza e Anjos (2021), tinha tanto a pecuária extensiva como base econômica e o campesinato de uso comum da terra; quanto a presença de quilombolas e indígenas como população secularmente estabelecida.

No início do século XX, a pré-Amazônia maranhense foi uma área produtora de arroz com destaque nacional. Como bem coloca Sodré (2017), o Maranhão, principalmente o agrário possuía uma composi o étnico-racial formada por índios, negros e brancos. Um conjunto de atores que incluíam índigenas, extrativistas, foreiros, ribeirinhos, pescadores, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu e outros. O sudeste paraense, por sua vez, foi ocupado a partir da explora o das drogas do sertão e da explora o do caucho e da castanha-do-pará e outras frentes extrativistas (TRINDADE JR, 2012).

Ocorre que as sucessivas políticas estabelecidas invisibilizaram todas essas dinâmicas. Como explica Malheiro (2020, pág.75)

as políticas nacionais para a Amazônia transformam esquemas de percep o em práticas espaciais ao pretenderem tornar o lugar distante uma região mais próxima da na o. Essa inclusão pela exclusão alisou ranhuras, reduziu milhares de na oes a uma só, desumanizou vidas, transformando qualidades diferenciais em diferenças abissais e diversidade em vazio.

Isso conduziu a uma sobreposi o de interesses e usos do território, onde de um lado, o território tem os espaços do viver-habitar; e do outro, as lógicas de domina o que constroem os espaços de explorar-produzir. Mas, de fato, as políticas lançadas   região amazônica contribuíram para a forma o de uma base industrial na floresta e a conectou às demais regiões brasileiras por meio das infraestruturas lançadas (rodovias, portos, aeroportos e ferrovia). Mas também produziram inúmeras transforma es territoriais, deflagrando formas e conteúdos distintos e criando áreas de diferencia o.

Sabemos que a partir de 1980 o processo de redemocratiza o começou a se fortalecer. Mas estes teriam influenciado na cria o de caminhos alternativos   domina o do território? O contexto do nacional-desenvolvimentismo deixou claro que o território, serviu sobretudo a políticas de integra o, segurança nacional, ocupa o e outras estratégias que resultaram em formas de domina o dos recursos da floresta e invisibiliza o dos seus

povos. Mas e agora, quais foram as transformações que reconfiguraram o território? Quais impactos a transição de modelos governamentais trouxe à Amazônia Oriental? Como o corredor de exportação foi afetado? Essas inquietações guiarão o desenvolvimento deste capítulo, ao passo que desvelarão os processos acerca da ocupação das áreas ao longo da EFC.

3.1 Novas formas-conteúdo ao longo da EFC

As políticas direcionadas à Amazônia até 1980 consubstanciaram-na como uma fronteira de recursos minerais. Com a introdução do PFC e as grandes infraestruturas essa condição de fronteira pode se efetivar, principalmente, por meio da consolidação dos polos de desenvolvimento que, conforme explica Serra e Fernandez (2004), passaram a ser a opção priorizada pelos militares dentro do III PND. Nesse contexto, a EFC passou a desempenhar um papel estratégico não apenas ao prosseguimento das atividades que sustentariam o modelo de desenvolvimento da Amazônia, como também implicou em inúmeras transformações das áreas de seu entorno. Assim, a EFC passou a ser o principal elemento logístico que reuniu os sistemas de ações e sistemas de objetos, mas que também determinou a (re)configuração da Amazônia oriental. À medida que a EFC foi se estabelecendo, transformou-se em um elemento catalizador e concentrador de dinâmicas econômicas, sociais e ambientais que, conseqüentemente, contribuiu no surgimento de novas formas e conteúdos na Amazônia Oriental.

O projeto que foi montado às pressas para dominar os recursos e pautar as *commodities* como estratégia de desenvolvimento, continuou considerando o território como um grande vazio. Isso resultou em uma sobreposição, ainda maior, de interesses principalmente porque o território mal havia acomodado as políticas de ocupação-colonização quando a ferrovia foi introduzida e passou a pautar novos interesses e novos usos ao território. E se até 1980, os fluxos demográficos estiveram direcionados para aquisição de terras ou para aproveitar os generosos subsídios oferecidos como 'recompensa' para aqueles dispostos a enfrentar a selva verde; com a implantação da mineração outros fatores como emprego da indústrias da mineração, terceirizadas do setor e grandes fazendas, passaram a influenciar nas dinâmicas do território. Com isso os fluxos foram redirecionados, ampliados e diversificados. Novas camadas de processos foram adicionadas e/ou reveladas e, dessa vez relacionavam-se tanto com a dominação, quanto com a apropriação do território.

O novo capítulo da Amazônia evidenciou que a perspectiva adotada, durante décadas, para a Amazônia apenas sobrepujou ou silenciou os interesses locais, ignorando sua dinâmica própria. Uma condição que ocasionou o surgimento de grandes áreas de tensão territorial, latentes desde a iminência da implantação da EFC. Assim, quando o

projeto foi sendo executado, essas contradições se tornaram mais agudas e marcam o início de um período em que sinaliza a mudança econômica da região e suas grandes transformações territoriais.

O contexto político e o recorte temporal estabelecido neste capítulo permitem que observemos as transformações territoriais a partir três processos distintos, porém relacionados:

- i. um conjunto de transformações resultantes das intervenções diretas dos militares que, a partir da dominação territorial, prepararam-no para acomodar o processo de mineração;
- ii. as transformações em razão das infraestruturas implantadas (rodovias, portos e ferrovia) que demonstram como o uso do território ao longo da ferrovia foi se diferenciando; e
- iii. as transformações relacionadas ao processo de redemocratização do país que ratificam o papel territorial das políticas públicas.

i. As transformações resultantes das intervenções diretas dos militares

O primeiro território a se transformar em razão das intervenções diretas dos militares foi Marabá. Isso se deu, sobretudo, porque, como vimos no capítulo anterior, o município foi declarado Área de Segurança Nacional. Essa condição de controle Petit (2003) ressalta que cerca de 70% do estado do Pará ficou sob o comando das Forças Armadas, órgãos e instituições do governo federal. Com isso a União passou a ter o controle direto das áreas, intervindo político-administrativamente por meio da nomeação dos prefeitos e controlando as terras da mesorregião.

Mas, precisamos pontuar que esse município, desde a década de 1970, foi atravessado pelas políticas de ocupação, segurança e integração. Para Petit (2003), essas políticas contribuíram com (a) a distribuição de incentivos fiscais destinados à instalação de novas indústrias que ocuparam grandes extensões de terra por fazendas agropecuárias; (b) na realização de projetos de colonização nas áreas próximas à Transamazônica; e (c) em investimentos com vistas a extração, beneficiamento e transporte das riquezas minerais; produzindo diferentes influências sobre os usos do território.

Entretanto, foi a descoberta da Serra dos Carajás que esse município se tornou um território de uso exclusivo da dominação. Assim, estes os espaços do município foram sendo (des)organizados para atender aos interesses federais. De um lado o município foi colocado como destino prioritário de inúmeras políticas, mas de outro teve sua estrutura econômica totalmente reorganizada. Como explica Petit (2003) a emergência da mineração solapou de vez dinâmicas que já vinham sendo enfraquecidas, principalmente, em razão da distribuição de subsídios financeiros, via SUDAM, que redirecionaram os interesses produtivos da região. Conforme aponta Petit (2003), essas dinâmicas demarcaram

a chegada dos novos latifundiários e a transformação no uso das terras de castanhais, fizeram com que, a partir de meados dos anos 70, a pecuária se tornasse a principal atividade econômica no Sudeste do Pará, até serem descobertas as jazidas de ouro em Serra Pelada (1980) e começarem a funcionar alguns dos projetos do Programa Grande Carajás (PETIT, 2003, pág.203).

Podemos assinalar que as políticas de subsídios, executada pela SUDAM, cumpriu decisivo papel nesse processo. E ao passo que influenciou na ampliação de latifúndios e contribuiu com o aumento das lavouras temporárias de arroz e milho, que tiveram um crescimento geométrico de 5% e 2%, respectivamente, ao longo de 20 anos, desestruturou culturas de alimentos tradicionais como a mandioca que, no mesmo período, teve um declínio de 2,7% na produção de alimentos tradicionais, como a mandioca, no mesmo período.

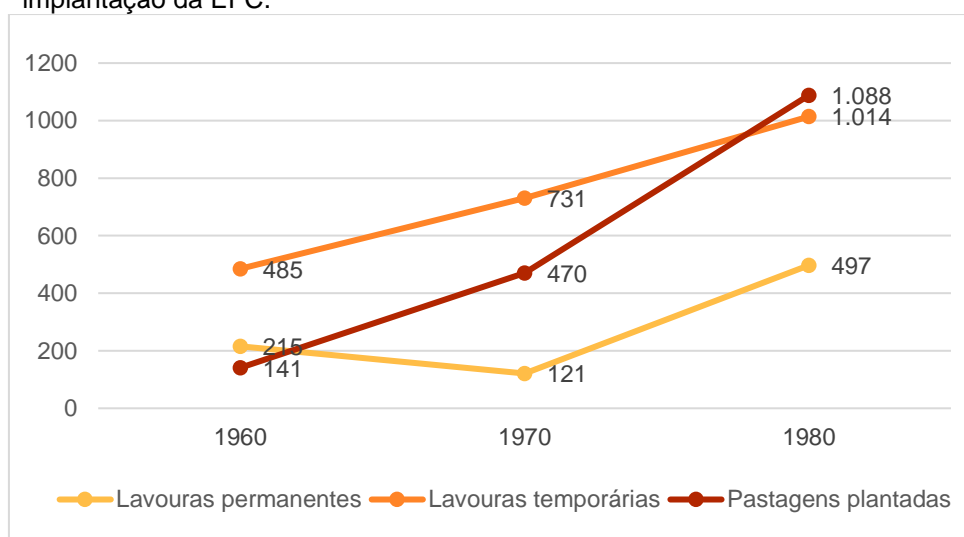
Todavia, entre as atividades que foram mais impactadas com a emergência da mineração, certamente, o destaque fica com o extrativismo de castanha-do-Pará. Marabá que inclusive teve sua consolidação territorial vinculada a esse tipo de extrativismo, entre os anos de 1960 a 1980, viu sua condição histórica de grande produtor diminuir de 10.172 toneladas para 7.527 toneladas. Isso significou na diminuição de participação do município no volume produtivo do estado que caiu de 63,6%, em 1960, para 35,9%, em 1980 (IBGE, 1960; 1980). Para Petit (2003, pág. 203) outros fatores também contribuíram com esse declínio, tais como o

envelhecimento dos castanhais, provocado pela coleta intensiva do produto que dificulta a brotação de novas castanheiras, e as queimadas da floresta, “com fumaças que ficam semanas e semanas rente ao solo, [...] [prejudicando] a floração normal das castanheiras e também a reprodução dos besouros ou abelhas que realizam a polinização das flores”, são outras das razões apontadas para explicar a queda da produção de castanha.

Para Petit (2003) a mineração contribuiu deslocando a mão de obra, que antes era utilizada no extrativismo da castanha, para a construção das infraestruturas do PFC.

Mas as políticas direcionadas ao município contribuíram, também, em uma reorganização das estruturas de poder das elites da castanha. De acordo com Petit (2003) as famílias que controlavam a produção, a partir da década de 1970, motivadas pela aquisição de subsídios e/ou buscando garantir a posse definitiva das terras, começaram a desmatar as áreas de castanhais para trabalhar com a pecuária. Com isso, elas mantiveram, em alguns casos até ampliaram, suas concentrações de terras e, ainda, incrementaram e modernizaram com os subsídios oferecidos. O resultado, como podemos observar no gráfico 1, foi o aumento, expressivo, nas áreas de pastagens plantadas. Em Marabá, de 1960 a 1980, o número de estabelecimentos com pastagens plantadas aumentou de 90 para 531, e o rebanho efetivo desses estabelecimentos aumentou de 28.397 para 143.359 cabeças, representando um crescimento de 9,3% em 20 anos de políticas de ocupação (IBGE, 1960; 1970; 1980).

Gráfico 1 – Usos das Terras em Marabá no período que antecedeu a implantação da EFC.



Fonte: Censos Agropecuários (Anos de Referência)

Mas não foi somente o conteúdo do território de Marabá que foi alterado. Como nos lembra Santos (Santos (2020 [1985])), os conteúdos são o movimento social, mas são também formas. Ambos conformam um par dialético forma-conteúdo que caracterizam cada momento social, mas que também expressam uma função. E a função do território de Marabá, desde as descobertas das minas em 1967, foi servir aos interesses de dominação

dos recursos minerais. Daí que seus espaços estiveram bem mais suscetíveis por ser esse o lugar de localização das minas.

Assim, as transformações de conteúdo econômico e social, reverberaram simultaneamente, nas formas da cidade. As franjas do tecido urbano rapidamente se esgarçaram para acomodar o fluxo populacional incessante. O resultado disso, como vimos no capítulo anterior, foi o surgimento de bairros cuja função foi abrigar a população migrante. Mas também surgiram as formas para dominação do capital, com a criação do bairro Nova Marabá que, dentre outras funções, acomodou a ferrovia. Galvão (2016), explica que a ocupação desse bairro diferenciou uma área específica, a Folha 29, popularmente conhecido como Alzira Mutran. Este, após a implantação da EFC, tornou-se uma área de interação física conflituosa, sobretudo, quando em meados dos anos 2000, a população passou a ocupar parte das terras do outro lado da ferrovia. Essas terras, inclusive, pertenciam a um dos grandes latifundiários beneficiados com as políticas de subsídios da SUDAM, a família Mutran.

Contudo, as intervenções diretas na transformação do território pelos militares não se concentraram apenas nos espaços urbanos de Marabá. Foram nos arredores das minas que essas se mostraram ainda mais potentes. No pé da Serra de Carajás já havia sido construído o núcleo que acomodava os engenheiros e técnicos do PFC. Entretanto, o seu entorno tomado pelas tensões de transformação do território, especialmente na Vila Rio Verde, área onde se concentravam os trabalhadores que iam sendo dispensados do processo de montagem das bases industriais e os garimpeiros que não encontravam mais atividades. Como resultado, foi o rápido adensamento da Vila Rio.

Essa concentração foi se consolidando a ponto de, no início das obras do PFC, em 1980, constituir alguns movimentos de organização política. Como observado por Sr. Chico Brito (2010, p. 1), o primeiro administrador do núcleo urbano de Parauapebas,

no final de 1982 as obras do Núcleo Urbano de Parauapebas já estavam em andamento e a Vale incumbiu o Administrador da Coordenação de Obras de Marabá, José Francisco de Brito, de supervisionar o andamento das construções do projeto. E no mês de março de 1983, após levado seu nome ao Presidente da República, General João Batista Figueiredo, Francisco Brito foi nomeado, juntamente com o prefeito de Marabá, (que era Área de Segurança Nacional), como “Administrador Regional de Parauapebas”, com a responsabilidade de dar início à implantação da cidade.

A Vila Rio Verde concentrava, assim, os processos iniciais que contribuiriam com a sua emancipação. Esse contexto motivou os administradores locais que, agindo rapidamente, e com a contribuição dos militares que buscavam *proteger* seu eldorado e diminuir os níveis de tensão na área, consolidaram o movimento de emancipação. Oportuno mencionar que a concepção do núcleo de Carajás, pensado a partir do conceito de polos de desenvolvimento, contribuiu para que a área ganhasse ares de “espaço autossustentável”, fortalecendo o processo. Essas características de autosustentabilidade foram preconizadas no próprio PGC que

estabeleceu que a exploração da mina deveria contemplar, o assentamento de agricultores na região do entorno das minas, para produzir alimentos que ali se consumiriam, e a construção de uma cidade dentro dos padrões civilizados, com água e esgotos tratados, energia elétrica, hospital, escolas, etc., onde se acomodariam aqueles que, forçosamente seriam atraídos pela mineração, mas não seriam absorvidos diretamente por ela (BRITO, 2010, pág. 1).

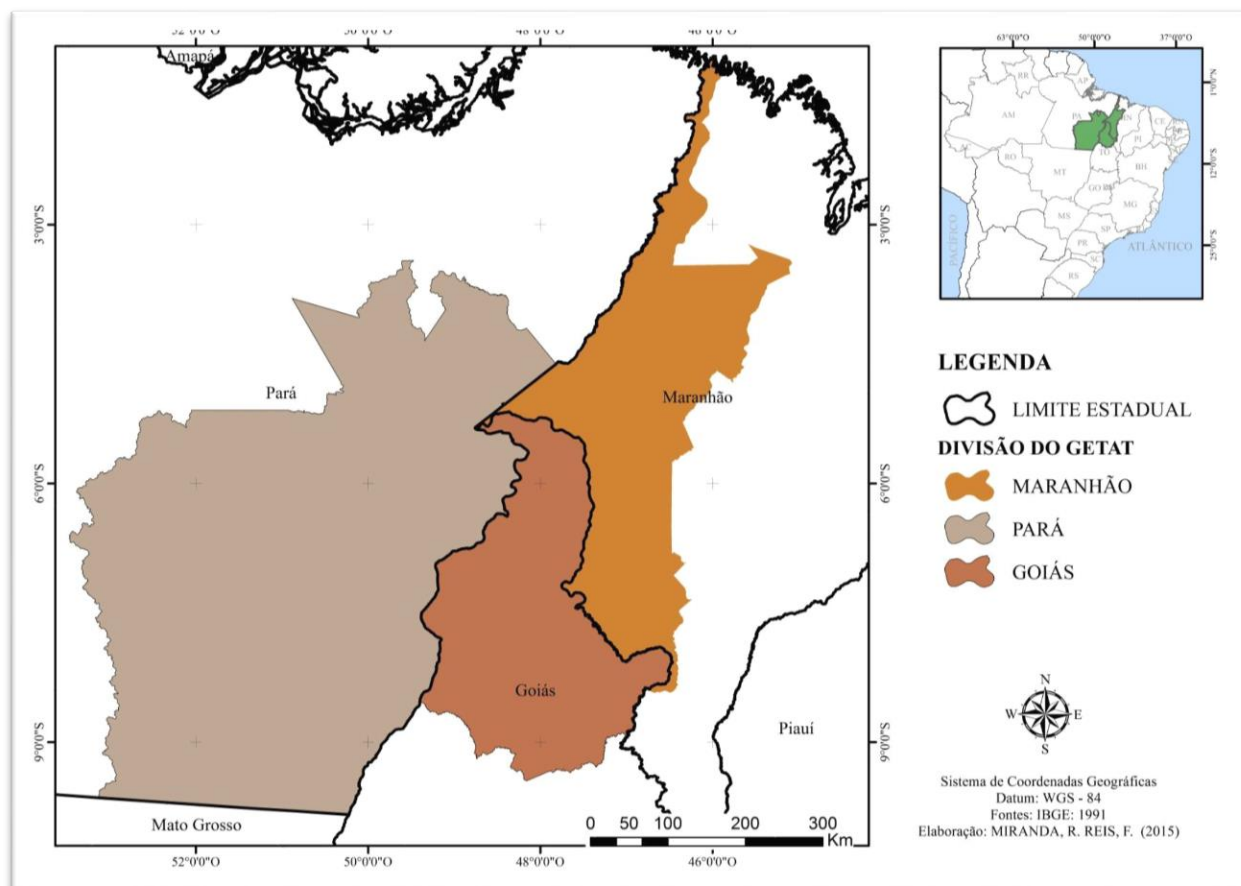
Assim, em 1988, a Vila Rio Verde foi municipalizada sob o topônimo de Parauapebas. Valverde (1989), considera que a constituição do município de Parauapebas caracterizou uma segregação espacial marcante, onde os espaços destinados a ocupação dos engenheiros e técnicos (cerca de 7 mil pessoas ligados à execução do PFC) foram bem infraestruturados, enquanto os espaços da Vila Rio Verde, basicamente todo o resto da área que o município passou a ocupar (com cerca de 12 mil pessoas), não dispôs de quase nenhuma infraestrutura.

O processo de formação do município de Parauapebas pode ser considerado uma das primeiras formas territoriais derivadas do processo de mineração. O mesmo já emergiu com um conteúdo diferenciado, uma vez que passou a concentrar a logística de um dos maiores projetos de mineração da Amazônia. E isso implicou na função que o mesmo passou a ter dentro no corredor da EFC.

Embora a criação de Parauapebas tenha apaziguado algumas tensões sociais, outras tensões territoriais, derivada dos diferentes fluxos populacionais, motivaram os militares a intervir no território mais uma vez. Para tanto, em 1980, o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), por meio do o Decreto-Lei Nº 1.799, foi reestruturado. Agora, subordinado à Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional

(CSN), esse órgão passou a coordenar, promover e executar as políticas fundiárias no Sul e Sudeste do Pará, Oeste do Maranhão e Norte de Goiás (Ver Figura 15).

Figura 15 - Áreas de atuação exclusiva do GETAT.



Fonte: Miranda (2017).

O GETAT passou a ser o principal órgão gerenciador e concentrador das ocupações e projetos federais, cuja função se sobrepôs ao INCRA e à SUDAM. Como explica Almeida (1981), a reestruturação do órgão para atuar, principalmente, na regularização fundiária se deu sob o argumento de que o INCRA havia se tornado inoperante e burocrático. Em outras palavras, os militares queriam intervir mais diretamente na dominação do território. Nesse sentido, Almeida (1981) coloca que essa reestruturação deslocou a questão agrária para o aparato repressivo do Estado. Isso porque, conforme argumenta o autor, as formas jurisdicionadas (coordenação do CSN e uso das comissões militares) para a atuação do órgão deixaram evidente esse caráter mais repressivo.

Essa, entretanto não foi a primeira vez que o governo lançou mão de recursos repressivos (só lembrarmos do processo de desapropriação da área para a execução da Nova Marabá, para ficarmos apenas no contexto que estamos incursionando), entretanto, o GETAT alcançou proporções e instrumentalidades maiores para usar o território em prol de seus interesses exploratórios. Como explica Almeida (1981), o GETAT tornou-se o poder supremo das instâncias regionais para realizar uma espécie de “reforma agrária localizada”.

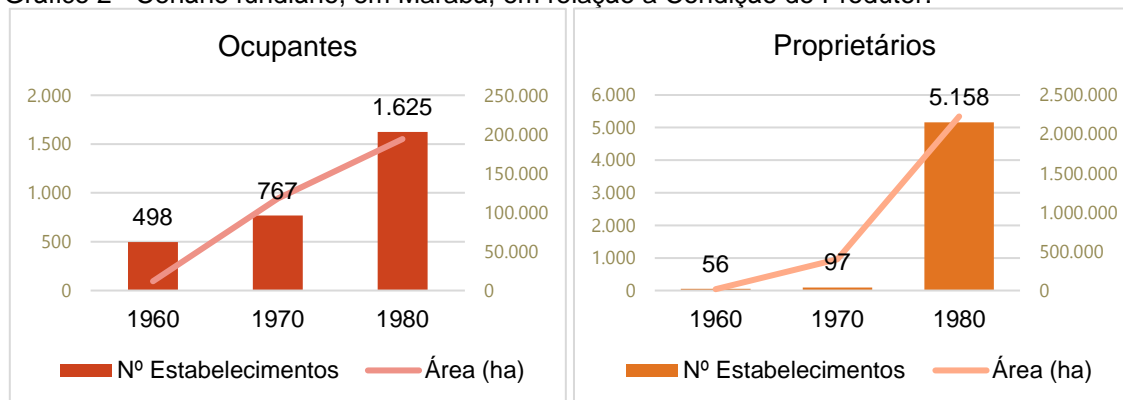
Para tanto, os militares estabeleceram critérios de prioridade distintos das necessidades que a população rural possuía. Almeida (1991) pontua que “áreas prioritárias” era aquelas onde a segurança precisava ser reestabelecida, ou seja, aquelas onde predominavam tensões sociais. Com isso, o autor, explica que o órgão assumiu um caráter de intervenção político, em detrimento das necessidades dos trabalhadores rurais, haja vista que foram priorizadas “regiões virtualmente capazes de comportar movimentos políticos de oposição ou onde há predominância da ação de agências de pastoral (Ibidem, pág. 8).

Além da sobreposição de interesses, conforme observado por Almeida (1991), a atuação do GETAT teve impactos distintos. Por um lado, beneficiou os latifundiários influentes na região, que já haviam sido favorecidos pelas políticas de subsídios da SUDAM. Por outro lado, tornou ilegítima a luta dos pequenos proprietários por terras. Esse favorecimento às elites locais não apenas fortaleceu seu poder de influência regional, como também permitiu que eles retomassem sua posição de destaque, obscurecida nas décadas anteriores. Almeida (1981) observou, também, que o favorecimento dado aos latifundiários regionais foi uma estratégia adotada pelos militares para fortalecer sua rede político-partidária na região e, aparentemente, frear a ocorrência de conflitos.

Consideramos que a pseudo regularização fundiária realizada pelo GETAT apenas reforçou o poder dos latifundiários que já vinham sendo favorecidos com os subsídios da SUDAM, ao passo que desapropriou os posseiros de suas terras e de seus direitos de participarem do processo. O impacto desses processos é corroborado com os dados do IBGE acerca da Condição do Produtor desses anos em que essas políticas foram amplamente implementadas. Por exemplo, o número de estabelecimentos agropecuários cuja condição do produtor foi identificada como Proprietário cresceu, geometricamente, 25,4% em vinte anos. Enquanto isso, no mesmo período, o número de Ocupantes teve um crescimento geométrico de apenas 6,1%. Além disso, os Proprietários expandiram suas

áreas de produção em 27,4%, passando de 17.418 hectares, em 1960, para 2.225.300 hectares, em 1980. Enquanto os as áreas dos Ocupantes tiveram um crescimento geométrico, no mesmo período, de 15%. Saindo de 11.892 para 193.964 (Ver Gráfico 2).

Gráfico 2 - Cenário fundiário, em Marabá, em relação a Condição do Produtor.



Fonte: IBGE (Anos de referência)

Como podemos observar no gráfico 2, o crescimento no número de estabelecimentos e de áreas dos produtores coincide com o período de implantação do PFC no Sudeste paraense. Em que pese, de um lado esses cenários refletem que as políticas de ocupação, pautadas, sobretudo no latifúndio como projeto, deram certo. Mas, de outro, fizeram com que grande parte da população ficasse com os prejuízos desse processo. Os custos desses processos veremos mais adiante.

Os processos do GETAT, que apresentamos anteriormente, implicaram em transformações do território para grupos específicos. As estratégias empreendidas não somente favoreceram os latifundiários do Sudeste paraense, como validaram seus privilégios nos espaços da mineração. Mas o GETAT, enquanto instrumento político utilizado pelos militares para dominar o território, também contribuiu para a criação de formas territoriais da mineração. Processo que foi iniciado, em 1980, quando o GETAT executou os Centros de Desenvolvimento Regional (CEDERE). Inclusive, podemos caracterizar esses centros como parte daquelas práticas de planejamento nas quais a floresta serviu como laboratório.

O CEDERE integrou as estratégias de polos de desenvolvimento cuja finalidade era integrar as potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais e minerais e concretizar o Polamazônia (SUDAM, 2019). Como explicam Serra e Fernandez (2004), o Polamazônia

foi um marco da política brasileira, uma vez que pautou a política de exportação a partir da concentração de infraestruturas e incentivos fiscais, em áreas selecionadas, direcionados aos os empresários que quisessem investir no setor. O arranjo do programa buscou “priorizar grandes companhias agroindustriais, a produção agropecuária e os projetos de colonização privada, associados aos investimentos em infraestrutura e em extração e beneficiamento de minerais” (Ibidem, pág. 7).

Os centros de desenvolvimento foram concebidos dentro da perspectiva de polos do PGC e foram implementados como parte do PFC. O objetivo era fornecer alimentos para as áreas do entorno do projeto reduzindo, assim, a dependência de alimentos de outras regiões. Conforme relatado por Cabral, Enriquez e Santos (2011), foram estabelecidos três desses centros: o CEDERE I, II e III. Quatro anos após o início do projeto, em 1994, aproximadamente 1.551 famílias, vindas do sul do país, foram assentadas em lotes de 50 hectares cada

Cabral, Enriquez e Santos (2011), explicam que esses centros de desenvolvimento exerceram um papel significativo no aumento da produtividade agrícola do Sudeste paraense, contribuindo, principalmente, na produção de milho, arroz e feijão. Os autores apontam que que entre os três centros estabelecidos apenas o CEDERE II conseguiu assentar um número mais significativo de famílias, alcançando 52,6% do efetivo do projeto. Mas à medida que as políticas desse gênero foram sendo enfraquecidas nas décadas seguintes, os centros entraram em declínio. Bandeira (2014), aponta que, em 1990, apenas 10% das 1.551 famílias, que inicialmente estavam instaladas, permaneceram nos lotes, sendo em sua maioria eram os assentados do CEDERE II (BANDEIRA, 2014).

Além da concentração populacional diferenciada, o CEDERE II situava-se nas proximidades de grandes fazendas do Sudeste paraense, cujos proprietários exerciam considerável influência política local. E essas áreas eram frequentemente objeto de especulação quanto ao surgimento de novas minas e, conseqüentemente, de novos projetos da CVRD, o que poderia valoriza-las. Em face ao contexto de valorização dessas áreas as elites locais, em 1994, organizaram-se para a realização de um plebiscito com vistas a consultar a população acerca do desmembramento de Parauapebas. O resultado foi favorável a emancipação do CEDERE II que foi elevado à categoria de município com o

topônimo de Canaã dos Carajás, referência à 'Terra Prometida' de Carajás (BANDEIRA, 2014).

Canaã dos Carajás também emergiu como uma forma derivada dos processos de mineração e da intervenção direta dos militares no Sudeste paraense. Estes tiveram papel relevante ao executar os CEDERE's que contribuíram para a concentração populacional e na realização das políticas fundiárias que fortaleceram as elites locais (os grandes fazendeiros). Os militares, também, contribuíram ao facilitar a entrada e o fortalecimento da CRVD. Esta, como destaca, Castriota (2021) tem um papel fundamental na configuração dos espaços de Canaã dos Carajás e na localização de inúmeras infraestruturas do PFC. Como bem pontua o autor, é difícil compreender o município e sem a representatividade de poder da empresa.

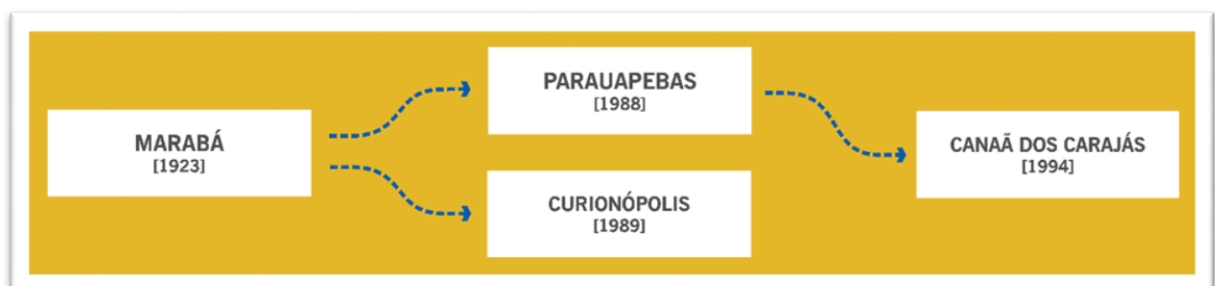
Nesse sentido, podemos apontar que as “especulações” acerca da existência de minérios na área de Canaã dos Carajás, foi apenas a cortina de fumaça para motivar a emancipação do território e consubstanciar mais uma forma territorial da mineração. A CVRD, sempre teve total controle sobre os recursos minerais do Sudeste paraense. Isso porque, a empresa jamais parou de realizar pesquisas de prospecção na mesorregião. Em razão desses fatos, podemos inclusive apontar que Canaã dos Carajás, nesse período (1980 e 1996), pode ser considerada uma proto-forma da mineração. A sua função, enquanto área mineradora, seria concretizada, como veremos, alguns anos depois. Nesse momento, Canaã dos Carajás pode ser descrito como um pequeno município com uma economia baseada na agricultura e na pecuária. De acordo com Bandeira (2014), essa formação é herança dos centros de desenvolvimento e do fortalecimento da pecuária realizada pelas elites locais.

Embora, Canaã dos Carajás tenha sido emancipada já no período democrático (1994), todos os processos que levaram a sua formação, como vimos, inserem-se no período desenvolvimentista dos militares. E para concluir as transformações resultantes da influência direta dos militares no território, voltaremos à Serra Pelada que foi elevado à categoria de município, em 1988, mesmo ano da emancipação de Parauapebas. Coincidência? Não.

As áreas no entorno de Serra Pelada, como apontamos no capítulo anterior, eram pontos de forte tensão territorial. Condição que atrapalhava a “segurança” do Sudeste paraense, bem como o prosseguimento das atividades da mineração. Contudo, seu processo de emancipação envolveu fatores e atores semelhantes ao que ocorreu em Canaã dos Carajás. Especulava-se acerca da existência de outras fontes de minérios, entretanto, essa especulação vinha acompanhada de evidências uma vez que a DOCEGEO havia recebido autorização do DMPN, para realizar pesquisas nessas áreas (As especulações foram confirmadas em 1990). Assim, os militares, sob o argumento de manter as tensões da área, e a CVRD, de resguardar os minérios, influenciaram na criação de mais uma forma da mineração. Assim, as áreas da Serra Pelada foram emancipadas sob o topônimo de Curionópolis, em homenagem ao Major Curió, personagem que também exerceu influência política, sobretudo por meio de respeito à mobilização social. Curionópolis, conforme explica por Valverde (1989), teve sua formação territorial caracterizada pela concentração de atividades de Serra Pelada e também servindo como local de residência para as famílias e mulheres dos garimpeiros que eram proibidas de entrar no garimpo.

Desse modo, consideramos que as transformações decorrentes da influência direta dos militares no território derivaram na criação de três formas territoriais da mineração. Parauapebas e Curionópolis foram desmembrados de Marabá; e Canaã dos Carajás desmembrado de Parauapebas (Ver Imagem 16).

Figura 16 – evolução das formas territoriais da mineração



Elaboração: Galvão (2024))

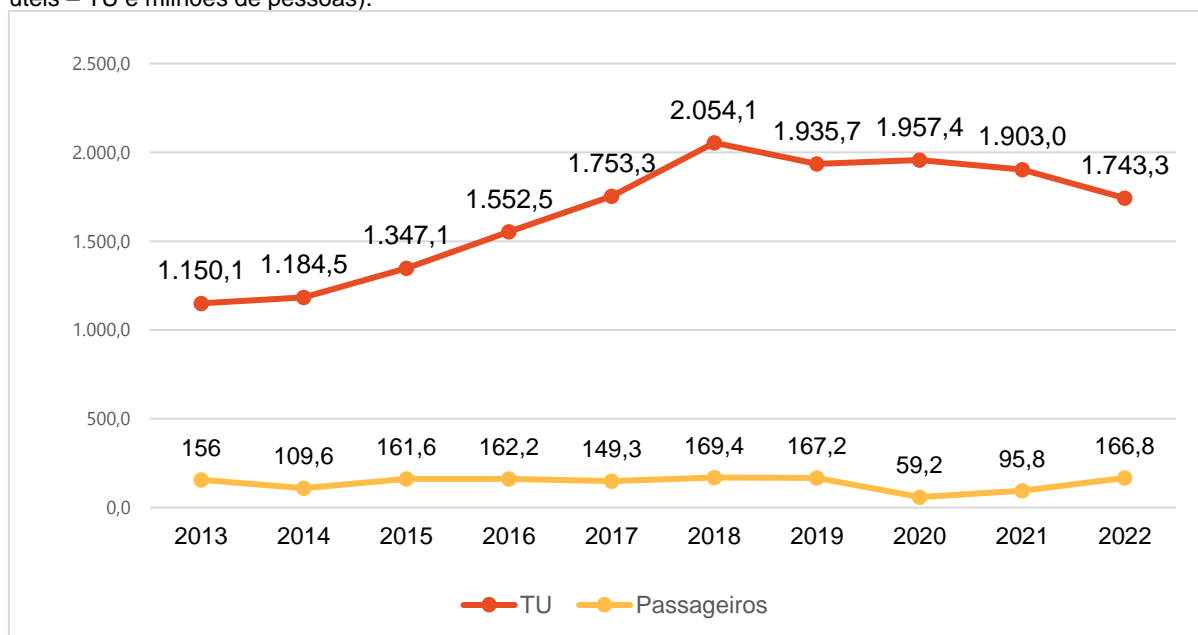
ii. As transformações em razão das infraestruturas implantadas (rodovias, portos e ferrovia)

As infraestruturas do sistema de mineração desencadearam, mesmo antes de sua implantação, uma série de transformações no território. Segundo Galvão (2016), essas infraestruturas impactam o território e também promovem fluxos devido às oportunidades de

emprego que oferecem na região. Esses, como explicado pela autora, resultam das características dessas áreas, espaços abertos conforme a definição de Santos (1996), e das condições socioeconômicas de desenvolvimento que essas áreas apresentam.

As infraestruturas do projeto de mineração estabeleceram novas e diferentes encadeamentos de uso do território, principalmente porque estão ligados a um *modus operandi* extremamente técnico. A EFC integra esse sistema sendo o principal elemento logístico. Por ela são transportados produtos (minérios de ferro, manganês, ferro gusa, combustíveis e cobre) e pessoas. De acordo com dados da Agência Nacional de Transportes (ANTT, 2024), em 2022, foram transportadas 174.327.647 toneladas de produtos e 166,8 milhões de pessoas na EFC (Ver Gráfico 3).

Gráfico 3 – Transporte de mercadorias e passageiros realizado pela EFC nas últimas décadas (em toneladas úteis – TU e milhões de pessoas).

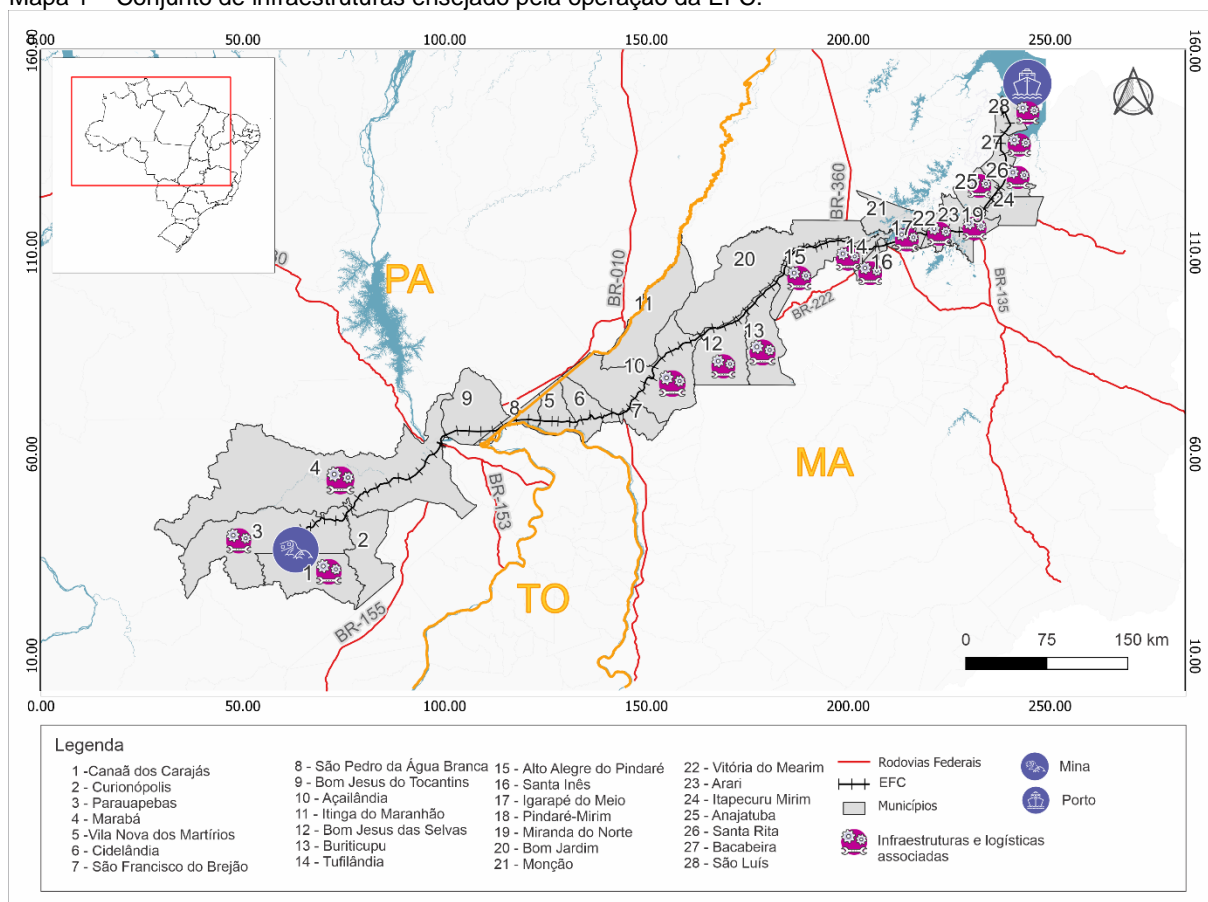


Fonte: ANTT (Anos de referência).

A rede infraestrutura principal de apoio à ferrovia, de acordo com os dados da ANTT (2019), distribui-se em 8 áreas de manutenção (Marabá, Açailândia, Santa Inês e São Luís), 5 postos de abastecimento (Marabá, Açailândia, Bom Jesus das Selvas, Santa Inês e São Luís) e 13 pátios (Açailândia, Carajás, Serra Sul, marabá, Nova Vida, Parauapebas, Ponta da Madeira e Rosário). Além de pátios de cruzamento em 11 municípios maranhenses (Bacabeira, Santa Rita, Miranda do Norte, Vitória do Mearim, Igarapé do Meio, Monção, Santa Inês, Tufilândia, Alto Alegre do Pindaré, Bom Jesus das Selvas e Açailândia). Portanto, trata-se de uma densa rede ferroviária que se articula de forma intensa com o

território (Ver Figura 17). E embora interaja de forma intensa com o território, essa ferrovia, como explica Galvão (2016) alcança poucas áreas adensadas, o que reflete em médios índices de acidentes⁷.

Mapa 1 – Conjunto de infraestruturas ensejado pela operação da EFC.



Elaboração: Galvão (2023)

A configuração dada por esse conjunto de infraestruturas foi alcançada depois de décadas. O mesmo podemos considerar do entorno das áreas ao longo da EFC. Quando a ferrovia foi inaugurada em 1985, ao longo do seu trajeto localizavam-se 14 municípios, em 1996 a quantidade de município já havia duplicado. As obras da ferrovia, o sistema de infraestruturas a ela relacionados e cadeia produtiva do ferro, e também do aço, contribuíram para o surgimento de alguns desses municípios. Entretanto, essa contribuição não pode ser analisada de maneira isolada. As políticas e as infraestruturas lançadas

⁷ De acordo com dados da ANTT (2024), a EFC teve um índice de 4,14, sendo que no contexto ferroviário o menor índice 1,73 e o maior, 7,43.

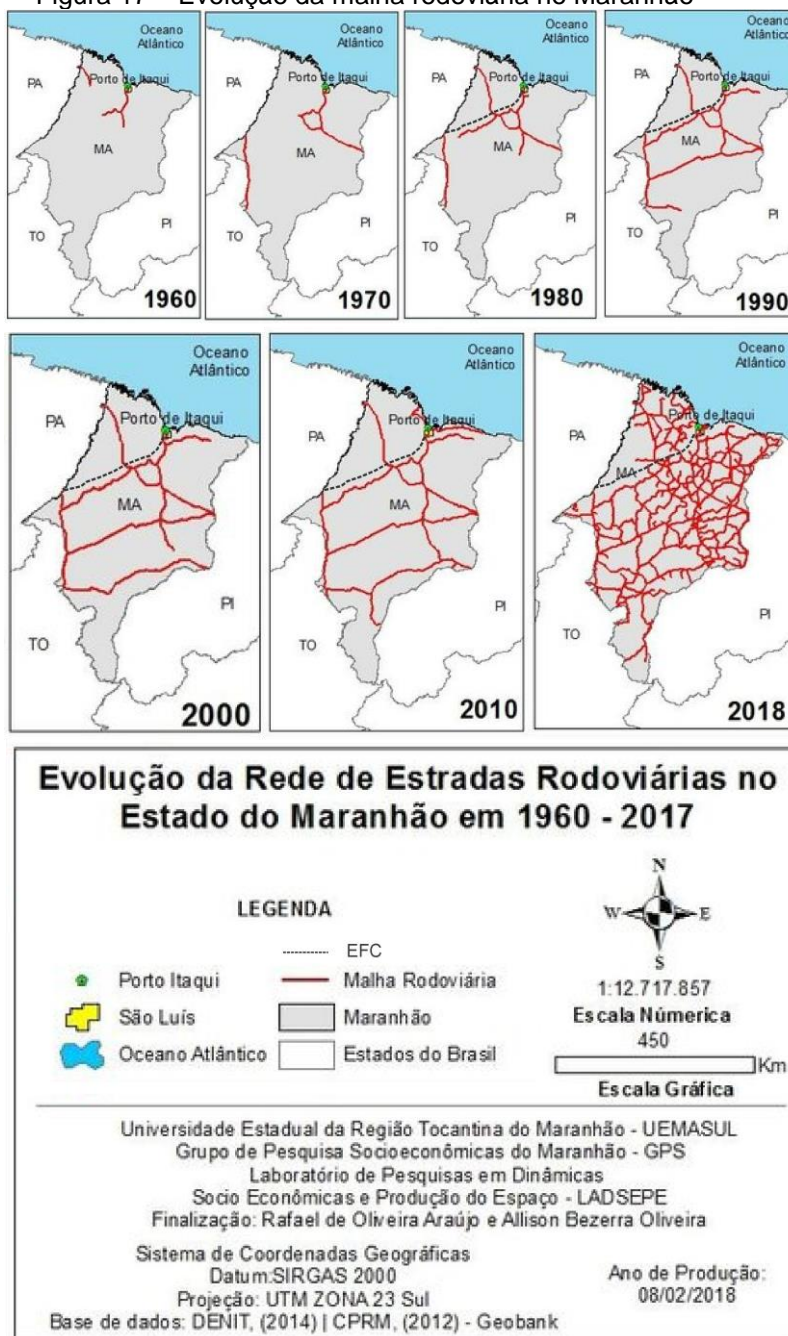
nessas áreas contribuem significativamente ao processo. Podemos considerar que esses processos, ou camadas, são frações do todo (SANTOS, 1994) que é o contexto da EFC.

Esse processo de dominação do território foi iniciado, como vimos, em 1953 com a delimitação da Amazônia Legal. As políticas de integração, segurança e outras pautaram projetos e infraestruturas para a Amazônia. A EFC, como dissemos anteriormente, veio apenas somar mais uma camada nesse processo de dominação do território. As rodovias, entretanto, tiveram um papel de vanguarda nessas transformações, principalmente pelo lado maranhense da ferrovia. Até 1980, os principais eixos viários maranhenses já haviam sido implantados. Ferreira (2008) explica que o território maranhense chegou ao século XX consolidado, uma vez que os principais eixos viários já haviam sido implantados (Ver Figura 17). Para Ferreira (2008) isso foi resultado das sucessivas pautas dadas ao setor rodoviário com uma grande contribuição do governo estadual que buscava expandir o território e pautou, sucessivamente, as políticas rodoviárias como estratégia de contribuir com o desenvolvimento produtivo e econômico.

Essa estratégia, como explica o autor, foi fundamental para a interiorização do território. Mas as políticas rodoviaristas do Maranhão vieram e/ou consubstanciaram na elaboração de algumas políticas de ocupação e colonização do território, principalmente, em direção à Amazônia maranhense. A parte amazônica do território maranhense, como explica Ferreira (2008), até 1940, constituía-se como fundo territorial. E embora alguns projetos tivessem sido direcionados à essa área – como por exemplo a Colônia Agrícola de Barra do Corda⁸ – eram áreas cuja ocupação predominante se dava por indígenas e quilombolas possuíam uma relação mais cultural-simbólica com o território.

⁸ Lançada pelo Decreto nº 10.325/1942, a Colônia Agrícola de Barra do Corda, como explica Ferreira (2008) foi uma política federal de ocupação do território que pretendia ocupar as áreas de florestas do Maranhão a partir da margem esquerda do rio Itapecuru, área que já possuía uma relativa penetração espontânea, porém, “desordenada”.

Figura 17 – Evolução da malha rodoviária no Maranhão



Fonte: Oliveira e Nascimento, 2019.

Mas a partir de 1960, no bojo das políticas de integração e ocupação da Amazônia, essas áreas passaram a receber diferentes estratégias políticas (Ver Quadro 1). De acordo com Ferreira (2008), esses projetos pretenderam ordenar de diferentes maneiras a ocupação dos fundos territoriais, ao mesmo tempo em que promoviam a reprodução do capital. Assim, novamente, as infraestruturas (rodovias) e subsídios econômicos foram recursos lançados para produção domínio do território.

Quadro 1 – Principais políticas, elementos e projetos lançados na Amazônia Maranhense entre os anos de 1960 e 1980.

Ano	Política	Elemento de integração	Projeto	Órgão Executor
1961	Expansão da fronteira agrícola, ocupação territorial e criar banco de mão de obra.	Rodovia BR – 316 (Teresina – Belém), construída entre 1959-1960.	Povoamento do Oeste do Maranhão	I Plano Diretor Regional, subordinado à SUDENE
1962	Ocupação Colonização	Rodovia Belém-Brasília, Rodovia BR – 316 (Teresina – Belém), construída entre 1959-1960.	Projeto de Povoamento do Maranhão (PPM)	Projeto de Povoamento do Maranhão, subordinado à SUDENE.
1972	Ocupação Colonização	Rodovia BR-222, construída em	Projeto de Colonização do Alto Turi (PCAT) (Projeto de atualização do PPM)	Companhia de Colonização do Nordeste (COLONE), subordinado à SUDENE.
1973	Colonização e Reforma Agrária	MA-106; MA-74 (partes da BR-222 e BR-316).	Projeto Pioneiro de Colonização	Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO) Companhia de Colonização de Terras do Maranhão (COTERMA)
1976	Regularização fundiária	Rodovia Belém-Brasília (BR-010)	Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLO-NORDESTE)	Governo Federal e Estadual
1980	Regularização fundiária	Rodovia Belém-Brasília (BR-010)	Grupo Executivo de Terras Araguaia-Tocantins (GETAT)	Governo Federal

Fonte: Ferreira (2008). Elaboração: Galvão, 2024.

O binômio rodovia-subsídio, no Maranhão, foi recurso que (des)organizou consideravelmente o território. As rodovias BR-222, BR-135, BR-316 e BR-010 cumpriram um importante papel nesse processo e ao se encontrarem com as infraestruturas da mineração desenharam no território diversos pontos de tensão, alguns com mais influência

da mineração, outros com mais influência das políticas, todavia, sempre imprimindo muitos impactos.

Algumas das políticas de colonização e ocupação listadas no quadro influenciaram na conformação de cidades como Bom Jardim e Santa Inês. O Projeto de Povoamento do Maranhão (PPM) contribuiu na dinamização na dinamização da parte central da BR-222 e viabilizou a municipalização de antigas vilas. A partir de Monção, surgiu o município de Bom Jardim, com sede municipal estabelecida em 1964; enquanto Pindaré-Mirim perdeu uma de suas vilas mais antigas, Santa Inês, que teve sua sede municipal instalada em 1961.

A BR-010, Belém-Brasília, teve forte influência na formação territorial de Açailândia. Esse município que tinha como base econômica a agricultura e o extrativismo de madeira, de acordo com Franklin (2008), acabou se tornando entreposto de localização entre as obras da rodovia e o município de Imperatriz e foi construído pela iniciativa de seus habitantes. A abertura da rodovia impactou significativamente no adensamento de suas áreas, porém, sua emancipação só se efetivou, em 1981, em função dos fluxos das obras ligadas ao PFC e PGC. O PFC foi responsável por implantar infraestruturas da ferrovia (pátios de apoio e postos), enquanto o PGC incluiu esse município como polo dentro das lógicas produtivas do POLAMZÔNIA, portanto, integrante da cadeia do PGC.

O contexto de inserção de Açailândia nos projetos de mineração, conforme explicado por Mancini (2011), resultou em duas consequências significativas: o aumento dos conflitos fundiários ao longo das rodovias próximas ao polo guseiro (Pequiá) e o crescimento populacional devido ao aumento de empregos em atividades urbanas, apontando uma interligação entre os processos de latifundiarização e urbanização no município. Isso contribuiu, ainda, para uma mudança na base econômica do município, que anteriormente estava predominantemente centrada na agricultura, especialmente na produção de arroz, milho, mandioca e feijão. Mas como explica o autor, essa base econômica estava sendo profundamente impactada pelas ações do INCRA na região e contribuiu ainda mais com a expansão do latifúndio de pecuária que já se mostrava expressivo.

O contexto delineado por Mancini (2011), em Açailândia, possui fatores semelhantes com os de Parauapebas que contribuíram em sua emancipação. Os pontos de tensão territorial que indicam a possibilidade de intervenção militar como forma de (re)estabelecer a segurança e controle, a existência de latifúndios que sugerem a presença de uma elite interessada em ampliar seus espaços de poder e a disponibilidade de recursos naturais.

Esses últimos, como aponta Franklin (2008), foram fundamentais para que Açailândia se tornasse um polo madeireiro com mais de 30 serrarias que, em cerca de uma década, exauriram os recursos da área.

Mas como explica Mancini e Carneiro (2011) as características diferenciais de Açailândia o incluíram no Polo Siderúrgico de Carajás (PSC). As grandes reservas de madeira, mão de obra e localização favoreceram a implantação das indústrias do tipo ferro-gusa. Indústrias que, como explica Lins (2008), funcionam alimentadas por calcário, carvão vegetal e, eventualmente, água utilizada para resfriar o produto e/ou os fornos.

Açailândia, recebeu, simultaneamente, cinco empresas siderúrgicas: a Viena Siderúrgica (Grupo Valadares), a Fergumar, a Simasa e Cia e a Vale do Pindaré (empresas do grupo Queiroz Galvão) e Gusa Nordeste (grupo Ferroeste). De acordo Mancini e Carneiro (2018), essas siderúrgicas tem como principal características a elaboração de produtos do tipo semi-integrado, ou seja, produtos da cadeia do aço não acabados ou semiacabados. Como esclarecem os autores, Açailândia possui apenas o papel de intermediária na cadeia produtiva, uma vez que produz o ferro-gusa que será repassado às siderúrgicas do tipo integradas – aquelas que realizam a produção de semiacabados e acabados de aço (laminados).

O território de Açailândia foi utilizado dentro de uma lógica produtiva que gerou mais malefícios que benefícios à população. O fluxo de migrantes que não foi absorvido na indústria e acabou sendo direcionado para a produção de carvão vegetal gerando a proliferação de carvoarias no entorno dessa atividade. Como relatam Mancini e Carneiro (2018), o município criou um território produtivo de carvoarias voltado à atividade siderúrgica que ali foi instalada. Isso desencadeou, ainda, na criação de uma rede de fornecedores de carvão vegetal retirados, geralmente, da mata nativa. E, claro, essa atividade se consolidou a partir da informalidade e em condições de trabalho análogas à escravidão.

Evangelista (2009) pontua que essas condições foram potencializadas em razão da condição periférica do município, cuja a mão de obra era desqualificada. O autor, em entrevista ao encarregado de uma das empresas instaladas no município, obteve a seguinte declaração:

Quando chegamos aqui precisávamos maciçamente de mão de obra, porém, aqui, os indivíduos eram analfabetos e não sabiam o ofício de

operário metalúrgico, apenas com o tempo, o passar dos anos, com a introdução de alguns trabalhadores como serventes gerais, limpando o pátio das fábricas e descarregando carvão, foi que conseguiram aprender a base da metalurgia, aí transmitindo de um para o outro pouco a pouco foram sendo inseridos, mas nos primeiros anos, trazíamos de Minas Gerais e Bahia.

Entretanto, a situação apontada por Evangelista (2009) reflete, na verdade, o total desconhecimento da realidade amazônica que se pautava apenas na exploração dos recursos para consubstanciar a cadeia de commodities. Nesse sentido Evangelista (2009), coloca que o sistema planejado pelo governo contribuiu para que as

as empresas de ferro gusa, único segmento industrial listado no planejamento governamental que veio a efetivamente se estabelecer na região, contaram para sua implantação com o forte apoio de financiamentos públicos oriundos do Fundo de Investimentos do Nordeste – FINOR – e do Fundo de Investimentos da Amazônia – FINAM. Uma vez aprovados os projetos, seus signatários recebiam até 75% do valor total indicado como necessário à implantação do parque industrial e à aquisição de áreas destinadas ao desenvolvimento de supostos projetos de “manejo florestal” ou de reflorestamento (EVANGELISTA, pág. 45).

A desarticulação desse empreendimento foi tão incongruente que nem um terço dos postos de trabalho previstos, cerca de 855 empregos diretos e 7.205 postos indiretos em cinco bases industriais instaladas, foram ocupados. As siderúrgicas implantadas em Açailândia impactaram, significativamente, o território. Isso porque o município mal havia se constituído político-administrativamente quando recebeu uma cadeia produtiva de grande complexidade para uma vila que possuía bases econômicas totalmente agrárias. O município teve que se reconfigurar aos sistemas de objetos que estavam sendo implantados e cujo sistema de ações não se encontrava no mesmo território. Além do mais, os usos extrativistas tradicionais foram utilizados à exaustão pelo novo modelo produtivo.

Se Açailândia teve sua emancipação motivada pela criação de um polo industrial, Miranda do Norte, por sua vez, alcançou sua emancipação, em 1988, influenciada pela importância territorial que o um nó viário, conformado com o encontro das BR-222 e BR-135 adquiriu. Esse nó viário se estabeleceu como uma parada e ponto de apoio para caminhoneiros e migrantes que percorriam as áreas de empreendimento em busca de oportunidades (IBGE, 2023).

Por fim, entre os municípios que tiveram sua formação influenciada pela implantação de infraestruturas, encontra-se o município de Bom Jesus das Selvas, no Pará. Com a

construção da EFC um intenso fluxo de migrantes em busca de emprego nas obras passou a se concentrar nas áreas desse município. Nessa área, desde a década de 1960, foi área de ocupação das etnias indígenas Gavião Akrãtikatêjê, Gavião Kykatejê e Gavião Parkatêjê (PREFEITURA DE BOM JESUS DO TOCANTINS, 2023; MAPA DOS CONFLITOS, 2023). De acordo com Miranda (2017), o território foi impactado pela construção da ferrovia e das linhas de transmissão de energia da ELETRONORTE. Em razão das características de organização e luta dos povos indígenas dessa área, as infraestruturas passaram a ser objetos de conflitos com os usos que o território tradicionalmente possuía (MAPA DOS CONFLITOS, 2023).

Como esses foram territórios criados a partir de desmembrados seus conteúdos, cerca de uma década depois. Assim, os dados do censo agropecuário, de 1995, já apontam perfis municipais cujas áreas Açailândia esse percentual correspondia a 49,8% das terras e em Miranda do Norte, 44,5%. Em Açailândia, 50,2% das terras legais pertenciam a ocupantes; enquanto em Miranda do Norte 92,3% eram de proprietários individuais. Mas o responsável, produtor nas terras, representava praticamente a totalidade do universo nos dois municípios, com 98,4% e 92,3%, respectivamente.

iii. *As transformações relacionadas ao processo de redemocratização*

O número de transformações, ao longo da EFC maranhense, relacionadas com o processo de redemocratização foi grande. Cerca de 11 municípios surgiram nesse período e expressam tanto uma adequação político-administrativa das unidades federativas, quanto uma estratégia do governo maranhense em urbanizar algumas áreas de seu território (BURNETT, 2008; TOMIO, 2002).

No entanto, é importante contextualizarmos a (des)organização territorial do Maranhão antes da criação de alguns municípios no período de redemocratização, principalmente nas áreas ao longo da EFC. Isso porque as áreas ao longo da EFC receberam inúmeras políticas de colonização que, como explica Ferreira (2008), foram motivadas pela existência de fundos territoriais. Como isso, 92% dessa área (cerca de 189.089 km²), correspondendo a 56,95% do território do Maranhão, estiveram dentro dos planos de ocupação e colonização do governo.

Esse processo teve como pano de fundo a presença de oligarquias que tinham participação no governo e que, portanto, disputavam o poder fundiários no estado. Como explica Costa (2004), desde o governo de Victorino Freire, os governantes do Maranhão sofreram a influência de inúmeras alianças e dissidências e com a ascensão dos militares ao poder a estrutura oligárquica foi estabelecida como sistema de governo. As influências das elites maranhenses implicaram diretamente na dinâmica política do Maranhão e na ascensão de novos líderes. Dinâmica que, como explica Ferreira (2008), pode ser vislumbrada pelos inúmeros processos de colonização e ordenamento do território. Destes, alguns tiveram importante influência na formação das áreas ao longo da EFC, dentre os quais destacamos o Projeto de Povoamento do Maranhão, Projeto de Colonização do Alto Turi e o Projeto Pioneiro de Colonização.

Uma das primeiras tentativas em se direcionar a ocupação do território em direção a Amazônia Oriental, aconteceram, em 1953, quando foi lançado o Projeto de Povoamento do Maranhão (PPM) que, de acordo com Ferreira (2008) pretendeu incluir o Maranhão à Região da Amazônia Legal. Com apoio da SUDAM o projeto pretendia dinamizar a pré-Amazônia e reduzir a evasão populacional. Ferreira (2008) aponta que o PPM encontrou empecilhos, sobretudo, em relação as condições ambientais da área, mas como vimos anteriormente contribuíram na formação de Santa Inês e Bom Jardim.

Mas foi a partir do Projeto de Colonização do Alto Turi (PCAT), em 1968, que essa parte do território alcançou novos níveis de ocupação. O PCAT veio em substituição ao PPM e se desenhou em maior escala tendo, inclusive, contato com a cooperação de instituições internacionais como Organização para a Agricultura e a Alimentação (FAO), o Banco Mundial, e Governo Britânico reunidos para “resolver os problemas agrários nas áreas pioneiras da América Latina” (IBIDEM, pág. 138).

Para Arcangeli (1987) o PCAT, em termos de área, foi um dos maiores projetos de colonização oficial do país. Mas foi também o que contribuiu para a constituição de inúmeros conflitos fundiários na região. Para o autor, este foi um projeto de

ocupação da Pré-Amazônia maranhense por migrantes nordestinos expulsos de suas terras de origem pelo avanço do capitalismo foi apresentada, não raras vezes, como uma espécie de teste daquilo que poderia ser uma fórmula válida para a ocupação dos grandes espaços amazônicos (Ibidem, pág. 21).

Arcangeli (1987), aponta, ainda, que o projeto significou o incentivo financeiro dado para o capital nacional e estrangeiro e, portanto, significou a abertura da pecuária de base empresarial. Para o autor, PCAT serviu aos interesses de grupos que contaram com a colaboração do Banco Mundial, da SUDENE e da Companhia de Colonização do Nordeste (COLONE) para viabilizar seus interesses com respaldo do governo federal e estadual. Para mais, como aponta Ferreira (2008, pág.139), o objetivo da PCAT era

era fixar 5.200 famílias em quatro anos (1973 – 1976), das quais 3.000 seriam assentadas de acordo com o planejamento físico e 2.200 teriam legalização das posses já instaladas. Na implantação do projeto, todavia, a COLONE deparou-se com problemas de ordem financeira (várias fontes de financiamento não liberavam os recursos nos prazos adequados), fundiária (a área era ocupada por grandes, médios e pequenos posseiros) e demográfica (crescimento da população atingida e sua pressão através da figura do “agregado” e pela infraestrutura sócio-econômica). [...] o PCAT apresentou os seguintes resultados: assentou 3.200 famílias entre 1973 e 1976, sendo 2.200 inerentes ao planejamento físico e 1.000 relativas à regularização fundiária; em 1978 havia 3.500 colonos no projeto, dos quais 2.500 se vinculavam ao planejamento físico; o Plano Plurianual de 1977 – 1979 concentrou os recursos na construção de estradas vicinais, programa de desenvolvimento agropecuário (500 famílias), programa de desenvolvimento comunitário (assistência a 1.200 associados da Cooperativa Mista do Alto Turi), no projeto saúde (manutenção do hospital de Zé Doca e criação de cinco minipostos) e na construção de escolas (seis, em 1977).

Os projetos de colonização na Amazônia Maranhense ganharam um novo capítulo com a posse de José Sarney como governador do estado. De acordo com Sousa (2011), a ascensão de Sarney, que dominou a política maranhense por meio século, foi vista como uma mudança de liderança após o declínio do poder oligárquico de Vitorio Freire. No entanto, seu governo acabou sendo marcado por práticas patrimonialistas e falta de planejamento governamental efetivo, tornando-se apenas um braço dos militares no território.

Para Guilhon (2007), o espaço de Sarney, o *sarneyísmo*, pretendeu construir um Maranhão Novo mantendo-se próximo das bases administrativas da SUDENE. De acordo com a autora, isso significou esforço sistemático de planejamento das ações estatais no Maranhão, de forma mais técnico, porém, absorvendo representantes das tradicionais elites. Para a autora os movimentos políticos de Sarney expressaram uma centralização do processo decisório e insulamento da burocracia, ao mesmo tempo em que se apoiava no desenvolvimento e modernização do estado.

O fato de os militares terem afastado do centro do poder o Senador Vitorino Freire e seus aliados e de terem se empenhado na reconstrução econômica e social do Estado, conferiu ao Regime estabelecido em 1964 um crédito positivo junto à população. Ao contrário do que ocorreu em outras unidades da federação, portanto, a chamada Revolução e, especificamente o governo de Castelo Branco, usufruíram de razoável popularidade no Maranhão já que significavam, a nível simbólico, a saída da estagnação.

Essa aproximação com as bases da SUDENE, como explica Ferreira (2008, pág. 140-141), caracterizou o projeto do Maranhão Novo a partir de quatro principais ações: (i) criou a Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão (SUDEMA) para planejar, coordenar e controlar a política de desenvolvimento econômico e social; (ii) instituiu o Grupo de Trabalho de Assessoria e Planejamento do Governo (GTAP) para elaborar e controlar a execução do Programa de Ação Governamental e para elaborar Plano Quadrienal de Desenvolvimento Econômico e Social do Maranhão, em 1966; e (iii) criou a Reserva Estadual de Terras e seus órgãos, as Delegacias de Terras, no interior do Estado com o objetivo de “disciplinar a ocupação e [...] titular as áreas de terras devolutas”.

Com esses instrumentos Sarney conseguiu criar vários projetos direcionados aos fundos territoriais, principalmente porque as políticas de Sarney tiveram apoio tanto da SUDENE quanto da SUDAM. Como coloca Ferreira (2008, pág. 142),

essas ações criaram condições para a ocupação dos fundos territoriais através do Projeto Pioneiro de Colonização do Maranhão (PPC). A estratégia era “ocupar racionalmente a Pré-Amazônia” e o discurso, instalar 10.000 famílias [...], pois imigravam [...] anualmente 60.000 famílias vindas de outras áreas do nordeste

A execução do PPC ficou ao encargo da Companhia Maranhense de Colonização, criada em 1971, que deu início pelo projeto de colonização da gleba Buriticupu. De acordo com Ferreira (2008) essa gleba foi dividida em três subáreas com finalidades distintas. Uma serviu como área para o desenvolvimento de grandes projetos agropecuários e madeireiros; foi reservada aos projetos de ordenação das ocupações que já estavam em curso nos municípios de Pindaré-Mirim, Santa Inês, Santa Luzia, Paulo Ramos e Grajaú; e, por fim, a área do Projeto Pioneiro de Colonização de Buriticupu, no município de Santa Luzia.

Essas áreas juntas somavam mais de 1 milhão de hectares sob a coordenação da COMARCO. Isso significou, ainda, a alienação de terras que, autorizadas pelo governo federal, seriam utilizadas para a realização dos projetos. Ocorre que, como explica Ferreira (2008), inúmeros conflitos de interesse e equívocos foram emergindo. Os projetos além de

se estendem a terras indígenas, possuíam ausências de caracterização do solo e aptidão agrícola em áreas que, em tese, deveriam ser destinadas à ocupação agrícola.

Enquanto a COMARCO atuou na frente que envolvia os donos do capital e, como coloca Lacerda (2014), desse modo alcançou apenas 12% dos colonos. Arcangeli (1987, pág. 129), acerca dessa atuação desastrosa da COMARCO, foi certo ao assinalar que o rural maranhense era o “gueto dos colonos rodeado pelos grandes projetos” (Ver Quadro 2). Os projetos serviram apenas para a alienação de terras públicas em favor dos grandes projetos, sobrepondo inúmeros interesses como veremos mais adiante.

Quadro 2 – Empresas que ocuparam o território maranhense a partir das ações empreendidas pela COMARCO

GRUPO EMPRESARIAL	ÁREA (EM HA)
Bung Borg (4 subsidiárias – SAMBRA S/A: 25.000 ha cada)	100.000
Cacique (4 Subsidiárias: 25.000 ha cada)	100.000
Mesbla	18.658
Bom Pastor	48.440
Florestal Maracaçumé	46.753
Agropecuária Turiaçu	24.961
Meira Lins	20.672
Exportadora Coelho	52.000
Santa Fé	17.319
Grupo Fernandes	24.000
Faisa	24.000
EIT	33.000

Fonte: ARCANGELI (1987).

Os projetos de colonização dinamizaram, consideravelmente, a pré-Amazônia maranhense. Criaram inúmeras áreas que passaram a adquirir expressão e que foram alçadas a categoria de município, todas em 1994, endossadas pelos novos instrumentos da CF-88. Entretanto, alguns desses municípios emergiram de contexto de inúmeras tensões territoriais. Buriticupu, município cuja formação está vinculada a gleba de mesmo nome, tem um território de tensão histórica. Emancipado de Santa Luzia, Buriticupu, de acordo com Lacerda (2014, pág. 86-88),

foi um dos primeiros municípios no Maranhão a ter fazendas ocupadas por trabalhadores sem-terra. Um episódio marcante na história municipal foi a invasão da fazenda Terra Bela – hoje um bairro do município –, promovida

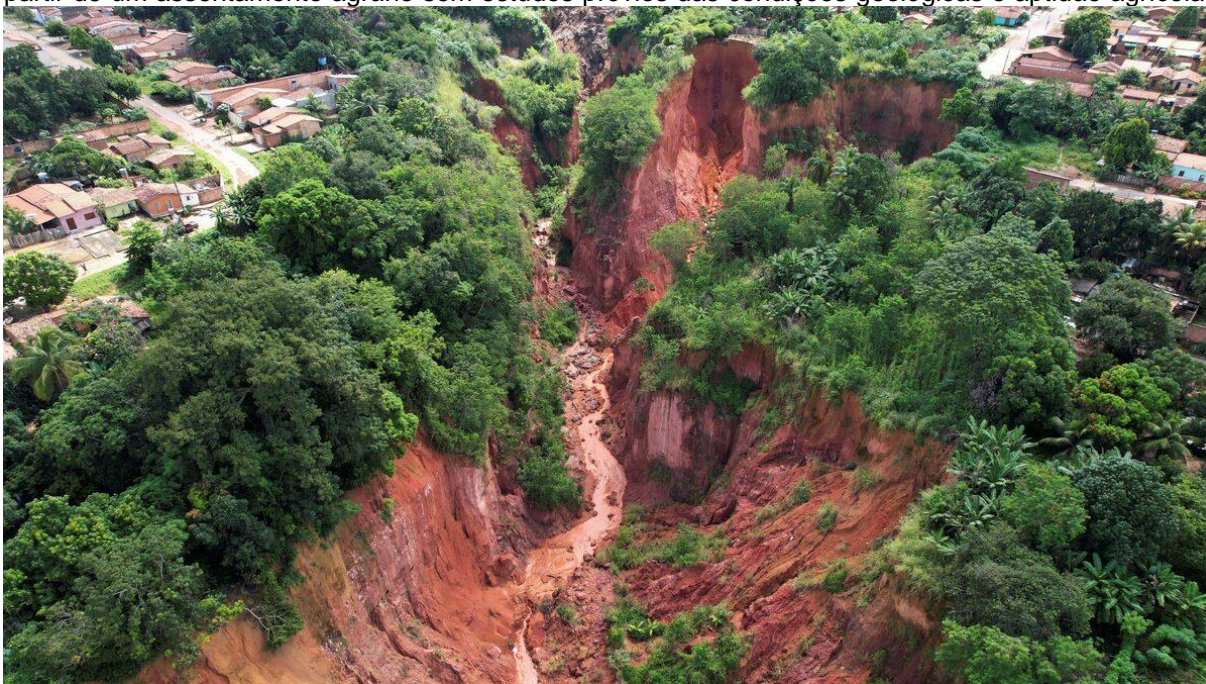
pelos lavradores com o apoio do MST e o Partido dos Trabalhadores, sob a liderança do então lavrador Luís Soares Filho, o Vila Nova, que posteriormente veio a exercer o cargo de deputado estadual.

O município que se desenvolveu a partir do Assentamento Terceira Vicinal foi um exemplo das políticas estaduais de colonização. Conforme destacado pelo Lacerda (2014), o projeto, de 1974, destinou a 87 colonos, lotes de 25 hectares para culturas de subsistência. Todavia, o projeto, sem incentivos, não vingou e muitos colonos abandonaram as terras. Como explica Lacerda (2014, pág. 86),

Buriticupu é o exemplo típico de uma política territorial desastrosa. Muitas famílias tiveram que abandonar seus lotes. Transformado em município, o antigo povoado é um aglomerado de casas na grande maioria de madeira, distribuídas sem nenhuma organização urbanística, com as ruas empoeiradas que se transformam em lamaçais na época de chuva. O estado de pobreza da população é facilmente percebido, provocando uma acentuada desestruturação social. Constitui-se numa região com elevada tensão social, tendo inclusive ocorrido diversas mortes em conflito na década de 1990.

Essa atuação desastrosa do estado maranhense que loteou terras improdutivas marcou o território historicamente. Desde 2020, a população tem lidado com o fenômeno geológico das voçorocas que ocorre a partir da escassez de vegetação, causando a erosão de inúmeras áreas do município, levando o município a decretar estado de calamidade pública (Ver Figura 18).

Figura 18 – Voçoroca, o fenômeno geológico que ocorre em Buriticupu, município se constituiu a partir de um assentamento agrário sem estudos prévios das condições geológicas e aptidão agrícola.



Fonte: Estadão, 2023.

Conforme explica Ferreira (2008), o governo maranhense adquiriu terras inadequadas para a agricultura, revelando um claro desinteresse pelos pequenos grupos e um favorecimento aos grandes. Essas ações resultaram na destinação de áreas pouco rentáveis para os pequenos agricultores. Ademais, ao municipalizar a vila de Buriticupu, o governo oficializou uma área de tensão. Isso porque, conforme pontua o autor, a gleba Buriticupu foi alvo de inúmeras redivisões agrárias, o que gerou diversos conflitos, tanto urbanos quanto rurais, além de especulação fundiária e ameaças. Essa região é marcada por intensos conflitos e violência no campo, que se intensificaram no final da década de 1980 e continuaram na década de 1990, envolvendo indígenas, trabalhadores rurais praticantes da agricultura familiar, fazendeiros e seus mandantes (IBGE, 2023a).

Da gleba Buriticupu, o movimento de municipalização deu origem aos municípios de Alto Alegre do Pindaré e Bom Jesus das Selvas, ambos desmembrados de Santa Luzia, também 1994. O primeiro teve sua formação ligada a produção do arroz (FUNDAÇÃO VALE, 20), enquanto, o segundo a partir de um acampamento das obras de construção da BR-222, ainda na década de 1960 (IBGE, 2023b).

Um projeto de colonização de menor, também, nas áreas de pré-Amazônia Maranhense, deram origem a Cidelândia. A Companhia Industrial de Desenvolvimento da Amazônia (CIDA), subsidiária da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), foi criado com objetivo de incentivar a exploração madeireira. Em finais da década de 1970, as áreas sofreram um adensamento com migrantes que utilizavam a BR-010 e ali se instalaram para arroz, a extrair de madeira e a praticar a pecuária extensiva (IBGE, 2023c).

Fora do contexto de ocupação dirigida, no entorno da BR-010, alguns povoados que tinham importância na dinâmica local, também foram municipalizados nesse período, como é o caso de São Pedro da Água Branca e Vila Nova dos Martírios. Ambos foram formados sob a influência dos conflitos da região do Bico do Papagaio, sendo emancipados territorialmente de Imperatriz. São Pedro da Água Branca foi, historicamente, área de tensão territorial com disputas entre posseiros do Pará e Maranhão; enquanto Vila Nova dos Martírios se desenvolveu a partir das frentes de expansão da fronteira agrícola, ganhando impulso com a construção da Estrada de Ferro Carajás (EFC) (IBGE, 2023d).

No entorno de Açailândia, alguns povoados tinham expressão: São Francisco do Brejão e Itinga do Maranhão. Brejão, como é popularmente conhecido São Francisco do Brejão, foi constituído pela expansão da produção de arroz, liderada pelo agricultor Clemente, vindo da Bahia na década de 1960. A emancipação deste município, em 1994, incluiu áreas dos municípios de Imperatriz e Açailândia (IBGE, 2023e). Itinga do Maranhão, por sua vez, teve sua ocupação motivada pela abertura da BR-010 e também as frentes de exploração madeireira (IBGE, 2023f).

Na BR-135, principal rodovia de acesso à São Luís, surgiu Bacabeira, povoado que teve sua emancipação motivada, ainda, pela proximidade com São Luís (cerca de 60 km) e por ser uma área, intimamente, relacionada aos projetos desenvolvimentistas do governo estadual e nacional (GONÇALVES, 2017). Bacabeira foi desmembrado de Rosário, que possui uma formação histórica relacionada com as fases agroexportadora do cana-de-açúcar. Entretanto, Bacabeira teve suas dinâmicas mais relacionadas com a capital maranhense.

Encerrando o período de formações territoriais sob influência da redemocratização ao longo da EFC, temos a criação do município de Tufilândia. Vila localizada a 44 km de sua sede Pindaré Mirim, cuja formação territorial, como explica Trovão (2008, pág. 13), teve como objetivo “garantir a ocupação do espaço, e uma de suas tarefas mais árdua foi vencer a resistência dos primitivos donos da terra — os índios”. Os primeiros habitantes dessa área foram os índios guajajaras até que, em 1876, foi instalada a usina da Companhia Progresso Agrícola que dinamizou a mesorregião do rio Pindaré que inclusive chegou a uma ferrovia só para escoar a produção de açúcar. Tufilândia, em razão das benesses do rio Pindaré, acabou agrupando trabalhadores rurais de outras localidades para trabalhar nas terras que eram ricas em madeira e na produção de arroz, feijão e coco babaçu (IBGE, 2023g).

O surgimento dessas novas formas no território vinculou-se ao contexto de ocupação dos projetos de colonização, que desestruturou a pequena produção do estado, e/ou grandes eixos viários. Estes surgiram, principalmente, próximo daqueles municípios que tiveram suas dinâmicas ligadas às fronteiras agrícolas (SILVA, 2017). Povoados que, ocasionalmente, passaram a concentrar a mão de obra remanescente da construção das rodovias e da ferrovia; assim, como da concentração de população que não foi contemplada pelos projetos de reforma agrária na região (FERREIRA, 2008;

SODRÉ, 2017). Muitos desses povoados localizavam-se próximo às áreas urbanas para ter acesso aos serviços básicos como educação e saúde.

Assim, na década de 1990, o governo do estado tentando municipalizou essas áreas com o intuito de dinamizar, principalmente, as áreas ao longo da EFC, e tentar reverter o contexto de estagnação econômica do estado e o quadro de dispersão populacional. De acordo com Burnett (2016, pág. 19), a decisão foi pautada no “argumento preponderante de que tais povoados não recebiam o merecido atendimento do poder executivo, as novas sedes transformaram abruptamente espaços rurais em áreas urbanas”. Com isso, o governo maranhense criou, de 1988 a 2000, 85 novos municípios, sendo o sétimo estado brasileiro com mais municipalizações (TOMIO, 2002).

Assim, o governo maranhense de tais cenários e amparado pelas novas diretrizes da CF-88, estimulou a urbanização do estado, ao passo que ajustou seu território para receber e executar as novas capacidades de governança e de participação fiscal. Um cenário que se estabeleceu por todo o país e que, para Soares (2018), foi resultado da forte reivindicação realizada pelos governadores e dos movimentos municipalistas, o que significou a transferência de competências políticas públicas com vistas a garantir os direitos sociais da população. Corroborando, Tomio (2002) assinala que surgiu um

ambiente que tornou possível as decisões políticas que geraram as emancipações municipais e, por outro, a própria interação entre os atores políticos relevantes que produziu, por meio de processos decisórios relacionados, mas distintos, os dois principais resultados dessas decisões: a criação de novos municípios (por meio de leis ordinárias) e a transformação institucional na regulamentação das emancipações para facilitar ou dificultar as mesmas (a legislação complementar) (IBIDEM, pág. 62).

O ambiente de municipalização da década de 1990 como explica, Tomio (2002) só foi possível em razão da presença de um contexto institucional e de interação estratégica. O primeiro inclui a presença dos fatores (i) delimitadores, expressos por meio das estratégias da CF-88 que conferiu poder a todos os entes e não apenas o Federal e estadual; (ii) processuais, como regras na tramitação de processos legislativos; e (iii) estimuladores, como os fundos de participação municipal e fundos estaduais. Enquanto, o segundo implica na existência de lideranças locais, eleitores, deputados estaduais e o executivo do governo do estado que veta ou aprova a criação do novo município.

A onda emancipacionista ocorreu com mais intensidade na parte maranhense da EFC. Todavia, logo que o período democrático foi efetivado, um movimento pró-emancipação emergiu com bastante força no Sudeste paraense. A proposta de criação de um Estado de Carajás começou a ser ventilado, ainda, na década de 1980. Como explicam, Santos e Barros (2018), a proposta de divisão começou a circular nas câmaras municipais da mesorregião e tornou-se bandeira basilar de campanha da Associação de Vereadores do Sul do Pará - AVESPA. Uma esfera que vivia a influência de renovação política e que diante desse novo contexto, vereadores da cidade de Marabá, no Sudeste paraense e os vereadores das cidades de Redenção e Conceição do Araguaia no Sul do Pará pretenderam ganhar mais espaço.

Ademais, como conta em notas da Imprensa Oficial do Estado do Pará, o Sudeste ressentia da cultural e política que mantinha com Belém, o que passou a motivar os ideais separatistas. Para esse ideal cresceu consubstanciado pelo slogan Grande Carajás que passou a ser recorrentemente utilizado para se referir às riquezas da mesorregião. O autor chama a atenção ao fato de no período de constituição da nova carta, a criação dos estados do Tocantins e Mato Grosso deram ainda mais força ao movimento.

Figura 19 – Manchetes veiculadas no jornal O Liberal, em 1989, que “inflamavam” o ideal separatista de criação do Estado de Carajás.

Caixa vazio e pires na mão, o começo dos novos municípios

Do final deste mês, quando os 18 prefeitos dos novos municípios criados no Pará tiveram que pagar suas cotas, começaram a se tornar grandes as suas dificuldades de berço. Ontem pela manhã, seis deles — Brejo Grande do Araguaia, Ourilândia do Norte, Parauapebas, São João do Pirabas e Curionópolis, além do prefeito de São João do Araguaia, município que já existia — tiveram uma reunião de cerca de duas horas com o secretário de Estado da Fazenda, Frederico Monteiro, no prédio da SEFA, e receberam explicações acerca do sistema de arrecadação do Estado e de como deve funcionar a arrecadação nos municípios. Foram explicações generalizadas, calçadas em exemplos práticos. O que seria a melhor notícia para os novos prefeitos, entretanto, o secretário não deu: até o final de mês, é muito difícil a liberação da cota-parte do Imposto de Participação dos Municípios (IPM).



Na reunião com o secretário da Fazenda, notícias desanimadoras.

desmembrado de São João do Araguaia —, onde sequer há um prédio para a Prefeitura funcionar. “Vamos fazer uma administração itinerante”, diz a prefeita, Maria Alves dos Santos (a única mulher do grupo de prefeitos que esteve ontem com o secretário). Na mesma situação estão Uruará e Medianeira — estes, ausentes da SEFA ontem. Nesses três municípios, a posse dos novos prefeitos foi realizada sob uma árvore. Em Parauapebas — que deverá ter uma grande arrecadação, a partir de março, quando o Imposto Único sobre Minerais (IUM) passará a servir de base para o ICMS —, o prefeito alugou um prédio para trabalhar, mas ainda não tem como pagar. Todos esses prefeitos já enviaram ao governador do Estado extensas listas de reivindicações, recebendo promessas de estado.

Caso a caso
Enfrentando situações como essas, os novos prefeitos guem mais do que otimismo sobre tributos e planejamento — e, evidentemente, mais do que promessas. Dos sete presentes ontem à reunião com o secretário da Fazenda, apenas um soube fazer uma projeção sobre o orçamento de seu município para este ano. Brejo Grande tem um orçamento definido em Cr\$ 117 milhões, estipulado pelo município-mãe, São João do Araguaia. A prefeita acha pouco para

administrar uma área com aproximadamente 30 mil habitantes, localizada a cerca de 650 km de Belém. Ela quer — como seus colegas que a acompanharam ontem até a SEFA — a definição de suas cotas-parte de ICM e IPM e saber também quanto deverá dispor de arrecadação própria, apelando para que esses recursos sejam liberados logo.

Ainda este mês, o secretário da Fazenda deverá convocar os prefeitos dos novos municípios para tratar de casos particulares. Antes disso, ele definirá, junto com o secretário de Estado de Planejamento, Amílcar Tupiassu, como será o programa de assessoramento aos novos prefeitos. Quando esse programa começar a funcionar, gradativamente os prefeitos deverão receber recursos necessários para viabilizar medidas para o funcionamento dos respectivos municípios.

Esses recursos serão provenientes de arrecadação própria — Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto Sobre Serviços (ISS), Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), antes repartido com o Estado, agora só municipal, e Imposto sobre Vendas a Varejo (IVV), que incide, por exemplo, sobre a venda de combustíveis —; e arrecadação transferida — 20% da cota de

ICMS, 50% do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), 50% do Imposto Territorial Rural (ITR), cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), cujo coeficiente ainda não foi definido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), 25% do FBE e do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) dos servidores das prefeituras.

FPM gordo
A principal dificuldade para a definição das cotas-parte do FPM, segundo o secretário da Fazenda, é a própria condição de novos, entre os municípios recém-criados. Por lei, essas cotas são definidas até o fim do primeiro semestre do exercício anterior, compondo o cálculo variáveis como população, área, receita tributária e valor adicionado. Como no ano passado esses municípios ainda não tinham sido criados, há variáveis que não podem ser calculadas e os critérios para a definição de suas cotas-parte será referenciado, apenas, pelas populações e áreas.

De acordo com o secretário Frederico Monteiro, esses municípios terão um FPM “gordo” já em 15 de junho, como resultado das declarações de Imposto de Renda recolhidas em abril e do chamado triênio — já que o FPM é composto pela arrecadação de ICM e ISS.

Proposta facilita criação de Estado no sul do Pará

O deputado Paulo Dutra (PTB) encaminhou à Comissão de Legislação e Regime do Senado da Assembleia Legislativa Constituinte uma proposta de inclusão de dez artigos no Ato das Disposições Transitorias.
No primeiro artigo proposto por Dutra, foi estabelecido que o governo do Pará, através da Secretaria de Planejamento, deverá apresentar, em prazo de 90 dias, um relatório sobre o território brasileiro. O segundo artigo propõe a criação de uma comissão especial de estudos, articulada, participativa, independente e imparcial, para estudar e apresentar projeto relativo a nova unidade territorial, participativa, independente e imparcial, no prazo de 90 dias. O terceiro artigo propõe a criação de uma comissão especial de estudos para estudar e apresentar projeto relativo a nova unidade territorial, participativa, independente e imparcial, no prazo de 90 dias. O quarto artigo propõe a criação de uma comissão especial de estudos para estudar e apresentar projeto relativo a nova unidade territorial, participativa, independente e imparcial, no prazo de 90 dias.

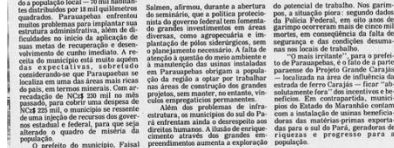
Debate na Comissão de Finanças

Com a presença de quatro dos nove membros especialistas em política financeira e econômica do Estado, a Comissão de Finanças da Assembleia Legislativa debateu, nesta terça-feira, o projeto de lei que cria o Estado de Carajás. O projeto de lei, de autoria do deputado Paulo Dutra (PTB), prevê a criação de dez municípios no sul do Pará. O projeto de lei, de autoria do deputado Paulo Dutra (PTB), prevê a criação de dez municípios no sul do Pará. O projeto de lei, de autoria do deputado Paulo Dutra (PTB), prevê a criação de dez municípios no sul do Pará. O projeto de lei, de autoria do deputado Paulo Dutra (PTB), prevê a criação de dez municípios no sul do Pará.



Parauapebas, um município naufrágio e cheio de problemas

O município de Parauapebas, criado em 1988, enfrenta sérias dificuldades econômicas e sociais. A falta de infraestrutura básica, como saneamento e energia elétrica, é uma das principais causas dos problemas. Além disso, a população enfrenta dificuldades para encontrar emprego, o que contribui para a pobreza e a desigualdade social. O município também enfrenta problemas de saúde e educação, o que dificulta o desenvolvimento econômico e social da região.



Para o mercado formal de trabalho, a mulher de Parauapebas vive de lavar roupa.

Proposto o Estado de Carajás

O Estado de Carajás, caso seja criado, abrangerá 22 municípios do Sul e Sudeste paraenses. A decisão quanto à criação do novo Estado caberá à população dos municípios de Brejo Grande do Araguaia, Curionópolis, Dom Elzeu, Itupiranga, Jacundá, Marabá, Ourilândia do Norte, Pacajás, Parauapebas, Redenção, Rio Maria, Honório do Pará, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, São João do Araguaia, São Félix do Xingu, Tucuruá, Tucuruí e Xingapura. Pelo menos essa é a intenção do deputado Frederico Assis de Brito (PMDB), que apresentou no Congresso Nacional, na última quarta-feira, projeto de Decreto Legislativo sobre o assunto.

O deputado propõe que seja realizado um plebiscito, por ocasião das eleições presidenciais deste ano, nos municípios que serão englobados pelo novo Estado. O plebiscito será a cargo do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Pará e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) seria o responsável pelas instruções quanto à organização, divulgação, realização, fiscalização e prestação de contas. Os resultados da consulta.

Assumindo com a cara e a coragem

A tarde, Raul Neves, técnico do Ibam, fez uma palestra para os 57 prefeitos, seis vice-prefeitos, treze representantes e assessores de todos as 105 prefeituras que participam do evento. Ele falou sobre aspectos tributários (ênfase na questão da arrecadação de impostos), sobre orçamentos e receitas partilhadas — participação do município nas receitas da União e do Estado. Para ele, as dificuldades são comuns em todo início de trabalho: todo prefeito fica meio perdido, “pois muitos vêm dos mais diversos setores da sociedade”.

E apontou, como problemas mais comuns, o pouco ou total desconhecimento sobre legislação tributária e a falta de recursos com que se defrontam e que pode desorientar. Lembrou a importância de começar a cobrança de tributos como IPTU e ISS e das taxas municipais. Raul Neves avaliou o primeiro dia do encontro, considerando muito boa a participação dos prefeitos, embora espere maior integração entre prefeitos e palestrantes.

Cléuler Loyola, técnico do Ibam, disse que a dívida dos prefeitos acerca da palestra que fez de manhã, foram mais sobre os problemas financeiros e de pessoal que enfrentam sobre os salários dos prefeitos dos novos municípios. Para resolver o impasse, no entender de Cléuler Loyola, basta que a Câmara fixe um salário.

Um dos prefeitos dos 18 novos municípios criados recentemente, Faisal Salmen, de Parauapebas, na Serra do Carajás — uma área de 14 quilômetros quadrados desmembrada de Marabá, com cerca de 60 mil habitantes — disse que os problemas são muitos. Os distritos ficam distantes da sede e, para visitar o distrito de Água Azul, por exemplo, que está há 370 quilômetros da sede, tem que passar por dois outros municípios: Curionópolis e Xingapura.

Ele disse ainda que um projeto agrícola implantado na área pelo extinto Getal (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins) está voltando a ser, por falta de assistência, um grande latifúndio. O município é um produtor de ferro, mas nunca se beneficiou disso, favorecendo, com seu potencial, as cidades maranhenses. “Enquanto cidades como Açailândia, Santa Inês e São Luís são beneficiadas pelas nossas riquezas, nós herdamos o ônus social: miséria e pobreza para o povo paraense”, diz Salmen.

Outra que fez um desafio sobre as dificuldades de seu município, Brejo Grande do Araguaia, foi Maria Alves, de 35 anos, conhecida como Tatá, uma das seis mulheres eleitas, no Pará, em 15 de novembro. Ela é a única prefeita do sul do Estado. Sem a melhor infraestrutura, a posse foi realizada de baixo de uma mangueira; sem água e luz e escolas em péssimas condições, a prefeitura está funcionando em uma das salas do estabelecimento de ensino, que até o dia 15 de fevereiro terá que ser devolvida para não prejudicar o início das aulas. Até agora, ela não recebeu um centavo do governo do Estado e diz que está trabalhando com a “cara e a coragem”, contando com a disposição da população local.

Fonte: Acervo de O Liberal (1989)

A perspectiva de independência, principalmente econômica, foi reiteradamente veiculada pelos jornais da capital paraense (Ver Figura 20). Como explicam Santos e Barros (2018), o jornal da capital, O Liberal, pertencia a família Maiorana que era aliada dos militares. O que explica as sucessivas manchetes sobre possibilidade de emancipação.

O debate ganharia novas entonações quando, Hélio Gueiros identificou o movimento como sendo ações “dos forasteiros estão tentando desmembrar o Pará”. Como apontam Santos e Barros (2018), os debates se tornaram acalorados e frequentes nos jornais da capital. Na mesorregião, Asdrubal Bentes, deputado federal chegou a protocolar um Projeto de Decreto Legislativo (PDL) de realização de plebiscito circunscrito apenas aos municípios do Sudeste paraense: Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Conceição do Araguaia, Curionópolis, Dom Elizeu, Itupiranga, Jacundá, Marabá, Ourilândia do Norte, Pacajá, Parauapebas, Redenção, Rio Maria, Rondon do Pará, Santana do Araguaia, Santa Maria das Barreiras, São Felix do Xingu, São Geraldo do Araguaia, São João do Araguaia, Tucumã, Tucuruí e Xinguara.

O projeto de Asdrubal não seguiu e nem o deputado foi reeleito. Santos e Barros (2018) esclarecem, que o movimento separatista, refletiu uma coalisão de forças de um grupo que forjaram situações políticas que não foram enfatizadas nem mesmo pelos prefeitos de alguns dos municípios envolvidos. No mais, essas questões fazem parte um contexto onde a liberdade de manifestação passou a tomar conta do país. É o que veremos no tópico a seguir.

3.2 Os novos atores e os múltiplos conflitos

As políticas voltadas para a Amazônia visaram abrir o território para exploração, impactando comunidades tradicionais como ribeirinhos, indígenas e quilombolas, que historicamente habitavam e utilizavam a floresta. Esse processo fragmentou o território cultural e simbólico, conforme discutido por Haesbaert (2004; 2010), ao introduzir novos atores e gerar conflitos de interesses com as comunidades locais. As infraestruturas promovidas pelo capital intensificaram esses conflitos, ao confrontar as escalas de interesse das políticas com as necessidades das comunidades.

Desde as primeiras políticas, ainda na década de 1960, esses interesses entraram em conflito nas pequenas escalas do viver-habitar, resultando em inúmeras tensões territoriais. Os territórios foram sendo entregues às infraestruturas, aos grandes latifúndios, às grandes empresas, entre outros, enquanto as pessoas que os habitavam foram sendo excluídas do processo. Isso culminou em diferentes tensões territoriais relacionadas a conflitos fundiários e disputas pelo uso do espaço. O resultado, um 'quadrilátero do Câncer social' como colocou Valverde (1989), que com o tempo foi sendo cada vez mais acentuado em razão dos diferentes interesses que passaram a convergir no território.

E se durante as primeiras formas de dominação com a abertura das rodovias, os usos tradicionais da terra foram sendo suplantados, com a introdução da mineração uma dupla camada de conflito passou a permear o território. Isso porque, como bem pontua Santos (1994) cada etapa deixa suas marcas de modo a influenciar nas etapas seguintes. É o que o autor denomina como rugosidades. E o território da EFC possui rugosidades como a identidade de seus povos originários e de seus recursos que, ainda, determinam as formas de habitar a floresta. E se, durante um período esses foram duramente sufocados, com a redemocratização emergiram com bastante força através de movimentos, através de interdições, através de diferentes lutas pro espaço. Como coloca Galvão (2016), a ferrovia passou a ser palco de inúmeras manifestações e reivindicações.

Embora essas rugosidades pertençam aos territórios, na Amazônia que foi dominada pela mineração, alguns dessas rugosidades ainda nem surgiram. É o caso, principalmente, de Parauapebas e Canaã do Carajás, duas formas-conteúdo da mineração que contrastam com outras áreas ao longo da EFC que possuem rugosidades e essas contribuem para que

suas formas-conteúdo permaneçam, mesmo diante de inúmeras políticas que tentam suplanta-las como é o caso dos territórios indígenas e quilombolas.

Os usos que foram sendo pautados, em maior ou menor medida, enfatizaram as marcas do território como forma de resistir aos processos de dominação que iam sendo postos. Desse modo, podemos ver como a pauta de uso que cada ator imprimiu ao território teve reações diferentes, algumas ligadas diretamente com a implantação das infraestruturas, outras, como consequência da dominação do território que foi efetivada pelas políticas lançadas à região. Assim, temos os fenômenos particulares da mineração do século XXI que se expressam tanto por meio de conflitos ligados à dominação das terras, que se traduzem tanto nas disputas fundiárias, quando na financeirização do território; e quanto os impactos físicos decorrentes da apropriação do território que trava embates com as infraestruturas e processos da mineração. Embora ambos se entrelacem, os mesmos podem em razão das respostas que apresentam, serem abordados de forma distintas. Vejamos.

i. Os conflitos decorrentes da dominação das terras

Parauapebas e Canaã dos Carajás são duas formas da mineração que expressam bem os impactos socioeconômicos decorrentes dos processos de dominação da floresta. As principais áreas de mineração desenvolveram um processo acelerado de ocupação do território por meio da reprodução de loteamentos como forma de ocupação da área urbana. Cardoso, Cândido e Melo (2018), explicam que os espaços dessas cidades passaram por um processo de financeirização em razão da presença dos projetos minerais transnacionais. Isso derivou em uma reprodução de centros comerciais de elites e condomínios fechados que transformaram o espaço da cidade em uma verdadeira empresa do morar, permitindo acesso apenas por aqueles que podiam pagar. E, considerando que essas cidades sofreram um adensamento populacional expressivo – chegando a ter um crescimento populacional em 4 anos de 78% (CARDOSO, CÂNDIDO E MELO, 2018) – o espaço urbano virou um verdadeiro ringue. Como consequência, os autores explicam que o espaço urbano serviu para a criação de inúmeros vazios que resguardaram os interesses das financeiras e colocaram a população desprovida de renda em loteamentos não regularizados nas franjas do perímetro urbano.

Como resultado dessas estratégias de articulação, ocorreu um descolamento entre o processo de urbanização conduzido por investidores internacionais e empresários locais unidos pelo imperativo básico de acumulação (fácil) de capital, e as demandas concretas de construção da cidade, que vêm tornando seus habitantes, sobretudo, os mais pobres, completamente vulneráveis às contradições que o processo de financeirização cria, quando associado à transformação do uso da terra, assunto que será discutido com mais detalhe na esfera da vida cotidiana (IBIDEM, pág. 130).

O município de Canaã dos Carajás, que mal se despiu das características de vila agropecuária, teve seu parcelamento urbano acelerado para conter um crescimento especulativos dos grandes fazendeiros detentores das principais glebas da cidade. E como explica Padilha (2020), o processo que apenas desenhou os interesses dos pioneiros da cidade, ou seja, aqueles remanescentes das áreas do CEDERE II, que foi corroborado pela a administração local e influenciou, significativamente, no parcelamento do solo da cidade.

Parauapebas, por sua vez, além das características da financeirização das terras conformou um peculiar processo de expansão das atividades terciárias. A escala de multiplicação dos loteamentos foi acompanhada pelo crescimento de atividades ligadas à prestação de serviços para a Vale. Mas, como assinala Melo (2015) nesse município o crescimento populacional (Ver quadro 3) veio acompanhado pela implementação de redes atacadistas e varejistas, de serviços alimentares, agências bancárias, as lojas de departamentos, *shopping center*, e outros, que qualificaram, com o tempo, a área urbana da Vila Rio Verde.

Quadro 3 – dinâmica populacional do município de Parauapebas

Anos	Urbana	Rural	Total	Urbanização (%)
1991	27.443	25.892	53.335	51,5
1996	38.842	24.721	63.563	61,1
2000	59.239	12.352	71.591	82,7
2007	118.847	14.451	133.298	89,2
2010	138.690	15.218	153.908	90,1

Fonte: IBGE, anos de referência.

Marabá, também sofreu impactos da mineração semelhante. De acordo com Melo (2015), os atores políticos locais, buscando ganhos financeiros, pressionaram o poder público local para que ampliassem o perímetro urbano e assim, viabilizar a aprovação dos empreendimentos em uma área que até então configurava-se como distrito municipal. Uma

estratégia que é utilizada não apenas para vender terras, mas também para direcionar as novas áreas de crescimento urbano e ampliar os espaços das imobiliárias.

Mas essa disputa decorrente da dominação ganha outra amplitude fora da área das minas. Isso porque, nesses espaços o domínio se defrontou com formas de habitar-viver que já se encontravam consolidadas. Nesse caso, portanto, o território possuía marcas, ou seja, possuía algumas rugosidades que implicaram no surgimento de conflitos, muitas vezes, violentos. Muitos desses conflitos tiveram origem quando da execução das primeiras políticas de ocupação, ainda, na década de 1960. Como explica Ferreira (2008), a dominação de áreas no que se configurou como Bico do Papagaio, caracterizou-se de forma dramática pois envolveu as medidas militares com vistas a resguardar a “segurança” de áreas indispensáveis ao desenvolvimento nacional.

Esse discurso de “segurança” camuflou as intervenções violentas em uma área localizada ao sul do Pará, extremo norte do Tocantins e oeste do Maranhão para defender a atuação dos latifundiários, grileiros e mandatários de toda ordem que agiam na região. Como explica Pedrosa (2016), a reorientação do desenvolvimento agrário no país teve como pressuposto a criação de mecanismos jurídicos que sustentaram a atuação desses grupos e garantiram o espaço dos grandes projetos.

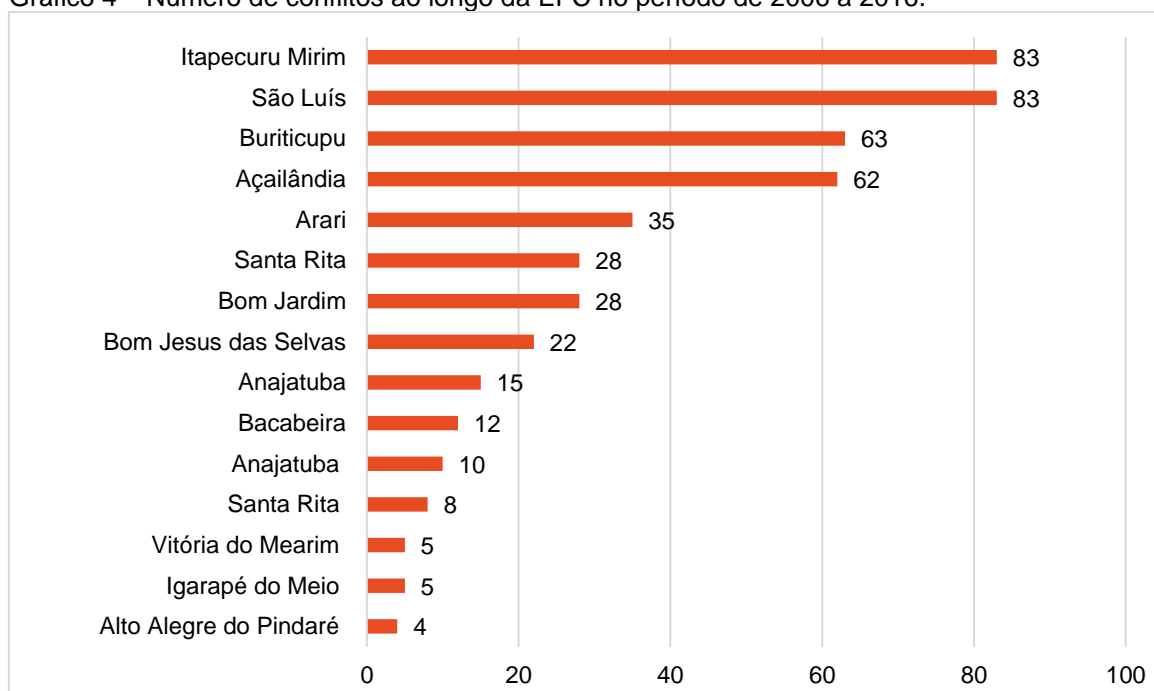
Esse projeto de dominação nessas áreas deu origem a um dos mais violentos processos de luta pela terra na Amazônia, que somente no período de 1964 a 1984 ocasionaram a morte de 131 pessoas em razão de disputas fundiárias (FERREIRA, 2008). Um conflito que possuiu, ainda, dimensões políticas em razão da atuação de líderes de sindicatos Rurais e lideranças de partidos que faziam oposição ao regime e que motivaram a inúmeras operações na área com vistas a sufocar lideranças. Como explica Peixoto (2011), o Estado promoveu um massacre ao torturar, executar prisioneiros e camponeses da região e posteriormente ainda encobrir os vestígios, nas chamadas operações de limpeza, dessa atuação criminosa.

As estratégias utilizadas para garantir o domínio do território estão presentes ao longo de toda a EFC. Áreas de ocupação histórica e conflituosa como os Vales dos rios Itapecuru e Pindaré que, como explica Costa (2004), serviu de reduto para a organização de inúmeros trabalhadores rurais na luta contra a grilagem e a invasão das lavouras pelo gado.

De acordo com o autor, esses trabalhadores se reuniram por meio de entidades como a Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão (ATAM) que contavam com o apoio da Igreja Católica que juntos buscavam por meio das ligas camponesas, desde a década de 1960, realizar a "Reforma Agrária na lei ou na marra". Assim, inúmeras atividades de pastorais da terra sempre se mostraram combativas ao processo de dominação que ocorria na Amazônia. De acordo com Costa (2004), o Maranhão sempre contou com a participação de movimentos progressistas como ACR (Animação dos Cristãos no Meio Rural), a JAC (Juventude Agrária Católica), o Movimento de Educação de Base (MEB) e a catequese avançada conduzida por D. Antônio Fragoso (Bispo Auxiliar de São Luiz). Foram esses movimentos, que na nossa percepção, contribuíram para que os territórios de apropriação permanecessem e construísse as rugosidades que impediram (e ainda impedem) a suplantação total do modo de viver-habitar na floresta.

Essas resistências territoriais abriram espaço para que tantas outras atuassem na região em favor dos pequenos agricultores, bem como das terras dos povos originários e tradicionais da Amazônia. Ao longo da EFC alguns desses movimentos se tornaram imprescindíveis na luta pelos direitos de acesso à terra. A Comissão da Pastoral da Terra (CPT), foi criada, em 1975, a partir de um Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Fundada em um momento de grande repressão militar, após uma convocação dos Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Comissão da Pastoral da Terra (CPT), foi criada, em 1975. Com o objetivo de apoiar as causas dos trabalhadores que estavam sendo explorados, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e/ou expulsos das terras que ocupavam, a CPT passou a atuar em todo o país (CPT, 2024). De acordo com o mapeamento da CPT no Maranhão, no período de 2006 a 2016, somente nas áreas ligadas à EFC foram identificados 481 conflitos decorrentes de disputas fundiárias que envolvem principalmente territórios indígenas, assentamentos agrários e quilombolas. Esses conflitos ocorrem em praticamente todos os municípios da EFC, entretanto alguns são pontos de tensão recorrente, como é o caso de São Luís e Itapecuru Mirim que concentram 17,3% dos conflitos ao longo da EFC (Ver Gráfico 4).

Gráfico 4 – Número de conflitos ao longo da EFC no período de 2006 a 2016.



Fonte: CPT (anos de referência).

O município de São Luís, uma das áreas de tensão territorial, de acordo com Burnett (2008), São Luís, no período que antecede a implantação do PFC, entrava na primeira fase de sua fase modernista (1965-1980), e viveu uma forte influência dos grandes projetos nacionais e da urbanização fordista com vistas a adaptar o espaço para acomodar o capital industrial. A capital maranhense ainda sedimentava alguns movimentos decorrentes da expansão urbana para além do núcleo histórico, ultrapassando o rio Bacanga, seguindo o sentido ao Sul e ao Leste, estabelecendo, assim, essas áreas como das camadas mais pobres, enquanto a remodelação do litoral ficaria aos ricos. Todas essas intervenções, como explica Burnett (2008, pág. 134) fizeram parte de uma

decisão nacional de implantar em São Luís, grandes 'projetos especiais' tais como a fábrica de alumínio da Alumar, o porto exportador do Itaqui e a ferrovia Carajás, da Companhia Vale do Rio Doce - que atraíram inúmeras empresas prestadoras de serviços -, contribuíram para consolidar a idéia de uma iminente explosão habitacional e levaram a Prefeitura a preocupar-se com a organização do espaço urbano (Ibidem, pág. 134).

Para Souza (2001) as transformações de São Luís, entre as décadas de 1960 e 1970, fez parte do verniz que as classes regionais, por meio da modernização conservadora da

Ditadura Militar, deram à cidade. São Luís se preparava, assim, para expandir seus portos e acomodar grandes infraestruturas da mineração. A decisão de escoar o minério pelo Maranhão, inclusive, envolve um imbróglcio com o estado do Pará que dividiu (e ainda divide) opiniões. De acordo com Valverde (1989), o Pará oferecia como solução ou transporte fluvial, por meio de eclusas, instaladas na barragem de Tucuruí, ou uma ferrovia que desceria o minério direto à ponta do Espadarte⁹ ao norte de Belém. Enquanto, o Maranhão apresentou a solução de escoar criando um porto adjacente ao de Itaqui. Localizado no Complexo Portuário de Itaqui, à margem leste da Baía de São Marcos, na Ilha de São Luís, o porto Ponta da Madeira que pode receber navios de 23 m de calado. Nesse porto são embarcados produtos como minério de ferro, manganês e pelotas. As atividades foram iniciadas em 1985, com o carregamento com o navio DOCEPOLO, cuja capacidade era de 127 mil toneladas de minério. O porto começou a operar de forma regular em 1986 e nesse mesmo ano embarcou 11,6 milhões de toneladas de minério de ferro (VALE, 2021).

Como resultado de todos esses processos foi a periferização de áreas próximas ao parque industrial. E que como veremos no tópico a seguir, refletem ainda, a interação conflituosa pela apropriação da terra.

ii. Os conflitos decorrentes da apropriação das terras

Esses configuram-se um contexto maior, uma vez que ocorrem ao longo de 892 km de ferrovia. De acordo com os dados da CPT, de 2006 a 2016, os conflitos territoriais que envolvem a mineração, por meio da EFC, CVRD ou Vale, totalizam 81. Estes refletem, muitas vezes, os espaços de comunidades e/ou bairros estão localizados próximos à EFC ou infraestruturas da mineração.

Um estudo da Amplo/VALE (2011), apontou que a ferrovia influencia impacta diretamente na vida de 100 comunidades (pequenas concentrações populacionais) ao longo dos 892 km da EFC¹⁰. Analisando o documento da empresa, é possível identificar, por meio

⁹ Trata-se de uma área de preservação ambiental localizada a 130 km da capital Belém e que serviria para abrigar um dos maiores portos *off-shore* do mundo. Além da localização geográfica favorável em relação à proximidade com mercados internacionais, a área possui um dos maiores calados da América Latina (25m). Um projeto vislumbrado desde a década de 1970 que, entretanto, por questões políticas o porto não foi viabilizado (REIS, 2021).

¹⁰ Com base no estudo da Amplo/Vale (2006), a influência direta é definida por uma faixa que se estende de 1 km a 60 km de distância dos trilhos da ferrovia.

da data de fundação dessas comunidades que cerca de 57% delas já existiam antes da implantação da ferrovia, algumas, inclusive, algumas tem territórios de formação secular (Ver Anexo I). Portanto, a ferrovia foi um elemento adicionado ao território e que solapou os usos que o mesmo já possuía.

De acordo com Galvão (2016), essas comunidades são localizadas principalmente nas áreas rurais dos municípios. E se conformaram, como explica Carneiro (2009), o Maranhão tinha, no período de implantação da ferrovia, um rural totalmente pulverizado, haja vista que as ações do governo maranhense, entre 1970 e 1985, que buscavam a introdução de processos de modernização da agricultura local não surgiram os efeitos esperados. Isso porque, tratou-se de uma modernização concentrada entre as grandes empresas que não desencadeou o aumento da produção, nem absorveu as tensões no rural. Muito pelo contrário, aumentou a concentração de terras e de renda (CARNEIRO, 2009), como temos enfatizado. O processo desencadeou, ainda, a desarticulação da pequena produção de alimentos básicos e do extrativismo, principalmente o de babaçu e, associado ao contexto de implementação das infraestruturas, levou ao grande aumento da migração campo-cidade. Segundo Mesquita (2011) esse contexto demarca a ineficácia das políticas agrárias (sobretudo aquelas voltadas à agricultura familiar), assinalam o abandono de desenvolvimento maranhense através das atividades primárias e pontuam a introdução de empreendimentos comerciais e industriais caracterizados pela baixa produtividade.

Uma grande maioria dos trabalhadores rurais que não migraram para as áreas urbanas, utilizaram o trem de passageiros da EFC para procurar interstícios entre as fazendas e estabelecer moradia. Os povoados surgiram como uma nova frente de ocupação do território e como consequência dos insucessos dos planos de colonização do estado maranhense. Como resultado, houve uma pulverização do rural maranhense que passou a interagir com a EFC a partir de 1985.

Até a implantação da EFC os 560 km de ferrovia maranhense eram conformados pela presença de São Luís, Rosário, Anajatuba, Arari, Vitória do Mearim, Santa Inês, Santa Luzia, Açailândia e Imperatriz. Esses municípios já apresentavam comunidades rurais expressivas, conforme podemos visualizar no quadro a seguir.

Quadro 4 - Distribuição das comunidades por município no período de implantação da EFC.

Municípios	Comunidades	Total de comunidades até 1990
São Luís	Vila Maranhão; Rio Grande; Bairro Pedrinhas; Coqueiro; Bairro de Jussara; Estiva.	6
Rosário	Peri de Baixo	1
Anajatuba	Queluz; Pedrinhas	2
Arari	Pimental; Incruzi de Laranjeiras	2
Vitória do Mearim	Vila Nova	1
Santa Inês	Encruzilhada; Pequizeiro	2
Santa Luzia	Marmorana; Flor do Dia; Serra Almeida/VilaCarajás; Vila Altemar; Mineirinho; Arapapá; Três Bocas; Vila Nova; Altamira; Nova Vida	10
Açailândia	Nova Pequiá; Vila Idelmar	2
Imperatriz	Trecho Seco; Vila São Raimundo (Cabeça Gorda); Cocal	3

Fonte: Amplo/Vale (2011).

Durante a construção da EFC surgiram 13 comunidades diretamente relacionada com os fluxos das obras dessa infraestrutura. De acordo com o relatório da Amplo/Vale (2011), essas novas comunidades ocuparam o entorno da ferrovia motivadas tanto pelo interesse pela posse da terra, quanto local de moradia. É relevante apontarmos que, também, há significativos percentuais de ocupações motivadas pela busca de oportunidade de trabalho e aquelas remanescentes de obras, tanto da construção das rodovias como da construção da própria ferrovia (Ver Gráfico 5).

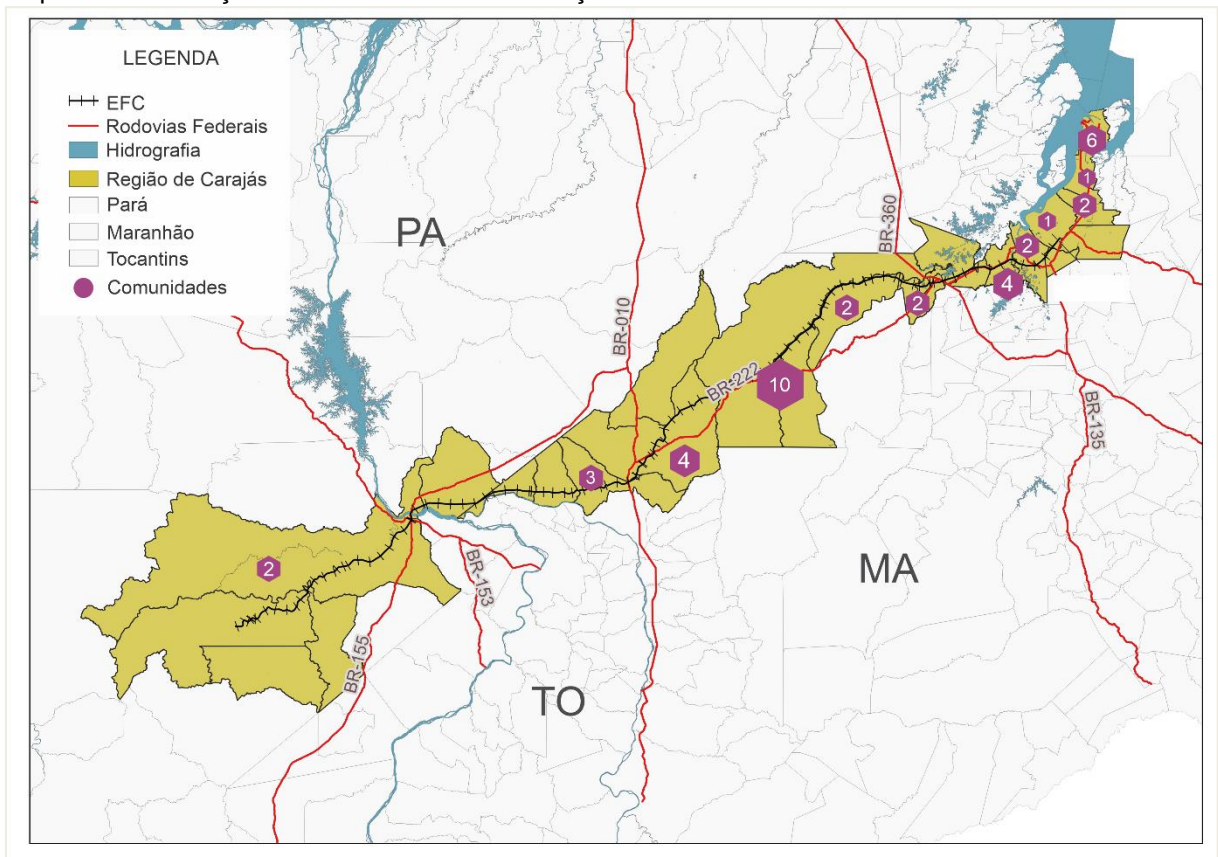
Gráfico 5 – Principais motivações encontradas da formação de comunidades ao longo da EFC.



Fonte: AMPLO/VALE (2011). Elaboração: GALVÃO (2023).

A formação dessas comunidades ocorreu, principalmente, a partir da BR-222 em direção aos trilhos (Ver Mapa 2). De forma geral, as comunidades mais antigas localizam-se em São Luís e Anajatuba, datam de 1811 e foram conformadas, em maioria, por ocupações motivadas pela busca de terras para fazer roças e construir suas casas. Outros fatores que também, influenciaram na formação dessas comunidades está voltada a fixação de migrantes que vieram trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar e que foram se fixando nas áreas do entorno das fazendas.

Mapa 2 – Localização das comunidades em relação à BR-222.



Elaboração: GALVÃO (2023).

Um estudo realizado pelo Instituto Tecnológico Vale (ITV, 2017) abordou as comunidades que estão localizadas muito próximas à EFC. Uma pesquisa estruturada a partir de 6 eixos distintos (Aspectos Contextuais, Atributos Locais, Desafios Socioeconômicos, Indicadores Socioeconômicos e Comunicação e Satisfação na EFC) e que buscou caracterizar melhor essas comunidades. O estudo incluiu 49 comunidades de 16 municípios do Pará e Maranhão (Ver Figura 20), cuja distância máxima de interação com a EFC é de 22 km, ou seja, com um grau forte de interação com a ferrovia.

consideravam-se desocupados à época da pesquisa e apenas 30% vinculavam-se a algum sindicato e/ou entidade de classe. Em termos de escolaridade 59,8% possuíam apenas o ensino fundamental e 20,4% eram analfabetos.

Como estas comunidades localizam bem próximas à ferrovia (Ver Fotos1 e 2), acabam refletindo os reais impactos físicos do modal no território. No eixo que avalia a percepção em relação à ferrovia, cerca de 43% consideram a ferrovia um elemento positivo por associá-la ao desenvolvimento econômicos, entretanto, apenas 45% tem alguém que já trabalhou na ferrovia.

Foto 1 – comunidade Estiva, em São Luís, lindeira à EFC.



Fonte: ITV (2016)

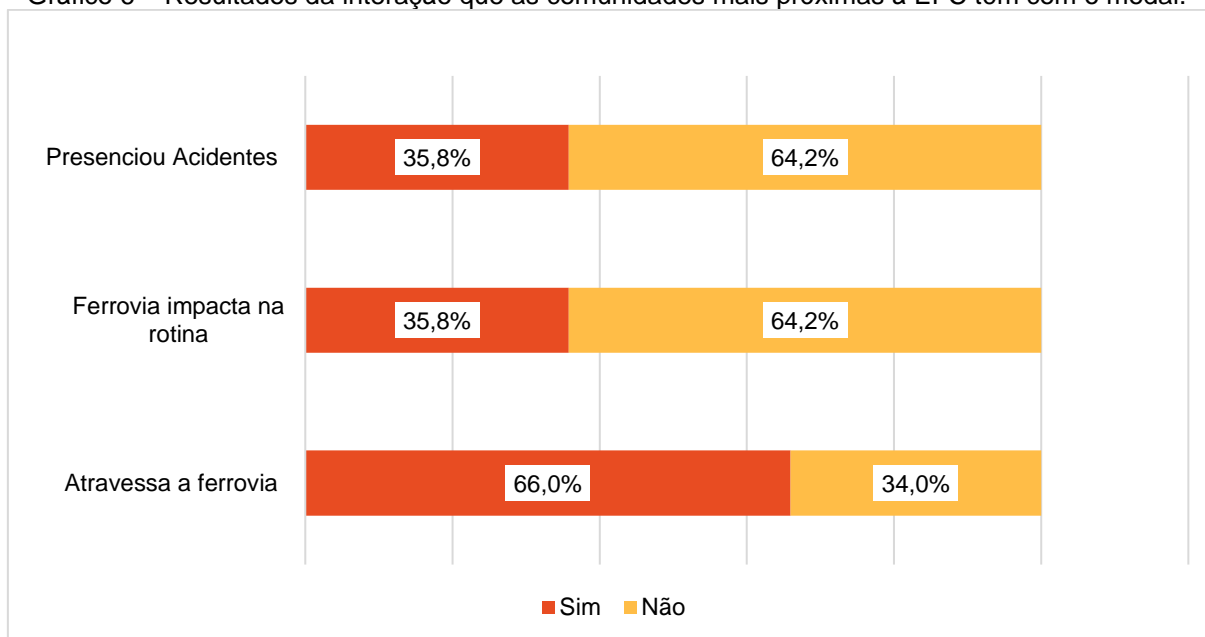
Foto 2 – Comunidade de Cariongo III, localizada a uma distancia de 13m da EFC



Fonte: ITV (2016)

O relatório aponta, ainda, que cerca de 66% atravessam a ferrovia rotineiramente, cerca de 64% já presenciaram acidentes e 64% consideram que o modal impacta em suas rotinas (Ver Gráfico f). Esse resultado, como explicado por Galvão (2016), decorre do fato de como as atividades, serviços e equipamentos estão distribuídos no território, uma vez que a população se desloca em função deles. Desse modo praças, escolas, postos de saúde, pontos de ônibus e outros se localizados em áreas opostas da localização da comunidade, certamente o número de interação com a ferrovia aumenta e os riscos de acidente também. No caso das comunidades do estudo do ITV, essa interação é recorrente o que indica que há elementos motivadores de deslocamentos em sentido oposto à localização da comunidade.

Gráfico 6 – Resultados da interação que as comunidades mais próximas à EFC têm com o modal.



Fonte: ITV (2016)

Marabá é um dos poucos municípios onde a ferrovia corta as áreas urbanas. Nesse, portanto, é possível identificar muitos impactos decorrentes da interação física da ferrovia com o território. Entre 2014 e 2015 realizamos algumas pesquisas de campo nesse município e pudemos verificar não somente como a ferrovia impactava o território, mas também como a concessionária responsável pela ferrovia atuava para minimizar os impactos decorrentes dessa articulação (Ver Foto 3).

O bairro onde a ferrovia foi alocada foi a área desapropriada de forma violenta para a criação da Nova Marabá. À época de construção da EFC apenas um dos lados da ferrovia era ocupado. Todavia, com o crescimento populacional da área e algumas tensões entre a atuação da mineradora e os interesses de uma das famílias mais influentes dos municípios, os Mutran, ocorreu a ocupação se realizou. O bairro que é lindeiro com a ferrovia, inclusive, pertenceu aos Mutran e tem no nome da matriarca da família, Dona Alzira Mutran.

Foto 3 – Eixo de interação da ferrovia com o território em Marabá.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Os Mutran têm influência política em razão das oligarquias da castanha. Todavia, quando da atuação dos militares no Sudeste paraense, seu poder foi abalado. Em razão disso e motivados pelo interesse em negociar terras com a mineradora, os Mutran patrocinaram algumas “churrascadas” que fomentaram a ocupação da área oposta à ferrovia estabelecendo o cruzamento que vemos na foto acima.

O bairro de Alzira Mutran tem uma ocupação anterior a implantação da ferrovia e foram áreas que estiveram fora do objeto de interesse de parcelamento da Nova Marabá. Ainda, assim, a ferrovia foi construída nessas áreas e durante anos impactou a vida dos moradores do bairro. O cruzamento da foto, ficou amplamente conhecido como palcos para os mais diversos protestos, desde a falta de infraestrutura urbana nos bairros, ao ruído e rachaduras que o trem causava nas casas.

Mas a ferrovia, também trouxe a possibilidade de deslocamentos para os moradores dessas áreas remotas. De acordo com Galvão (2016), a ferrovia passou a ser um modal bastante utilizado para a população se deslocar entre os municípios e também para migrar em busca de oportunidade nos municípios ao longo da EFC. E como explica a autora, esse

acaba sendo o principal, e mais barato, meio de transporte utilizado pelos moradores nessas áreas. Isso porque, muitas dessas comunidades localizam-se a quilômetros de distância das sedes de seus municípios. Portanto, a ferrovia, de acordo com a autora, acaba promovendo dinamizando a comunicação entre as comunidades, principalmente, no trecho entre os municípios de Açailândia e Santa Inês.

Ao longo do trajeto existem 10 paradas de trem e 6 estações nos municípios de São Luís, Santa Inês, Açailândia, Marabá e Parauapebas. Até 2014 os trens que circulavam pela ferrovia não possuíam climatização. Isso possibilitava que ao longo do percurso inúmeros os viajantes pudessem comprar algo para comer ou beber durante as 18 horas de viagem que o trem leva para sair de Parauapebas a São Luís. Realizamos essa viagem durante duas vezes no período em que o trem possuía janelas moveis e pudemos presenciar a interação em cada parada de trem. Como o trem sai bem cedo de Parauapebas, 7hrs, na primeira parada, Itaitópolis em Marabá, podíamos encontrar mulheres vendendo café, pães, bolo e tapiquinha. Nas paradas que eram realizadas próximo ao horário de almoço, encontrávamos o bandeco e água congelada em garrafas de refrigerante.

Figura 21 – Estações e paradas de trens ao longo da EFC.



Elaboração: Galvão (2013)

O cenário era impactante porque as vendedoras, em sua maioria mulheres e crianças como podemos ver na foto 4, que cercavam o trem pelos dois lados, inclusive, passando por debaixo do mesmo para alcançar o maior número de pessoas possíveis. Essa atividade foi realizada durante anos e escancarava o lado cruel da mineração. Muitas dessas mulheres tinham apenas essa atividade como renda e, a partir de 2015, perderam-na em razão da substituição dos trens abertos pelo climatizados.

Foto 4 – A informalidade na parada do trem de passageiros, em Alto Alegre do Pindaré, em 2013.



Fonte: Acervo da autora.

Em 2015, a Fundação Vale deu início a capacitação das mulheres que trabalhavam com venda na ferrovia, por meio da criação da Redes de Mulheres Maranhão, cujo objetivo foi, por meio de consultorias e oficinas, ensinar sobre gestão, produção e venda coletiva que possa *enquadrar-se* ao mercado (FUNDAÇÃO VALE, 2019). Em 2022, em atividades de pesquisa no município de Alto Alegre do Pindaré conhecemos um grupo de mulheres que foram *beneficiadas* com essas ações. Por meio de cooperativa elas produziam pães, bolos, plantavam hortaliças e estavam começando a confeccionar roupas. Perguntei acerca da satisfação com a nova atividade desenvolvida e a jovem senhora respondeu-me: “Na

ferrovia era melhor porque todo dia de viagem eu tinha dinheiro. Aqui na cooperativa *nós tem que esperar virar o mês*”.

A complexidade de articulação entre ferrovia e comunidades de forma alguma foi vislumbrada pelo PDDR, uma vez que o mesmo não enxergou e muito menos compreendeu a complexidade do que existia – comunidades, TI, quilombos, municípios, etc – e o que passaria ali a funcionar. Assim, as áreas de articulação com a ferrovia se estabeleceram sem regras.

Foto 5 – empreendedoras que saíram da venda informal da EFC.



Fonte: Acervo da autora.

Alguns impactos físicos do território alcançaram outra amplitude em razão das infraestruturas a quais foram decorrentes. A comunidade de Pequiá de Baixo, em Açailândia, configura um desses casos. A comunidade que se estabeleceu, em 1958, com migrantes e operários envolvidos na construção da BR-010 que motivados pela busca de terras livres assentaram na área abundante de água para viver de forma autônoma. Mas que viram seus territórios serem imprensados de um lado pela ferrovia, de outro pelas indústrias de ferro gusa que começaram a ser instaladas em 1980. Como explicam Mendonça *et. al.* (2020)

Da área de perambulação indígena à “estradinha que vai animal” dos primeiros posseiros camponeses até à abertura da BR-222, à construção da EFC da, então, Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), até a fixação das cinco indústrias siderúrgicas, os camponeses passaram por um longo processo de transformação dos hábitos e costumes, de mudanças nos modos e meios de vida. São sucessivos e diferenciados processos de colonização da terra, dos recursos e dos grupos que nela vivem.

A comunidade de Pequiá de Baixos sofre umas das mais graves situações de impacto físico decorrente das infraestruturas da mineração. De acordo com Mendonça et. al. projeto exógeno do governo que imprimindo uma colonial idade moderna expropriação do território a população. Os autores, acerca de Pequiá chamam a atenção para a sucessão de medidas tomadas sem o conhecimento da realidade local que, ainda no governo militar, determinaram que as áreas eram desqualificadas para uso agrícola e, com isso determinaram, seu uso industrial. Todavia, os autores contra-argumentam, apontando que

essas terras férteis onde tudo que se planta dá, no plano de desenvolvimento do Estado brasileiro coligado com o grande capital nacional e estrangeiro, impôs-se uma vocação industrial, desconsiderando toda organização social que fora se formando ao longo das décadas em torno da agricultura (MENDONÇA *ET. AL.*, 2020, pág. 180).

Uma situação que expõe a supressão que foi sendo dada aos territórios de apropriação ao longo da EFC. Para Evangelista (2009), trata-se de um bairro marcado pela precariedade que foi rapidamente convertido em um bairro operário para contribuir com o processo dos grandes projetos. Com isso, essa área passou a ser vista como onde o emprego é abundante e que levará o novo morador a melhorar sua qualidade de vida. Como vimos em tópicos anteriores, as indústrias pouco contribuíram com a absorção de mão de obra. Todavia, contribuíram com a precarização do viver-habitar em uma área que era utilizada para a pequena agricultura.

Foto 6 – Pequiá de Baixo, a comunidade que ficou conhecida como a cidade da fumaça.



Fonte: Acervo da Autora.

A “cidade da fumaça”, como se refere Evangelista, vive entre os laços de pertencimento do agricultor e da relação que é estabelecida pelos operários que ali moram e outros que vivem esperando oportunidade. Mas como a comunidade passou a sofrer com o processo de poluição das fábricas e as condições de precarização de seus territórios, inúmeras ONG e entidades passaram a se manifestar em prol de condições melhores para as pessoas que habitam a área.

De acordo com a Associação Comunitária dos Moradores do bairro, os mesmos contam com a ajuda de Rede Justiça nos Trilhos, com acompanhamento e assessoria jurídica da Paróquia Santa Luzia do Piquiá, da Diocese de Imperatriz, do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) do Maranhão e do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Açailândia (STTR). Todos envolvidos na luta pela remoção das famílias da área por meio de programas habitacionais, que de acordo com a Associação tem repercutido junto aos ministérios em Brasília. Fato é que toda essa rede de mobilização conseguiu, enfim, executar um projeto de reassentamento que já durava 43 anos. Em 2023,

312 começaram a ser construídas para instalar as famílias em um novo bairro denominada Pequiá da Conquista (Ver figura 22).

Figura 22 – O Pequiá da Conquista, projeto resultante das lutas que passaram a emergir na EFC.



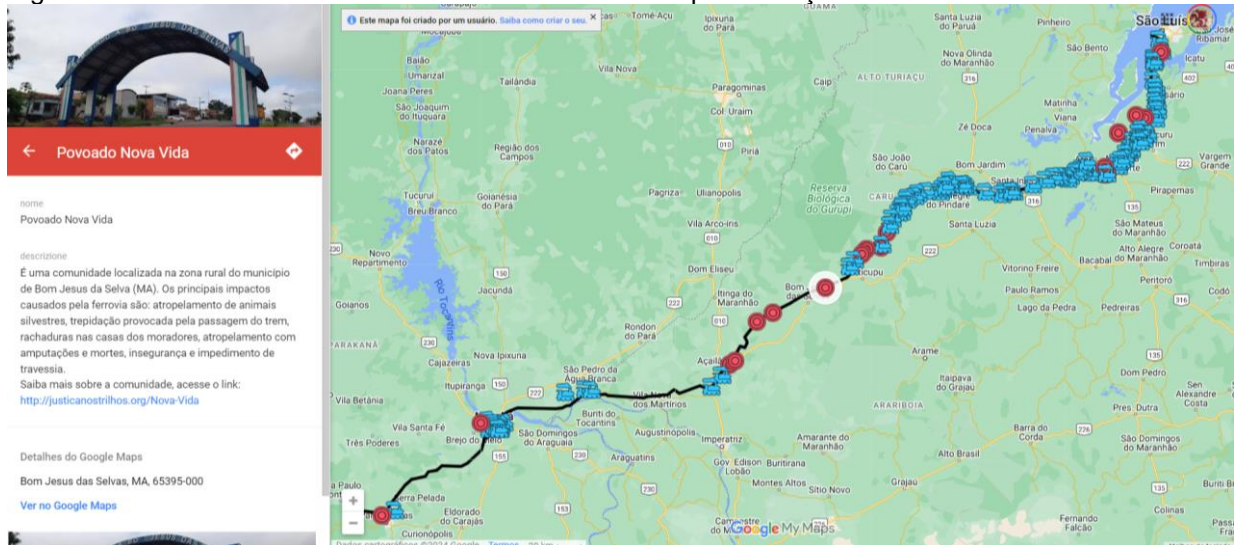
Fonte: Associação Comunitária dos Moradores de Pequiá.

A conquista realizada Associação Comunitária dos Moradores de Pequiá sinaliza a presença de atores que passaram a ser significativos no papel de combate aos domínios feitos no território. Falamos anteriormente do papel da CPT na luta fundiária, mas no que diz respeito à defesa dos direitos das comunidades ao longo da EFC, a associação Justiça nos Trilhos tem, desde 2007,

fortalecendo as comunidades ao longo do corredor Carajás, denunciando as violações aos direitos humanos e da natureza por parte de empreendimentos predatórios, especialmente da mineração e do agronegócio, responsabilizando os atores públicos e privados, prevenindo novas violações, reafirmando os modos de vida e a autonomia das comunidades nos seus territórios (JUSTIÇA NO TRILHOS, [s/d]).

A associação, sem fins lucrativos, atua nos 27 municípios da ferrovia e conta com uma rede de articulação nacional e internacional para a defesa dos territórios. Atualmente tem desenvolvido projetos relacionados com as necessidades da comunidade, a exemplo do Pequiá da Conquista, bem como de melhoria das condições de vida dessas comunidades. Ademais a rede, criou um sistema de monitoramento para os conflitos ao longo da EFC (Ver figura 24).

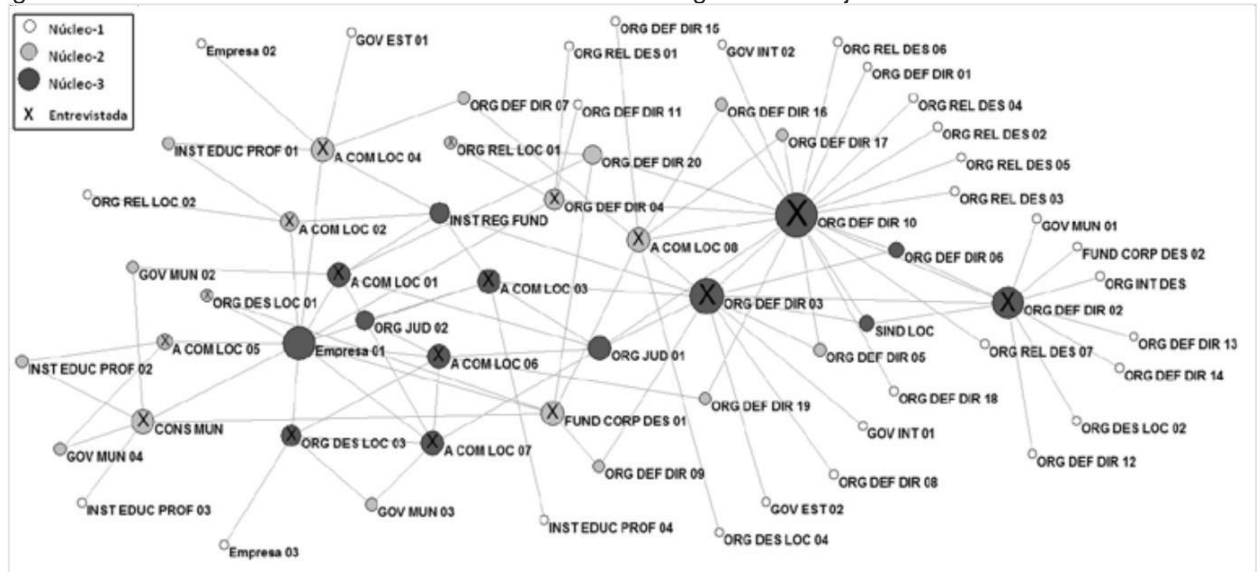
Figura 23 – Rede de monitoramento de conflitos utilizada pela Justiça nos Trilhos.



Fonte: Justiça nos Trilhos, 2023.

Mas a rede Justiça nos Trilhos dá força a um movimento que cresceu, sobretudo, com a redemocratização. De acordo com Filipe et.al. (2019), uma rede de atores que pressionam a empresa foi conformada ao longo da EFC. Mais de 50 entidades se articulam em fóruns, reuniões e blogs onde debatem a responsabilidade da empresa com o território. Essa tem alcance mundial e estabeleceu-se extremamente articulada e reivindica diferentes usos da terra, desde a proteção de seus espaços originários à diminuição da violência física (Ver Figura 24).

Figura 24 – Rede de atores articulados contra a Vale na Região de Carajás.



Fonte: Filipe et. al. (2019).

Uma das ações que está no escopo na rede de Justiça dos Trilhos é monitoramento das Compensações financeiras que devem ser repassadas aos municípios que foi instituída pela CF-88 e trata da

Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), nos termos do § 1º art. 20 da Constituição Federal, por ocasião:
I - da primeira saída por venda de bem mineral;
II - do ato de arrematação, nos casos de bem mineral adquirido em hasta pública;
III - do ato da primeira aquisição de bem mineral extraído sob o regime de permissão de lavra garimpeira; e
IV - do consumo de bem mineral (BRASIL, 2017).

Esse recurso, inclusive, era exclusivamente repassado aos municípios mineradores. Todavia, desde 2017 um projeto de lei que tratou da inclusão dos municípios impactados pela mineração como passíveis de compensação. De acordo com a Agência Nacional de Mineração são considerados

municípios afetados são aqueles que de alguma forma, são impactados pela mineração, seja abrigando portos, cortados por ferrovias ou minerodutos, ou que tenham em seus territórios estruturas de mineração que viabilizam o aproveitamento da jazida – como barragens, pilhas de rejeitos, usinas de beneficiamento (ANM, 2023).

Essa revisão favorece, consideravelmente os municípios ao longo da EFC, uma vez que os mesmos tem sido bastantes impactados. Todavia, como aponta Brasil (2016), a CFEM pode comprometer o esforço local em ter suas próprias formas de arrecadação, pode onerar as folhas de contratação pública e ampliar os gastos do governo. Contudo, em se tratando dos pequenos municípios ao longo da EFC, algumas dessas condições já ocorrem com frequência tais como gastos exagerados e folhas de onerosas, menos a possibilidade de se conseguir aumentar a arrecadação própria. A CFEM nesses casos é de suma importância para mitigar os impactos de um processo que vem desorganizando o território há anos.

Esses municípios contam com níveis baixos de organização municipal. Algumas medidas de reversão desse quadro têm sido tratadas dentro de associações municipais que buscam se articular em defesa de seus territórios e interesses. O Pará conta com a Associação dos Municípios do Araguaia, Tocantins e Carajás (AMATCarajás). Associação, constituída em novembro de 1977, com o objetivo de representar 39 municípios das regiões Sul e Sudeste do Estado do Pará, abrangendo municípios de cinco regiões de integração: Araguaia, Carajás, Lago de Tucuruí, parte da Região do Rio Capim e Xingu. No Maranhão

essa articulação é feita pela Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), entidade privada de caráter assistencial, sem fins lucrativos e de utilidade pública. Fundada em 1985, tem atuado com o objetivo integrar as cidades e ampliar a participação dessas nas demais esferas de governo.

Esse caráter associativo dos municípios emerge da necessidade e possibilidade de elaborar projetos de cooperação técnica que contribuem na superação de obstáculos. De acordo com Lui e Ferreira (2023) esses esforços funcionam como instrumentos para convergir interesses e reunir esforços para resolver demandas em comuns. Tornam-se, portanto, úteis uma vez que, como coloca Medeiros et. al., os municípios brasileiros possuem fragilidades de gestão que ficaram ressaltadas com a CF-88. E em se tratando de EFC, é válido pontuar que são municípios que apresentam inúmeras necessidades.

Em pesquisa realizada pelo ITV (2022; 2023) que, dentre outros, caracterizou e avaliou os entes governamentais de 22 municípios maranhenses, apresenta dados significativos sobre a capacidade desses entes em elaborar e executar políticas. Alguns itens avaliados na pesquisa podem ser visualizados no quadro a seguir (Quadro 5).

Quadro 5 – Estrutura de avaliação utilizada em pesquisa realizada pelo ITV para analisar os entes governamentais dos municípios maranhenses da EFC.

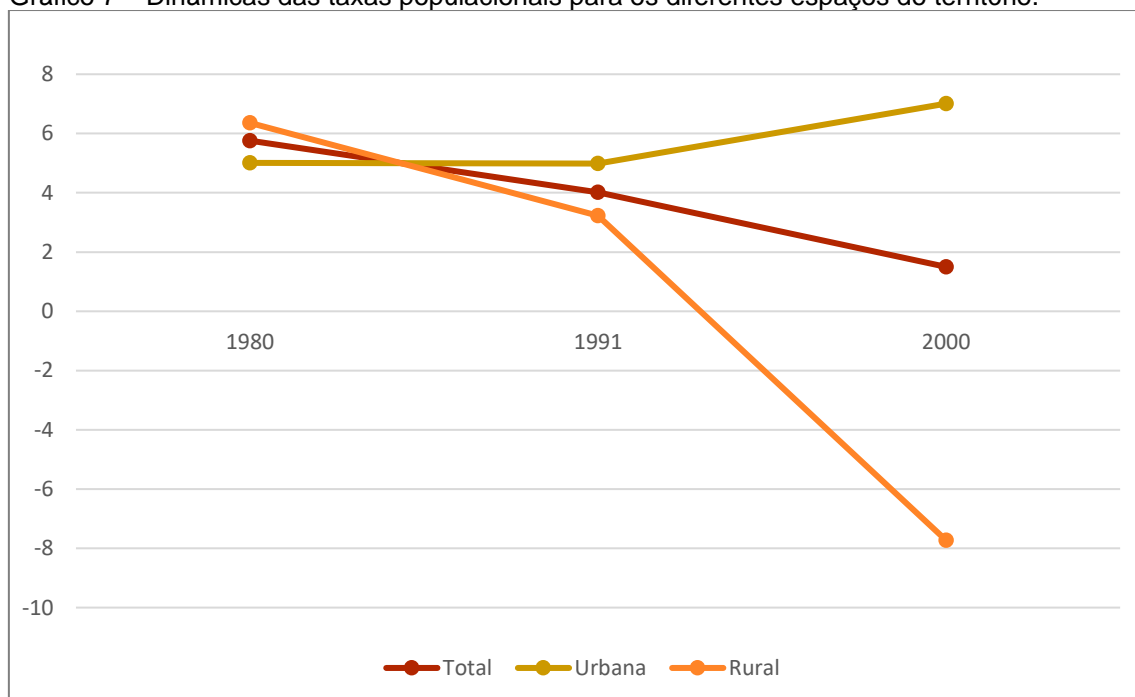
UNIDADE DE ANÁLISE	CATEGORIA OPERACIONAL DE AVALIAÇÃO	DEFINIÇÃO
Governabilidade	Anos de estudos Experiência de governo	Qualidade e habilidade governamental
Planos e ações	Práticas de ação Práticas de planejamento	Existência de Planos e Ações institucionalizados na secretaria.
Práticas de planejamento	Realização de Eventos Públicos Entrega de Produtos e/ou resultados das políticas realizadas	Aplicação de técnicas de acompanhamento de resultados e realização de eventos
Articulação interinstitucional	Articulação com Secretarias Articulação com Sociedade Civil	Interação com demais atores e entre os próprios entes governamentais.
Acessibilidade	Canais de comunicação com a população Elaboração de Banco de Dados	Instrumentos que oferecem acesso a informações ou dados
Capacidades Institucionais	Desafios da instituição Necessidades da instituição	Desafios e necessidades institucionais que implicam em dificuldades de ação.

A pesquisa entrevistou 77 secretários de governo desses municípios, vinculados a secretarias que desenvolvem ações e políticas ligadas ao desenvolvimento econômico e territorial. Os resultados apontam que os municípios ao longo da EFC possuem inúmeras dificuldades que vão da ausência de canais de comunicação com a sociedade à dificuldade de elaborar políticas intersetoriais. A maioria dos municípios é governado por pessoas com considerável experiência política (11,8 anos de experiência) e média de 15 anos de estudos.

A maioria realiza planos municipais de governo (68%), mas tem necessidade de melhorar a infraestrutura, consultorias para realizar projetos de captação de recursos e para estabelecer parcerias público-privadas. As administrações possuem maiores capacidades para executar programas, que para elaborá-los e em geral, apenas realizam eventos de menor capacidade administrativa, tais como reuniões com públicos específicos e campanhas educativas. São municípios, em sua maioria, são grandes cabides de empregos. Precisamos pontuar que, muitos deles (71,4%) tem formação político-administrativa recente e que tem que lidar com processos articulados a lógicas muito distantes da realidade desses territórios.

Antes de concluirmos o capítulo, é válido conferirmos alguns indicadores dessas áreas. Vejamos, o crescimento populacional foi crescente, porém com dinâmicas diferentes para as áreas rurais e urbanas. Enquanto as taxas de crescimento para o urbano foram crescentes ao longo do período, as taxas do rural apresentaram um decréscimo significativo (Ver Gráfico 7).

Gráfico 7 – Dinâmicas das taxas populacionais para os diferentes espaços do território.

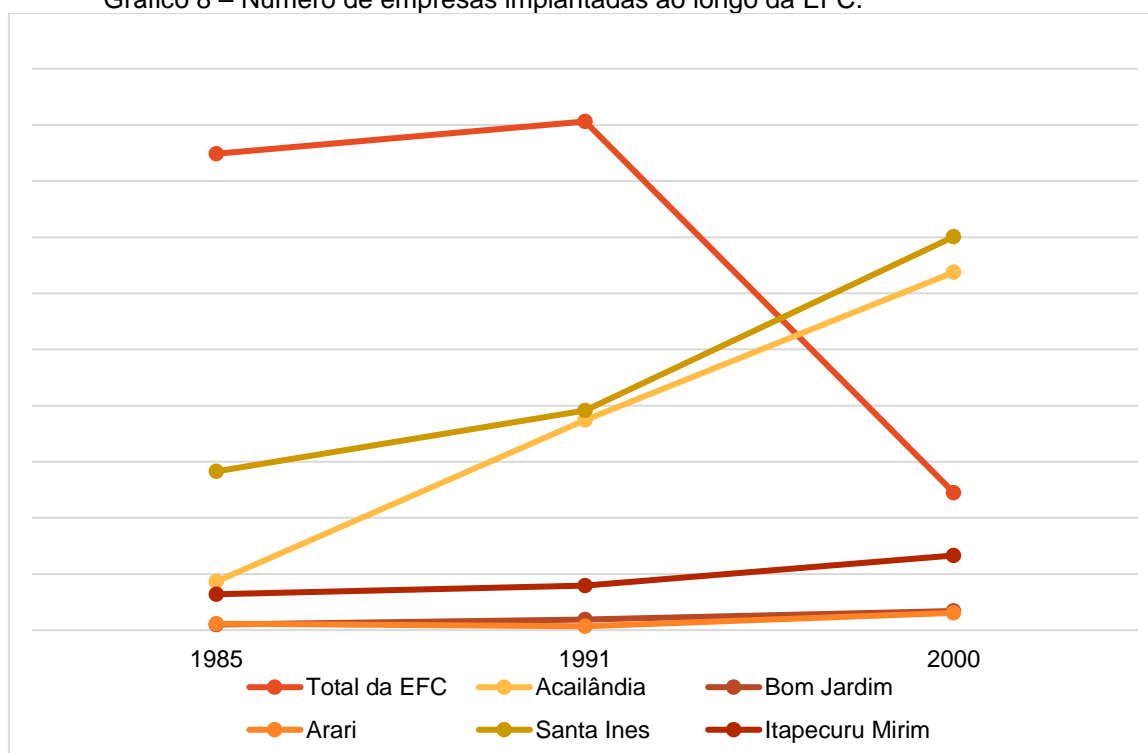


Fonte: IBGE (Anos de referência)

Em 1970, o território abrigava 694.313 habitantes, distribuídos entre 11 municípios; em 2000, a população cresceu para 2.089.972 habitantes, espalhados por 28 municípios. Além disso, houve um aumento no número de empresas ao longo da Estrada de Ferro

Carajás (EFC). Segundo dados da RAIS/CAGED, entre 1985 e 2000, o número de empresas inicialmente cresceu, mas posteriormente apresentou uma diminuição (Ver Gráfico 8). Em alguns municípios como Açailândia, Santa Inês, Bom Jardim, Arari e Itapecuru Mirim, o crescimento foi mantido influenciado, sobretudo, pela presença de empresas do Comércio Varejista.

Gráfico 8 – Número de empresas implantadas ao longo da EFC.



Fonte: RAIS/CAGED (2023).

O crescimento do setor de Comércio Varejista veio acompanhado pelo aumento significativo de vínculos ativos. Em 1985, esse setor representava apenas 17,8% dos vínculos, mas em 2000 passou a concentrar 41,4% (RAIS/CAGED, 2023). Esse crescimento, aliás, ocorreu de forma bastante concentrada, diferindo do período antes da mineração, onde havia uma boa diversificação de vínculos (Ver Quadro 6).

Quadro 6 – Distribuição dos vínculos ativos por estabelecimentos na EFC.

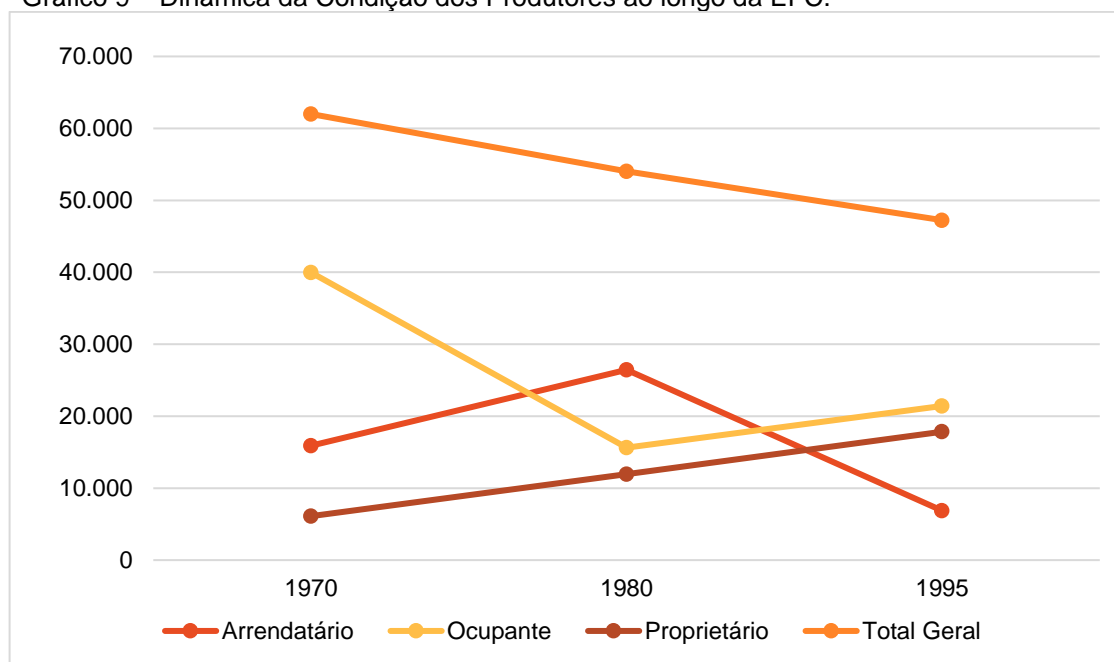
Atividades	1985	1990	2000	% em 1985	% em 1991	% em 2000
Comércio Varejista	738	2.323	1.379	17,8	41,4	49,6
Administração Pública Direta e Autárquica	661	89	26	15,9	1,6	0,9
Indústria da Madeira e do Mobiliário	588	250	55	14,2	4,5	2,0
Construção Civil	552	343	76	13,3	6,1	2,7
Instituições de Crédito, Seguros e	464	172	55	11,2	3,1	2,0

Capitalização						
Serv. de Alojamento, Alimentação, Reparação, Manutenção, Redação, ...	411	678	223	9,9	12,1	8,0
Com. e Administração de Imóveis, Valores Mobiliários, Serv. Técnico...	177	555	138	4,3	9,9	5,0
Comércio Atacadista	145	294	182	3,5	5,2	6,5
Serviços Industriais de Utilidade Pública	93	22	21	2,2	0,4	0,8
Transportes e Comunicações	91	145	91	2,2	2,6	3,3
Indústria de Produtos Alimentícios, Bebidas e álcool Etilíco	85	142	65	2,0	2,5	2,3
Ensino	52	89	61	1,3	1,6	2,2
Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários	42	173	163	1,0	3,1	5,9
Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais, Extrativismo Vegetal	42	93	115	1,0	1,7	4,1
Ind. Química de Produtos Farmacêuticos, Veterinários, Perfumaria	6	33	15	0,1	0,6	0,5
Indústria do Papel, Papelão, Editorial e Gráfica	5	44	27	0,1	0,8	1,0
Indústria de Produtos Minerais não Metálicos	2	29	25	0,0	0,5	0,9
Extrativa Mineral	0	10	4	0,0	0,2	0,1
Indústria Metalúrgica	0	44	14	0,0	0,8	0,5
Indústria Mecânica	0	13	2	0,0	0,2	0,1
Indústria do Material Elétrico e de Comunicações	0	3	3	0,0	0,1	0,1
Indústria do Material de Transporte	0	3	8	0,0	0,1	0,3
Ind. da Borracha, Fumo, Couros, Peles, Similares, Ind. Diversas	0	27	16	0,0	0,5	0,6
Indústria Têxtil do Vestuário e Artefatos de Tecidos	0	43	17	0,0	0,8	0,6
Indústria de Calçados	0	0	1	0,0	0,0	0,0

Fonte: RAIS/CAGED (2023).

Outra característica decorrente das políticas de dominação e do surgimento da mineração e todas os seus objetos foi a mudança no padrão de uso das terras. Ao longo da EFC, as Condições Legais do Produtor foram variáveis bastante alteradas. De forma geral o número de estabelecimentos cresceu, entre os anos de 1970 e 1980, mas decresceu de 1980 a 1991. Todavia, a categoria Proprietário cresceu durante todo o período (Ver gráfico 9).

Gráfico 9 – Dinâmica da Condição dos Produtores ao longo da EFC.

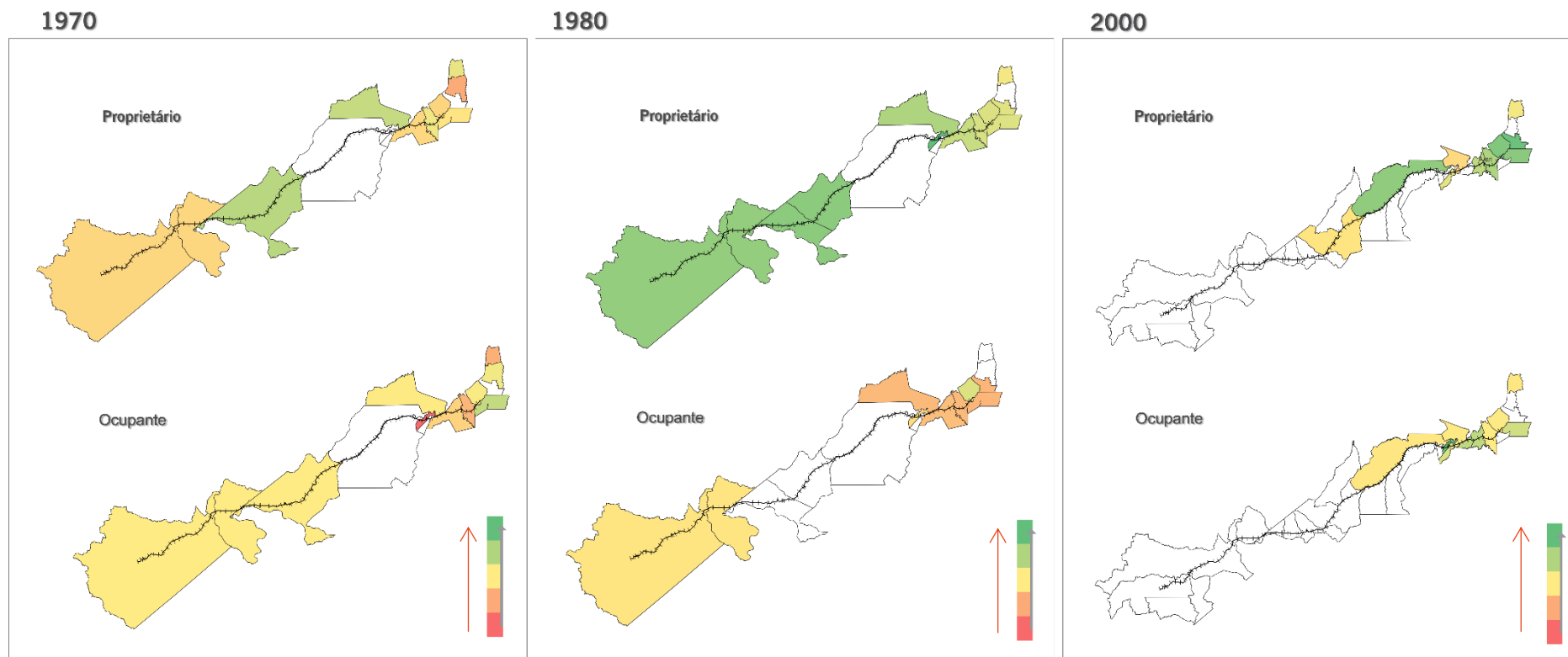


Fonte: IBGE (Anos de referência).

Ao longo da Estrada de Ferro Carajás (EFC), as condições legais dos produtores em relação à terra variam ao longo do tempo. Na Figura 26, podemos observar que, antes da implantação da EFC, as dinâmicas de dominação das terras pelos proprietários estavam concentradas na região do Pindaré, onde o governo maranhense realizou diversos projetos de colonização. No entanto, com o lançamento dos grandes projetos, as dinâmicas passaram a se concentrar no Sudeste paraense (Ver Figura 25).

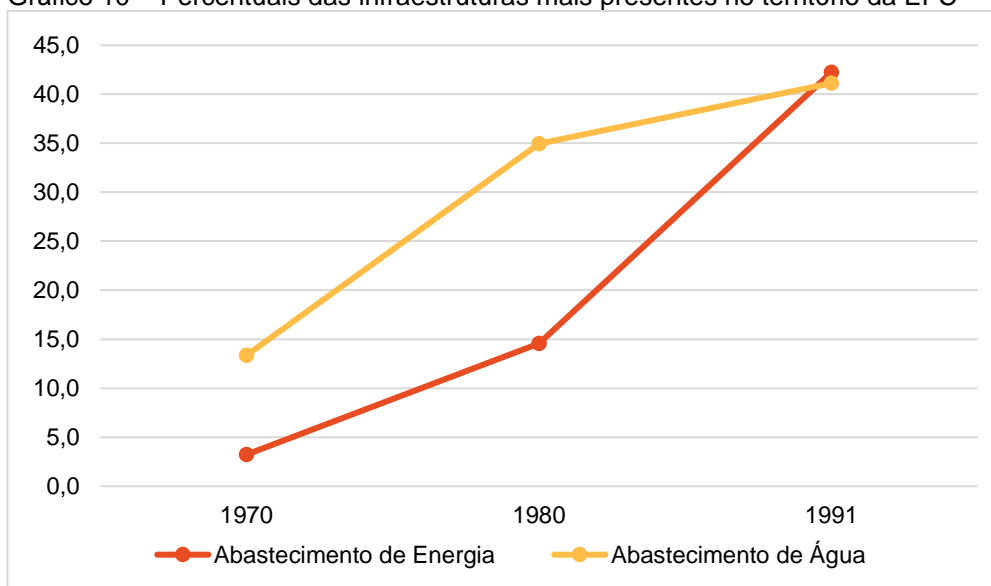
Além disso, na mesma figura, podemos observar como as condições legais dos produtores na categoria de ocupantes, ao longo de uma década, foram cedendo lugar aos proprietários. Dessa forma, áreas maranhenses ligadas às frentes de ocupação do rio Mearim, cujas práticas eram baseadas no extrativismo do arroz com a presença de comunidades tradicionais e quilombolas, foram sendo suplantadas pela dominação. É interessante notar que, na representação referente ao ano 2000, os inúmeros territórios em branco apontam não só ausência informações, mas também a intensa transformação pela qual o território passou.

Figura 25 – Evolução das Condições Legais do Produtor ao longo da EFC.



Para concluirmos o capítulo pontuemos alguns dados de infraestruturas como abastecimento de água e energia elétrica. Como podemos visualizar no gráfico 10, houve um crescimento de bem mais expressivo no período que antecedeu a implantação dos projetos (13,8%), uma vez que esse consubstanciou a produção dessas infraestruturas para incentivar o acesso à floresta. A partir da implantação da EFC essas infraestruturas crescem em um ritmo mais lento (5,9%).

Gráfico 10 – Percentuais das infraestruturas mais presentes no território da EFC



Fonte: IPEA DATA (Anos de referência).

Com a implementação do projeto, esses dados serão essenciais para avaliarmos os acréscimos qualitativos que serão proporcionados ao território, possibilitando, assim, uma análise mais coerente acerca dos impactos e benefícios deles decorrentes.

Capítulo encerrado, não podemos nos esquecer das perguntas iniciais que suscitaram alguns caminhos de abordagem.

Mas estes teriam influenciado na criação de caminhos alternativos à dominação do território?

Se considerarmos que a redemocratização devolveu os espaços de reivindicação, participação e luta, sim! Temos, instrumentos com os quais podemos fazer frente a situações de dominação.

O contexto do nacional-desenvolvimentismo deixou claro que o território, serviu sobretudo a políticas de integração, segurança nacional, ocupação e outras estratégias que resultaram em formas de dominação dos recursos da floresta e invisibilização dos seus povos. Mas e agora, quais foram as transformações que reconfiguraram o território?

Essa pergunta pode ser refinada da seguinte forma: quais foram as transformações territoriais que não apenas reconfiguraram o território, mas também consolidaram respostas aos desafios enfrentados? Faço essa sugestão porque ao longo do capítulo apresentado, identificamos diversos processos que alteraram profundamente os espaços de viver-habitar. Todavia, mesmo diante dos esforços de movimentos defensores do território, estes continuam fragilizados. Isso porque, as sucessivas fragmentações, promovidas tanto pelas municipalizações quanto pelas estratégias de dominação, associadas ao cenário político do país impediram que o território organizasse respostas de forma endógena.

Ademais, não podemos pensar nas transformações como algo estanque, nem suas reconfigurações. O território é o acontecer solidário e incessante, é a totalização (SANTOS, 1994), e este território em específico é a última fronteira de recursos, como bem pontuou Becker (2015 [1982]). Nesse sentido, precisamos pontuar que nas regiões amazônicas, realidades e tempos históricos foram sobrepostos de forma tão abrupta que a poeira ainda está em suspensão. Reverter estas situações leva tempo que ainda não tivemos. Mas envolve também, a adoção de estratégias endógenas que promovam organizações sociais, mas também, política-administrativa capazes de assumir os rumos do território e promover suas próprias reconfirmações.

Quais impactos a transição de modelos governamentais trouxe à Amazônia Oriental?

Como vimos, inúmeros impactos foram decorrentes, tanto negativos, quanto positivos. Mas de forma geral, a transição de modelos se realizou por completo no período estabelecido (1980 a 1996) saberemos mais detalhadamente os impactos da cartilha neoliberal no capítulo a seguir.

Capítulo IV: A síntese de uma região (1997-2017)

Estabelecemos um percurso de compreensão das transformações territoriais ao longo da EFC que chega à sua última fase de incursão. Até esse ponto temporal, exploramos pouco mais de meio século de políticas direcionadas à Amazônia, dando ênfase à parte oriental. Becker (1998), vanguardista na denominação dessa parte da floresta como oriental, destaca que esta área foi conformada a partir das sucessivas incursões políticas ou da denominada malha programada, como gosta de se referir a autora. A parte oriental é aquela que primeiro foi ocupada dentro das estratégias pautadas pelo governo.

A primeira área habitada é também a primeira a apresentar fortes impactos desse processo. Na década de 1990, 41 milhões de hectares já haviam sido suplantados (IMAZON, 2013). E como as questões ambientais tornaram-se pautas recorrentes a partir dessa década. O relatório de Brundtland, "Nosso Futuro Comum", foi um marco do tema e cunhou, como coloca Pott (2017), a expressão desenvolvimento sustentável. De acordo com o autor, no Brasil, essa temática ganhou ênfase a partir de 1981.

Conforme o levantamento de Steinberger e Abirached (2013), no período de 1981 a 2015, foram desenvolvidos 14 planos e 15 programas que incluíam questões de proteção, regulação, mitigação e outros aspectos ambientais. Moura (2016), por sua vez, apresenta uma cronologia destacando as principais instrumentalidades, tais como o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), as polícias ambientais, a Agência Nacional de Águas (ANA), além da reestruturação ministerial voltada para a implementação das políticas ambientais.

Esses planos e programas, juntamente com a utilização de suas ferramentas, foram implementados em diferentes administrações governamentais e introduziram novas agendas de integração para a região da Amazônia Legal. Além disso, desempenharam um papel importante na contenção das atividades predatórias sobre o território. E vêm dotados de um caráter territorial que fundamentado em princípios de proteção, regulação e mitigação dos impactos ambientais promovem o uso do território. Conforme destacam Steinberger e Abirached (2013), a dimensão territorial decorre da interconexão entre o meio ambiente e o

território, que está intrinsecamente ligada ao valor da biodiversidade, a qual deve ser preservada independentemente do uso humano.

A ênfase dada as questões ambientais que incidiram na Amazônia variaram entre os governos federais, bem como a ênfase de dominação que não cessou, apenas mudou de forma afinal, o capital, cada vez mais privado, tinha que continuar fluindo. Desse modo, podemos antecipar que surgirão novos conflitos de interesse relacionados ao uso dos territórios. Afinal, a floresta é um recurso a ser protegido de quem? Veremos. Nesse período (1997-2017) de incursão acerca das transformações territoriais na Amazônia Oriental tivemos 4 presidentes: (i) Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), (ii) Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), (iii) Dilma Rousseff (2011-2016), e (iii) Michel Temer (2016-2018).

Durante seu segundo mandato, FHC implementou as diretrizes do Consenso de Washington. Em 2000, lançou o programa Avança Brasil, que buscou realizar a integração nacional, diminuir as desigualdades regionais e promover o desenvolvimento. Um receituário em consonância com o contexto nacional. Entretanto, FHC estruturou seu programa a partir de quatro macro objetivos orientadores que, abrangendo 369 programas, possuiu metas fundamentadas no desenvolvimento sustentável. Desse modo o presidente conseguiu reunir dimensões sociais, econômicas, políticas e ambientais.

De acordo com Garcia (2000, pág. 437-428), esse plano trouxe características inovadoras no que diz respeito aos PPA anteriores, sobretudo porque

[a] o Programa passou a ser a unidade básica de organização do PPA e o módulo de integração do plano com o orçamento; [b] foram excluídas as categorias subprograma, subprojeto e subatividade; [c] a consolidação da classificação funcional-programática pelas três esferas do governo passou a ocorrer exclusivamente por nível de função e subfunção, consideradas como categoria para a análise de políticas; [d] a classificação funcional-programática, a partir de programas, passou a ser definida em cada esfera de governo quando da elaboração do respectivo plano plurianual, considerada como categoria de natureza gerencial, isto é, instrumento de acompanhamento e avaliação da ação de governo; [e] os programas passam a ser referidos, sempre, à solução de problemas precisamente identificados, com seus produtos finais necessários estabelecidos, com quantificação de metas e custos. Teriam a execução acompanhada e os resultados avaliados mediante indicadores especificamente construídos; [f] os programas passaram a ser integrados por ações. Os programas orçamentários foram desdobrados em projetos e atividades e a cada um deles corresponderia um produto, com sua respectiva meta; [g] a criação de Operações Especiais, que não contribuiriam para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo e das quais não resultaria um produto (transferências, serviço da dívida, etc).

De acordo com Garcia (2000), as iniciativas implementadas por FHC conferiram ao PPA uma maior viabilidade de execução, ao mesmo tempo em que o dotaram de um caráter mais estratégico. Isso implicou no estabelecimento de abordagens mais analíticas voltadas para a resolução de problemas posto por programas com objetivos bem definidos. Essas estratégias tornam-se factíveis porque o governo harmonizou planejamento e orçamento. Com isso o presidente conseguiu apresentar um plano estratégico e ao mesmo tempo afasta-lo do mero discurso ideológico.

O elogiado plano de FHC, o Brasil em Ação, retomou alguns pontos de seu mandato anterior como por exemplo o Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENIDs), que nesse momento passaram a ser a tônica desenvolvimentista do país. Por meio de inúmeras complementaridades, os ENIDs buscaram integrar economia e recursos naturais (NASSER, 2000). Cargnin (2007), considerou que os eixos de integração foram um retorno ao planejamento uma vez que trouxe uma perspectiva integradora das regiões ao abordá-las a partir de seus fluxos, ao mesmo tempo que reconheceu o território como unidade de execução.

Essas observações não levam em consideração o caráter competitivo que geram ao território, agora articulado em uma escala mais ampla. Segundo Nasser (2000), os ENID's representaram uma tentativa do governo federal de corrigir os desequilíbrios regionais através que tiveram os eixos como instrumentos conceituais. Essa abordagem foi fortalecida pelo reconhecimento de que não bastava focar exclusivamente em investimentos estatais para promover o desenvolvimento regional. Conseqüentemente, o governo incorporou no PPA de 1996/99 a noção de macro eixos de desenvolvimento, de acordo com a autora, apontou que

o Estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento foi realizado pelo Consórcio Brasileira, formado pelas consultorias Booz Allen & Hamilton do Brasil Consultores, Bechtel International Incorporation e Banco ABN Amro, contratadas pelo governo federal sob a supervisão das equipes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (IBIDEN, pág. 166).

O plano foi elaborado por meio de consultorias que adotaram uma abordagem territorial distinta daquela das divisões político-administrativas convencionais. Com isso,

o Estudo [introduziu] aspectos inovadores, como a visão integrada utilizada, ou seja, o desenvolvimento deve ser feito focando também aspectos

sociais, meio ambiente e informação e conhecimento, além da infraestrutura. E também através da integração entre as diversas regiões, destacando assim os efeitos multiplicadores e as externalidades geradas pelos investimentos (IBIDEN, pág. 166).

Arco-Norte, Madeira-Amazonas, Araguaia-Tocantins, Oeste, Sudoeste, Transnordestina, São Francisco, Rede Sudeste e Sul foram os eixos norteadores de desenvolvimento que utilizaram as “vias de transporte existentes, os focos dinâmicos identificados no país, a hierarquia funcional de cidades e a diferença dos ecossistemas das diversas regiões brasileiras” (IBIDEN, pág. 168).

Para Becker (1999), os eixos apenas reforçaram o poder de determinadas elites que há tempos reivindicavam infraestruturas mais favoráveis aos seus negócios. Ademais, de acordo com a autora, a escolha de obras de infraestrutura significou a reiteração do padrão concentrado da vida regional uma vez que atraíram investimentos e migrantes e intensificariam a pressão sobre a floresta. O que significou apenas a ampliação de infraestruturas e a incorporação efetiva da parte ocidental da floresta.

De modo geral, os ENID's conformaram ações que não significaram novidade em termos de dominação do território. Isso porque atuaram com elementos estruturados a partir das dinâmicas mais significativas para os grandes atores. Portanto, reiteraram os padrões de uso do capital sem, necessariamente, promover ganhos locais, muito embora estes estivessem ventilados na proposta. A pauta da estruturação para viabilizar interesses antigos das elites, prospectado por Becker (1999), fica evidente ao observarmos que nenhum eixo foi estruturado perto e/ou incluindo a EFC, que nesse período já caracterizava a dinâmica mineral do Sudeste paraense e do Oeste maranhense (Ver Figura 26).

Figura 26 – Infraestruturas previstas no PPA 1996.



Fonte: CARDOSO, 2008. Elaboração: GALVÃO, 2023.

Significativo pontuar, ainda, que o padrão de estruturação do território por meio de grandes infraestruturas seguiu sendo um recurso útil ao governo. Todavia, dessa vez teve como objetivo pautar os recursos da floresta para a América Latina. Portanto, a Amazônia, novamente, teve seus usos direcionados para atender interesses exógenos. Com a clara diferença que os projetos de dominação se inseriram em escalas de domínio mais amplo.

Se em termos econômicos o governo de FHC apenas tangenciou a ferrovia, no que diz respeito às políticas ambientais ele interagiu com ela. FHC, desde o primeiro mandato pautou políticas que buscasse mitigar impactos, regular e/ou proteger os recursos naturais do país (Ver Figura 27) E uma de suas medidas iniciais foi responder aos alterou o limite de 50% para 80% de obrigatoriedade de reservas legais em propriedades rurais da Amazônia. Essa decisão obrigou toda propriedade rural, na região, a não ter mais de 20% de sua área desmatada. No mesmo pacote ainda foram incluídas a proibição de corte, durante dois anos, de espécimes madeireiras como o mogno e virola. Entre as políticas mais

significativas podemos citar a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), Lei de Crimes Ambientais e a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Essa última, O SNUC delimitou as Unidades de Conservação (UCs) em duas categorias: as de Proteção Integral e as de Uso Sustentável.

Figura 27 – Principais políticas ambientais do governo de FHC.



Fonte: Fundação FHC (2024).

As unidades de conservação têm objetivos distintos: enquanto as primeiras visam preservar a natureza utilizando os recursos naturais de forma indireta, com normas e regras restritivas, como Estações Ecológicas, Reservas Biológicas, Parques Nacionais, Refúgios de Vida Silvestre e Monumentos Naturais, as segundas buscam conciliar a preservação com os usos sustentáveis dos recursos naturais. Estas últimas incluem Áreas de Proteção Ambiental, Áreas de Relevante Interesse Ecológico, Florestas Nacionais, Reservas Extrativistas, Reservas de Faunas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Reservas Particulares do Patrimônio Natural (ICMBIO, 2023).

Conforme explicado por Cunha (2001), essas unidades representaram um modelo de desenvolvimento implantado de maneira alheia às configurações socioambientais regionais, impactando negativamente o modo de vida amazônico e desarticulando sistemas ambientais e sociabilidades integradas à floresta tropical. Isso afetou grupos sociais e étnicos como índios, seringueiros, castanheiros e ribeirinhos, cujas práticas ancestrais de extração de recursos naturais para a reprodução social foram ameaçadas ou desarticuladas.

Na EFC, as unidades de conservação se tornaram mais um ponto de conflito, especialmente devido à grilagem institucionalizada que não reconhece suas regras. Benatti (2008) explica que muitas áreas protegidas foram apenas estabelecidas no papel, sem efetiva implementação, sendo que a maioria das unidades de proteção integral enfrenta problemas (53,4%). No lado paraense da ferrovia, essas unidades cercam áreas de mineração, criando uma barreira de acesso às minas. Enquanto que pelo lado maranhense, algumas unidades estão estrategicamente próximas ao porto de Itaqui, em São Luís.

FHC também criou o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa), que por meio pelo Ministério do Meio Ambiente estabeleceu parcerias internacionais (WWF-Brasil e o Banco Mundial) para proteção ambiental da Amazônia. Essa se realizaria por meio da expansão das unidades de conservação dando apoio ao desenvolvimento sustentável das comunidades locais (FUNDAÇÃO FHC, 2024).

Outra medida de FHC na Amazônia seguiu um modelo familiar à floresta: o monitoramento. Lançado em 2002, o Projeto SIVAM/SIPAM seguiu o conceito de defesa do território e ainda garantiu a presença dos militares na região. Mas o projeto serviu para

ampliar a estratégia de monitoramento dos recursos e como explica como Ramez Tebet (apud JESUS, 2013, pág. 19),

O SIVAM é na verdade muito mais (do que um Sistema de Controle do Espaço Aéreo). O SIVAM é um complexo sistema composto de sensores para aquisição de dados, meios de processamento e visualização e difusão de dados, meios de processamento, visualização e difusão de dados, proporcionando a coleta, integração e acesso de informações, aos órgãos com atribuições na Amazônia, atuar, sem duplicidade de recursos e com um elevado nível de integração e qualidade de resultados, numa vasta gama de atividades, dentre as quais destacam-se: Proteção ambiental; Controle da ocupação e do solo; Vigilância e controle de fronteiras; Prevenção e controle de epidemias; Atuação da Defesa Civil; Identificação e combate às atividades ilícitas; Proteção de terras indígenas; Vigilância e controle do tráfego aéreo; Apoio e controle e a circulação fluvial; e Apoio às atividades de pesquisa e desenvolvimento sustentável da região.

Na prática, a preservação da floresta continuou, mas agora com o argumento adicional de conter o narcotráfico e impedir a expansão das guerrilhas, ao passo que reforçou a presença governamental diante das questões de geopolítica ambiental.

O programa Avança Brasil propôs a ampliação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo – PRODEX que contava com a colaboração do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7). Projeto que incluiu a participação da Alemanha, Canadá, EUA, França, Itália, Japão, Reino Unido, Holanda e União Europeia, Banco Mundial, do Grupo Consultivo Internacional do PPG7, das Secretarias de Meio Ambiente dos estados da Amazônia e Mata atlântica, Ongs e outros (MMA, 2009). Também foram destacados o Programa de Biotecnologia da Amazônia (PROBEM) e o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia (Proecotur), ambos integrados aos eixos de desenvolvimento.

FHC foi sucedido por Luís Inácio, o Lula que depois de várias tentativas conseguiu alcançar a presidência do país. O primeiro governo de Lula (2003-2007) foi marcado pelo resgate das políticas sociais, mas com resultados econômicos aquém do esperado. Assim, em seu segundo mandato (2008-2011), o presidente e sua equipe optaram pelos grandes investimentos em infraestruturas como estratégia para fomentar o desenvolvimento. Assim, Lula lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), instituído pelo Decreto nº 6.025/2007. O programa constituiu-se de uma série de medidas que buscavam estimular a economia por meio de investimentos privados e ampliando os investimentos públicos em infraestrutura. O governo tentou com isso melhorar a qualidade dos gastos públicos, ao

passo que controlou a expansão dos gastos da Administração Pública de modo geral (BRASIL, 2007[gl36]).

Para a execução do PAC foi instituído um Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento (CGPAC) com o objetivo de acompanhar e supervisionar o programa. Para cumprir tais objetivos o CGPAC trabalhou de forma articulada aos ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão, Fazenda e Casa Civil. Esse modelo de elaboração, realização e acompanhamento dos resultados dos programas, conforme vimos, consolidou-se a partir dos anos 2000.

Para Carneiro (2008, pág.49) o destaque do plano de Lula, ficou por conta das infraestruturas como elemento balizador de ações. Todavia, o plano também buscou

eleva o crescimento por meio da ampliação da taxa de investimento, contemplando três estratégias: incentivar o investimento privado; aumentar o investimento público em infraestrutura; remover obstáculos (burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos) ao crescimento.

De acordo com Carneiro (2008), os investimentos previstos pelo PAC em obras de infraestrutura foram comparáveis aos níveis de investimentos do II PND. Todavia, os investimentos do PAC foram, em maior parte, consubstanciados pela iniciativa privada.

Para Leitão (2009), a configuração do PAC significou uma melhoria do ambiente de investimentos e geraram dinamismos, mas também desequilíbrios regionais e socioeconômicos. Isso porque, de acordo com o autor alguns atores foram favorecidos com a com a implantação de infraestruturas. Para Leitão (2009, pág. 31)

o PAC não só incorporou diversos projetos previstos no programa dos eixos de integração da segunda metade da década de 90, como assumiu a mesma lógica de intervenção sobre o território a partir da estruturação de grandes vias de penetração, visando uma inserção competitiva dos espaços regionais brasileiros nos circuitos internacionais da economia.

O PAC incluiu investimentos nas infraestruturas de base tais como rodovias, ferrovias, setor de energia, petróleo e gás. Mas as infraestruturas de cunho social como saneamento, habitação e urbanização também foram incluídas. As áreas ao longo da EFC, foram contempladas com recursos via estado que destinou de modo direto os municípios. Marabá foi um dos contemplados com obra do PAC e executou a duplicação da Br-230. Em São Luís recebeu obras em três frentes: (i) melhoria do acesso rodoviário ao Porto de Itaqui, mais especificamente na Br-135; (ii) investimento em Biocombustíveis; e (iii) melhoria da

dragagem e berços do Porto. Em Açailândia foram realizadas obras nas linhas de transmissão de energia elétricas do município até Miranda do Norte (BRASIL, 2007).

Se Lula obteve resultados pífios em termos econômicos, na área ambiental caminhou com mais êxito. Como as questões ambientais, nesse período, ganharam relevo, o governo lulista essas questões como um de seus objetivos estratégicos que foram distribuídos entre os eixos estruturantes do PPA (2004-2006). Nesse governo, as pautas ambientais foram tratadas por meio estratégias relacionadas à proteção de áreas, gestão dos recursos hídricos, educação ambiental, dentre outros (BRASIL, 2003) (Ver Figura 28).

De acordo com Kageyama e Santos (2011), o governo Lula deu ênfase ao desmatamento da Amazônia estabelecendo estratégias e ações transversais. O Projeto Transversal do Governo contou com a participação de diversos ministérios para tentar reduzir o desmatamento e estabelecer uma governança na região. Para os autores, a questão do desmatamento na região foi bastante enfatizada. O ministério de Meio Ambiente, por meio da secretária Marina Silva, realizou reuniões de emergência com vistas a solucionar os problemas ambientais da região. A partir disso foi estabelecido o programa de fiscalização em parceria com os Ministérios da Justiça, do Trabalho e do Meio Ambiente, realizando capacitações e operações estratégicas junto com Polícia Federal.

O monitoramento da floresta realizado pelo governo Lula efetivou-se por meio do Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (DETER). Esse programa, como explicam, Kageyama e Santos (2011), utilizou-se de estruturas de satélite detectar semanalmente as áreas de novos desmatamentos. Lula priorizou o combate aos desmatamentos e estabeleceu uma política de Desmatamento Zero.

Figura 28 – Principais políticas Ambientais realizadas no governo Lula.



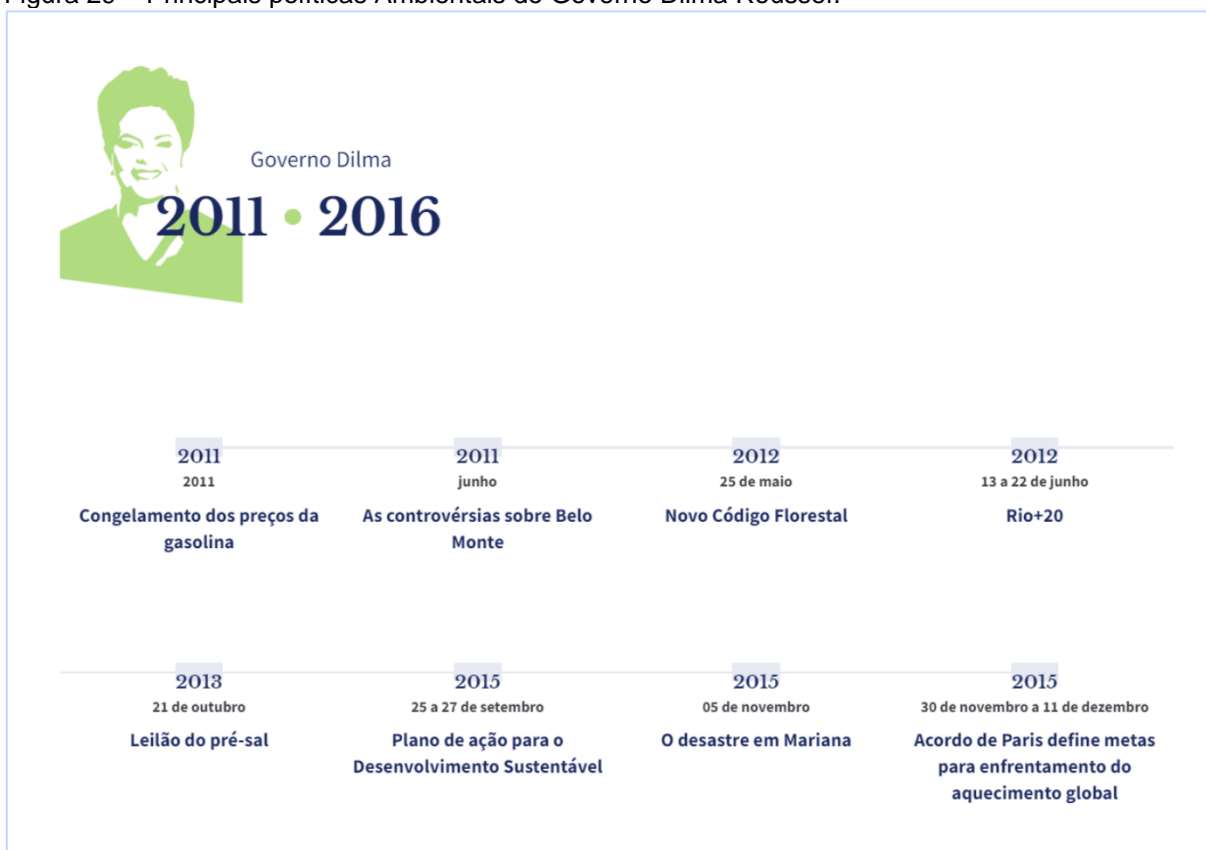
Fonte: Fundação FHC (2024).

As questões ambientais estavam sendo reiteradamente assumidas como um compromisso, não só ambiental, mas também social. Uma vez que resguardar os recursos da floresta, significava resguardar o viver-habitar de muitos povos. Contudo, eis que as estruturas que já estavam sendo consolidadas, voltam a balançar. Em 2011, Dilma Rousseff é eleita a primeira mulher presidente do país. A ex-ministra da economia, teve que enfrentar inúmeras dificuldades de governo. Dilma, como explica Bastos (2017), elaborou medidas

para enfrentar os desafios econômicos e sociais do país, buscando estimular o crescimento econômico e a inclusão social por meio de instrumentos como redução de taxas de juros e tarifas de energia elétrica; desvalorização cambial e protecionismo industrial seletivo, concessões de serviços públicos para a iniciativa privada e desonerações tributárias e crédito subsidiado. Dilma deu continuidade a programas do governo Lula, como o PAC, o Minha Casa Minha Vida, além de expandir o Programa Bolsa Família.

Mas a gestão ambiental do governo de Dilma, como bem coloca o Imazon (2012), apresentou retrocessos. De acordo com a instituição, Dilma, cometeu alguns retrocessos na agenda socioambiental brasileira, sobretudo, no que diz respeito ao código florestal que concedeu anistia aos desmatamentos irregulares; redução das unidades de conservação com vistas a abrir espaços para grandes obras de barragens; diminuição do poder de fiscalização do IBAMA, atropelos nas regras de licenciamento ambiental, entre outros (Ver Figura 29).

Figura 29 – Principais políticas Ambientais do Governo Dilma Rouseff.



Fonte: Fundação FHC (2024).

O governo de Dilma também realizou grandes obras de infraestruturas, porém nenhuma de grande relevância ao contexto da EFC. A presidenta sofreu impeachment e Michel Temer, seu vice, assumiu o governo em 2016. O presidente, apesar do tempo de governo reduzido, também caminhou na contramão das questões ambientais da Amazônia (Ver Figura 30).

O presidente, de acordo com Fearnside (2019), em razão das várias ligações políticas suspeitas, o presidente sofreu pressões para atender aos mais diferentes pedidos da bancada ruralista que vinha, há anos, tendo seus espaços diminuídos.

Figura 30 – Principais Políticas ambientais do governo de Michel Temer



Fonte: Fundação FHC (2024).

Para o autor, Temer sofria pressões para liberar garimpos, barragens, afrouxar regras de licenciamento e outras. As pressões vinham até por parte de governadores de estados que queriam diminuir as terras indígenas e áreas protegidas. Fearnside (2019, pág. 338), explica que

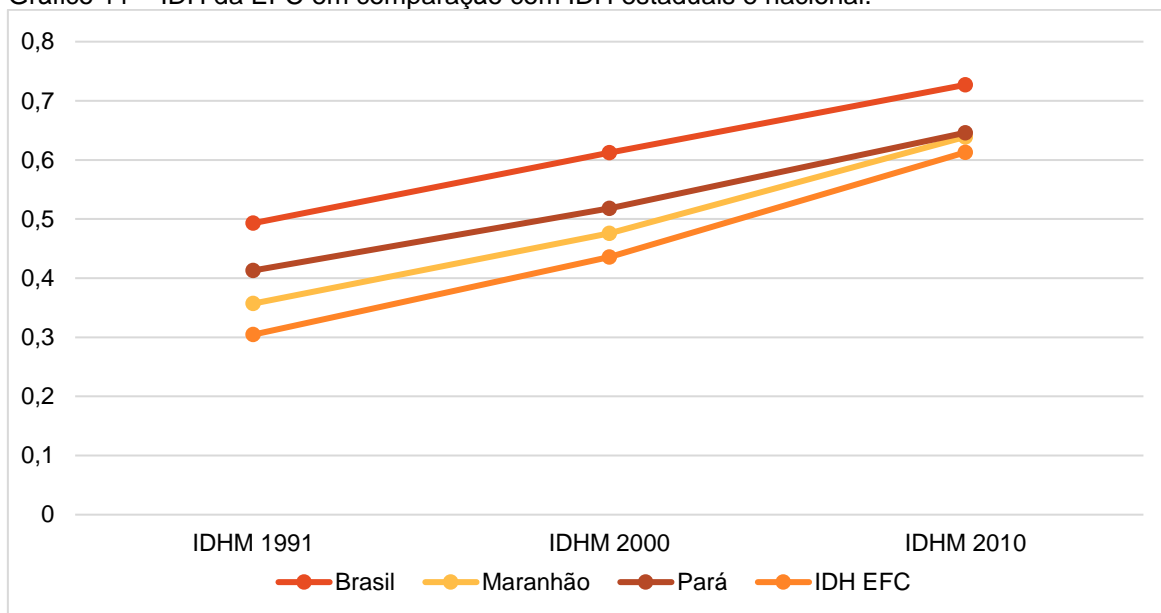
A RENCA não foi criada para fins de conservação, mas sim como um ato de ditadura militar de 1964 a 1985 para preservar uma reserva estratégica de jazidas minerais, para não permitir que empresas internacionais de mineração exaurissem as jazidas e exportassem os minérios, como, por exemplo, tinha acontecido com a jazida de manganês em outra parte do Amapá. No entanto, na prática, a existência da RENCA evitou a mineração em grande escala, assim ajudando proteger o ambiente nesta vasta área, tanto dentro como fora das áreas legalmente protegidas

A cabo, o governo de Michel Temer provou uma nova corrida pela mineração na Amazônia. Ademais as obras pautadas nesse governo apenas tangenciaram as áreas da EFC. Aliás, os períodos que sucedem a implantação da EFC esvaziam as polícias para a região. Interessante notar que ao passo que a Vale foi tornando-se uma das maiores multinacionais do ramo, seus espaços de atuação foram ficando invisíveis dentro das lógicas de desenvolvimento do território.

O contexto político, que ora apresentamos, conformam o pano de fundo desse capítulo. Claramente, as políticas nacionais, mudaram a perspectiva sobre a Amazônia, seus recursos e povos. Isso fica evidente, principalmente, quando Michel Temer tenta autorizar a garimpagem na RENCA. Pressões de todo os gêneros (povos, ativistas, ONGs, Instituições e etc.) e lugares (nacionais e internacionais) sinalizaram que a Amazônia não estava mais sozinha e que as regras de dominação haviam mudado. Mas será mesmo?

Durante esse período, foi evidente uma dispersão das políticas voltadas para a região Amazônica, resultante das mudanças na abordagem territorial. E as áreas ao longo da EFC que foram impactadas ficaram cada vez mais distante das estratégias nacionais, enquanto os índices de produtividade na mineração aumentaram, consideravelmente, sem que houvesse uma melhoria proporcional. Ao longo da EFC os índices de desenvolvimento humano (IDH) contrastam com a riqueza da mineração (Ver Gráfico 12) (Ver Fotos 7 e 8).

Gráfico 11 – IDH da EFC em comparação com IDH estaduais e nacional.



Fonte: ATLAS BRASIL (anos de referência).

Apontaremos nos próximos tópicos o processo de constituição do poder da mineradora no território e como as suas práticas contrastaram com as políticas que foram implementadas no período. As forças de transformação do território se acentuaram, porém continuaram conectadas a lógicas de dominação exógenas, porém, dessa vez mais distantes. A CRVD aumentou sua produtividade e ampliou suas áreas de atuação e com isso configurou uma região de exploração e de dependência econômica em 28 municípios.

Foto 7 – Cruzamento ferroviário na comunidade de Primeiro Cocal, em São Pedro das Águas Branca.



Fonte: Acervo da autora.

Foto 8 – Vila Ildemar em Açailândia



Fonte: Acervo da autora.

4.1 A privatização da Companhia Vale Rio Doce e o surgimento da Vale S.A.

Fundada em 1942, durante o governo de Getúlio Vargas, a mineradora foi estabelecida com o propósito desenvolver a exploração e exportação de minério de ferro diretamente às indústrias bélicas dos Estados Unidos (FISCHER, 2018). Sob o contexto internacional da Segunda Guerra Mundial, o Brasil, sob a liderança de Vargas, engajou-se no fortalecimento de sua base industrial nacional. Assim, em 1942, Vargas assinou um decreto de criação da Companhia Vale do Rio Doce com o objetivo de explorar o minério da região de Itabira, Minas Gerais. Antes da criação da empresa, o minério dessa região era explorado pela Itabira Iron Ore Company que atuava na região desde 1911, sob o comando do norte-americano Percival Farquhar (IBGE, 1972).

Para Corrêa (2022), além da influência do contexto internacional, outros fatores também influenciaram na criação da empresa tais como: (i) haviam disputas e negociações desde a primeira década do século XX em torno da exploração das jazidas de minério de ferro em Itabira, Minas Gerais, adquiridas pela companhia inglesa Brazilian Hematite Syndicate e posteriormente pela Itabira Iron Ore Company Ltd.; (ii) Getúlio foi proativo e pôs fim a discussões de interesse que duravam anos; (iii) a definição de políticas voltadas à mineração no Brasil; (iv) os Acordos de Washington, que em 1942, buscou promover o fornecimento de minério para os EUA e em troca seriam concedidos financiamentos para a modernização da Estrada de Ferro Central do Brasil e o porto do Rio de Janeiro, para o transporte de minério e (v) a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Assim foi realizada a criação da CVRD, uma estatal de economia mista, tendo o governo federal como principal acionista e incorporando duas empresas brasileiras com participação de sócios estrangeiros.

Corrêa (2022) explica que, por meio dos Acordos de Washington,

o governo norte-americano comprometeu-se a fornecer um empréstimo, por intermédio do Eximbank, no valor de 14 milhões de dólares, destinado a cobrir a encomenda do equipamento necessário ao reaparelhamento das minas de Itabira e à modernização da Estrada de Ferro Vitória a Minas e do porto de Vitória, de forma a assegurar a produção e exportação de 1,5 milhão de toneladas/ano de minério de ferro, a serem adquiridas, em partes iguais, pelos dois países estrangeiros. Em seguida, foi contratada a modernização da ferrovia com a firma de engenharia Parsons, Klapp, Brinckerhoff & Douglas, dos Estados Unidos (Ibidem, pág. 126).

O fato de a empresa não ter sido fundada com capital totalmente nacional, conforme destacado por Fischer (2018), tornou-se uma fonte de incômodo, especialmente entre os dirigentes locais da empresa, quando a Guerra acabou e os Estados Unidos ainda buscavam manter o monopólio de compras sem, no entanto, cumprir com as modernizações necessárias nem demonstrar interesse no desenvolvimento econômico da região. O espírito nacionalista promovido pelo governo Vargas começou a influenciar os líderes da empresa e, conforme observou por Corrêa (2022), impulsionou a empresa a quitar suas dívidas junto aos norte-americanos e se nacionalizar.

A Companhia brasileira passou, então, a exportar minério de ferro para diversos países, tais como Japão, Alemanha Ocidental e Canadá. Assim, em 1967, ano da descoberta das jazidas, a CVRD já era responsável por 69,9% da exportação de minério de ferro do Brasil (COELHO, 2015). Essa experiência foi determinante para que a empresa fosse encarregada de extrair os minérios na região amazônica. Com isso, coube a empresa explorar e pesquisar os recursos.

Durante as décadas de 1980 e 1990, [...] a CVRD implementou a reestruturação produtiva com a justificativa de incrementar os lucros e aumentar a competitividade internacional da empresa. As condições impostas pela reestruturação produtiva já eram sentidas na indústria extrativa brasileira muito antes da privatização da Vale. Entre 1988 e 1998, 170 mil postos de trabalho desapareceram, sendo que destes, 134 mil sumiram até 19935. Parte disso se deve à automação da produção, e outra parte tem como causa sua terceirização (IBIDEN, pág.17).

No ano de 1986, consoante a Resolução nº 331 do Senado Federal, posteriormente ratificada pelo Decreto n. 97/1997 do presidente Fernando Henrique Cardoso, a Companhia Vale do Rio Doce passou a ter Direito Real de Uso de 411.948,87 ha das terras de domínio da União (FAUSTINO; FURTADO, 2013), ampliando ainda mais a produção da empresa.

A experiência com a atividade econômica de extração e comercialização do minério feita pela CVRD foi estruturada a partir de quatro pilares,

a primeira é caracterizada pela extração manual do minério; a segunda é constituída pela mecanização deste processo; na terceira surgem inovações tecnológicas e mudanças no gerenciamento, junto a uma maior hierarquização da divisão social do trabalho; e a última traz aprofundamento da automação e da flexibilização do trabalho (Coelho, 2015).

Quando o PFC foi lançado em 1980, o cenário político no Brasil já havia passado por transformações significativas. Surgiram novas agendas econômicas, demandas sociais

emergiram e interesses ambientais que ganharam destaque na arena política nacional. Nesse contexto, em 1997, sob influência do neoliberalismo, a CVRD deparou-se com mais Acordo de Washington. Esse, todavia, pautava a privatização e foi assumido como linha ideológica no governo de FHC que por meio de seu Programa Nacional de Desestatização (PND) deu início a uma série de privatizações do Estado brasileiro. Assim, em 6 de maio de 1997, a CVRD foi, por meio de leilão, privatizada. O vencedor foi o Consórcio Brasil, liderado pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e subsidiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Desse modo, por R\$ 3,338 bilhões, o Consórcio Brasil, posteriormente transformado na Valepar, passou a ter 41,73% das ações da CVRD e obteve o controle acionário da empresa (COELHO, 2015).

A transformação da CVRD em Vale S.A., conforme destacado no relatório do BNDES, representou uma mudança significativa, pois evidenciou a posição estratégica do governo. A privatização de uma empresa que já era lucrativa foi vista como uma oportunidade para torná-la ainda mais produtiva. O relatório enfatizou que, mesmo sob gestão privada, a mineradora continuaria desempenhando um papel crucial no desenvolvimento regional. Isso porque, a empresa realizaria na região os investimentos necessários para viabilizar a exploração mineral, o que contribuiria com a transformações de suas as áreas de influência (BNDES, 1997).

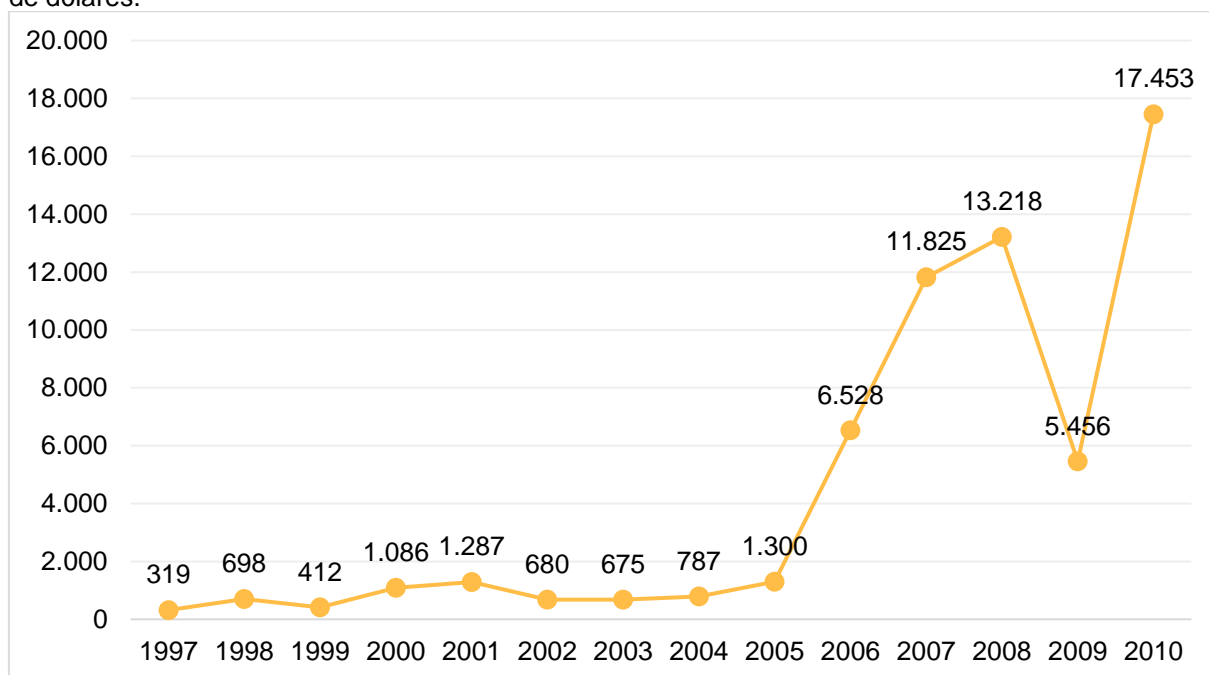
O relatório do BNDES procurou, na verdade, persuadir a população sobre os benefícios da privatização da empresa. Além, do mais, o relatório tentou passar uma mensagem de que a empresa continuaria sendo catalisadora do desenvolvimento regional. Mas esse discurso que mal se construiu, foi derrubado quando FHC promulgou a Lei Kandir. Uma lei que isentou do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) as exportações de produtos primários e semielaborados ou serviços. De forma clara, o governo federal retirou dos municípios mineradores possibilidades de arrecadação.

Após a privatização, a mineradora passou a ser gerida por um conselho composto por nove acionistas controladores, os quais ampliaram e fortaleceram a atuação da antiga estatal. Nos anos 2004, dentro da perspectiva do plano governamental "Brasil de Todos", a empresa alcançou um marco significativo de 30.000 toneladas anuais de cobre, triplicando a produção quando começou a comercializar o produto proveniente da mina de Sossego, localizada em Parauapebas (SOUZA, 2012).

Souza (2012) explica que a competitividade da Vale não ocorreu somente porque passou a ser a maior mineradora do país. Como esclarece o autor, o sucesso da Vale foi facilitado (a) pelo fato do BNDES ser acionista da empresa e fazer investimento, (b) expandir suas operações com carvão térmico, que um combustível fóssil de mais baixo custo e talvez um dos mais poluentes utilizado para a produção de energia, (c) por ser beneficiada por incentivos fiscais, que historicamente tem sido formas de repasse de recursos públicos para empresas privadas, (d) por ter acesso a empréstimos em bancos comerciais em condições bastante favoráveis, (e) por ter acesso ao minério de ferro de alta qualidade e de fácil acesso, mas também a níquel, cobre, manganês, bauxita, caulim, carvão térmico, ouro e outros bens minerais no Pará, no Brasil e no mundo e (f) competitiva por que conta com apoio do Estado na desapropriação de área agrícola e na organização da infraestrutura urbana necessária para a implantação de projetos de mineração.

A Vale, agora multinacional, antes mesmo de ser privatizada, apresentava um cenário de crescimento de lucros (Ver Gráfico 11).

Gráfico 12 - Lucro Líquido da Vale no período de 1997 a 2010 com a mineração no Brasil em milhões de dólares.



Fonte: VALE (Anos de referência)

O sistema de exploração nos anos 2000, além de ter crescido em volumes financeiros, cresceu em números de exploração (Ver Gráfico 13). E ademais, reorganizou a Serra dos Carajás três vezes para acomodar os sucessivos desdobramentos de sua plataforma. Assim, passou a funcionar a partir dos sistemas Serra Norte, Serra Leste e

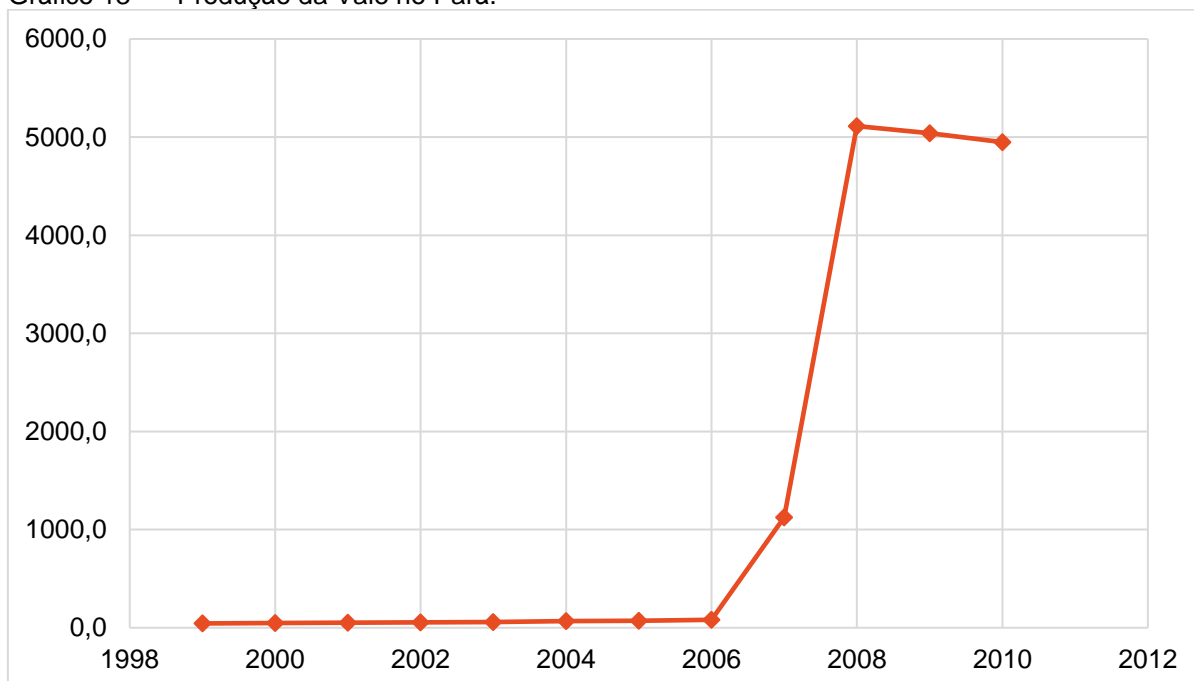
Serra Sul e o horizonte de exploração das minas passaram foi estendido até 2053 (Ver Quadro 9).

De acordo com o Plano Nacional de Mineração (PNM-2030) assinala que a mineração

prevê um crescimento de até cinco vezes da produção mineral até 2030 e um investimento público e privado da ordem de US\$ 350 bilhões em pesquisa mineral, mineração, transformação mineral e infraestrutura logística. Um dos grandes apoiadores e financiadores deste processo é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O maior empréstimo deste Banco para uma única empresa em 2012 foi para a Vale, totalizando um montante de R\$ 3,882 bilhões (BRASIL, 2012a). (FAUSTINO; FURTADO, 2013, p. 17).

Com isso todo o sistema de infraestruturas de produção começou a se ampliar também. Em 2004 a Vale deu entrada nos pedidos de duplicação da EFC. Ao longo da EFC, como mencionamos em capítulo anterior, inúmeras infraestruturas dão apoio ao funcionamento da ferrovia. E essas, inicialmente, estavam distribuídas, ao longo do percurso, nos municípios de Marabá, Açailândia, Bom Jesus da Selvas, Buriticupu, Santa Inês, Itapecuru-Mirim, Anajatuba, Santa Rita e São Luís. Os municípios de São Luís concentram, ainda, bases de logística em razão das infraestruturas como internet, serviços bancários e rede hoteleira que dão apoio às redes de comunicação.

Gráfico 13 - -- Produção da Vale no Pará.



Fonte: VALE (Anos de referência).

Essa rede foi ampliada e ao final de 2010 já contava com pátios de manutenção, pontos de abastecimento, alojamentos e restaurante, além das centrais de manutenção, distribuídos em 19 municípios (Ver Figura 23). Com a possibilidade de implantação do Projeto S11D, a ferrovia seria duplicada em 504 km, além da construção de um ramal de 101 km, em Canaã do Carajás.

Quadro 7 – Sistemas de minas operadas pela Vale no Pará.

Sistemas	Minas	Operações Iniciadas	Data Projetada /Real de Exaustão
Serra Norte	N4W	1994	2020
	N4E	1984	2017
	N5W	1984	2023
	N5E	1998	2017
	N5E-N	2003	2016
	N5S	2006	2024
Serra Leste	SL1	-	2039
Serra Sul	S11	-	2059

Fonte: VALE (2010).

A Vale, mesmo quando operou como uma estatal, operacionalizava como empresa privada, isso porque, conforme explica Padilha (2020), suas operações sempre foram voltadas ao exterior. Isso fez com que a empresa utilizasse do território apenas para garantir sua operacionalidade. A autora pontua que, “a gestão do território ganha uma importância central na estrutura de poder da empresa, porque é decisiva para sua acumulação. Assim, estratégias e formas de territorialização, passam a ser definidas em função dos desafios surgidos em cada lugar” (IBIDEM, pág. 107).

4.2 O poder da Vale: a multinacional e o território

Em página do site da Vale é anunciado: “Vale, há 80 anos transformando o futuro”. Destes 80 anos, pouco mais da metade também transformaram a Amazônia. O futuro a qual o slogan faz referência, dentre outros, incluem

1. Figurar entre as três empresas do setor mais bem posicionadas nos requisitos sociais de acordo com as principais avaliações externas em mineração sustentável;

2. Retirar 500 mil pessoas da pobreza extrema e

3. Colaborar com as comunidades indígenas vizinhas a todas as operações da Vale na elaboração e execução de seus planos em busca de direitos previstos na Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas

Essas metas corroboram com o cenário ao longo da EFC, isso porque, em que pese todo o desenvolvimento econômico e o nível de atividade de exportação gerado pela Vale ao país, a velocidade de crescimento da empresa foi, diretamente, acompanhada pelo aumento de violações das comunidades que moram ao longo da EFC. A relação da Vale com em seus territórios tem se processado de forma contraditória.

As estratégias que a empresa utiliza nos territórios da EFC ocorrem desde que a empresa passou a atuar na mesorregião. Um dos casos mais emblemáticos da atuação da Vale no Sudeste paraense ocorreu quando a mineradora ainda era a estatal militar. O município de Canaã dos Carajás, como apontamos, foi criado a partir de um assentamento rural. Algumas famílias a época desses assentamentos, estabeleceram residência uma área popularmente conhecida por Vila Racha Placa, mas oficialmente é a Vila Mozartinópolis constituída desde 1980. Quando a Vale começou os estudos de viabilidade de um de seus projetos, as pressões pelo domínio da terra começaram. Como explica (CRUZ, 2015, pág. 96).

A Vale enviou para a Vila uma empresa contratada, a DIAGONAL Urbana, para fazer o cadastro das famílias para fins de desapropriação, porque por ali passaria o ramal ferroviário que teria início na Estrada de Ferro Carajás (...). As famílias foram informadas de que a partir do momento em que fossem feitos os seus cadastros as mesmas não poderiam mais efetuar qualquer serviço de ampliação e melhoria de suas propriedades, pois em pouco tempo a Vale iria indenizar a todos porque iria precisar da área da vila

Em 2010 a Vale iniciou a retirada das famílias *cadastradas*. Ocorre que esse processo não aconteceu de forma consensual e para terem seus direitos garantidos, os moradores de Mozartinópolis protestavam contra a empresa bloqueando os acessos às obras da mineradora. Após pressões e prejuízos, a Vale aceitou negociar com 50 moradores (CRUZ, 2015).

Processo semelhante já havia acontecido, em 2004, quando a Vale deu início às obras da Minas do Sossego e precisou da área para o empreendimento. Como explica Cruz

À medida que os interesses da empresa mineradora e sua linguagem vão prevalecendo diante dos interesses e costumes dos camponeses, a força do Capital vai impondo sua lógica a fim de desestruturar a realidade até então predominante na economia e no modo de vida das populações para estruturar outra realidade, a da mineração. Isto se transforma em uma ideologia que ajuda na predominância da mineração sobre a agricultura camponesa (CRUZ, 2015, pág. 94)

Cruz (2015, pág. 94), traz relatos interessantes acerca dessa resistência aos processos de dominação da Vale no entorno das minas. Como este de um morador *teimoso* que resiste às pressões da empresa:

Num sei quantas vezes foi. Primeiro mediram. Depois que mediram, chegava os caba naquele golzinho branco, perguntava pelo Sr. Raimundo, e dizia: - vim aqui comprar sua terra. E eu dizia que *num* tinha terra pra vender não, eu tinha terra pra morar, aqui é o meu sossego, pra *mim* ficar o resto da vida aqui(...) Depois nós colocamo aquela placa aqui, quando a placa tava ali, ele cansou de parar ali e filmava, tirava foto.(...) Aí depois que eu coloquei a placa eles *num* vieram mais não, *num* mexeram mais comigo não (Sr. Piranha).

A foto a seguir mostra como a tática da insistência da Vale cansa os moradores.

Foto 9 – Resistência ao processo de dominação de Vale no Sudeste paraense.



Fonte: CRUZ (2015)

Essas ações da Vale têm se reproduzido ao longo do tempo. Castriota (2021) faz referência a dito popular na região “aqui a Vale é o Estado”. Essa afirmação decorre das inúmeras interferências que a empresa realiza nos territórios da mineração. O autor sintetizou de forma assertiva *modus operandi* da empresa:

- Protege a atividade mineradora de conflitos territoriais, atuando como um "escudo".
- Regulariza operações ilegais de aquisição de terras, proporcionando uma sensação de segurança institucional para especuladores.

- Socializa os custos de proteção das unidades de conservação, deixando o Estado arcar com os custos relacionados à preservação.
- Transfere a responsabilidade da proteção ambiental para o Estado, evitando que eventuais crises ou desastres prejudiquem a empresa mineradora.
- Utiliza instrumentos para despossessão ou neutralização de grupos assentados em áreas de interesse para a mineração.
- Atende a requisitos formais para legitimar a atividade mineradora perante o Estado e investidores privados.
- Usa campanhas de marketing ambiental para promover uma imagem de preservação da biodiversidade, especialmente na Amazônia.
- As unidades de conservação criadas pelo Estado servem como reserva de valor, pois muitas estão sobre extensas reservas minerais, funcionando como "territórios de espera" para o capital extrativista.

Além das UC's, ao longo da EFC existem 6 Territórios Indígenas que ocupam 5.773,01 hectares. Essas, de acordo com o Conselho Indigenista Missionário, as TI dos Awá e Tiracambú, cujas áreas são interceptadas pela ferrovia, reclamam principalmente que os ruídos do trem afastam as caça. E com a obras de duplicação as pressões de madeireiros e invasores sobre o território aumentaram significativamente.

De acordo com Padilha (2020), a empresa só colocou essas questões conflitivas em seu escopo em 2006 quando, em razão das exigências do Global Reporting Initiative (GRI), passou a divulgar relatórios de sustentabilidade social e ambiental de seus projetos. Mas como bem esclarece a autora, tais ações

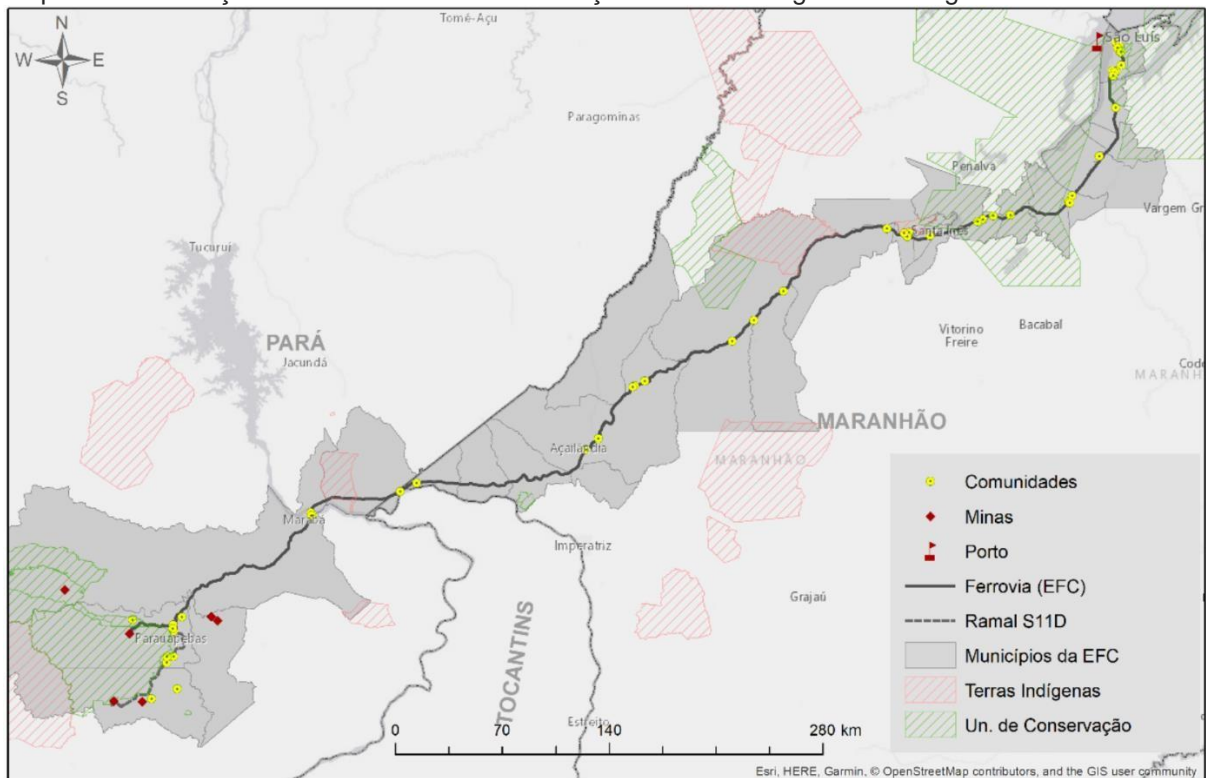
No início, as iniciativas ligadas a questão social e custos ambientais existiam muito pontualmente na empresa. O principal exemplo, esteve na criação da Fundação Vale em 1998, que incorporava a ideia de um fundo de desenvolvimento social, para aplicar em educação, saúde e infraestrutura no entorno dos seus projetos, com fins a mitigar riscos relacionados a um ambiente de pobreza, gerador de doenças, que poderia atingir a segurança do seu trabalhador. Do ponto de vista ambiental, já havia uma legislação em vigor no país, que impunha a obrigatoriedade de adequação. Nesse período, esses riscos eram tratados apenas através da contratação de seguradoras, não tendo grande impacto na sua estrutura administrativa interna (IBIDEM, pág.111).

Para Padilha (2020), as mitigações que a empresa procura resolver se desenvolvem a partir de consultorias especializadas em tecnologias sociais e que são contratadas para mapear as áreas de conflitos. A empresa com isso estabelece os canais de diálogo com o intuito de manter as questões sobre o controle.

Dessa forma a empresa objetiva garantir uma disposição social para aceitar os riscos, em troca de emprego, cursos profissionalizantes, materiais escolares, campanhas de saúde, incentivo a formação de cooperativas, criação de fundações sociais, agências de desenvolvimento, dentre tantos recursos dos chamados Programas de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) (IBIDEM, pág. 112).

A Vale, além dos relatórios de consultoria, distribuiu inúmeros interlocutores ao longo da EFC que atuam na área de Relação com Comunidades. Em algumas cidades esses interlocutores até conseguem estabelecer um diálogo com a comunidade. Entretanto, há comunidades em que a relação tem altos graus de rejeição como Marabá e Parauapebas. De um lado, isso decorre de um lado, pelo fato de a empresa ter oferecido inúmeros projetos para o desenvolvimento dessas comunidades que não possuíam aderência com a realidade local; de outro, por oferecer soluções com remoção e ou indenizações insatisfatórias.

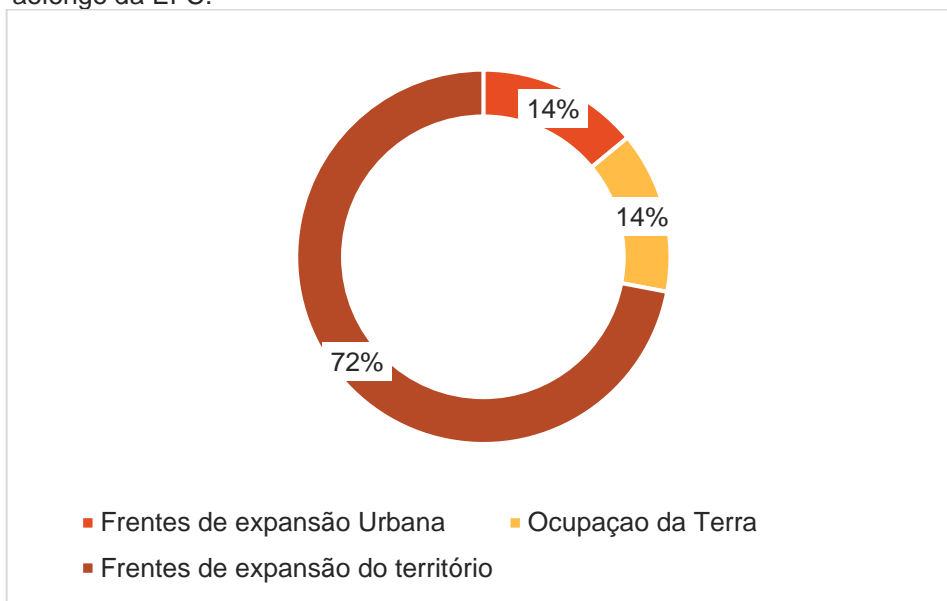
Mapa 3 – Distribuição das Unidades de Conservação e Terras Indígenas ao longo da EFC



Fonte: IBGE. Elaboração da autora.

A EFC, mesmo com um cenário de impacto já configurado, a EFC continua conformando povoados no seu entorno. As pessoas seguem se direcionando para o entorno da ferrovia motivados em ter sua própria terra para pequena produção de subsistência ou para construir a casa própria (AMPLO/ VALE, 2011).

Gráfico 14 – Principais motivações que envolvem a formação de comunidades ao longo da EFC.



Fonte: AMPLO/ VALE (2011). Elaboração: Galvão (2023).

Mas é válido pontuar, ainda, que a maioria dos municípios desses (62,5%) não possuem Plano Diretor Urbano que oriente o crescimento urbano. E aqueles que possuem não enxergam a ferrovia como um modal que demande articulações pactuadas.

4.3 O novo Eldorado: o S11D a descoberta do maior maciço rochoso na Amazônia

No capítulo II, ao narrarmos a criação do município de Canaã dos Carajás apontamos que um dos motivos que levaram à emancipação da pequena vila eram as suspeitas de naquelas áreas haviam novos maciços de minério. E sim, havia muito minério. Canaã dos Carajás foi municipalizado em 1994, em 2001 as obras de estudos de viabilidade foram iniciadas. Em 2013 a mineradora recebeu a licença e em 2016 o Complexo Eliezer Batista entrou em operação.

O S11D se configura como um dos maiores e mais modernos projetos de mineração do mundo. Compreende

O S11D inclui mina, usina, logística ferroviária e portuária e trouxe um novo impulso ao desenvolvimento econômico e social na região. Nossa produção de minério de ferro pode ser encontrada nas unidades de Serra Norte, Serra Leste e Serra Sul. Em Serra Norte, além do ferro, também produzimos manganês. Já a produção de cobre e níquel é feita nas minas do Sossego, Salobo e Onça Puma (VALE, 2023).

A expectativa da empresa era produzir cerca de 110 milhões de toneladas por ano, aumentando sua capacidade de operação para 230 milhões de toneladas. Os números que o projeto envolvia sempre causou espanto. Esse projeto fez a Vale alçou, na segunda década do século XXI, à condição de “a maior produtora de minério de ferro no planeta” (VALE, 2012). Em 2006, o Complexo de Carajás passou por uma expansão e sua capacidade de produção aumentou para 85 milhões de toneladas anuais de minérios. Além disso, em 2007, a mina de Carajás concluiu outra fase de expansão para atingir uma produção anual de 100 milhões de toneladas métricas (COELHO, 2015).

No mesmo ano, a empresa iniciou os projetos de ampliação das explorações em Canaã dos Carajás com a criação do Projeto S11D, uma das maiores reservas ainda inexploradas do mundo. O objetivo do projeto foi aumentar a capacidade produtiva de minério e aumentar a produção da Serra Sul, que é composta por minas a céu aberto. O projeto incluiu, ainda, a construção de uma usina de beneficiamento, instalação de correias transportadoras e expansão *onshore* e *offshore* do terminal marítimo Ponta de Madeira.

Um dos primeiros locais a ser impactado pelas obras do novo empreendimento foi a cidade de Canaã dos Carajás. O pequeno município agrícola que tinha pouco mais de 12 mil

habitantes, evoluiu em um ano para quase 80 mil habitantes. De acordo com Cardoso, Cândido e Melo (2018, pág. 6) em Canaã dos Carajás

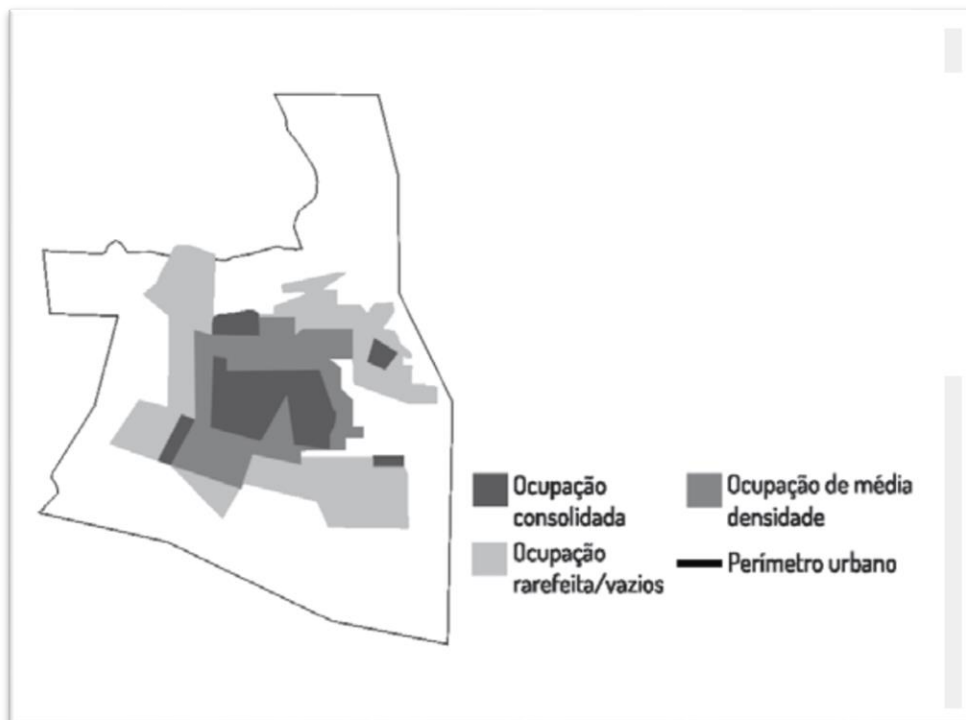
a transformação urbana (...) foi tanto impulsionada pela ação de uma empresa mineradora transnacional quanto foi fruto da ação intensa de fazendeiros, proprietários de terra, políticos locais, migrantes e pioneiros, que atuam a partir de uma racionalidade própria, envolvendo muitas vezes o descumprimento das leis ambientais e urbanas, o uso de relações de influência e informações privilegiadas, o entrelaçamento entre seus interesses privados e ações do poder público, práticas de espoliação, coerção e degradação do ambiente natural, dentre outras práticas de pilhagem social e ambiental que são assumidas nesses contextos como condutas naturais.

A cidade virou um grande alojamento de operários em um espaço sem atrativos sociais, sem restaurantes. A diversão desses operários era reunir-se sob um grande galpão para conversar e beber. Os espaços viraram um ambiente completamente masculino. Ao final da tarde chegavam, na avenida principal, cerca de 15 a vinte ônibus com operários de um turno. O sistema de montagem funcionava de maneira ininterrupta com três turnos de atividades. Até o centro comercial do município tinha horários de funcionamento distintos para acompanhar o movimento da produção.

Entretanto, o mais impressionante desse município era a quantidade de loteamentos na área urbana: mais de quarenta. E muitos entregues à prefeitura sem cumprir as exigências urbanísticas. O processo de loteamento decorreu do processo de financeirização, que como mencionado anteriormente, passou a caracterizar as formas da mineração. Em menos de quatro anos o perímetro urbano do município foi alterado quatro vezes para promover a especulação do território (Ver Figura 32).

Mas à medida que as obras de montagem do S11D foram sendo finalizadas, a sede urbana virou uma grande colcha de retalhos vazia. A cidade foi loteada para ocupar uma população três vezes maior do que a que estava no município durante a implantação do projeto. Isso porque, o S11D é uma moderna plataforma de mineração toda automatizada e que absorve um número pequeno de operários e em sua maioria possuem altos níveis de qualificação. Esse projeto é uma clara representação e diferenciação das técnicas (SANTOS, 1994) do processo de mineração. Canaã dos Carajás com esse projeto passou a representar a mineração moderna do mundo, realizada em plataformas que não usam barragens e que transportam o minério por esteiras.

Figura 31 – Evolução do perímetro urbano de Canaã dos Carajás em face da influência da mineração.



Fonte: CARDOSO, CÂNDIDO E MELO, 2018.

Mas o novo eldorado de Carajás não impactou apenas Canaã dos Carajás. Como um sistema bom de objetos que é, reverberou outros tantos ao longo da EFC. Isso porque a EFC passou por obras de duplicação em 504 km de seu trajeto, remodelando em 226 km de trilhos e construção de um novo ramal de 101 km de extensão em direção à mina S11D (VALE, 2016, pág. 6), sendo a empresa única proprietária desse Complexo Grande Carajás.

Mas esses processos não se realizaram sem que a Vale utilizasse de suas estratégias de dominação. Assim, ao longo das obras inúmeros pontos de conflito surgiram. No mesmo período de realização das obras a Rede Justiça nos Trilhos começa a atuar e a divulgar as violações que ocorriam nas obras de duplicação. As obras de duplicação da ferrovia sofreram inúmeros processos de interdição por parte do Ministério Público. O número de agências e organizações não governamentais em defesa dos direitos dos atingidos pela mineração denunciaram as irregularidades da empresa. O número de interdições à ferrovia passou a ser mais frequente, em reação da mineradora começou a processar as pessoas que interditavam a ferrovia.

Figura 32 – A interação do trem com os espaços que foram silenciados.



Fonte: Pública (2017)

Como aponta Galvão a ferrovia era um palco de protestos aos mais diferentes atores e propósitos, ligados à mineração ou não. Mas como os prejuízos da empresa ficavam na ordem de US\$ 22 milhões (IBRAM¹¹, 2008), quase um milhão de dólares por hora representavam, a empresa tornou-se intolerante às manifestações sociais da EFC.

Em Marabá, a duplicação da ferrovia impactou um número significativo de pessoas. Antes das obras começarem a ser realizadas a Vale enviou seus *verdinhos*, apelido dado aos funcionários da Vale. De acordo com os moradores do Bairro Alzira Mutran, inúmeras reuniões eram realizadas. O objetivo da empresa além de empreender a tática do cansaço, era levantar uma mínima quantidade de poeira, possível, durante esse processo de reassentamento. E uma das táticas empregadas era reunir com toda a comunidade, mas realizar o acordo de indenização de forma silenciosa e individual.

A atuação da Vale (com)seguiu violar umas das pautas mais ventiladas do período: a ambiental. De acordo com o Mapa de Conflitos (FIOCRUZ, 2019) Projeto Ferro S11D incluiu a extração de uma mina e planta de beneficiamento dentro da Floresta Nacional (Flona). Flona esta que se inseriu inclusive como uma das estratégias utilizadas pela empresa para

¹¹ O IBRAM é uma organização privada, sem fins lucrativos, com mais de 160 associados, responsáveis por 85% da produção mineral do Brasil (

proteger o entorno das suas minas. Como explica Castriota (2022) a Vale fez uso das unidades de conservação para proteger fisicamente os sítios de extração de ocupações e conflitos territoriais e, com isso, viabilizar a operação. Ademais, as UCs são usadas como unidades de conservação para regularizar operações ilegais de aquisição de terras e rodadas anteriores de grilagem, muitas vezes envolvendo a própria empresa mineradora. Com isso, o autor aponta que, as unidades de conservação se tornam parte integrante do processo de regularização de aquisições ilegais de terras, permitindo que a empresa cumpra requisitos formais e atenda às exigências ambientais e legais. Ocorre assim, o que o autor denomina de ambientalismo operacional.

E a Vale, com o S11D, conseguiu estender suas formas de domínio e praticar o ambientalismo operacional ao longo de toda a EFC. Muitos dos conflitos, listados no capítulo anterior, derivam da duplicação da ferrovia que foi realizada sem consulta prévia. A empresa, inclusive, teve que realizar ajustes em sua licença de operação, mas que em nada comprometeram a consecução do projeto.

A Vale segue sendo a proprietária do corredor Carajás e consegue influenciar em decisões multiescalares e dominar – e influenciar – em todas as áreas onde possui infraestruturas. Nesse sentido, é válido retomarmos o conceito de região como um arte-fato de Haesbaert (2004a e 2004b),

a região como produto-produtora das dinâmicas concomitantes de globalização e fragmentação, em suas distintas combinações e intensidades, o que significa trabalhar a extensão e a força das principais redes de coesão ou, como preferimos, de articulação regional, o que implica identificar também, por outro lado, o nível de desarticulação e/ou de fragmentação de espaços dentro do espaço regional em sentido mais amplo; (ii) a região construída através da atuação de diferentes sujeitos sociais (genericamente: o Estado, as empresas, as instituições de poder não-estatais e os distintos grupos sócio-culturais e classes econômico-políticas) em suas lógicas espaciais zonal e reticular, acrescentando-se ainda a “i-lógica” dos aglomerados resultante principalmente de processos de exclusão e/ou precarização sócioespacial.

Esse conceito enseja a EFC como uma região que desde sua implantação tem servido aos domínios da mineração.

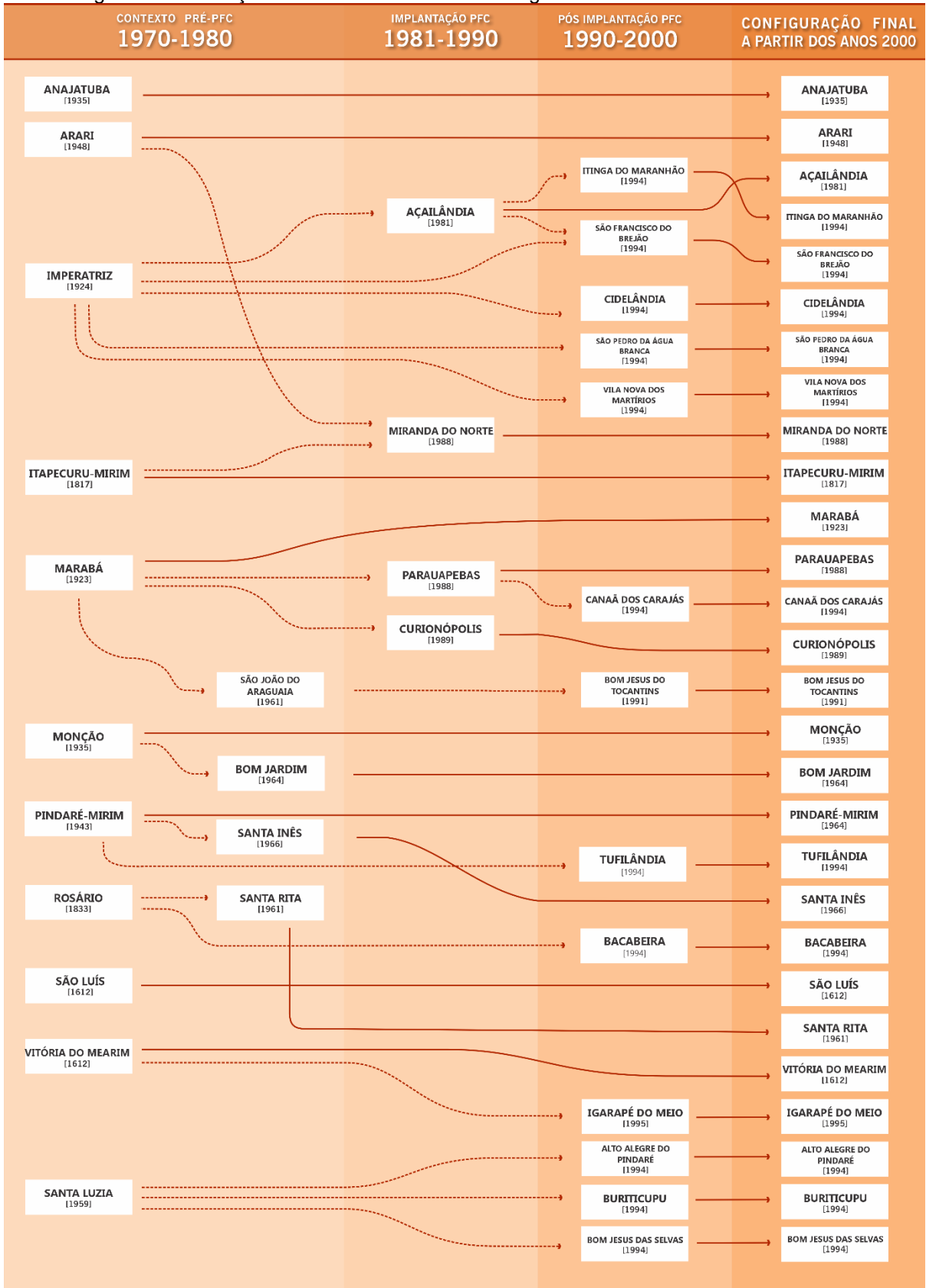
4.4 A Região de Carajás: entre formas-conteúdos e diferenciações

Ao longo de três capítulos procuramos demonstrar como as políticas de dominação a Amazônia transformaram sua parte oriental. As formas-conteúdo dos 892 km sofrem, em maior medida, influências do processo de mineração que foi assumido como pauta de salvação econômica algumas décadas atrás, mas que atualmente, como bem aponta Wanderley (2020) é uma das bases econômicas mais desiguais, violentas, excludente e que desorganiza de modo acelerado o território.

A processo de mineração na região contribuiu para transformar o território em diversos aspectos. Podemos observar essas transformações a partir de suas formas, uma vez que o território foi fragmentando-se para, somente, uma década depois da EFC instalada, consolidar as unidades 28 unidades político administrativas do seu entorno. O lado paraense da ferrovia teve um número bem menor de divisões político-administrativas. Porém, a formação desses novos municípios foi, completamente, influenciada pela presença das minas. O lado maranhense, por sua vez concentrou um número maior de redivisões político-administrativas e estas foram influenciadas por três momentos distintos das políticas nacionais: (i) o primeiro momento ligado com as frentes rodoviaristas; (ii) um segundo momento em razão dos grandes projetos de mineração e (iii) terceiro momento com as políticas estaduais de urbanização do território.

Essas formas também tiveram suas formas internas alteradas. Bairros, loteamentos, comunidades, vilas, *company towns* e outras formas passaram a preencher seus espaços, sendo reflexo de processos internos que acabaram influenciando em outros processos como segregação, financeirização, diferenciação, etc. As formas contam os processos ao passo que influenciam em outros numa totalização incessante. As formas ao longo da ferrovia também influenciaram em novos processos como os de diferenciação. Os municípios ao longo da ferrovia são marcadamente diferenciados. Neles reside um tempo operário que é marcado por elementos característicos da mineração: pessoas com uniformes de empresas, com EPI's, carros etiquetados, placas de terceirizadas e etc. Um conjunto de elementos que demonstram que a mineração está acontecendo. Por isso, são formas da mineração.

Figura 33 – Evolução das formas-conteúdo ao longo da EFC



Nas formas constituídas após 1980, cujo processo de constituição foi acelerado e motivados por obras, a paisagem é avermelhada pelos tijolos das casas sem emboço, sinalizando que a cidade ainda está acontecendo (Ver foto 10). Nelas o lazer é escasso, mas os centros comerciais são caracterizados pela presença de lojas “de marcas”.

Foto 10 – Formas da mineração acontecendo. Canaã dos Carajás.



Fonte: Acervo da autora.

Todavia, nas formas da mineração que tiveram suas constituições ligadas às frentes de formação histórica, embora apresentem em seus espaços elementos característicos da mineração, ainda assim tem suas rugosidades históricas. Nelas o tempo é mais lento, a paisagem com as casinhas de telhado baixo, os centros comerciais cheios de manequins e produtos na calçada enquanto o vendedor está sentado na cadeira de balanço. Nas cidades da mineração com rugosidades, ainda é possível encontrar pescadores, agricultores, artesãos. São conformadas por uma rotina que só é rompida com os carros que chegam com os uniformizados procurando por restaurantes. Nessas formas os locais logo lançam olhares curiosos para qualquer pessoa que esteja de crachá. E não hesitam em perguntar: “É da Vale, é?”. Algumas delas ainda possuem as pracinhas com coreto e outras o casarão simbolizando a existência de um passado áureo, mas que agora “tudo tá parado” – dizem os comerciantes quando são abordados.

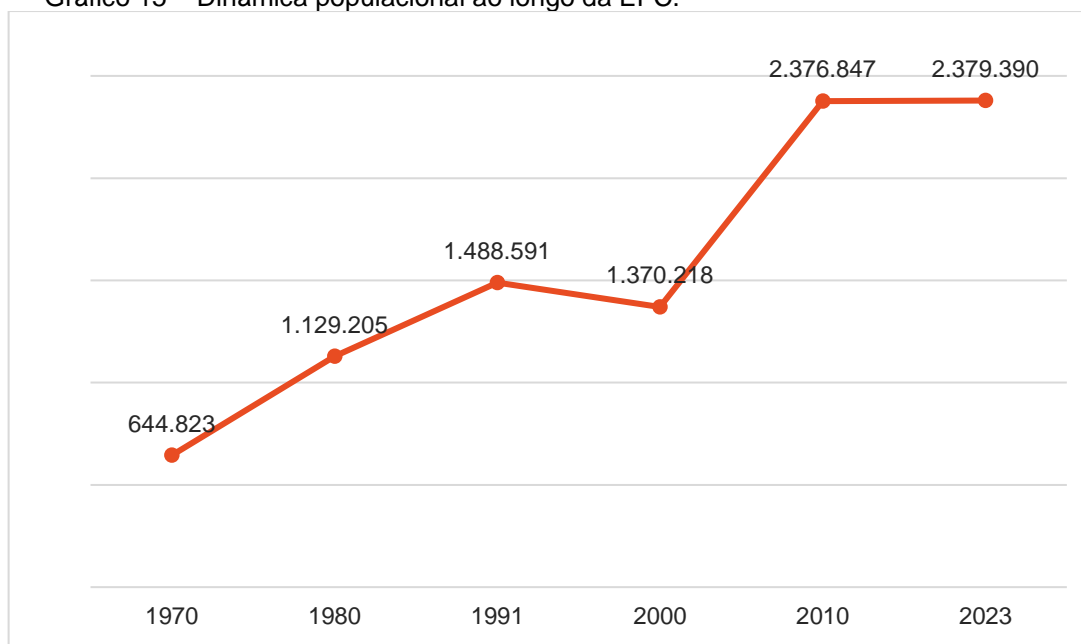
Foto 11 – Cidades da mineração com rugosidades. Da esquerda para a direita: Vitória do Mearim, Itapecuru Mirim, Pindaré Mirim e Anajatuba.



Fonte: Acervo da autora.

Mas como as formas foram um binômio perfeito com os conteúdos, de início podemos demarcar que o processo de fragmentação do território veio acompanhado por um crescimento populacional acelerado e intenso (Ver Gráfico 15). As formas-conteúdos da mineração são formas aceleradas e inacabadas porque ainda estão sempre promovendo impactos. Foi o que aconteceu em Parauapebas e depois em Canaã dos Carajás. Esses dois municípios apresentaram um processo acelerado de urbanização. Muitos desses processos foram tão acelerados e efêmeros – como no caso da montagem do S11D – que os bancos estatísticos do país nem registraram. Podemos assinalar, no entanto, que enquanto a evolução da taxa de urbanização na EFC, de 2000 para 2010 foi de 2,6%, em Parauapebas e Canaã dos Carajás essas taxas foram de 8% e 9,4% respectivamente.

Gráfico 15 – Dinâmica populacional ao longo da EFC.



Fonte: IBGE (Anos de referência)

Fora desse contexto atípico, as formas-conteúdo que apresentaram as maiores taxas de urbanização foram Bom Jesus das Selvas (5,6%), Vila Nova dos Martírios (5,3%) e Miranda do Norte (4,2%). Entre as que tiveram as menores taxas de urbanização foram Alto Alegre do Pindaré (0,3) e Itinga do Maranhão (0,7).

Esses urbanos são caracterizados por uma baixa presença de pontos de cultura, instalações esportivas e bibliotecas públicas. Ao longo da EFC, Açailândia se destaca por

ter o maior número de instalações esportivas (13), Buriticupu possui a maior quantidade de pontos de cultura (7) e Marabá o maior número de bibliotecas públicas.

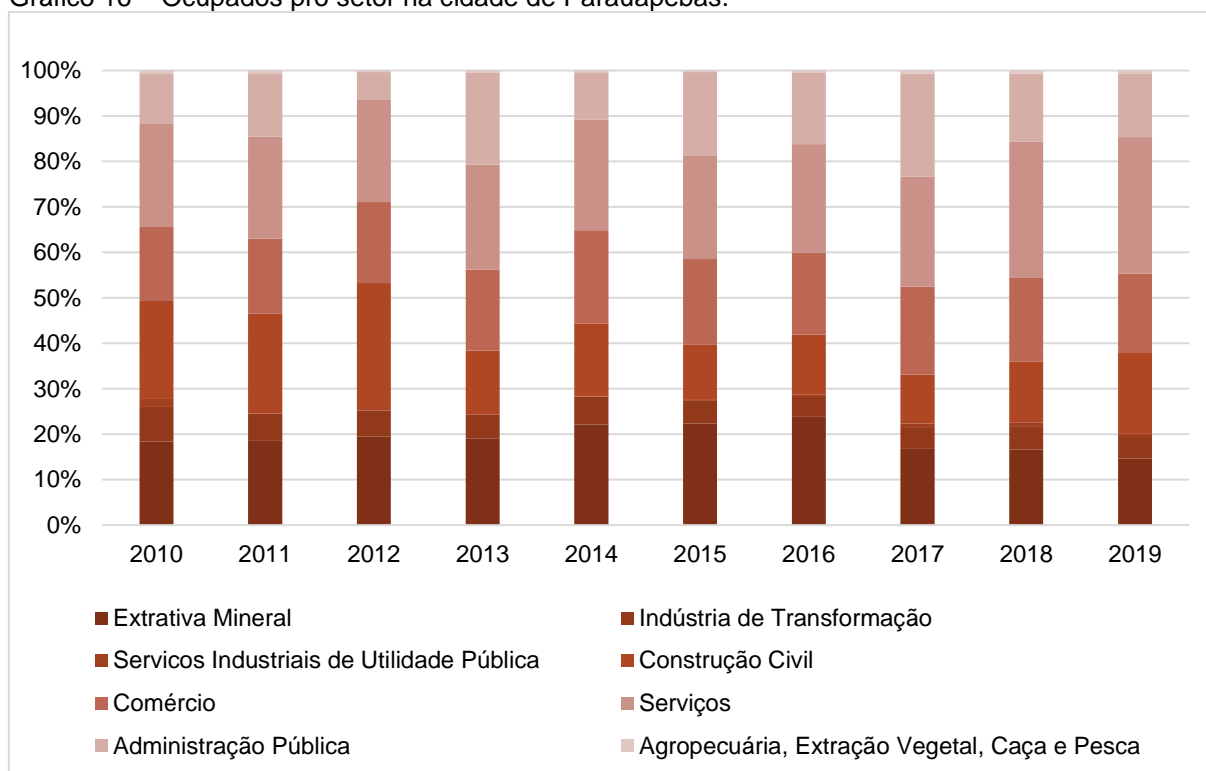
Embora algumas dessas formas-conteúdo apresentem espaços com atrativos que serviriam ao turismo como rios e centros históricos, as mesmas possuem poucas atividades relacionadas ao setor. Anajatuba, Arari e Vitória do Mearim integram a rota da Pororoca, (fenômeno que se realiza a partir do encontro de dois rios e que pode servir a prática de surf), porém apenas Vitória do Mearim possui um número razoável de equipamentos (11).

A cobertura de Saúde ao longo da EFC está predominantemente concentrada em Marabá (30), Parauapebas (33), Açailândia (30). São nesses municípios que se encontram o maior número de Hospitais, Centros de Saúde/Unidades Básicas de Saúde e Postos. Em termos de rede financeira, Marabá (22), Parauapebas (19), Santa Inês (14) e Açailândia (13) apresentam as maiores quantidades de bancos e lotéricas. E no que diz respeito a rede de assistência jurídica, Marabá (4), Parauapebas (4), Santa Inês (4) Açailândia (4) e Bom Jardim (4). Em termos educacionais, Marabá (227) e Parauapebas (101) possuem o maior número de estabelecimentos de ensino.

A infraestrutura urbana, que inicialmente apontamos como um indicador que nos permite vislumbrar se as condições dessas formas-conteúdos estão melhorando, apresentaram taxas de crescimento baixas. A porcentagem da população em domicílios com água encanada cresceu, de 1991 a 2010 apenas 10%, enquanto o percentual de pessoas em domicílios com energia elétrica evoluiu apenas 2,7% no mesmo período. Canaã dos Carajás (21,3%), Buriticupu (19,9%) e Vila Nova dos Martírios (19,5%) apresentaram as maiores taxas de crescimento no que diz respeito ao abastecimento de água. Canaã dos Carajás (7,5%), Monção (5,3%) e Anajatuba (5,3%).

A Administração Pública é o principal setor de atividade para 57,1% dos municípios ao longo da EFC. Interessante que a dinâmica aponta um crescimento que vem se acentuando desde 2014. E este setor é o com maior empregabilidade. Apenas nos municípios com as minas que esse contexto é adverso. Nos municípios com minas, a empregabilidade é maior no setor extrativo mineral. Sendo Canaã dos Carajás o que, em 2019, possuía as maiores porcentagens de pessoas no setor.

Gráfico 16 – Ocupados pro setor na cidade de Parauapebas.

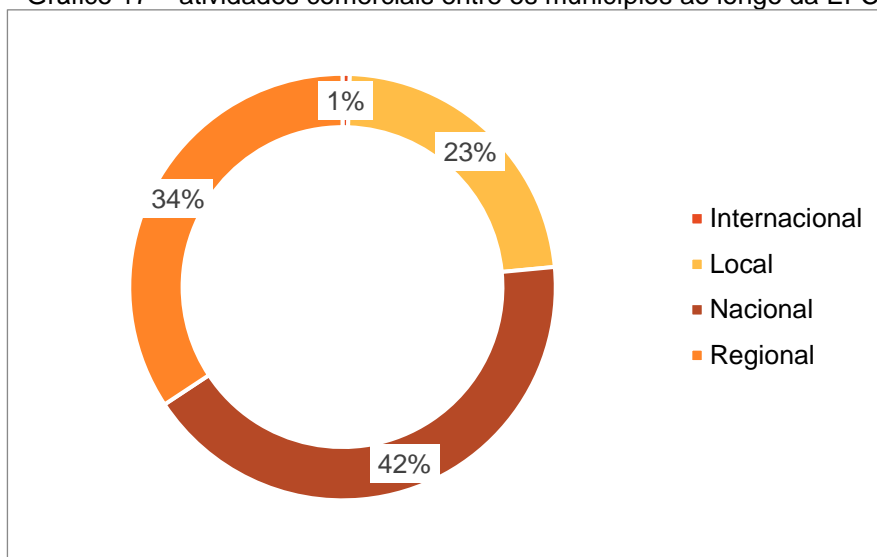


Fonte: RAIS/CAGED (Anos de referência)

As formas-conteúdos que também possuem empregabilidades ligadas ao setor de mineração são Bacabeira (Extrativa Mineral), Curionópolis (Extrativa Mineral) e Marabá (Extrativa Mineral). Entre as formas-conteúdo que mais se distanciam da mineração são Vitória do Mearim, Pindaré Mirim e Monção, todas com altas taxas de empregabilidade no Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca.

Em termos de atividades comerciais locais, de acordo com pesquisa realizada pelo ITV (2022; 2023), os municípios ao longo da EFC possuem uma forte cooperação comercial onde cerca 34% dos produtos, compras e vendas, circulam entre os municípios da EFC.

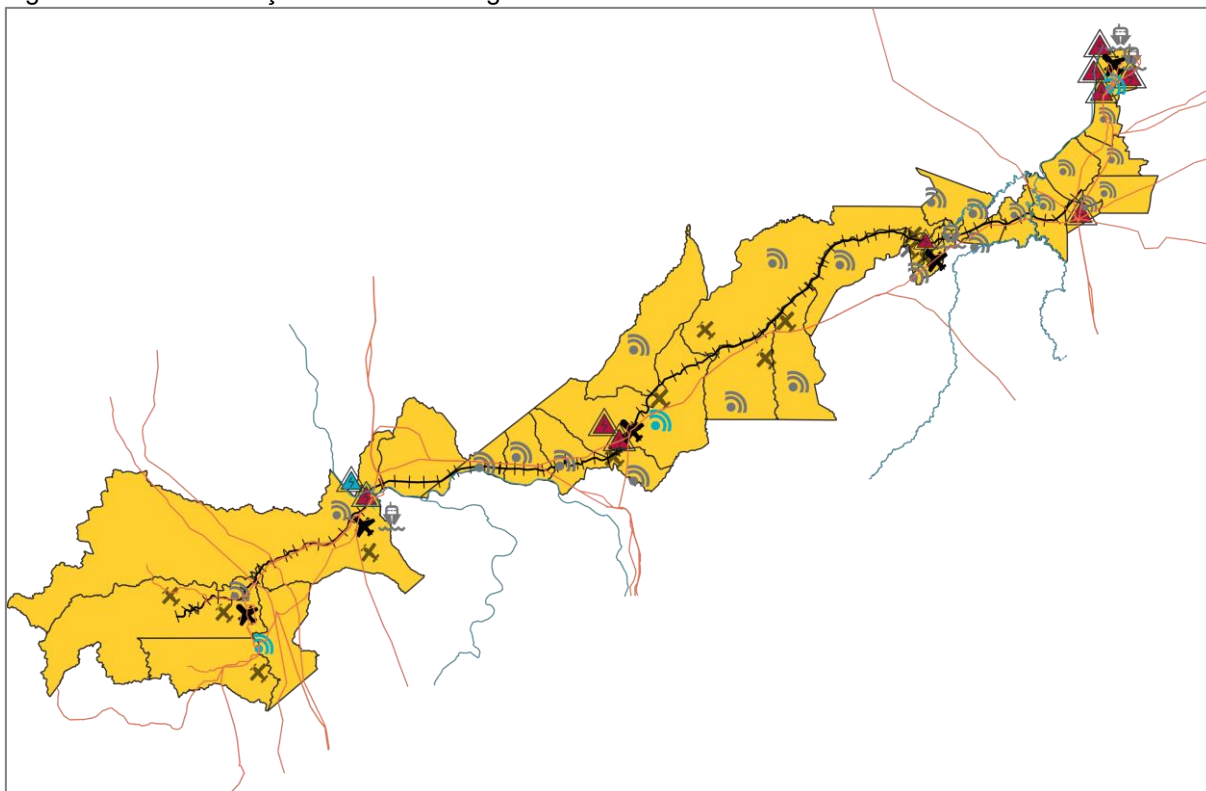
Gráfico 17 – atividades comerciais entre os municípios ao longo da EFC.



Fonte: ITV (2022; 2023)

Todas essas transformações implicaram na configuração de uma nova rede urbana sob influência da EFC, onde municípios como Santa Inês, Açailândia e Parauapebas adquiriram importância tanto em função das novas atividades desenvolvidas nesses territórios, como também em razão das infraestruturas que passaram a concentrar. Esses municípios passaram a dividir dinâmicas com Marabá e São Luís, municípios que possuíam relevância em função da sua importância histórica. Assim, ao longo da EFC as transformações contribuíram na diferenciação desses municípios e configuraram o território que **podemos ver na figura a seguir ()**.

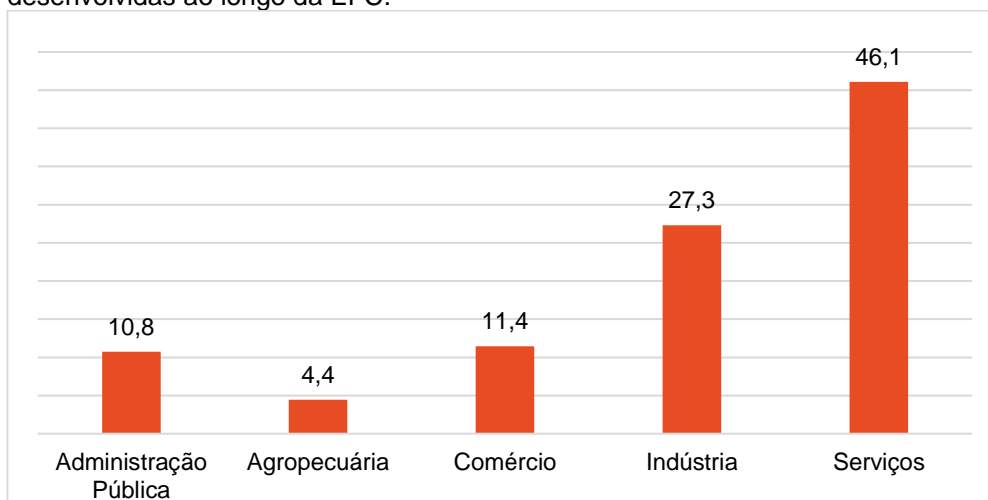
Figura 34 – Diferenciação na rede ao longo da EFC.



Elaboração: Galvão (2024).

Para concluirmos, as formas-conteúdo da mineração reproduzem no imaginário da população ao longo da ferrovia a ideia de desenvolvimento. Mesmo diante das assimetrias que causa, a mineração, as empresas terceirizadas e obras estão entre as respostas mais citadas como atividades que poderiam ser fomentadas no território.

Gráfico 18 – Setores de atividades indicadas como possíveis de serem desenvolvidas ao longo da EFC.



Fonte: ITV (2022; 2023)

Concluimos o capítulo apontando que a mineração se distribui em termos de impactos, todavia, contribui pouco com a empregabilidade na região corroborando com seu caráter concentrador a qual se referiu Wanderley (2023). E o que fica muito claro nessa articulação é o território, mesmo com os atores sociais reivindicativos, não há pactuações para minimizar de modo efetivo as tensões. Ademais, a Vale alcançou um patamar de produtividade que lhe garante blindagem. O caso mais notável desse processo é o fato de a mineradora processar as pessoas que estão se manifestando contra a empresa. Uma situação que a aproxima das raízes autoritárias de outrora. E esse silenciamento é corroborado por um conjunto de municípios que seguem com o pires na mão esperando benefícios. Cabe aqui um parêntese de uma das atividades de campo que realizei. Ao solicitar entrevista com um secretário de desenvolvimento econômico do município, fui indagada acerca dos benefícios que lhes seriam auferidos caso decidisse participar da pesquisa. E o secretário continuou: “Essa pesquisa não é para a Vale? Pois eu só vou responder se ela mandar umas coisas pra gente”. E a entrevista antes de começar, acabou. Pontuo esse fato para demarcar que estamos falando de territórios marcados por políticas de troca-troca. Políticas essas que vão continuar reproduzindo assimetrias e deixando a população em situações de vulnerabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos propusemos a compreender o papel das políticas públicas (federais e estaduais) nas transformações territoriais da Amazônia Oriental que levaram à formação da Região de Carajás. Para cumprir com o objetivo estruturamos no primeiro capítulo o contexto causa, ou seja, como a criação da Amazônia Legal em 1953 significou uma decisão política para criar regras de domínio dos recursos. A partir de então a Amazônia passou a integrar todas as políticas e planos, programas e mais programas. A Amazônia foi oferecida em barcos entre coquetéis e champagnes. E foi assim que os sistemas de objetos e sistemas de ações foi sendo desenhado e concebido apenas para a escala nacional.

Os primeiros elementos foram lançados como se floresta fosse uma folha de papel A3. As rodovias mais importantes e impactantes ao seu território foram planejadas em aviões, em sobrevoos. Com tanta criatividade não tinha como dar certo. E não deu. Impactos e mais impactos decorreram desse processo. Porém o plano de integração se consolidava. E até algumas núcleos locais (posicionados no último nível da rede de cidades brasileiras) saíram do isolamento. Mas antes que o território acomodasse as primeiras formas e compre desse os novos conteúdos, vieram os militares e o projeto de dominação não foi apenas ampliado como foi intensificado. Era preciso achar o Eldorado, era preciso ocupar os vazios, era preciso defender os recursos. Os militares precisavam muito da floresta para salvar seu projeto autoritário. E eis que acharam a solução, descobriram a Serra dos Carajás.

O primeiro capítulo deixou claro o caráter territorial que as políticas têm. E deixou claro também a relação territorialista do Estado que foi aos últimos limites para fazer o projeto de mineração acontecer. A delimitação da Amazônia Legal direcionou inúmeras políticas de dominação cercando e mapeando os recursos da floresta de forma ostensiva e ignorando as comunidades locais. A intervenção federal na Amazônia (1952-1979), iniciada com as políticas públicas de desenvolvimentismo, impulsionou a integração da região tendo o rodoviarismo como principal viés. Com a emergência da ditadura militar, a região amazônica tornou-se alvo de estratégias mais incisivas e que apontaram a dominação territorial por meio de projetos como a Operação Amazônia e o RADAM e deflagraram a exploração dos recursos naturais, ao passo que efetivaram a integração.

Tais medidas consolidaram a Amazônia como uma fronteira de recursos, mas reforçaram as assimetrias regionais.

Um processo que se constituiu por meio de diferentes fases e se utilizando de diferentes estratégias. Podemos pontuar que as políticas de planejamento regional, a delimitação da Amazônia Legal, a construção de infraestruturas, a criação de órgãos como a SUDAM, a implantação do Programa de Integração Nacional (PIN) e a influência do II Plano Nacional de Desenvolvimento foram determinantes no início do processo de dominação. Como consequência tivemos uma ocupação e exploração da região de modo acelerado que implicou em na complexidade das dinâmicas territoriais e acentuação das desigualdades regionais. Isso demonstra que a evolução das estratégias de desenvolvimento e integração territorial ao longo contribuíram com as transformações iniciais da região, mas sobretudo, pautaram a região como um território a ser dominado.

Pudemos observar que as políticas de planejamento regional, bem como a introdução dos elementos infraestruturais, a criação de órgãos e programas específicos foram articulados e determinaram a dominação da região. Um percurso que demarca a delimitação da Amazônia Legal como uma área de interesse geopolítico e que possibilitou a consolidação da região como uma fronteira de recursos.

Com a sistematização da exploração dos recursos naturais, em busca de uma modernização e expansão da economia nacional houve uma ampliação da comunicação intra e inter-regional, mas com inúmeros impactos socioeconômicos e ambientais. A abertura de rodovias desarticulou dinâmicas locais ao introduzir produtos industrializados e transformou irremediavelmente os modos de vida tradicionais que eram baseados na subsistência e no uso sustentável dos recursos florestais. A vida dos habitantes locais, que tradicionalmente viviam em harmonia com a floresta e os rios foi alterada e a entrada de produtos industrializados e a exportação de recursos naturais locais modificaram as relações de produção e subsistência. Ademais, os novos fluxos induzidos por meio dos incentivos à ocupação tiveram consequências econômicas, ambientais e sociais como explosão demográfica, disputa pela terra e devassamento dos recursos florestais. Em termos de transformações territoriais pudemos verificar que a introdução da rodovia Belém-Brasília, enquanto projeto de integração nacional, consumou inúmeras, sobretudo por meio da introdução de novas formas de uso do território e de relação com a terra.

Isso mudou a configuração de cidades como Imperatriz, no Maranhão, que se tornou um ponto estratégico de ocupação e desenvolvimento. Consideramos, portanto, que as políticas de integração que, em tese, buscavam a redução das desigualdades regionais, na prática acentuaram essas desigualdades ao introduzir novas lógicas de exploração capitalista e de uso do território.

Essas primeiras estratégias apenas abriram caminhos para as RIDAs da Operação Amazônia que escancarou a dominação da floresta. As inúmeras frentes que foram sendo abertas possibilitaram a descoberta dos recursos minerais que se transformaram no grande motor de desenvolvimento tendo a Serra dos Carajás como o do Eldorado de salvação do país. Interessante notar que a viabilização das estratégias de exploração efetivou práticas desenvolvimentistas, como o projeto Polamazônia, que realmente comprovam o quanto a Amazônia serviu de palco para experiências de todo os gêneros. E embora tivessem como mote um recurso abundante, demonstraram o quanto intervir na região prescinde de estratégias específicas em razão do meio, em razão das populações locais, em razão de inúmeras situações que tornam a floresta um meio muito particular.

A Serra dos Carajás, localizada na Amazônia Oriental, foi identificada como um dos maiores depósitos minerais do mundo, e derivou em um projeto gigantesco de exploração, o PGC, entretanto, em função das especificidades da região, apenas parte, como o PGC, foi consubstanciada. Todavia, esse projeto foi capaz de demonstrar como os elementos lançados para realizar as estratégias de desenvolvimento e exploração mineral transformaram significativamente a configuração econômica e territorial da Amazônia Oriental, destacando a importância da região para a economia nacional e global.

Se o segundo capítulo, foi o do contexto causas da ocupação, o terceiro capítulo trouxe os efeitos da ocupação. Nesse capítulo apresentamos como a produção das formas-conteúdos reverberaram. Quando o governo federal lançou no meio da floresta amazônica o PGC porque a mineração era a salvação. O impacto da descoberta da Serra dos Carajás no município reorganizou a economia em função da atividade mineradora e isso impactou o uso da terra. As transformações realizadas de forma direta não apenas moldaram o território como apontaram a direção das diferenciações. Medidas pautadas na forte intervenção do governo que se diluíam à medida que se distanciavam

dos recursos. No entorno das minas se concentraram as maiores transformações, entretanto, as infraestruturas e outras ações governamentais trataram de distribuir as transformações ao longo do território. E essas, mesmo tendo em seu cerne outros fatores motivadores, ainda assim, também alteraram de forma significativa o território e o reconfiguraram. Nesse sentido, foi a EFC que cumpriu importante papel. Ao longo dos 892 km as infraestruturas associadas a ferrovia e à mineração (pátios de cruzamento, terminais industriais, ramais e pontes) foram determinantes para concentrar os novos fluxos de atividades, de demográficos e políticos. Com isso inúmeros pontos de tensões territoriais foram acentuados. Essas estruturas foram essenciais para o transporte de minérios, mas também para a inserção de diferentes pontos de tensão territorial.

A acomodação dos interesses da mineração e a absorção de serviços de empreiteiras não se realizou de forma facilitada. Não haveria de se realizar uma vez que confrontou o habitar-viver da região com o produzir da mineração. Mudanças de usos do território com a inclusão dessas novas atividades que foram suplantando as atividades econômicas tradicionais, como exploração extrativista e pesca.

A implantação da ferrovia traduziu um período em que a intervenção no território se realizava de forma predatória no território. Sem quaisquer considerações com o meio onde estava sendo inserida. E não somente a ferrovia, mas como a cadeia produtiva a ela associada como foi o caso do polo siderúrgico de Açailândia e a encarceramento de Piquiá de Baixo, bem como o devassamento dos recursos florestais do município.

E embora, a EFC tenha sido implantada em um período de recrudescimento do governo autoritário dos militares, ainda assim a mesma significou a mão forte do estado que assumiu o território como sendo sua extensão. A ferrovia interceptou terras indígenas, áreas ambientalmente frágeis, comunidades quilombolas e tradicionais e outros. Como estratégias de convencimento foram enfatizados os ideais de desenvolvimento e, também, um *pseudo* Plano Diretor de Desenvolvimento Regional (PDDR) que delineou as diretrizes para a integração da ferrovia com o território, destacando os impactos diretos e indiretos da infraestrutura, mas que, todavia, foram apenas documentos de conteúdo e não de formas. E mesmo as atividades que nele foram mencionadas e que poderiam ser desenvolvidas na região, nem prospectaram em nenhum outro plano para o território.

As camadas que foram adicionadas ao território foram incongruentes e derivaram em conflitos que foram sendo somados ao longo do tempo. Com a redemocratização essas pautas emergiram com força. A Amazônia passou a ter entes em sua defesa, entretanto, aqueles territórios que estavam diretamente ligados à ferrovia passaram a viver com força de uma mineradora que se tornou uma multinacional gigantesca e que assumiu o direcionamento das suas áreas de atuação.

E assim o território foi refletindo inúmeros pontos de tensão. E todas as táticas possíveis foram sendo criadas: áreas de segurança, delegacias da terra... As políticas dos militares influenciaram no surgimento dos primeiros territórios da mineração: Canaã dos Carajás, Parauapebas e Açailândia. Os entes subnacionais não queriam ficar de fora e influenciaram nas formas-conteúdo de parcelamentos, de colonização. Incluíram novas camadas de dominação e de conflitos. Pautas importantes passaram ser visibilizadas, assim como seus povos. Mas não o suficiente para fazer frente ao projeto de exploração mineral, sobretudo quando a CVRD passou a ser Vale.

Chegamos ao quarto capítulo, o capítulo das consequências de tanta dominação. Nesse capítulo apontamos como a Vale criou estratégias para assumir o domínio da região. A partir de sua privatização o território passou a ser seu. Desapropriações, violações ambientais, especulação imobiliária tornaram-se estratégias recorrentes. As estratégias de dominação do território se concentraram nas mãos da mineradora que conseguiu duplicar seus lucros e tornar-se uma das mineradoras mais poderosas do mundo. E não teve lei ambiental, não teve TI, não teve UC, não teve nada capaz de atrapalhar a mineração.

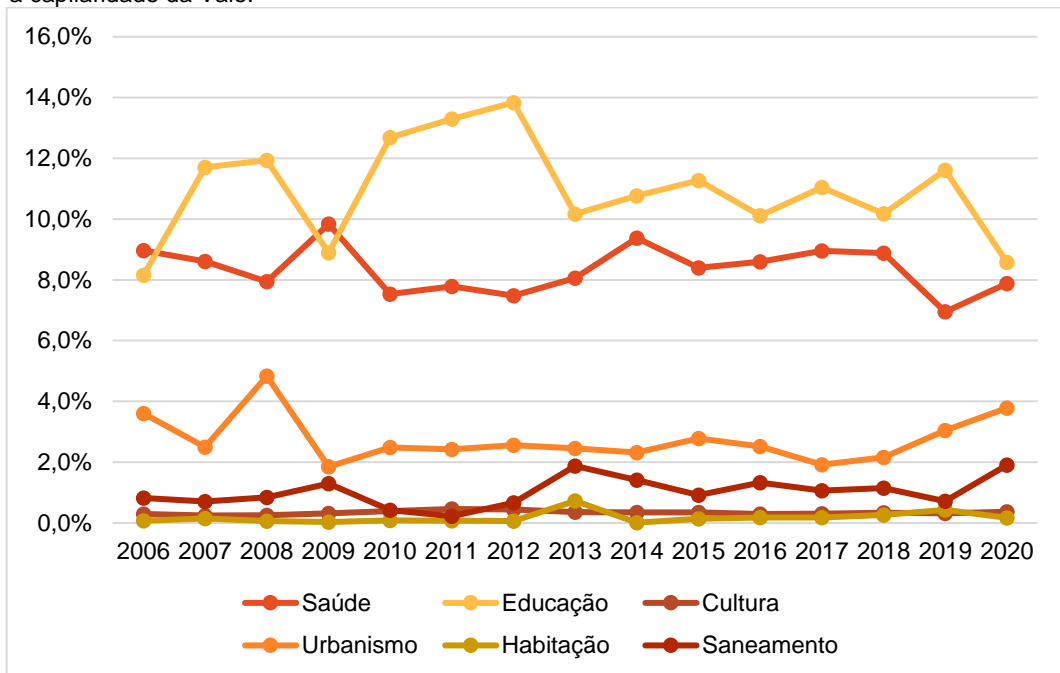
Mas é também importante pontuar que camadas que foram sendo adicionadas ao território foram incongruentes e derivaram em conflitos que foram sendo somados ao longo do tempo. Com a redemocratização essas pautas emergiram com força. A Amazônia passou a ter entes em sua defesa, entretanto, aqueles territórios que estavam diretamente ligados à ferrovia passaram a viver com força de uma mineradora que se tornou uma multinacional gigantesca e que assumiu o direcionamento das suas áreas de atuação.

Interessante como o processo de dominação da Amazônia Oriental foi desenhado pelo Estado, mas que com a emergência de práticas neoliberais renunciou ao Eldorado que outrora havia sido sua pauta mais relevante.

As políticas direcionadas à parte oriental da Amazônia devido promoveram a mineração e esta provocou inúmeras mudanças não apenas territoriais, como demográficas, urbanas e socioeconômicas. A atividade mineradora contribuiu para a fragmentação do território, formação de novos municípios e aceleração da urbanização, bem como a diferenciação de suas formas-conteúdos. No entanto, a mineração gerou assimetrias socioeconômicas, deixando a população em situações de vulnerabilidade. Apesar do desenvolvimento percebido, a mineração contribuiu pouco para a empregabilidade na região e gerou tensões que não foram efetivamente minimizadas. A presença das empresas mineradoras e a concentração de infraestruturas refletem um cenário de desafios e assimetrias socioeconômicas na região

Assim, nesse capítulo pudemos ver que a empresa ganhou espaço onde o estado foi se ausentando. Após a implantação do PFC as políticas para as áreas ao longo da ferrovia foram sendo diluídas. Planos e projetos direcionados à Amazônia não incluíram a EFC como uma infraestrutura passível de ser incluída em outros planos. Assim, esses municípios que passaram a se sustentar com os repasses da União, sobretudo, para as áreas de saúde e Educação, tiveram cada vez menos condições de investir em outras áreas como cultura, urbanismo, habitação e etc. (Ver gráfico 19).

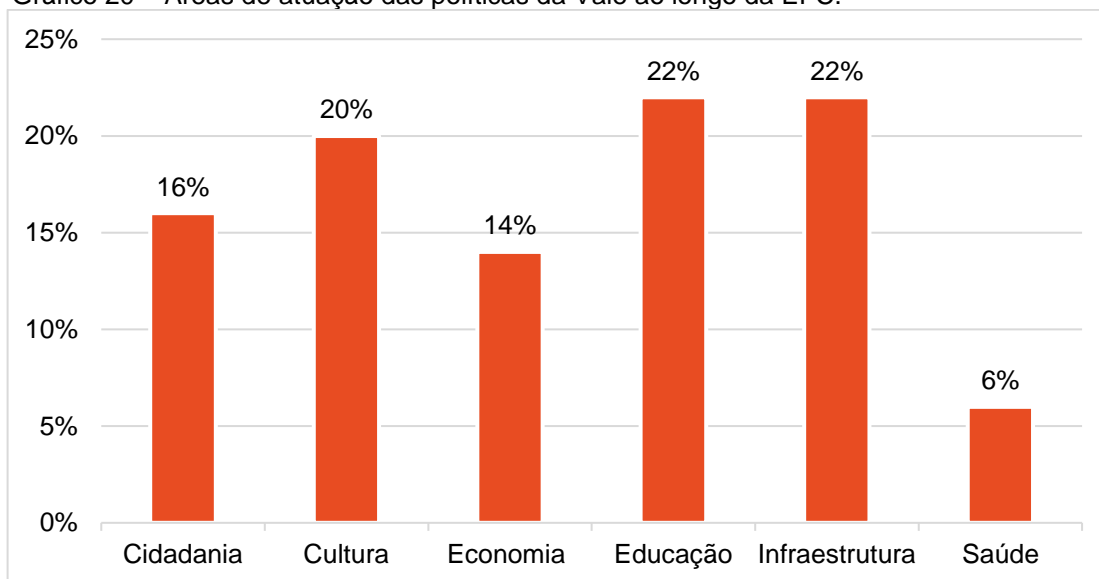
Gráfico 19 – Áreas das políticas de investimentos dos municípios da EFC que abriram espaço para a capilaridade da Vale.



Fonte: Tesouro Nacional (Anos de referência).

Em contrapartida, a Vale cada vez mais vem ocupando esses espaços (Ver Gráfico 20). Com isso, a capilaridade da empresa no território foi crescendo, assim como o domínio da mesma sobre os recursos da região. Desse modo a integração final da Amazônia às lógicas de produção global foi consumada. Os trilhos da dominação da Vale colocaram o sistema de ações e de objetos, desenhados com as primeiras políticas rodoviaristas, em outros níveis de articulação. A mineração acontece na Amazônia, isso é um fato (Ver Foto 12), mas nenhum ganho fica ali. As comunidades seguem impactadas, os municípios seguem sem recursos e sem condições político-administrativas de lidar com um processo de gigantescas proporções.

Gráfico 20 – Áreas de atuação das políticas da Vale ao longo da EFC.



Fonte: Relatórios de Sustentabilidade da Vale (Anos de referência).

A Vale usa o território da mesma forma que os militares usavam, mas ocorre que agora tem poder econômico para fazer as coisas acontecerem. Portanto, a região de Carajás é um palco da Vale que se desenhou a partir das diversas políticas que foram sendo lançadas à Amazônia e acabaram se conjugando com outras situações e processos que não a impediram a empresa de dominar os territórios dos 28 municípios ao longo da EFC.

Foto 12 – Estruturas de correias utilizadas para transportar o minério no projeto S11D da Vale.



Fonte: Acervo da autora.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Jonas. A cidade de Marabá sob o impacto dos projetos governamentais a partir de 1970. 2008. PhD Thesis. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-05022009-121639/publico/DISSERTACAO_JOSE_JONAS_ALMEIDA.pdf>. Acesso em: 20 de novembro de 2023.

_____. A cidade de Marabá sob o impacto dos projetos governamentais (1970-2000). FRONTEIRAS: Revista de História, 11(20), 167-188. 2009. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/347>>. Acesso em: 26 de julho de 2023.

AMAZONIA LATITUDE. Rozana Corrêa e Odnei Ribeiro: Como a Ditadura usou bancos, estradas e decretos para 'ocupar' a Amazônia. 2023. Revista Eletrônica. Disponível em: <<https://www.amazonialatitude.com/2023/02/08/como-a-ditadura-usou-bancos-estradas-e-decretos-para-ocupar-a-amazonia/#:~:text=O%20Programa%20de%20Integra%C3%A7%C3%A3o%20Nacional,rodovias%20Transamaz%C3%B4nica%20e%20Cuiab%C3%A1%2DSantar%C3%A9m>>. Acesso em: 22 de maio de 2023.

ANTT. Agência Nacional de Transportes Terrestres. Dados Abertos. Transporte Ferroviário de Cargas e Passageiros. Desempenho Operacional EFC. Brasília, 2023. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNjAzZWViMzAtY2YyZi00MTJILTk4MTAtZjNIMDgzZDRkMTg4IiwidCI6Ijg3YmJiOWRILWE4OTItNGNkZS1hNDY2LTg4Zjk4MmZiYzQ5MCJ9>>. Acesso em: 14 de janeiro de 2023.

ANM. Agência Nacional de Mineração. ANM divulga listas de municípios afetados aptos a receber recursos da CFEM. Ministério de Minas e Energia. Brasília. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/anm/pt-br/anm-divulga-listas-de-municipios-afetados-aptos-a-receber-recursos-da-cfem>. Acesso em: 9 dezembro de 2023.

ARCANGELI, Alberto. O mito da terra: uma análise da colonização da pré-Amazônia maranhense. Universidade Federal do Maranhão, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Editora Universitária da UFMA, 1987.

BANDEIRA, A. Alterações sócio-espaciais no sudeste do Pará: a mudança de terra rural para solo urbano na cidade de Canaã dos Carajás. Belém: FAUUFPA (Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) –Universidade Federal do Pará, 2014. Disponível em <<https://ppgau.propesp.ufpa.br/index.php/br/teses-e-dissertacoes/dissertacoes/40-2014:>>> Acesso em: 22 de abril de 2023.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e Crise do Governo Dilma Rousseff e o Golpe de 2016: Poder Estrutural, Contradição E Ideologia. Revista de Economia Contemporânea [online]. 2017, v. 21, n. 02. Epub 21 Dez 2017. ISSN 1980-5527 Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/198055272129>>. Acesso em 14 março de 2024.

BATISTA, Iane Maria da. A natureza nos planos de desenvolvimento da Amazônia (1955-1985). 371 fl. 2016. PhD Thesis. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará, Belém.

BECKER, Bertha. Amazônia. Série princípios. Editora Ática. 6ª Ed. São Paulo: 1998.

BECKER, Bertha. A urbe amazônida. Editora Garamond, 2018.

BRASIL, Eric Universo Rodrigues. O novo código de mineração no Brasil: uma análise econômica da compensação financeira sobre a exploração dos recursos. 2016. Tese (Doutorado em Teoria Econômica) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, University of São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <doi:10.11606/T.12.2016.tde-01042016-093643>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2024.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos. In As Amazônias de Bertha K. Becker: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica. Volume 1. Org. Ima Célia Guimaraes. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2015 [1982].

BECKER, Bertha; MIRANDA, Mariana; MACHADO, Lia Osório. Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território. Editora UnB, 1990.

BECKER, Bertha K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários. Parcerias estratégicas, 2001, 12.1: 135-59. Disponível em https://docs.ufpr.br/~adilar/GEOPOL%C3%8DTICA2019/Geopolitica%20da%20Amazonia/Amaz%C3%B4nia_Pol%C3%ADtica%20de%20ocupa%C3%A7%C3%A3o.pdf Acesso em: 22 de jun de 2023

BENATTI, José Heder. A Criação de Unidades de Conservação em Áreas de Aposseamento de Populações Tradicionais. Novos Cadernos NAEA, [S.l.], v. 1, n. 2, dez. 2008. ISSN 2179-7536. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/7/7>>. Acesso em: 01 out. 2023

BERCOVICI, Gilberto. Federalismo e desenvolvimento regional no Brasil. Direito tributário: homenagem a Paulo de Barros Carvalho. Tradução. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

BIBAS, Luna; CARDOSO, Ana Cláudia. Redesenhos para Marabá (PA): aspectos socioambientais e de desenho urbano. Arqtextos: Vitruvius, São Paulo, 2016, 17.199.07.

BNDES. Privatização da Vale do Rio Doce. Programa Nacional de Desestatização. 1997. Disponível em https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/14057/2/Privatizacao%20da%20Vale%20do%20Rio%20Doce_o%20estado%20no%20lugar%20certo_P_BD.PDF Acesso em: 25 de mai de 2023.

BOBBIO, Norberto; NOGUEIRA, Marco Aurélio. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.131, de 30 de outubro de 1970. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1970-1979/decreto-lei-1131-30-outubro-1970-375551-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 15 de janeiro de 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Legislação. Legislação Informatizada - Decreto nº 67.557/1970 - Publicação Original. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-67557-12-novembro-1970-409139-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20cria%C3%A7%C3%A3o%20de,Nacional%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A4ncias>> Acesso em 08 de ago de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto-lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1110.htm#:~:text=DECRETO%2DLEI%20N%C2%BA%201.110%2C%20DE%209%20DE%20JULHO%20DE%201970.&text=Cria%20o%20Instituto%20Nacional%20de,Agr%C3%A1ria%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A4ncias> Acesso em 10 de ago de 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Legislação Informatizada. Resolução Nº 60/1973. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/ressen/1970-1979/resolucao-60-3-dezembro-1973-481439-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 7 de março de 2023.

BRASIL. Decreto Lei nº 1799 de 1980. Câmara dos Deputados. Legislação Informatizada. Brasília. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1980-1987/decreto-lei-1799-5-agosto-1980-374576-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 08 de agosto de 2023.

BRASIL. Lei Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.938%2C%20DE%2031%20DE%20AGOSTO%20DE%201981&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional,aplica%C3%A7%C3%A3o%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A4ncias>. Acesso em: 13 de maio de 2023.

BRASIL, Presidência da república. Secretaria de Imprensa e divulgação. Grande Carajás. Brasília, 1982. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/figueiredo/grande-carajas-1982>>. Acesso em: 19 de janeiro de 2022.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Nº 9.491, de 9 de setembro de 1997. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9491.htm>. Acesso em: 10 de maio de 2023.

BRASIL. Plano plurianual 2004-2007. Ministério do planejamento, orçamento e gestão secretaria de planejamento e investimentos estratégicos. Brasília: 2003. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/ppa/2004_2007/ppa-2004-2007/mensagempresidencial.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2023.

BRASIL. Programa de aceleração do crescimento 2007-2010. Senado Federal. Disponível em:

<https://www.senado.leg.br/comissoes/CAE/AP/APRP2007/APRP_20070315_PAC.pdf>.

Acesso em: 12 de julho de 2023.

BRASIL. Plano Plurianual 2004-2007. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Brasília: 2003. Disponível em:

<<https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/ppa/2004-2007/ppa-2004-2007/mensagempresidencial.PDF>>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2024.

BRASIL, Eric Universo Rodrigues. O novo código de mineração no Brasil: uma análise econômica da compensação financeira sobre a exploração dos recursos. 2016. Tese (Doutorado em Teoria Econômica) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, University of São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <[doi:10.11606/T.12.2016.tde-01042016-093643](https://doi.org/10.11606/T.12.2016.tde-01042016-093643)>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2024.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 13.540, de 18 de dezembro de 2017. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13540.htm>. Acesso em: 24 de novembro de 2023.

BRENNER, Neil; PECK, Jamie; THEODORE, Nik. Variegated neoliberalization: geographies, modalities, pathways. *Global Networks*, v. 10, n. 2, p. 182-222, 2010. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1471-0374.2009.00277.x>>. Acesso em 24 de agosto de 2023.

BRESSER-PEREIRA, LUIZ CARLOS. O segundo consenso de Washington e a quase-estagnação da economia brasileira. *Brazilian Journal of Political Economy* [online]. 2003, v. 23, n. 3, pp. 343-375. Epub 17 Jul 2020. ISSN 1809-4538. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-31572004-0665>>. Acesso em: 02 de novembro de 2023.

BRITO, Daniel Chaves. A SUDAM e a crise da modernização forçada: reforma do estado e sustentabilidade na Amazônia. *Ambiente & Sociedade* [online]. 2001, n. 8, pp. 69-90. Epub 10 de dezembro de 2004. ISSN 1809-4422. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-753X2001000800005>>. Acesso em: 28 de janeiro de 2024.

BRUNDTLAND, Gro Harlem; COMUM, Nosso Futuro. Relatório Brundtland. Our Common Future: United Nations, 1987. Disponível em:

<https://ambiente.wordpress.com/2011/03/22/relatrio-brundtland-a-verso-original/>. Acesso em: 29 de junho de 2023.

BURNETT, C. (2008). Urbanização e desenvolvimento sustentável. A sustentabilidade dos tipos de urbanização em São Luís do Maranhão São Luís, Editora UEMA. Disponível em:

<https://www.athuar.uema.br/wp-content/uploads/2018/06/BURNETT->

Urbaniza%C3%A7%C3%A3o-e-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel-a-sustentabilidade-dos-tipos-de-urbaniza%C3%A7%C3%A3o-em-S%C3%A3o-Lu%C3%ADs-do-Maranh%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 29 de abril de 2022.

BURNETT, Frederico Lago, et al. Planejamento e gestão de cidades no Maranhão: o executivo municipal e o controle do solo urbano. São Luís: EDUEMA, 2016. Disponível em: <https://www.ppdsr.uema.br/wp-content/uploads/2016/01/Planejamento_e_Gesta%CC%83o_de_Cidades_no_Maranha%CC%83o2.pdf>. Acesso em: 19 de abril de 2022.

CABRAL, Eugênia Rosa; ENRÍQUEZ, Maria Amélia Rodrigues da Silva; SANTOS, Dalva Vasconcelos dos. Canaã dos Carajás-do leite ao cobre: transformações estruturais do município após a implantação de uma grande mina. In FERNANDES, Francisco Rego Chaves, et al. Recursos Minerais & Sustentabilidade Territorial: grandes minas/Francisco Rego Chaves Fernandes, Maria Amélia Rodrigues da Silva Enríquez, Renata de Carvalho Jimenez Alamino (Eds.). – Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2011. Disponível em: <<http://mineralis.cetem.gov.br/handle/cetem/472>>. Acesso em: 15 de março de 2023.

CAMPOS, Jackson C. F. Golder Associates Brasil Consultoria e Projetos Ltda. Estudos de Impacto Ambiental. Belo Horizonte – MG: 2006. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/download/rima_serraleste.pdf>. Acesso em: 2 de maio de 2023.

CARDOSO, A. C. D.; CÂNDIDO, L. S.; MELO, A. C. C. Canaã dos Carajás: um laboratório sobre as circunstâncias da urbanização, na periferia global e no alvorecer do século XXI. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 20, n. 1, p. 121–140, jan. 2018. Disponível em: <<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5484>>. Acesso em: 25 de julho de 2022.

CARDOSO JR, José Celso. Planejamento governamental e gestão pública no Brasil: elementos para ressignificar o debate e capacitar o Estado. Texto para Discussão, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1446/1/TD_1584.pdf>. Acesso em: 15 de setembro de 2023.

CARDOSO, FH. Avança, Brasil: proposta de governo [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 172 p. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/62rp6>>. Acesso em 17 de outubro de 2023.

CARDOSO, FH.; MÜLLER, G. Amazônia: expansão do capitalismo. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/mnx6g/pdf/cardoso-9788599662731-00.pdf>>. Acesso em: 16 de março de 2023.

CARGNIN, Antonio Paulo. A dimensão territorial no planejamento governamental brasileiro: avanços e limitações na elaboração dos Planos Plurianuais. SEMINÁRIO REFORMA DO ESTADO E TERRITÓRIO: INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA E GESTÃO DO TERRITÓRIO, I, 2007, 1-30. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/320456564_A_dimensao_territorial_no_planejamento_governamental_brasileiro_avancos_e_limitacoes_na_elaboracao_dos_Planos_Plurianuais>. Acesso em 6 de novembro de 2023.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. Programa Grande Carajás. In Seminário/Consulta Carajás: desenvolvimento ou destruição? Editora GTA: Belém, 1994. Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/carajas-desenvolvimento-ou-destruicao>>. Acesso em: 19 de maio de 2019.

CARNEIRO, Ricardo. Impasses do desenvolvimento brasileiro: a questão produtiva. Campinas: IE/Unicamp, 2008. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/1783/texto153.pdf>. Acesso em: 16 de junho de 2023.

CASTRIOTA, R. Urbanização Extensiva na Amazônia Oriental: escavando a Não-Cidade em Carajás (Doctoral dissertation, Tese (Doutorado em Economia) Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2021). Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/38598>>. Acesso em fevereiro de 2024.

CHICO, Brito. A História da criação do município de Parauapebas. 2010. Disponível em: <<https://www.zedudu.com.br/a-histria-da-criao-do-municpio-de-parauapebas/>>. Acesso em 19 de maio de 2019.

COELHO, Tádzio Peters. Projeto Grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado. ORG. Marcio Zonta e Charles Trocate - Marabá, PA: Editorial iGuana, 2015. 160 p. Projeto Grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Coelho-2014-Projeto-Grande-Caraj%C3%A1s.pdf>>. Acesso em: 5 de julho de 2023.

COLOMBO, Luciléia Aparecida. A ascensão e queda de uma instituição: a SUDENE no sistema federativo brasileiro. 2012. 333 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/955?show=full>>. Acesso em: 9 de setembro de 2023.

CORRÊA, Lindalva dos Santos. Engenho Central de Pindaré: memória e educação patrimonial. 2021. Disponível em: <<https://repositorio.uema.br/handle/123456789/1369>>. Acesso em: 15 de maio de 2022.

CORREA, M. L. Os “Acordos de Washington” de 1942 e a criação da Companhia Vale do Rio Doce: apontamentos para uma história transnacional do desenvolvimento brasileiro. Revista Maracanan, (30), 111–132. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.12957/revmar.2022.64740>>. Acesso em: 9 de outubro de 2023.

COSTA, Wagner Cabral da. A raposa e o canguru: crises políticas e estratégia periférica no Maranhão (1945/1970). História do Maranhão: novos estudos. São Luís: EDUFMA, 2004.

COUTO, Leandro Freitas; CARDOSO JÚNIOR, José Celso. A função dos planos plurianuais no direcionamento dos orçamentos anuais: avaliação da trajetória dos PPAs no cumprimento da sua missão constitucional e o lugar do PPA 2020-2023. Texto para

Discussão, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9801>>. Acesso em 13 de março de 2022.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. Massacres no Campo. Histórico. 2010. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/historico>>. Acesso em: 24 de novembro de 2023.

CRUZ, Thiago Martins. Mineração e campesinato em Canaã dos Carajás: o avanço cruel do capital no sudeste paraense. Marabá, 2015. Dissertação de mestrado. Disponível em: <<https://pdtsa.unifesspa.edu.br/images/FinalThiago.pdf>>. Acesso em: 24 de março de 2023.

CSN MINERAÇÃO S.A. Relação com investidores. 2023. Disponível em: <<https://ri.csnmineracao.com.br/a-companhia/minerio-de-ferro/>>. Acesso em: 3 de agosto de 2023.

CUNHA, LH de O. Reservas Extrativistas: uma alternativa de produção e conservação da biodiversidade. Encontro dos povos do Vale do Ribeira, 2001. Disponível em: <<https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/resex.pdf>>. Acesso em: 13 de maio de 2023.

CVRD. Companhia Vale do Rio Doce. Anexos ao Contrato de Concessão da Estrada De Ferro Carajás. São Luís. 1997. Disponível em: < <https://antt-hml.antt.gov.br/documents/359178/912985/Anexos+contrato+concess%C3%A3o.pdf/2334959c-3718-ce4d-3084-53c28b6290ce?t=1593038852577>>. Acesso em: 9 de março de 2023.

ESTADÃO. Notícias. Buracos gigantes ameaçam cidade no interior do Maranhão; estado de calamidade pública é decretado. Por Diego Emir. Jornal Online. 2023. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/brasil/buracos-vocorocas-gigantes-ameacam-cidade-maranhao-calamidade-nprm/>>. Acesso em: 18 de março de 2024.

EVANGELISTA, L. N. (2009). A Cidade da Fumaça: a constituição do grupo operário do bairro do Pequiá no município de Açailândia-MA. Disponível em: < [https://tedebc.ufma.br/jspui/bitstream/tede/596/1/LEONARDO%20NUNES%20EVANGELIST A.pdf](https://tedebc.ufma.br/jspui/bitstream/tede/596/1/LEONARDO%20NUNES%20EVANGELIST%20A.pdf)>. Acesso em: 9 agosto de 2022.

FEARNSIDE, P.M. 2019. Desmonte da legislação ambiental brasileira. p. 317-381. In: J. Weiss (ed.) Movimentos Socioambientais: Lutas - Avanços - Conquistas - Retrocessos - Esperanças. Xapuri socioambiental, Formosa, Goiás. 442 pp. Disponível em: < https://philip.inpa.gov.br/publ_livres/2019/Fearnside-Desmonte_da_legislacao_ambiental_brasileira.pdf>. Acesso em 17 de outubro de 2023.

FERREIRA, Antônio José de Araújo. Políticas territoriais e a reorganização do espaço maranhense. 2008. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <[doi:10.11606/T.8.2008.tde-11082009-141934](https://doi.org/10.11606/T.8.2008.tde-11082009-141934)>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2022.

FILIPPE DOS SANTOS, J., MAIA, M. B., MANESCHY, M. C., MATLABA, V., MOTA, J. Aroulido. REDES SOCIAIS AO LONGO DA ESTRADA DE FERRO CARAJÁS NA

AMAZÔNIA ORIENTAL. Finisterra, 53(109), 149–166. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.18055/Finis11783>>. Acesso em: 14 de março de 2022.

FRANKLIN, Adalberto. Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz. Imperatriz: Ética, 2008. Disponível em: <http://adalbertofranklin.por.com.br/wp-content/uploads/2012/03/AF_Hist-Econ-Imperatriz_livro.pdf>. Acesso em: 22 de julho de 2022.

FUNDAÇÃO FHC. Linhas do Tempo: Políticas para o Meio Ambiente: O Movimento Ambientalista e as Principais Decisões desde a Redemocratização. Revisão Técnica por ROTTA, Fernanda e MORO, Carolina Corrêa. 2024. Disponível em: <<https://fundacaofhc.org.br/linhasdotempo/politica-ambiental/>>. Acesso em 14 de janeiro de 2024.

GALVÃO, L. R. Dinâmicas Urbanas ao longo de ferrovias. Dissertação de Mestrado Profissional em Uso Sustentável dos Recursos Naturais em Regiões Tropicais – Instituto Tecnológico Vale – Desenvolvimento Sustentável, Belém – PA. 2016.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. PPA: o que não é e o que pode ser. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4281>>. Acesso em: 19 de setembro de 2023.

GRAÇA, Joelson Caco Pereira da. A interação Rio-Mar no município de Arari, Estado do Maranhão. 2022. 96 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO)) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022. Disponível em <<https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/tede/4332>>. Acesso em: 8 julho de 2022.

GONÇALVES, Andréa Cristina Serrão Quando o mastro é de eucalipto! (des)planejamento e implantação de empreendimentos desenvolvimentistas em Bacabeira- MA/ Andréa Cristina Serrão Gonçalves – São Luís, 2017. Disponível em: <<https://www.ppgcspa.uema.br/wp-content/uploads/2017/03/QUANDO-O-MASTRO-%C3%89-DE-EUCALIPTO-DESPANEJAMENTO-E-IMPLANTA%C3%87%C3%83O-DE-EMPREENHIMENTOS-DESENVOLVIMENTISTAS-EM-BACABEIRA-MA.pdf>> Acesso em: 9 de junho de 2022.

GOTTMANN, J. (2012). A evolução do conceito de território. Boletim Campineiro De Geografia, 2(3), 523–545. Disponível em: <<https://doi.org/10.54446/bcg.v2i3.86>>. Acesso em: 17 de setembro de 2022.

GUILHON, Maria Virginia Moreira. Sarneísmo no Maranhão: os primórdios de uma oligarquia. 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3211/321129121007.pdf>. Acesso em: 24 de novembro de 2024.

GUSMÃO, Terezinha Maria Bógea. Raízes Históricas de Arari. São Luís. 2018. Disponível em: <<https://formacaohist.com.br/wp-content/uploads/2021/06/raizeshistoricasdearari.pdf>>. Acesso em: 5 outubro de 2023.

HAESBAERT, Rogério. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. Antares-Letras e Humanidades, 2010, 2-24. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4553781/mod_resource/content/1/3.haesbaert.pdf> Acesso em: 10 de junho de 2023.

HISTÓRIAMUNIDI. Anúncio Antigo 22: Invista na Amazônia. 2012. Disponível em: <<https://histormundi.blogspot.com/2012/08/anuncio-antigo-22-invista-na-amazonia.html>>. Acesso em: 09 de maio de 2023.

IBGE. Biblioteca. Escritório da Companhia Vale do Rio Doce Itabira. MG. Acervo dos municípios brasileiros. 1972. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=449868#:~:text=Companhia%20Vale%20do%20Rio%20Doce%20\(CVRD\)%2C%20empresa%20de%20capital,de%20Itabira%2C%20em%20Minas%20Gerais](https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=449868#:~:text=Companhia%20Vale%20do%20Rio%20Doce%20(CVRD)%2C%20empresa%20de%20capital,de%20Itabira%2C%20em%20Minas%20Gerais)>. Acesso em: 23 de agosto de 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Desbravar, conhecer, mapear: memórias do Projeto Radam/RadamBrasil. IBGE, Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101614>> Acesso em: 06 abril de 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. Cidades. História e Fotos: Buriticupu. Rio de Janeiro: IBGE, 2023b. Disponível em<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/buriticupu/historico>>Acesso em 03 de maio de 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. Cidades. História e Fotos: Buriticupu. Rio de Janeiro: IBGE, 2023c. Disponível em<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/buriticupu/historico>>Acesso em 04 de maio de 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. Cidades. História e Fotos: Bom Jesus das Selvas. Rio de Janeiro: IBGE, 2023d. Disponível em<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/bom-jesus-das-selvas/historico>>Acesso em 12 de maio de 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. História e Fotos: Vila Nova dos Martírios. Rio de Janeiro: IBGE, 2023e. Disponível em<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/vila-nova-dos-martirios/historico>>Acesso em 18 de maio de 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. História e Fotos: São Francisco do Brejão. Rio de Janeiro: IBGE, 2023f. Disponível em:<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/sao-francisco-do-brejao/historico>> Acesso em: 19 de maio de 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. História e Fotos: Itinga do Maranhão. Rio de Janeiro: IBGE, 2023g. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/itinga-do-maranhao/historico>> Acesso em: 21 de maio de 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. História e Fotos: Tufilândia. Rio de Janeiro: IBGE, 2023h. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/tufilandia/historico>> Acesso em: 22 de maio de 2023.

ICMBIO. Educação Ambiental. SNUC. Brasília: 2023. Disponível em: <<https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/politicas/snuc.html>>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

IMAZON. Retrocessos do Governo Dilma na Agenda Socioambiental. 2012. Disponível em: <https://amazon.org.br/PDFamazon/Portugues/outros/SOBRE_OS_RETROCESSOS_DO_GOVERNO_DILMA.pdf>. Acesso em: 19 de janeiro de 2023.

JESUS, Samuel de. SIVAM: fragmento da autonomia militar sobre a Nova República. 2013. Disponível em: <https://www.academia.edu/26774656/livro_SIVAM_os_militares_e_a_Amaz%C3%B4nia>. Acesso em 5 de abril de 2022.

JÚNIOR, A. José. Terra sem povo, crime sem castigo. In Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR. Org. Maurício Torres. Brasília: CNPQ, 2005.

KAGEYAMA, Paulo Y.; DOS SANTOS, João Dagoberto. Aspectos da política ambiental nos governos Lula. Revista Faac, 2011, 1(2): 179-192. Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/revistafaac/index.php/revista/article/view/67#:~:text=Alguns%20programas%20b%C3%AAsicos%20dessa%20gest%C3%A3o,uso%20e%20conserva%C3%A7%C3%A3o%20da%20agrobiodiversidade>. Acesso em: 17 de dezembro de 2023.

KUBITSCHEK, Juscelino. Por que construí Brasília. Coleção Brasil 500 anos. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2020/04/livro-por-que-construi-brasilia.pdf>> Acesso em 5 de julho de 2023.

LACERDA, Neemias Rodrigues, Et Al. Políticas Territoriais e Desenvolvimento em Buriticupu-Ma. 2014. Disponível em: <<https://tedebc.ufma.br/jspui/bitstream/tede/613/1/Dissertacao%20NEEMIAS%20RODRIGUES%20LACERDA.pdf>>. Acesso em 2 de julho de 2023

LE TOURNEAU, F.-M.; BURSZTYN, M. Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental. Ambiente & Sociedade, v. 13, n. 1, p. 111–130, jan. 2010. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S1414-753X2010000100008>> Acesso em: 11 de julho de 2023.

LEITÃO, Karina Oliveira. A dimensão territorial do programa de aceleração do crescimento: um estudo a partir do PAC no estado do Pará e o lugar que ele reserva à Amazônia no desenvolvimento do país. 2009. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-04032010-140034/>> Acesso em: 05 de novembro de 2023.

LESSA, Carlos. A estratégia de desenvolvimento, 1974/76: sonho e fracasso (Vol. 5). Universidade Estadual de Campinas Instituto de Economia. 1998. Disponível em: <<https://www.eco.unicamp.br/colecao-30-anos/a-estrategia-de-desenvolvimento-1974-76>> Acesso em: 17 de julho de 2023.

LINS, Márcio Cavalcanti, et al. O ferro gusa na região Norte: estudo de caso das siderúrgicas instaladas ao longo da Estrada de Ferro Carajás. 2008. Disponível em: <https://bdm.ufpa.br:8443/jspui/bitstream/prefix/996/1/TCCE_FerroGusaRegiao.pdf> Acesso em: 3 de setembro de 2023

LOPEZ, F. S.: Estilo Brasileiro de Desenvolvimento Amazônico, Tese de Mestrado, Universidade Federal do Pará, 1982.

MACHADO, Lia Osorio. A fronteira agrícola na Amazônia Brasileira. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, IBGE, v. 54, n. 2, abr./jun., p. 27-55, 1992. Disponível em: <https://www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/user/setLocale/en_US?source=%2Findex.php%2Frbg%2Farticle%2Fview%2F1235>. Acesso em 15 de agosto de 2023.

MACHADO, Lia Osório. Urbanização e imigração na Amazônia Legal: sugestões para uma abordagem Geopolítica. Boletim Carioca de Geografia. Rio de Janeiro, N. 32, 1979/1982.

MALHEIRO, Bruno C. Colonialismo interno e estado de exceção: a “emergência” da Amazônia dos Grandes Projetos. Caderno de Geografia, v. 30, n. 60, p. 74-98, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/20906>>. Acesso em: 17 de janeiro 2024.

MANCINI, Roberto Martins; CARNEIRO, Marcelo Sampaio. DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E MERCADO DE TRABALHO: contestação social e transformações recentes na produção siderúrgica na Amazônia Oriental. Caderno CRH, 2018, 31: 373-387. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/22907>> Acesso em: 9 de julho de 2023.

MAPA DOS CONFLITOS. Injustiça social e saúde no Brasil. PA – Povos indígenas da TI Mãe Maria lutam para garantir seus direitos e seu território. 2023. Disponível em: <<https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pa-povos-indigenas-da-ti-mae-maria-lutam-para-garantir-seus-direitos-e-seu-territorio/>>. Acesso em: 5 de setembro de 2023.

MARQUES, Adriana Aparecida. Amazônia: pensamento e presença militar. 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: < doi:10.11606/T.8.2007.tde-30112007-153256>. Acesso em: 14 de março de 2024.

MARQUES, Gilberto de Souza. Estado e desenvolvimento na Amazônia: a inclusão amazônica na reprodução capitalista brasileira. 2007. 335 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ, 2007. Disponível em: <<https://tede.ufrj.br/jspui/handle/tede/697?mode=full#preview-link0>> Acesso em 11 de set de 2023.

MARTINHO, Mailson. “Terra Altaneira: conhecendo e debatendo a história de Zé Doca”. São Luís, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.uema.br/bitstream/123456789/1795/3/Produto%20Educativo%20-%20Z%C3%A9%20Doca%20Terra%20Altaneira%20Oficial%20para%20a%20entrega%20-%20281%29.pdf>>. Acesso em: 17 de junho de 2023

MATHIS, Armin. Serra Pelada (Paper 050). Papers do NAEA, 1995, 4.1. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/11954>>. Acesso em: 17 de maio de 2023.

MIRANDA, Rogério Rego. (Contra)Hegemonia e território do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no sudeste paraense. 2017. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <doi:10.11606/T.8.2018.tde-09042018-135445>. Acesso em: 28 de outubro de 2023.

MMA. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. PPG7: duas décadas de apoio à proteção das florestas brasileiras. Brasília: 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/ppg7-duas-decadas-de-apoio-a-protecao-das-florestas-brasileiras>>. Acesso em 19 de maio de 2022.

MONTEIRO, Maurílio; BAHIA, Mirleide Chaar; CASTRO, Edna Maria Ramos. Modernização caricata e acumulação capitalista na Amazônia: o caso da região de Carajás. Novos Cadernos NAEA, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/13673>>. Acesso em: 8 de novembro de 2023.

_____. Carajás: crescimento do produto social, da pobreza e da degradação ambiental na Amazônia. Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia, 2023. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/confins//54329>> Acesso em: 14 de novembro de 2023.

_____, Maurílio de Abreu (org). Amazônia: a região de Carajás [recurso eletrônico] / Maurílio de Abreu Monteiro, organizador. — Belém: NAEA, 2023. 756 p. Disponível em: <<https://doi.org/10.4322/978-85-7143-217-8>>. Acesso em: 27 de março de 2024.

MELO, A. C. Modernização e Transformações recentes nos processos intra-urbanos no sudeste do Pará. 2015. 139 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/8587?locale=es>>. Acesso em: 06 de outubro de 2023.

MIRANDA, Rogério Rego. (Contra) Hegemonia e território do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no sudeste paraense. 2017. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em; <doi:10.11606/T.8.2018.tde-09042018-135445>. Acesso em: 16 de maio de 2023.

NETO, Roberval Amaral. A luta pela terra no Maranhão contemporâneo: A “Lei Sarney de Terras” e a resistência camponesa. *Entropia*, 2021, 5.9: 147-164. Disponível em: <<https://www.entropia.slg.br/index.php/entropia/article/view/332>>. Acesso em: 05 de agosto de 2023.

NOGUEIRA, Cláudia Romaneli. Imperatriz: de Vila à Cidade Comercial e Ponto de Apoio no Desenvolvimento Amazônico. *Espaço Aberto*, Rio de Janeiro, Brasil, v. 3, n. 1, p. 129–154, 2013. DOI: 10.36403/espacoaberto.2013.2103. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2103>>. Acesso em: 17 de maio de 2023.

OLIVEIRA, A. B., & Nascimento, D. M. (2019). Redes e mobilidade do capital na cadeia produtiva de papel e celulose no Maranhão. *Geographia Opportuno Tempore*, 5(1), 52–66. Disponível em: <<https://doi.org/10.5433/got.2019.v5.37180>>. Acesso em: 24 de março de 2023.

PADILHA, Simone. Estado, Território e Mineração no Brasil: o caso do Projeto S11D/Vale em Canaã dos Carajás-Pa. 2020. 365 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2020. Disponível em: <<https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/6340>>. Acesso em: 01 de julho de 2023.

PALHETA, J. M., Silva, C. N., & Medeiros, G. N. (2017). Territórios com Mineração na Região Sudeste do Pará – Norte Do Brasil. *Revista da ANPEGE*, 11(15), 281–308. Disponível em <<https://doi.org/10.5418/RA2015.1115.001>>. Acesso em: 12 de novembro de 2023.

PALHETA, João Marcio et al. Conflitos pelo Uso do Território na Amazônia Mineral. *Mercator (Fortaleza)* [online]. 2017, v. 16. Epub 01 Fev 2018. ISSN 1984-2201. Disponível em:< <https://doi.org/10.4215/rm2017.e16023>>. Acesso em: 15 de novembro de 2023.

PALHETA, João Marcio Palheta, et al. Geography and mining in Carajás/Pará (northern region of Brazil). *International Journal of Geosciences*, 2014, 5.12: 1426-1434. Disponível em:< <http://dx.doi.org/10.4236/ijg.2014.512116> >. Acesso em: 12 de novembro de 2023.

PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* [online]. 2011, v. 6, n. 3 pp. 479-499. Epub 26 Jan 2012. ISSN 2178-2547. Disponível em:< <https://doi.org/10.1590/S1981-81222011000300002>>. Acesso em 2 de fevereiro de 2024.

PETIT, P. Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964. Editora Paka-Tatu. 2003.

PINHO, Silvia Oliveira Campos. Alberto Torres: uma obra, várias leituras. 2007. Disponível em:

<https://www.museunacional.ufrj.br/semear/docs/Teses_dissertacoes_tcc/Dissertacao_PINHO.pdf>. Acesso em: 12 de Janeiro de 2024.

SANTOS, Rozana Corrêa; RIBEIRO, Odenei De Souza. Como a Ditadura usou bancos, estradas e decretos para 'ocupar' a Amazônia. Amazônia Latitude. Ciência e Jornalismo na floresta. 2023. Disponível em: <

<https://www.amazonialatitude.com/2023/02/08/como-a-ditadura-usou-bancos-estradas-e-decretos-para-ocupar-a-amazonia/#:~:text=Em%201966%2C%20essas%20leis%20b%3%A1sicas,econ%3%B4mica%20em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20borracha.>> Acesso em: 10 de maio de 2022.

PND. II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979). República Federativa do Brasil. SPI Biblioteca Digital do Desenvolvimento. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/24>>. Acesso em: 05 de agosto de 2023.

PORTOS MA. Estrada de Ferro Carajás: história e evolução de um projeto único. Carlos Andrade. São Luís: 2023 [2015]. Disponível em: <<https://portosma.com.br/index.php/historia-e-evolucao-da-estrada-de-ferro-carajas/>>. Acesso em: 11 de abril de 2023.

PORTUGAL, Rodrigo; SILVA, Simone. História das políticas regionais no Brasil – Brasília: IPEA, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10276>>. Acesso em: 13 de maio de 2023.

POTT, Crisla Maciel e Estrela, Carina Costa. Histórico ambiental: desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento. Estudos Avançados [online]. 2017, v. 31, n. 89, pp. 271-283. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890021>>. ISSN 1806-9592. Acessado 5 de Maio de 2024.

PRATES, Rodolfo Coelho; BACHA, Carlos José Caetano. Os processos de desenvolvimento e desmatamento da Amazônia. Economia e Sociedade [online]. 2011, v. 20, n. 3, pp. 601-636. Epub 12 de janeiro de 2012. ISSN 1982-3533. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-06182011000300006>>. Acesso em: 28 de abril de 2024.

PREFEITURA DE BOM JESUS DO TOCANTINS. O Município, História. Bom Jesus das Selvas. 2023. Disponível em: <<https://bomjesusdotocantins.pa.gov.br/o-municipio/historia/>> Acesso em: 05 de junho de 2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM. Núcleo gestor municipal Plano Diretor Participativo. Diagnóstico municipal: O futuro do caminho de pedras. Itapecuru-Mirim: 2006. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/RedeAvaliacao/ItapecuruMirim_DiagnosticoMA.pdf>. Acesso em: 16 de julho de 2023.

PUBLICA. Processados pela Vale. Thiago Domenici. 2017. Disponível em <<https://apublica.org/2017/11/processados-pela-vale>>. Acesso em: 13 de agosto de 2023.

REVISTA TRIP. Vitor Lopes: Do Caos à lama. 2009. Disponível em: <<https://revistatrip.uol.com.br/trip/do-caos-a-lama>>. Acesso em: 19 de maio de 2023.

REIS, Pablo Damasceno. Análise das expectativas dos empresários locais na implantação do Porto Espadarte: sobre os fatores ambientais, econômicos, sociais e tecnológicos. Editora Dialética, 2021.

REZENDE At. Al. Resumo do Relatório Técnico Complexo Serra Norte. Brasil. 2021. Disponível em: <<https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/53207d1c-63b4-48f1-96b7-19869fae19fe/ef4499f7-7656-1fac-64ae-6b2203435f4c?origin=2>>. Acesso em: 10 de julho de 2023.

REZENDE, Newton Pereira. Carajás: Memórias da Descoberta. Rio de Janeiro: 2009.

SALLUM JUNIOR, Brasília. Transição política e crise de estado. Lua Nova: Revista de Cultura e Política [online]. 1994, n. 32 pp. 133-167. Epub 21 Jan 2011. ISSN 1807-0175. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-64451994000100008>>. Acesso em: 16 de maio de 2023.

SANTOS, Frednan Bezerra dos; TAVARES, João Claudino. Questão Agrária e Violência no Maranhão: grilagem, colonização dirigida e a luta dos trabalhadores. Revista de Políticas Públicas, 2016, 20.1: 361-381. Disponível em: <<https://periodicoselétronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/5061>>. Acesso em: 4 de outubro de 2023.

SANTOS, J. F. D., et al. Atlas de Socioeconomia da Estrada de Ferro Carajás: População e Território, Socioeconomia, Cidadania. Produção Técnica. ITV DS. 2019

SANTOS, Roberto. História econômica da Amazônia, 1800-1920. São Paulo:1980.

SANTOS, Milton. Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. Edusp, 2022.

SANTOS, Roberg Januário; BARROS, Lucilvana Ferreira. Divide et impera: a tentativa de divisão do Pará e da criação do estado de Carajás (1984–1992). Tempos Históricos, 2018, 22(2): 679-714. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7292989>>. Acesso em: 28 de setembro de 2023.

SODRÉ, Ronaldo Barros. O Maranhão agrário: dinâmicas e conflitos territoriais. São Luís. Dissertação (Mestrado) –Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Maranhão, 2017. Disponível em <<http://www.ppgeo.uema.br/wp-content/uploads/2018/03/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Ronaldo.pdf>>. Acesso em 24 de janeiro de 2020.

SOUZA, Karina Borges Diaz Nery de; ANJOS, José Carlos Gomes dos. Modernização por expropriação: a ditadura civil-militar no Vale do rio Pindaré-MA. Em Tempo de Histórias, [S. l.], v. 1, n. 38, 2021. DOI: 10.26512/em_tempos. v1i38.37172. Disponível em:<

<https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/37172>>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2024.

STEINBERGER, Marília. Política de desenvolvimento regional: uma proposta para debates. *Revista de Administração Pública*, v. 22, n. 2, p. 117 a 129-117 a 129, 1988.

_____. (Org). Território, ambiente e políticas públicas espaciais, Brasília: Paralelo 15 e LGE Editora, 2006.

_____. Território, Estado e políticas públicas espaciais. Brasília: Ler Editora, 2013.

SANTOS, Milton. O retorno do território. Território: globalização e fragmentação, 2002.

_____. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____, Milton. Espaço e método. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

Senado Federal do Brasil. Congresso nacional. Arquivos históricos. ([s/d]). Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/441315/PS_1993%20-%200162.pdf?sequence=1>. Acesso em: 30 de maio de 2022.

SEPLAN. Plano Diretor de Desenvolvimento Regional. Programa Grande Carajás. Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Disponível em: <<https://biblioteca.trabalhoindigenista.org.br/wp-content/uploads/sites/5/2018/08/CTI02056.pdf>>. Acesso em: 11 de março de 2022.

SILVA, R. de O.; MARQUES, M. D. Neoliberalismo e desenvolvimento regional: obstáculos da política regional no Brasil. *DRd - Desenvolvimento Regional Em Debate*, v. 10, p. 348–369, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.24302/drd.v10i0.2686>>. Acesso em: 13 de março de 2023.

SILVA, C. Identidade e Cultura dos Quilombos Contemporâneos do Maranhão: Um estudo sobre narrativas escritas de Comunidades Quilombolas de Itapecuru Mirim. *REVISTA DE LETRAS - JUÇARA*, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 152–164, 2022. Disponível em: <<https://ppg.revistas.uema.br/index.php/jucara/article/view/3030>>. Acesso em: 2 julho de 2023.

SILVEIRA, María Laura. Território usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. 2011. Disponível em: <https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXV_1/AGB_dez2011_artigos_versao_internet/AGB_dez2011_01.pdf>. Acesso em: 25 de março de 2024.

SOARES, Márcia Miranda. Federalismo e políticas públicas / Márcia Miranda Soares e José Angelo Machado. -- Brasília: Enap, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3331>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2024.

STEINBERGER, Marília; ABICHARED, CFA. Política ambiental: intervenção do Estado no uso da natureza e do território. STEINBERGER, M. Território, Estado e políticas públicas espaciais. Brasília: Ler Editora, 2013, 115-140.

SUDAM. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia; BASA; C.I.P.; Agências Regionais de Desenvolvimento. I Encontro de Investidores da Amazônia. 1966. Disponível em: <http://biblioteca.sudam.gov.br/BibliVre4/?action=search_bibliographic>. Acesso em: 28 de janeiro de 2023.

SUDAM. Sistematização da produção bibliográfica do programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia - POLAMAZÔNIA Belém: SUDAM, 2019. Disponível em: <<http://repositorio.sudam.gov.br/sudam/biblioteca/catalogos-bibliograficos/polamazonia.pdf>>. Acesso em: 14 de junho de 2023.

ANDRADE, João Walter. Sudam e a missão a ela confiada. Ministério do Interior. Belém. 1968.

TAVARES, Maria Goretti. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. *Acta Geográfica*, 2008, 2.3: 59-83. Disponível em: <<https://revista.ufr.br/actageo/article/view/204>>. Acesso em: 14 de março de 2023.

TEIXEIRA, João. LINDENMAYER, Zara Gerhardt. Serra dos Carajás in *Geologia do Brasil*. HASUI, Yociteru, et al. (ed.). *Geologia do Brasil*. 2012. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/317497776_10b_-_SERRA_DOS_CARAJAS>. Acesso em: 14 de dezembro de 2023.

TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL. Situação atual das Terras Indígenas. 2023. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/#pesquisa>>. Acesso em: 14 de julho de 2023.

TOMÁS, M. (2006). A expansão da companhia Vale do Rio Doce e a possibilidade de criação de monopólio de minério de ferro no Brasil: o caso CVRD no CADE. Disponível em: <https://repositorio.ufop.br/jspui/bitstream/123456789/3092/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O_Expans%C3%A3oCompanhiaVale.PDF>. Acesso em: 10 de maio de 2023.

TOMIO, F. R. DE L.. A criação de municípios após a Constituição de 1988. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 48, p. 61–89, fev. 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69092002000100006>>. Acesso em: 15 de maio de 2023.

TOURINHO, Helena Lúcia Zagury. Planejamento urbano em área de fronteira econômica: o caso de Marabá. 482f. 1991. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1991.

Disponível em https://www.researchgate.net/publication/317497776_10b_-_SERRA_DOS_CARAJAS>. Acesso em: 18 de maio de 2023.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro. A Amazônia Oriental Brasileira: processos de territorialização e perspectivas de fragmentação política do espaço. XII Colóquio Internacional de Geocrítica: Las independencias y construcción de estados nacionales: poder, territorialización y socialización, siglos XIX-XX. Universidade Nacional de Colombia. Bogotá, 2012. Disponível em: < <https://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/01-S-Cordeiro.pdf>>. Acesso em 18 fevereiro de 2023.

_____. Saint-Clair Cordeiro. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, 2010, 51: 113-137. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/34662>>. Acesso em: 20 de novembro de 2023.

URBIS AMAZÔNIA. Relatório de acompanhamento do projeto, 2014. Disponível em: < http://www.dpi.inpe.br/urbisAmazonia/doku.php?id=urbis:producao:relatorio_3>. Acesso em: 1 de novembro de 2022.

VALE. Formulário 20-F. Relatório Anual 2010. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. 2010. Disponível em: <<https://ri-vale.mz-sites.com/informacoes-para-o-mercado/relatorios-anuais/relatorio-20-f/>>. Acesso em: 11 de junho de 2023.

VALE. Imprensa. Logística. Terminal Marítimo Ponta da Madeira completa 35 anos com novo patamar de embarque. 2021. Disponível em: < <https://www.vale.com/pt/w/terminal-mar%C3%ADtimo-ponta-da-madeira-completa-35-anos-com-novo-patamar-de-embarque#:~:text=A%20carga%2C%20ent%C3%A3o%2C%20passa%20para,para%20os%20p%C3%A1tios%20de%20estocagem.&text=A%20%C3%A1rea%20de%20estocagem%20%C3%A9,at%C3%A9%209%20milh%C3%B5es%20de%20toneladas>>. Acesso em: 25 de março de 2023.

VALE. Projeto Ferro Carajás S11 D: um novo impulso ao desenvolvimento sustentável do Brasil. Carajás: Vale, 2012. 47p.

VALVERDE, Orlando; DIAS, Catharina Vergolino. A rodovia Belém-Brasília: estudo de geografia regional. Rio de Janeiro: Serviços Gráficos do IBGE, 1967.

VELHO, Otávio Guilherme. Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, pp. 139-153. ISBN: 978-85-9966-291-5. 2009. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/zjf4z>>. Acesso em: 17 de março de 2022.

WANDERLEY, Luiz Jardim; Coelho, Tádzio Peters. Quatro décadas do Projeto Grande Carajás: fraturas do modelo mineral desigual na Amazônia. Brasília, DF: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração, 2021. Disponível em: <https://ibase.br/publicacoes_ibase/quatro-decadas-do-projeto-grande-carajas/>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2023.

7 ANEXOS

Anexos A – comunidades da área de influência direta da EFC

Comunidade	Município	Distância da sede municipal até o início acesso às localidades (Km)	Principal Rodovia de acesso para as localidades	Distância da rodovia para a localidade (Km)	HISTÓRICO
Coqueiro	São Luís	0	BR 135	2	Segundo informações locais, sua formação histórica remonta há mais de 200 anos, quando as pessoas chegavam e construíam suas casas, ocupando o território e plantando roças.
Pedrinhas	Anajatuba	5 (Em relação ao entroncamento da BR 135 com BR 222)	BR 135	3,3	A comunidade de Pedrinhas está estabelecida no território a mais de 200 anos e é liderada por mulheres. A maior parte dos homens mais jovens da comunidade é composta de trabalhadores migrantes que passam parte do ano em Goiás ou São Paulo trabalhando no corte de cana-de-açúcar. Por consequência, as mulheres atuam também fortemente na agricultura familiar. A fundadora da comunidade foi a Senhora Teodora dos Santos, filha ilegítima do senhor-de-escravos Anísio Fonseca, dono original do território, com a escrava Maria Senna dos Santos, que herdou as terras após da morte do Barão.
Bairro de Ananandiba	São Luís	0	BR 135	0	Sua formação histórica remonta a década de 1990, quando foi iniciada uma ocupação irregular no local.
Queluz	Anajatuba	5 (Em relação ao entrocamento da BR 135 com BR 222)	BR 135	5	Queluz é uma comunidade quilombola originada há aproximadamente 150 anos. A comunidade foi fundada pelos irmãos Patrício Preto e Apolinário Cardoso, considerados escravos fugitivos. As três principais famílias são Dutra, Cardoso e Colins.

Rio Grande	São Luís	5 (Em relação ao entrocamento da BR 135 com BR 222)	BR 135	0	A formação histórica da localidade remonta há mais de 100 anos, tendo sido ocupado irregularmente. Seu crescimento se deveu a imigração de famílias a procura de emprego.
Bairro Jussara	de São Luís	0	BR 135	1,5	A formação histórica da localidade remonta há mais de 100 anos, tendo sido ocupado irregularmente. Seu crescimento se deve a imigração de famílias a procura de emprego.
Pimental	Arari	14	BR 222	1,7	A formação histórica de Pimental teve início há aproximadamente 80 anos, quando os primeiros lavradores chegaram à área onde hoje se situa a comunidade. Com o passar dos anos outras famílias chegaram à comunidade que foi, aos poucos, se desenvolvendo.
Encruzilhada	Santa Inês	2	BR 222	0	Ocupação de Encruzilhada remonta à década de 1940 quando as terras que hoje pertencem aquela comunidade foram ocupadas pelos seus primeiros habitantes.
Pequizeiro	Santa Inês	3	BR 222	0	Sua formação data da década de 1950. Inicialmente a área pertencente à comunidade ficava afastada da rodovia, mas em função das melhores condições de acessibilidade, os moradores do povoado foram aos poucos se aproximando das margens da BR 222. Próxima a outra margem a rodovia situa-se a EFC, e uma estação de passageiros. O nome do povoado foi dado a partir de um grande pequizeiro centenário que havia na localidade.
Peri de Cima	Bacabeira	2	BR 135	0	A comunidade surgiu na época da escravidão com o Engenho São Raimundo que pertencia ao Coronel Augusto Rocha irmão do Coronel Horácio Rocha de Peri de Baixo.
José Pedro	Bacabeira	10	BR 135	10,7	A formação da comunidade remonta à década de 1990, quando seus primeiros moradores ocuparam a localidade.

Gameleira	Bacabeira	10	BR 135	5,4	A formação da comunidade remonta à década de 1990, quando seus primeiros moradores se instalaram na localidade.
Ramal do Aboude	Bacabeira	10	BR 135	1,7	A comunidade se originou da ação de um grupo de trabalhadores rurais que se assentaram na localidade.
Centrinho	Santa Rita	0	BR 135	0	<i>Histórico não encontrado</i>
Cai coco	Santa Rita	3	BR 135	5	A ocupação do local que hoje abrange a comunidade de Cai Coco originou de moradores oriundos da sede de Santa Rita.
Cocal	São Pedro da Água Branca (Imperatriz)	25	BR 222	19,2	A localidade surgiu a partir de índios que residiam no local que hoje é o povoado. O relato mais antigo conhecido pela líder é de 1943, quando um rapaz veio para a área.
Vila Maranhão	São Luís	0	BR 135	0	A ocupação da Vila Maranhão teve início na década de 1950, assim como outros bairros periféricos da capital do Estado, quando imigrantes vindos do nordeste do Brasil, ao não encontrar oportunidades de trabalho na capital São Luís, estabeleceram-se em suas adjacências, em locais com disponibilidade hídrica para a prática da agricultura de subsistência.
Pacova	Anajatuba	9 (Em relação ao entrocamento da BR 135 com BR 222)	BR 135 /MA 339	0	<i>Histórico não encontrado</i>
Morro Grande	Anajatuba	9 (Em relação ao entrocamento da BR 135 com BR 222)	BR 135 /MA 339	0	<i>Histórico não encontrado</i>
Morro Alexandre de	Anajatuba	9 (Em relação ao entrocamento da BR 135 com BR 222)	BR 135 / MA 339	2	<i>Histórico não encontrado</i>

Bubasa	Arari	17	BR 222	0	A formação histórica da comunidade teve origem em um processo de ocupações pontuais da área onde se encontra localidade. Tais ocupações foram com o passar dos anos, se tornando mais frequentes.
Flor do Dia	Alto Alegre do Pindaré (Santa Luzia)	0	MA 121	13,8	A formação histórica da comunidade remonta à década de 1950, quando seus primeiros moradores se instalaram em uma área mais afastada da posição geográfica atual. Quando da implantação da EFC, os moradores locais se transferiram para uma porção territorial mais próxima da estrada de serviço que atende às atividades de manutenção da EFC. Essa estrada de serviços é utilizada pela população da região.
Marmorana	Alto Alegre do Pindaré (Santa Luzia)	0	MA 119	18,2	Sua formação histórica se deu no ano de 1958, quando um senhor se instalou na região, primeiramente sem familiares, fazendo um abrigo de lona debaixo de uma árvore chamada Marmorana. Com a vinda de seus parentes para morar no local o povoado se consolidou.
Moitas	Arari	3	BR 222	13,2	Segundo informação prestada por liderança comunitária entrevista, a área onde se localiza a comunidade de Moitas se constituía uma referência para viajantes que por ali passavam. Tais viajantes costumavam parar próximo às “moitas” existentes na área a fim de amolar seus facões.
Boca do Campo	Arari	3	BR 222	12,5	Boca do Campo se origina da ocupação da área onde hoje se encontra localizada por moradores oriundos de comunidades próximas - Moitas, Incruzi de Laranjeiras e Todo Dia.
Todo Dia	Vitória Mearim do	9	BR 222	3,2	<i>Histórico não encontrado</i>
Escondido	Vitória Mearim do	9	BR 222	1,6	<i>Histórico não encontrado</i>
Três Bocas	Alto Alegre do Pindaré (Santa Luzia)	0	MA 131	23	A formação histórica de Três Bocas remonta à década de 1960 quando seus pioneiros se instalaram ali. Com a implantação da EFC houve um crescimento ainda maior, pois famílias se mudavam para as proximidades da ferrovia na expectativa de obter trabalho.

Mato Grosso/Louro	Vitória Mearim do	12	BR 222	0	O líder comunitário entrevistado não soube informar o período das primeiras ocupações da área onde hoje se encontra o povoado, mas conta que os primeiros moradores vieram para este local saindo de uma área que era frequentemente alagada. Portanto, devido às sucessivas perdas associadas aos eventos de alagamento do sítio onde habitavam os moradores optaram por abandonar a área e ocupar o local onde constituíram o povoado Mato Grosso
Tirirical	Vitória Mearim do	14	BR 222	0,5	O líder comunitário não soube informar a data em que se iniciou a ocupação da área. Segundo o mesmo, a princípio a ocupação era irregular, mas passado algum tempo o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, desapropriou as terras, originando assim a comunidade de Tirirical.
Trecho Seco	Cidelândia (Imperatriz)	0	BR 010	0	A formação histórica da localidade Trecho Seco remota meados da década de 1960 e, segundo informações dos entrevistados, a ocupação ocorreu, possivelmente, em função da implantação da rodovia BR 010.
Caçoada	Vitória Mearim do	23	BR 222	1	A formação histórica da comunidade remonta há mais de cem anos. Na década de 1990 foi implantado um assentamento do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária na região. Para as famílias assentadas construíram-se moradias de alvenaria. Com o passar dos anos a comunidade foi se desenvolvendo, mais moradores chegaram e hoje as casas construídas pelo INCRA representam uma pequena parcela das edificações.
Vila Nova	Vitória Mearim do	23	BR 222	0,5	A comunidade foi originada há cerca de sete anos, a partir de ocupações pulverizadas as margens da BR-222.
Riachão	Igarapé Meio do	24	BR 222	0	Riachão é uma comunidade rural localizada a 25 quilômetros da sede municipal de Igarapé do Meio, no estado do Maranhão. O acesso a Riachão se dá pela rodovia BR 222.
Puraqueú	Igarapé Meio do	22	BR 222	0	O povoado originou-se da ação de antigos funcionários de uma fazenda da região que ocuparam as terras próximas a um açude com muitos puraquês – espécie de peixe elétrico. Com o crescimento da localidade criou-se o povoado de Puraquês, cujo nome ficou associado às espécies de peixes encontradas no açude.
São Vicente	Igarapé Meio do	19	BR 222	0	<i>Histórico não encontrado</i>

Cajazeira	Monção	4	BR 222	2,5	Segundo os entrevistados, a área onde atualmente se localiza o povoado de Cajazeira era, originalmente, uma propriedade particular que foi progressivamente ocupada de forma irregular. Posteriormente, a ocupação foi regularizada mediante negociação com o dono das terras, que optou por vendê-las aos ocupantes, consolidando-se, então, a localidade em tela.
Jacamim	Itapecuru Mirim	17 (Em relação ao entrocamento da BR 135 com BR 222)	BR 135	5	A formação histórica de Jacamim remonta à década de 1990, quando seus primeiros moradores se instalaram na área onde se localiza a comunidade.
Campestre	Miranda do Norte	14	BR 222	6,6	Em entrevista realizada com liderança comunitária não se conseguiu informações sobre a época em que se processaram as primeiras ocupações d área onde se formou a comunidade de Campestre. Informou-se, todavia, que os primeiros moradores de Campestre são oriundos das sedes administrativas dos municípios de Anajatuba e Miranda do Norte.
Água Branca	Miranda do Norte	0	BR 222	9	<i>Histórico não encontrado</i>
Incruzi de Laranjeiras	Arari	3	BR 222	15,8	A origem de Incruzi de Laranjeiras teve início há aproximadamente 50 anos com a formação de uma vila de trabalhadores rurais.
Cariongo III	Miranda do Norte	14	BR 135	9,7	Sua origem se deve a uma doação de 20 hectares de terras feita por fazendeiros locais. A partir da instalação da ferrovia essa área foi reduzida.
Barradiço	Santa Inês	0	BR 222	2,5	A origem do povoado de Barradiço está associada à construção da estrada de serviço que serve a EFC em direção à sede municipal. Na região onde foi implantada esta via de acesso existia uma pequena colônia. A melhoria dos acessos tornou a região mais atrativa, inclusive para as pessoas do antigo povoado de Barradiço, que naquela época era localizado em uma região um pouco mais afastada de onde atualmente se encontra.
Arapapá	Alto Alegre do Pindaré (Santa Luzia)	0	MA 129	18,7	Segundo o senhor Salustruano, líder comunitário de Arapapá, a formação histórica de Arapapá se deu em 1968, quando seus primeiros moradores ali se instalaram.
Bairro Folha 9	Marabá	0	PA 150	0	Sua formação histórica remonta ao ano de 1986, quando foi implantado o projeto da COHAB – Companhia de Habitação do Estado do Pará. Posteriormente, ao início do projeto habitacional, começaram as ocupações irregulares.

Olho D'água dos Carneiros	Pindaré-Mirim	7	BR 222	2	O povoado originou-se de uma família que foi reassentada pelo governo.
Olho D'água Velho	Pindaré-Mirim	7	BR 222	4	O povoado originou-se de uma família que foi reassentada pelo governo.
Serra	Tufilândia	0	MA 319	8	Não se sabe ao certo como o povoado se formou, mas alguns moradores que pertenciam ao povoado de Morada Nova fundaram a localidade.
Peri de Baixo	Bacabeira (Rosário)	7	BR 135	0	Sobre sua formação histórica, foi relatado que a comunidade surgiu há 142 anos estando relacionada ao Engenho Bambaim, que existia na época dos escravos e pertencia ao Coronel Horácio Rocha. Com o fim da escravidão as famílias permaneceram no local.
São Miguel	Alto Alegre do Pindaré	0	MA 120	13,8	A formação de São Miguel decorre do processo de ocupação da área, onde se constitui seu território, por moradores vindos de Flor do Dia, comunidade situada a cerca de 2 Km.
Serra Almeida/Vila Carajás	Alto Alegre do Pindaré (Santa Luzia)	0	MA 124	0	Sua formação histórica remonta ao final da década de 1970, quando os seus primeiros moradores ali se instalaram. O local era utilizado como acampamento dos funcionários da empresa Serra Almeida Quando a empresa encerrou suas atividades, iniciaram as ocupações no local.
Bairro Novo	Alto Alegre do Pindaré	0	MA 122	0	Não foram obtidas informações sobre a formação histórica do bairro, somente se sabe que os primeiros moradores trabalhavam com agricultura.
Bairro Trizidela	Alto Alegre do Pindaré	0	MA 123	0	Sua formação histórica remonta a um porto de barco e uma olaria que atraíram os primeiros moradores do bairro a procura de trabalho. O entrevistado, morador do bairro a mais de 20 anos não soube precisar datas, mas ainda hoje, o bairro recebe novos moradores oriundos da área rural que se estabelecem no local na intenção de terem facilitado o acesso a escola e ao atendimento a saúde. Atualmente, a olaria e o porto foram desativados, mas o local ainda é utilizado para atracamento de canoas.
Bairro Pedrinhas	São Luís	0	BR 135	0	A formação histórica do Bairro de Pedrinhas é anterior a 1970, quando a região era ocupada por sítios de terras devolutas que paulatinamente foram ocupados pelas populações.

Bairro Mutirão/ Vila Baleia	Alto Alegre do Pindaré	0	MA 125	0	Sua formação histórica remonta à década de 1990, quando a prefeitura doou o terreno adquirido com recursos do Governo Estadual para a construção de casas residenciais. Foi organizado um mutirão - daí a origem do nome do bairro. A prefeitura doava parte do material de construção e um grupo de seis pais de famílias se unia na construção de seis casas.
Estiva	São Luís	0	BR 135	0	A formação histórica do bairro remonta a década de 1970, formado em função da localização de um porto marítimo nas redondezas. Assim, o nome do bairro faz referência aos carregadores que trabalhavam no porto do sol.
Vila Altemar	Alto Alegre do Pindaré (Santa Luzia)	0	MA 127	9,7	Sua formação histórica se deu há aproximadamente 10 anos, quando um grupo de famílias se assentou no local onde hoje existe se localiza a comunidade
Mineirinho	Alto Alegre do Pindaré (Santa Luzia)	0	MA 128	14,2	A origem do povoado remonta à década de 1970, quando grandes produtores de arroz desmataram a região e ali iniciaram o cultivo.
Altamira	Alto Alegre do Pindaré (Santa Luzia)	0	MA 135	48	A formação histórica do povoado remonta à década de 1970, quando seus primeiros moradores ali se assentaram.
Brejinho	Alto Alegre do Pindaré	0	MA 130	21,3	Infelizmente, sua formação histórica não pode ser identificada, embora se saiba que seus primeiros moradores ali se instalaram vindos do município de Barreirinha/MA.
Nova Vida	Bom Jesus das Selvas (Santa Luzia)	40	BR 222	0	A formação da comunidade remonta à década de 1970, quando seus primeiros moradores se instalaram na localidade.
Auzilândia	Alto Alegre do Pindaré	0	MA 132	29,4	<i>Histórico não encontrado</i>
Vila Nova	Alto Alegre do Pindaré (Santa Luzia)	0	MA 133	31	Sua formação histórica remonta à década de 2000, quando os seus primeiros moradores ali se instalaram invadindo terras particulares.
Boa Vista	Alto Alegre do Pindaré	0	MA 134	40	<i>Histórico não encontrado</i>
Vila Raimundo (Cabeça Gorda)	São Pedro da Água Branca (Imperatriz)	15	BR 222	41,5	Sua formação histórica remonta à década de 1970, quando seus primeiros moradores ali se instalaram, vindos do Piauí, em busca de melhores oportunidades de trabalho e condições de vida.

Roça Grande	Alto Alegre do Pindaré	0	MA 136	51	Segundo informação de lideranças locais, o nome Roça Grande tem a ver com a formação histórica do povoado. Um trabalhador chegou à localidade e fez uma roça em uma fazenda. Logo em seguida trouxe parentes para morar no local, consolidando, então, a ocupação da área onde hoje se localiza Roça Grande.
Araparizal	Alto Alegre do Pindaré	0	MA 137	54	<i>Histórico não encontrado</i>
Bairro Folha 29	Marabá	0	PA 150	0	Sua formação histórica remonta a década de 1970, por meio da SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - responsável pela implantação do Núcleo Nova Marabá. Na década de 1980 a SUDAM repassou o projeto para a Prefeitura Municipal, então iniciaram as ocupações desordenadas na Folha 29.
Presinha	Buriticupu	15	BR 222	44,4	<i>Histórico não encontrado</i>
Itainópolis	Marabá	30	PA 150	40	A formação histórica de Itainópolis, segundo pessoas da comunidade entrevistadas, remonta à década de 1970, quando seus primeiros moradores se instalaram próximos a um bar que servia aos trabalhadores da construção da EFC.
Vila Samara	São Luís	0	BR 135	0,6	A origem da Vila Samara tem início na década de 1980 com a construção das primeiras casas. No entorno de um caminho utilizado pela população do bairro Estiva.
Vila Concórdia	Buriticupu	15	BR 222	30,7	Sua formação histórica está diretamente relacionada aos primeiros colonos que povoaram Presa de Porco localizada à apenas 8 Km de distância.
Centro dos Farias	Buriticupu	15	BR 222	37	Sua formação histórica remonta à década de 1990, quando seus primeiros moradores ocuparam a área.

Coque	Vitória do Mearim	19	BR 222	0	Sua formação histórica remonta à década de 1980, quando seus pioneiros ocuparam uma porção de terras na região com a finalidade de desenvolver atividades agrícolas familiares, onde construíram suas habitações. Segundo relato de lideranças locais, em 1986, pouco tempo depois da ocupação da referida porção de terra, os barracões então construídos pelos pequenos produtores foram incendiados por fazendeiros da região. Desprovidos de suas habitações, os ocupantes se reuniram e fizeram um abaixo-assinado encaminhado ao Sindicato dos Produtores Rurais solicitando apoio e providências. Com o apoio do referido povoado, as famílias ocupantes foram assentadas pelo INCRA em cinco áreas da região, cada uma delas com 4.000 hectares.
Vila Varig	Bom Jardim	11 (Em relação a sede de Buriticupu)	BR 222	15	Sua formação se originou da ocupação de área próxima a uma vila de funcionários da Varig, por trabalhadores rurais sem terra.
Vila do Túnel	Bom Jesus das Selvas		BR 222	12,7	<i>Histórico não encontrado</i>
Água Preta	Miranda do Norte	0	BR 222	7	A formação histórica de Água Preta remonta à década de 1980 quando, segundo informação prestada pelo líder comunitário entrevistado 12 famílias se assentaram no local.
Francisco Romão	Açailândia	30	BR 222	34	Conforme informações obtidas junto à liderança local, a comunidade de Francisco Romão originou-se de um acampamento de trabalhadores rurais existente em Açailândia que fora transferido para a sede do INCRA e, posteriormente, para o local onde se encontra, há quatro anos, a comunidade de Francisco Romão.
Pequiá	Açailândia	0	BR 222	0	Sua formação histórica remonta a ocupações irregulares da área por famílias emigrantes de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia, em busca de exploração econômica de madeira.
Nova Pequiá	Açailândia	0	BR 222	0	Sua formação histórica remonta ao ano de 1995, quando seus primeiros moradores ali se instalaram ocupando áreas de fazendas.

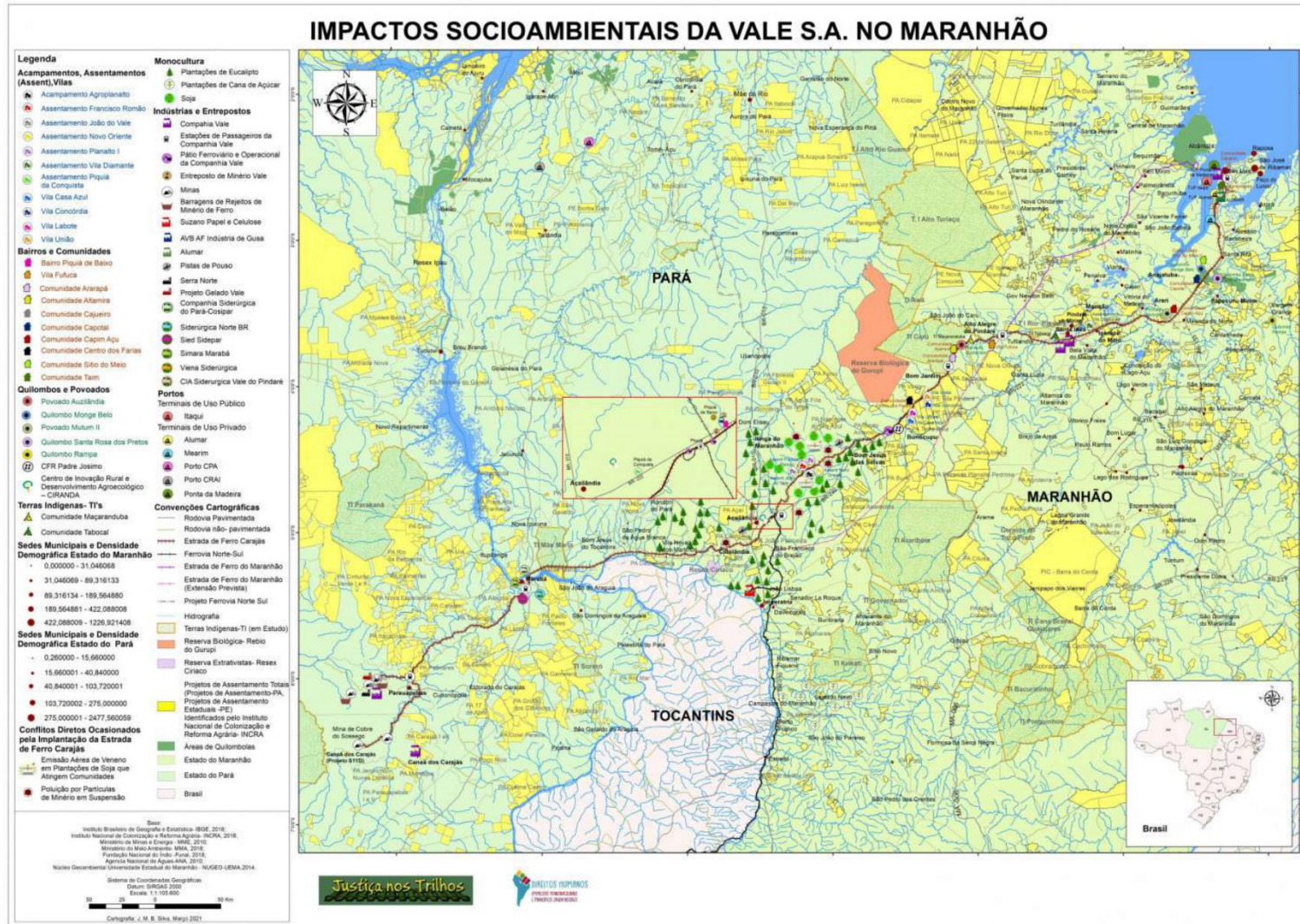
Vila Idelmar	Açailândia	0	BR 222	0	Segundo liderança comunitária da Associação de Moradores local, o bairro foi formado em 1993, a partir do loteamento de uma antiga fazenda da região pelo atual Prefeito, Senhor Ildemar Gonçalves. O loteamento era destinado a famílias de baixa renda, sendo ocupado pelos próprios moradores de Açailândia, que residiam em casas alugadas na cidade. Ao longo do tempo, os familiares dos moradores também se instalaram no bairro, e ali implantaram comércios, serviços e empresas que contribuíram para que toda a Vila fosse ocupada.
Tucumã	Alto Alegre do Pindaré	0	MA 138	62	Sua formação histórica se remonta à década de 1980, quando ali se instalaram os pioneiros do povoado na fazenda Cacique Tucumã.
Presa de Porco	Buriticupu	15	BR 222	39,1	Sua formação histórica remonta à década de 1980, quando os primeiros moradores ali se instalaram a partir da ocupação irregular de terras da fazenda Cacique.
Vila União	Buriticupu	15	BR 222	30,7	Sua formação histórica remonta à década de 1980, quando seus primeiros moradores ocuparam porções das terras da fazenda Terra Bela.
La Bote	Buriticupu	15	BR 222	43,5	Sua formação histórica remonta à década de 1980, quando seus primeiros moradores, oriundos de Vila Concórdia, ocuparam a área.
Bairro Folha 5	Marabá	0	PA 150	0	A formação histórica do Bairro Folha 5 remonta à década de 1980, quando o bairro se dividia em ocupações irregulares e casas da Companhia de Habitação do Estado do Pará – COHAB. Trabalhadores da construtora Betel que se localizava nas proximidades contribuíram para a ocupação da Folha 5, cuja ocupação foi organizada pelo Padre Baltazar.
Bairro Folha 8	Marabá	0	PA 150	0	Originalmente o local era uma fazenda que começou a ser povoada por meio de ocupações irregulares. A liderança entrevistada afirma que desde o início das ocupações o bairro cresceu muito, tendo sido procurada por trabalhadores de outros estados em busca de oportunidades de emprego em atividades minerárias.

Bairro Folha 7	Marabá	0	PA 150	0	Segundo o Presidente da Associação dos Moradores da Folha 7, a área onde está localizada eram devolutas. Inicialmente houve a grilagem de terras por fazendeiro; posteriormente iniciaram as ocupações irregulares. Na década de 1980, com a implantação da construtora Beta no local e a construção das casas da COHAB, as ocupações se acentuaram.
Bairro Folha 17	Marabá	0	PA 150	0	Sua formação histórica remonta à década de 1980, com a implantação de um projeto habitacional financiado pela SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia. No ano de 1986 as casas foram repassadas à prefeitura para doação a população.
Bairro Folha 18	Marabá	0	PA 150	0	<i>Histórico não encontrado</i>
Bairro Folha 19	Marabá	0	PA 150	0	Sua formação histórica remonta à década de 1980, quando por meio de um programa habitacional da COHAB – Companhia Habitacional do Estado do Pará, foram construídas trinta casas neste bairro. As áreas que restaram foram ocupadas sob a coordenação de lideranças comunitárias, de maneira que somente era permitida a ocupação por pessoas que não tinham moradias, sendo vetados os casos de especulação.
Boa Vista	Vitória Mearim do	10	BR 222	0,5	A formação de Boa Vista decorre de um processo de ocupação de parte das terras de uma propriedade particular, por trabalhadores rurais. Em 1982, as famílias ocupantes obtiveram o direito à propriedade das terras ocupadas, concedido pelo INCRA. Conta-se que parte dessas terras fora adquirida por um político da região e doada às famílias ocupantes.
Bairro Km 7	Marabá	0	PA 150	0	Bairro Km 07 é um núcleo urbano do município de Marabá/PA, cujo acesso se dá pela PA 150. A comunidade encontra-se na Locação 47 da Estrada de Ferro Carajás, nas proximidades do Km 730.
Bairro Nossa Senhora Aparecida	Marabá	0	PA 150	0	A formação do bairro Nossa Senhora Aparecida remonta a 2005, quando a Associação dos Moradores, juntamente com seu antigo presidente promoveram a ocupação do local, ainda então denominado Fazenda Bandeira. A origem do nome se deve a data escolhida para a realização da ocupação, doze de outubro de 2005, dia de Nossa Senhora Aparecida.

Bairro Araguaia	Marabá		PA 150	0	A área era originalmente uma fazenda de propriedade da União, aonde residia um posseiro. No ano de 2008 a mesma foi ocupada, por trezentas famílias. Atualmente é possível observar o surgimento de novas ocupações no local, estimuladas principalmente pela localização do bairro, próximo à área central e ao um shopping de Marabá. A ocupação no bairro Araguaia ocorre de forma ordenada, pois paga-se uma taxa de cadastro para a associação de moradores e está estabelece um prazo para a construção da moradia. Em termos legais, o terreno ainda não foi liberado em sua totalidade, já que está sub júdice.
Núcleo Urbano de São Félix	Marabá		PA 150	0	O núcleo urbano surge paralelamente à implantação do serviço de balsa no rio Tocantins, através de edificações irregulares.
Bairro Alto da Torre	Alto Alegre do Pindaré	0	MA 126	0	No ano de 1986, o prefeito doou casas no bairro Mutirão para as famílias residentes no Alto da Torre, alegando os malefícios a saúde que a antena de telefonia móvel, ali instalada, poderia causar. Os moradores mais velhos se mudaram e aqueles que ainda continuam no local aguardam indenização.
Palmares I	Parauapebas	0	PA 275	9	Palmares I surgiu de um projeto de assentamento rural.

Fonte: AMPLO/VALE (2011). Elaboração: GALVÃO (2023).

Anexos B – Áreas de conflitos com a EFC mapeada pela rede Justiça nos Trilhos.



Fonte: Justiça nos Trilhos (2023).

